

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

CLAUDIA RIBEIRO

DESEJOS SERRANOS: A EMANCIPAÇÃO DE UMA PAISAGEM
NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Porto Alegre

2018

CLAUDIA RIBEIRO

**DESEJOS SERRANOS: A EMANCIPAÇÃO DE UMA PAISAGEM
NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Porto Alegre

2018

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Ribeiro, Claudia

Desejos serranos : a emancipação de uma paisagem nos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul, Brasil / Claudia Ribeiro. – 2018.

261 f. Inclui os filmes: Desejos_em_Paisagens_Serranas.mp4 (1:18:51), Estórias_de_Vida_na_Paisagem_dos_Campos_Sulinos.mp4 (15:51), Histoires_de_vie_dans_le_paysage_des_Campos_Sulinos_du_Brésil.mp4 (15:51), LifeStories_in_Southern_Rangeland_Landscapes.mp4 (15:51).

Orientador : Lovois de Andrade Miguel.

Coorientadora : Maria Angela Faggin Pereira Leite.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Etnografia. 2. Patrimônio. 3. Ruralidade. 4. Conservação. 5. Ética. I. Miguel, Lovois de Andrade, orient. II. Leite, Maria Angela Faggin Pereira, coorient. III. Título.

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

CLAUDIA RIBEIRO

DESEJOS SERRANOS: A EMANCIPAÇÃO DE UMA PAISAGEM
NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em Porto Alegre, em 8 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel — Orientador

PGDR/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Maria Angela Faggin Pereira Leite — Coorientadora

FAUUSP

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa

EA/UFGM

Prof.^a Dr.^a Cornelia Eckert

PPGAS/UFRGS

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

PGDR/UFRGS

**Para Jáder, Gabriel e Guido,
em memória de meu pai,
Maurício Ribeiro (1929-2018).**

AGRA DECIMENTOS

Nesses mais de sete anos de atividades de meus estudos multidisciplinares de mestrado e doutorado, essas pessoas foram meus companheiros e companheiras fiéis desde o seu tenro início, abrindo sua intimidade material e sensitiva a uma completa desconhecida — sem eles, eu nada teria feito. Repito aqui a lista dos protagonistas e colaboradores listados no filme *Desejos em Paisagens Serranas*, pedindo desculpas antecipadas pelas omissões involuntárias que sabem acontecer. Minha imensa gratidão a Átila Pante (*in memoriam*), Adelir João Luqui, Adriana Lúcia Ramos dos Santos, Airton Zacharias dos Santos, Alcides Peruzzato, Anazilda Maria Oliveira Reis Vargas, Anéris da Silva Ramos, Antônio Gonçalves de Castilhos, Araí Horn, Brenno Telles Ramos, Cássia Margarete Ramos de Castilhos, Cláudia Translatti, Comissão Organizadora da Festa do Pinhão de Vila Seca em 2016, Daniel Batista de Azevedo, Dinorá Terres Santos, Erci Castilhos de Araujo e família, Eloá Machado, Evaldo Prux de Castilhos, Grupo de Louvação de Criúva em 2015 e 2016, Grupo de Louvação de Vila Seca em 2013, Hilda Peruzzato, Inês Zanchin Luchi, Jaime Eduardo Ries, Januária Gonçalves de Castilhos, Jeremias Guerra, João Gomes, João Itamar dos Reis, João Raul Silveira Reis, Joaquim Ramos dos Santos, José Eliseu Stumpf, Jorge de Oliveira Rodrigues, Lindomar Alves Mendes, Luiz Antônio Wolf Batista, Luiz Carlos Cavalli, Luiz Carlos dos Santos, Mansueto de Castro Serafini Filho, Maria do Carmo Giachellin, Maria das Graças Vieira, Neiva Lourdes Rech, Noredi Alves da Silva, Paulo Renato Facchin, Pedro Hoffmann, Priscila Telles Ramos, Raul Fonseca, Regina Andriolo, Renan Alves, Roberto Andriolo (*in memoriam*), Rodrigo Roque dos Santos, Rogério José Alves, Rosa Guerra, Wagner dos Santos Francisco, e Valtemar Castilhos de Lima.

O filme — e essa tese — não existiriam tão pouco sem a competência sensível, a atenção gentil e o compromisso com a tarefa muito árdua e demandante da sua edição e finalização, pelo que sou imensamente agradecida a Lorenzo Moschen Falconi.

Por sua dedicação em preciosas elaborações de trabalho agradeço a Silvia Aurelio pela cartografia, a Augusto Leipnitz pelos levantamentos de dados demográficos, a Cylene Dallegrave e a Jane Machado pelas fotografias das litogravuras, a Magnum Borges Borini e a Juliana Grünhauser pela revisão dos textos fílmicos e escritos, a Djalmo Normélio Brill e a José Pospichil de Fraga pela sua arte de fazer belas coisas com a madeira, a todos os funcionários do Copião pelo apoio na reprografia e a Roberta Rugeri Tronca pela competente assistência junto ao Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Meu reconhecimento grato a Miriam Tolpolar pela existência de seu trabalho amoroso com a litogravura, a partir do qual transmite a inabalável confiança de que a elaboração artística é possível para qualquer pessoa, e a Rogério da Rosa pela ciência da sua impressão.

Minha dívida de gratidão a todos os companheiros e companheiras de caminhos de formação acadêmica, dispostos a partilhas e a conversas olho no olho, em especial a Alessandra Matte, Ana Lúcia Oliveira da Silva, Carmen Janaína Machado, Claudio Marques Ribeiro, Danielle Wagner Silva, Elenita Malta Pereira, Lucas da Rocha Ferreira, Lívio Sérgio Dias Claudino, Marcelo Moraes de Andrade, Mégui Fernanda Del Ré, Rafaela Vendruscolo e Régis da Cunha Belem.

Agradecimento enorme às amigadas de longa data, em sua troca afetuosa de experiências e incentivos muito me animando ao longo desse caminho, de forma particular a Berenice Unikowsky, Clara Alvarez Hoyos, Djalmo Normélio Brill, Elizabete Danielli Cardoso, Elizabeth Lages Gré, José Lapointe, Júlia Pozza Brun, Luís Antônio Timm Grassi, Marc Deschamps, Maria Conceição de Oliveira, Luís Inácio Camargo Gré, Ricardo Litwinski Süffert, Sabrina Endres e Silvânia Zatti.

Pela maravilhosa oportunidade de fazer estudos em período sanduíche na França, muito obrigada aos apoios dos professores Paulo Dabdab Waquil (UFRGS/PGDR) e Jean-François Tourand da *Unité de Recherche Gestion de ressources renouvelables et environnement* do *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (UFR GREEN/CIRAD), no âmbito do projeto *Livestock Farming Systems & Local Development* (LIFLOD).

Pelos apoios e oportunidades de crescimento acadêmico no período na França, agradeço aos professores Mohamed Raouf Saïdi e Jean-Paul Billaud do *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces* da *Université de Paris-Ouest Nanterre* e aos professores Hubert Cochet e Nadège Garambois da *Unité de Formation e Recherche* do *Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement* (AgroParisTech).

Ao professor Augustin Berque minha gratidão pela acolhida como sua aluna livre na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. E pelo nome dos professores Marie Augendre, Jean-Pierre Llored, Yann Nussaume e Philippe Pelletier agradeço as contribuições advindas das ocasiões de partilha de conhecimentos em torno aos estudos mesológicos.

Muito tenho a agradecer a todo o quadro profissional com o qual tive contato ao longo dos meus estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul — na qual fiz toda a minha formação superior e de pós-graduação. De maneira particular e efusiva a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

Nos estudos de doutorado, de forma profunda enriqueceram esse meu desenvolvimento pessoal, em conjunto com todos os colegas que fizeram parte de suas aulas e/ou grupos de estudo e discussão, os professores Álvaro Luiz Heidrich, Altamiro Mol Bessa, Ana Luiza Carvalho Rocha, Cornelia Eckert, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky, José Carlos Gomes dos Anjos, Paulo Dabdab Waquil, Roberto Verdum, Rosa Maria Medeiros, Rumi Kubo e Tatiana Engel Gerhardt: a todos e todas digo de minha profunda gratidão.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas de estudos que recebi em grande parte do meu doutorado.

À professora Maria Angela digo da minha profunda gratidão pela receptividade, incentivo e colaboração aos meus estudos, em privilegiada companhia de sua afetuosa, inteligente e bem humorada humanidade.

Ao professor Lovois devo esse caminho acadêmico: foi a porta que finalmente e à primeira batida se abriu para mim no PGDR. E nunca mais se fechou, possibilitando a orientação segura, amiga, sensível e desprendida de interesses outros que não os do meu desenvolvimento enquanto pessoa do jeito que sou. Gratidão imensa, Lovois.

À minha querida madrinha Lisa Volkmer Baro vai minha carinhosa gratidão pela amorosa atenção que me proporcionou desde sempre.

Gratidão saudosa ao meu querido pai Maurício (*in memoriam*), por ter me ajudado a ver o mundo de muitas formas, sobretudo, do quanto é possível alguém estar animado com permanente e lúcido espírito de mudança até o último momento de sua vida. A minha mãe Cecília e aos meus irmãos Lívia e Isaías agradeço imensamente pela duração do afeto e apoio familiar.

De coração agradeço o amor dos meus queridos Jader, Gabriel, Guido e Isabela.

Gratidão, acima de tudo, à maravilha vital, e ao Divino, que aqui me trouxe.

**Ora, onde já se viu isto, de vacina para morte súbita?
Brenno Telles Ramos**

RESUMO

No campo das ciências sociais aplicadas, essa pesquisa qualitativa aprofunda a ação prévia de conhecimento, em campo empírico centrado nos distritos rurais de Vila Seca e Criúva, situados nas circunvizinhanças do município de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, o mais setentrional do Brasil. Em relação com outros municípios limítrofes e situado na região mais abrangente dos Campos de Cima da Serra, esse meio é constituído de um mosaico predominantemente autóctone de campos e de floresta de araucárias, atravessado por mananciais e habitado por uma população de aproximadamente 4000 pessoas. Cuja principal atividade de trabalho é a criação semiextensiva de gado de corte e de leite, de características campestres e associada a outras atividades, em uma composição de ocupações múltiplas que é característica da ruralidade brasileira contemporânea. Nesse lugar de particularidades socioculturais intrincadas estão situadas 70 % das reservas atuais de água potável para o que é a segunda maior população urbana do estado, quase meio milhão de pessoas na totalidade desse município. Uma situação que tem aportado paulatinas restrições normativas às longevas práticas agrícolas ali desenvolvidas. Em incoerente ato de origem urbana, tendo em vista o estado de conservação ambiental que esses agricultores mantêm em seu território de vida e as licenças que a cidade concede a atividades poluentes no mesmo espaço geográfico. Anterior estudo que faço testemunha empiricamente sobre a existência da noção de paisagem para os habitantes do lugar, em um contexto espaciotemporal associado às atividades agrícolas. Assim reconstituí, em abordagem etnográfica associada ao conhecimento da história agrária, uma trajetória de paisagem no sentido dado por Augustin Berque. Os estudos dessa primeira fase nessa tese de doutorado são aprofundados pela poética do habitar de Tim Ingold; com o objetivo geral de desvelar as atitudes emancipatórias contidas nessa paisagem, buscando entender sua duração e tendo em vista sua relação com vizinhança urbana, contudo a partir da perspectiva dos projetos de vida desses habitantes rurais. O método analítico-descritivo escolhido consiste no acesso à memória coletiva desses moradores, com o intuito de realizar uma narrativa visual compartilhada. Tal ato ocorreu ao longo de observação participante que acompanhou as familiares tarefas de caráter campestre e as festividades coletivas dos habitantes locais, bem como as suas interfaces com instâncias normativas urbanas. A etnografia resultante é híbrida, consistindo do filme *Desejos em Paisagens Serranas* e de um interligado texto ilustrado. Concluo principalmente pela existência de eventos emancipatórios empreendidos pelos habitantes, caracterizando os anseios de continuidade temporal da paisagem do lugar, contudo em sua diversidade e delicados aspectos de alteridade. Um mundo de visão trajetivo que em sua duração manifesta uma ética ecumênica. Muito distinto do temporâneo mundo de visão associado aos quadros técnicos normativos urbanos, que em suas especificidades ambientais e sanitárias mostram comprometimento prioritário com o imediatismo das necessidades funcionais do viver citadino e com os mecanismos cambiantes de sustentação de suas alianças de negócio.

Palavras-chave: Etnografia. Patrimônio. Ruralidade. Conservação. Ética.

ABSTRACT

In the area of applied social science, this qualitative research expands on earlier investigations in the empirical field centred on the rural districts of Vila Seca and Criúva in the environs of the municipality of Caxias do Sul, in Rio Grande do Sul, Brazil's southernmost state. In relation with neighbouring municipalities and situated in the most extensive region of the *Campos de Cima da Serra*, this setting is composed of a predominantly native mosaic of fields and araucaria forest, traversed by excellent springs and inhabited by a population of approximately 4000 people. Their main productive task consists of semi-extensive beef and dairy cattle farming and related activities conducted on peasant smallholdings, by farmers engaged in multiple occupations, as is characteristic of contemporary Brazilian rurality. This place of intricate sociocultural peculiarities holds 70% of the current reserves of drinking water for the second largest urban population in the state, almost half a million people in the entire municipality. That situation has led to a gradual increase in the normative restrictions affecting the long-existing agricultural practices conducted in those rural areas. It is inconsistent on the part of the city authorities, given the state of environmental conservation in which the farmers maintain the territory from which they draw their livelihood, to concede licenses for activities that pollute the same geographic space. In an earlier study, I empirically testify to the existence of the notion of landscape for the inhabitants of the place, in a spatiotemporal context associated with agricultural activities. Thus I reconstituted, in an ethnographic approach associated with a knowledge of the agrarian history, a landscape trajectory, in the sense given by Augustin Berque. The studies in that earlier phase of this doctoral thesis have been enhanced by Tim Ingold's theoretical construction of the poetics of dwelling. The aim being to unveil the emancipatory attitudes contained in this landscape, seeking to understand its duration and considering its relation with the neighbouring urban complex, based on the perspective of the life projects of its rural inhabitants. The chosen analytical-descriptive method is intended to access the collective memory of the inhabitants in order to achieve a shared ethnographic visual narrative. This occurred through participant observation of the peasant-based family tasks, and the collective festivities of the local inhabitants, as well as their interface with the normative environmental and sanitary bodies. The result of this ethnographic project is hybrid: an illustrated written text and the film *Desejos em Paisagens Serranas* ('Desires in Upland Landscapes'). The main conclusion I reach is that the emancipatory events undertaken by the inhabitants characterize yearnings for the temporal continuity of the landscape of the place, in all its diversity and delicate aspects of otherness. A world of trajectory vision that, in its duration, manifests an ecumenal ethics that is very different from the temporary world of vision that emanates from the urban normative technical boards, which in their environmental and sanitary spheres prioritize a commitment to the immediacy of the functional needs of urban living and to the changing mechanisms of sustainability of their business alliances.

Key-words: Ethnography. Heritage. Rurality. Conservation. Ethics.

RÉSUMÉ

Dans le domaine des sciences sociales appliquées, la présente recherche qualitative approfondit une démarche préalable de connaissance menée dans un champ empirique qui est celui des districts ruraux de Vila Seca et Criúva, situés aux environs de la ville de Caxias do Sul, dans l'État du Rio Grande do Sul, le plus septentrional du Brésil. Au contact d'autres communes voisines et situé plus largement dans la région des Campos de Cima da Serra, ce milieu est constitué d'une mosaïque de prairie autochtone essentiellement et de forêt ombrophile mixte, traversé par d'excellentes sources et habité par une population d'environ 4000 personnes. Celles-ci ont pour principale activité de travail l'élevage laitier et à viande semi-extensif — à caractère paysan — mais associée à d'autres activités, dans une composition laborale variée caractérisant la nouvelle ruralité brésilienne. Un tel habitat présente des particularités socioculturelles complexes et enferme 70% des réserves actuelles en eau potable pour une population qui est la deuxième la plus nombreuse de l'état — environ 500 000 habitants au total. Ce panorama soumet de plus en plus à des contraintes normatives les pratiques agricoles anciennes développées dans ces districts, dans une démarche cependant incohérente d'origine urbaine vis-à-vis du bon état de conservation de l'environnement assuré par ces agriculteurs dans leur espace de vie alors que des activités polluantes sont autorisées dans le même espace géographique. Une étude précédente témoigne empiriquement du fait que la notion de paysage est bien présente chez les habitants de ce lieu, dans un contexte espace-temps associé aux activités agricoles. On reconstitue ainsi, dans une approche ethnographique associée à la connaissance de l'histoire des systèmes agraires, une trajection paysagère, dans le sens donné par Augustin Berque. Les études menées dans une première étape sont approfondies dans cette thèse de doctorat suivant la poétique de l'habiter de Tim Ingold. Celle-ci a pour objectif général le dévoilement des pratiques émancipatrices des habitants de ce paysage rural, tenant compte de leur relation avec le voisinage urbain et cherchant à comprendre la durabilité à partir de la perspective des projets de vie de ces habitants ruraux. La méthode analytico-descriptive adoptée est celle de l'accès à la mémoire collective afin de construire un récit visuel ethnographique partagé. Cette action est entreprise au cours d'une observation participante dans laquelle la population locale est suivie dans les tâches familiales agricoles et les festivités collectives, ainsi que dans les rapports entretenus avec les instances normatives urbaines. Il en résulte une ethnographie hybride qui consiste en un film intitulé *Desejos em Paisagens Serranas* ('Désirs dans les paysages serranos') assorti d'un texte illustré. J'arrive surtout à la conclusion que les pratiques émancipatrices exercées par les habitants traduisent les desseins de s'inscrire dans la continuité temporelle du paysage de ce lieu, avec toute sa diversité et ses aspects sensibles d'altérité. C'est un monde à vision trajectrice qui manifeste dans sa durée une éthique de l'écoumène, très différent du monde à vision contemporaine des normes urbaines émanant des cadres techniques qui, dans les domaines sanitaire et environnemental, accordent toute priorité à l'immédiateté des besoins fonctionnels de la vie des citadins et aux mécanismes changeants de soutien de leurs alliances d'affaires.

Mots-clés : Ethnographie. Patrimoine. Ruralité. Conservation. Éthique.

RESUMEN

En el campo de las ciencias sociales aplicadas, esta investigación cualitativa profundiza una acción previa de conocimiento, en campo empírico centrado en los distritos rurales de Vila Seca y Criúva, situados en las cercanías del municipio de Caxias do Sul, en el estado de Rio Grande do Sul, el más austral de Brasil. A diferencia de otros municipios linderos y situándose en la región más amplia de los Campos de Cima da Serra, ese medio está constituido por un mosaico predominantemente autóctono de campos y de bosques de araucarias, regado por manantiales y habitado por una población de aproximadamente 4.000 personas. Su principal actividad laboral es la cría semiextensiva de ganado de carne y leche, en contexto campesino, y asociada a otras actividades, en una composición de ocupaciones múltiples característica de la ruralidad brasileña contemporánea. En ese lugar de particularidades socioculturales intrincadas se sitúa el 70% de las reservas actuales de agua potable para la que es la segunda mayor población urbana del estado, casi medio millón de personas en la totalidad del municipio. Esa situación ha motivado paulatinas restricciones normativas a las longevas prácticas agrícolas llevadas a cabo en la región. Se trata de un incoherente acto de origen urbano, teniendo en cuenta el estado de conservación ambiental que esos agricultores mantienen en su territorio de vida y las licencias que la ciudad concede a actividades contaminantes que se realizan en el mismo espacio geográfico. Un estudio anterior que realizamos atestiguó empíricamente la existencia de la noción de paisaje entre los habitantes del lugar, en un contexto espacio-temporal vinculado a las actividades agrícolas. Así, se reconstituyó, en abordaje etnográfico asociado al conocimiento de la historia agraria, una trayección de paisaje en el sentido dado por Augustin Berque. Con el objetivo general el desvelar las actitudes emancipadoras contenidas en dicho paisaje de un lugar rural, buscando entender su duración y teniendo en cuenta su relación con la vecindad urbana, pero desde la perspectiva de los proyectos de vida de esos habitantes rurales, para los estudios de esta primera fase de investigación que constituye la presente tesis de doctorado se ha recurrido a la poética del habitar de Tim Ingold como clave de análisis. El método analítico-descriptivo elegido consistió en acceder a la memoria colectiva de esos habitantes del medio rural con vistas a realizar una narración visual compartida. Esta se llevó a cabo a lo largo de la observación participante, que siguió las familiares tareas de carácter campesino y las festividades colectivas de los habitantes locales, así como sus interfaces con las instancias normativas urbanas. La etnografía resultante es híbrida: se compone de la película *Desejos em Paisagens Serranas* (Deseos en Paisajes Serranos) y de texto ilustrado que dialoga con el film. Concluyo sobretodo constatando la existencia de eventos emancipadores emprendidos por los habitantes que caracterizan los anhelos de continuidad temporal del paisaje del lugar, pero en su diversidad y delicados aspectos de alteridad. Se trata de un mundo de visión trayectivo que, en su duración, manifiesta una ética ecumenal, diferenciándose notablemente del contemporáneo mundo de visión asociado a los planteles técnicos normativos urbanos, que, en sus especificidades ambientales y sanitarias, muestran comprometimiento prioritario con el inmediatez de las necesidades funcionales del vivir ciudadano y con los mecanismos cambiantes de mantenimiento de sus alianzas de negocios.

Palabras-clave: Etnografía. Patrimonio. Ruralidad. Conservación. Ética.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gravura 1 — <i>O DIVINO ESPÍRITO DA PAISAGEM DO LUGAR</i>	21
Gravura 2 — <i>A MÚSICA DOS CAMINHOS</i>	31
Gravura 3 — <i>EU E A BANDEIRA DO DIVINO</i>	63
Gravura 4 — <i>SEGURANDO FIRME A BANDEIRA</i>	93
Gravura 5 — <i>EU, OUTREM, GAITA, DIVINO E CACHORRO</i>	115
Gravura 6 — <i>LOUVAÇÃO EM CASA ANTIGA</i>	141
Gravura 7 — <i>JUNTOS COM A BANDEIRA</i>	193
Gravura 8 — <i>PELO CAMINHO</i>	219
Figura 1— Festa em Criúva	149
Mapa 1 — Localização da Área de Estudo	53
Mapa 2 — Usos do solo em Vila Seca e Criúva.....	68
Quadro 1 — Resumo dos Sistemas Agrários de Vila Seca e Criúva.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEFLOR	Associação Gaúcha de Empresas Florestais
AND	Anthropology 'n' Dance
ANEEL	Associação Nacional de Energia Elétrica
ANPPAS	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade
AMOVISE	Associação dos Moradores de Vila Seca
CIC	Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul
CODECA	Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul
d.C.	depois de Cristo
EMAGIS	Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
JFRS	Justiça Federal do Rio Grande do Sul
MP	Ministério Público
NH	Novo Hamburgo
OECD	Organization for Economic Co-operation and Development
PACUERA	Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PIB	Produto Interno Bruto
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PNDA	Programa Nacional de Defensivos Agrícolas
SAMAE	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SMAPA	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
TRF4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
ZH	Zero Hora

SUMÁRIO

DESEJOS EM PAISAGENS SERRANAS (EPISÓDIOS DO FILME)

ABERTURA.....	00:00:00
BEM-VINDO DIVINO.....	00:00:36
PAISAGEM AQUI TEM MEMÓRIA.....	00:02:20
VIAGEM.....	00:20:15
VIDA COTIDIANA.....	00:27:01
ANDORINHA SÓ NÃO FAZ VERÃO.....	00:43:11
QUEIJO DO DIVINO.....	00:46:29
NOSSO VERDADEIRO PASTO.....	01:00:11

DESEJOS SERRANOS: A EMANCIPAÇÃO DE UMA PAISAGEM NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL (CAPÍTULOS DO TEXTO)

	PRÓLOGO <i>O DIVINO ESPÍRITO DA PAISAGEM DO LUGAR</i>	21
1	INTRODUÇÃO	23
	PRÓLOGO <i>A MÚSICA DOS CAMINHOS</i>	31
2	TENHO HISTÓRIAS PARA CONTAR	33
2.1	A TRAJEÇÃO DA PAISAGEM E SUA HISTORICIDADE.....	36
2.2	PERSPECTIVAS PARA ENTENDER A PAISAGEM.....	43
2.3	POR UMA ETNOGRAFIA VISUAL DA DURAÇÃO DA PAISAGEM.....	47
2.3.1	Campo Empírico de Pesquisa	53
2.3.2	Métodos e Procedimentos Propostos	54
	PRÓLOGO <i>EU E A BANDEIRA DO DIVINO</i>	61
3	SOBRE RECADOS DE SERES E COISAS	65
3.1	A HISTÓRIA CONTADA.....	71
3.2	SERES E COISAS: PREDICADOS DE MUNDOS RURAIS E URBANOS.....	76
3.3	A IMAGEM E AS LUTAS EMANCIPATÓRIAS.....	86
	PRÓLOGO <i>SEGURANDO FIRME A BANDEIRA</i>	91
4	O GADO CHEGOU E FEZ A GENTE VIAJAR	95
4.1	RECADOS NO (DES)ENCONTRO COLONIAL.....	97
4.2	A FAZENDA ERRADA: SOBRE O ATRASO E O PROGRESSO.....	105

4.3	O CASO DA SUBSTÂNCIA DOS CAMPOS DE FUNDO	109
	PRÓLOGO <i>EU, OUTREM, GAITA, DIVINO E CACHORRO</i>	113
5	QUEIJO BOM É BONITO	117
5.1	TRÂNSITOS DE POVOS E BICHOS DE OUTROS LUGARES	120
5.2	CRIANDO GADO EM CAMPOS E MATOS	124
5.3	PONTUALIDADES E EXIGÊNCIAS DO QUEIJO SERRANO.....	128
5.4	AS TAREFAS E SUAS TEMPORALIDADES	135
	PRÓLOGO <i>LOUVAÇÃO EM CASA ANTIGA</i>	139
6	A CRUZ QUE FICA DO LADO DE FORA	143
6.1	FESTA E TRABALHO EM DIA DE LOUVAÇÃO.....	146
6.2	CONVERSANDO SOBRE OS CAMPOS	151
6.2.1	Mutirão no Galpão	153
6.2.2	Olha os Leiteiros!	159
6.3	O OLHO GRANDE DO PROGRESSO.....	166
6.4	LEMBRANDO COISAS POUCO SABIDAS	170
6.5	RECADOS VIAJAM NA PAISAGEM	176
6.6	A LUTA CIDADE-SERTÃO	188
	PRÓLOGO <i>JUNTOS COM A BANDEIRA</i>	189
7	OS TÉCNICOS DAQUI SOMOS NÓS	195
7.1	HABITANTES SABEM DE SUA PAISAGEM E DE SUAS SUBSTÂNCIAS.....	199
7.2	RECADOS DOS CAMPOS SERRANOS BRASILEIROS.....	204
7.2.1	Lixo resulta em água feia	205
7.2.2	Queijo serrano, para ser bom, deve ser bonito	207
7.3	ENTRELAÇAMENTOS DE SUBSTÂNCIAS NAS GOVERNABILIDADES NORMATIVAS MODERNAS	210
7.4	ACIENTIFICIDADES TEMPORAIS PARA UMA ÉTICA ECUMENAL.....	216
	PRÓLOGO <i>PELO CAMINHO</i>	217
8	CONCLUSÃO	221
	REFERÊNCIAS	233
	APÊNDICE A — RECOMENDAÇÕES	259

Única, mas parece cópia. Uma litogravura. Um fruto de uma das tendências naturais da minha pessoa. Por isso talvez as escolhi como ilustrações para as oito páginas desse prólogo, distribuídas ao longo dos capítulos escritos, e também como abertura dos episódios do filme, as partes que integram essa tese. Um primeiro sinal. Um recado. Ou tudo isso e um convite, ao conhecimento desse conjunto, em sua proposta mista. Aqui é um lugar em que procuro dar conta de, além de contar um pouco desse caminho artístico que acompanha essa pesquisa científica, dizer outras coisas, na medida do que acho necessário para que se compreenda melhor esse exercício do conhecimento humano, que é, sem apelação, de minha inteira responsabilidade. Nesse trabalho de cunho etnográfico, entendo que a honestidade é fundamental. Não aprendi a tirar leite, nem a fazer queijo, preciso dizer. Mesmo por que,

Gravura 1 — *O DIVINO ESPÍRITO DA PAISAGEM DO LUGAR*



Fonte: litogravura e aquarela de Claudia Ribeiro (2016), da série *O Divino Espírito da paisagem do lugar — impressões em Vila Seca e Criúva*, 100 x 133 mm, impressa por Rogério Lopes da Rosa.

pesquiso paisagem. Deve ser por isso que, mais do que entendi, senti que deveria entender melhor a questão da imagem. E tal processo acabou resultando também nisso: uma coleção de oito litogravuras aquareladas, intitulada *O Divino Espírito da paisagem do lugar — impressões em Vila Seca e Criúva*. Conjunto produzido por mim e pelo impressor Rogério Lopes da Rosa durante o ano de 2013, sob orientação de Miriam Tolpolar, na Oficina de Litografia do Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre. O colorido em aquarela nas 16 edições fiz em minha casa, em Pareci Novo, ao longo de 2014 e 2015.

Assim inicio a descrição de um processo pelo qual passei. De como consegui passar de um acesso e uso narrativo da imagem-foto (algo plasmado estaticamente), para o dinamismo relativo da imagem-vídeo (algo dinamicamente capturado), passando por esse processo de fazer sair uma impressão de imagem a partir da pedra. Processo este que, em seu último e atual estágio, resulta na forma de construção dessa tese. Finalizo essa primeira parte da apresentação pessoal com o mesmo lema que vai à primeira folha da caixa, impresso, só por letras nessa vez:

“O sentimento da paisagem, singular bem comum que pesquiso — e encontro junto aos habitantes de Vila Seca e Criúva — é o que procuro impregnar nessas imagens, especiais conformações sensíveis do meu viver.”

1 INTRODUÇÃO

Apresento-me, de primeiro me posicionando em um quadro mais geral de inquietação com o papel das ciências (também sociais), alojado por seu turno no âmbito mais amplo do projeto moderno. Sendo esse último descrito de acordo a Catherine Walsh (2007, p. 102) como contido na “excisão cartesiana entre o ser, o fazer e o conhecer”, compreendido como um processo ordenativo logocêntrico e hegemonicamente ocidental e tendo como características a produção de um conhecimento preconizado como neutro e universal.¹ No entanto, não referido a algum local específico, tal saber a partir disso julga-se competente para excluir outras formas de estudo que não as geradas sob esses cânones reconhecidos como científicos: “assim negando ou relegando ao estatuto de não conhecimento os saberes derivados do lugar e produzidos a partir de outras racionalidades sociais e culturais”. De acordo a José Jorge Carvalho (2010), esse paradigma clássico newtoniano-cartesiano (em que impera o aristotélico princípio do terceiro excluído) ainda é dominante nesse proceder científico. Situação da qual segundo o autor origina-se um quadro de múltiplos compartimentos de temas e teorias, cuja superação passa por uma atitude que busque a possibilidade construtiva de um espaço “não sectário, interdisciplinar e fundamentalmente eclético”. No caso latino-americano, isso supõe escapar da postura vista como por esse autor como recorrente quando “atribuímos a posição de maestria somente aos sábios dos países centrais do Ocidente”. Reativamente a esse quadro, portanto, em um segundo momento de localização, inscrevo-me em um movimento pela necessidade enunciativa de quem pesquisa, nisso permanentemente atenta à interrogação posta nesse sentido, visando desnaturalizar a suposta neutralidade acadêmica: “Quem estuda o quê sobre quem?” (CARVALHO, J. J., 2002, p. 296; 2010, p. 233;236).

Já respondendo essa pergunta, declaro-me como pessoa, um organismo humano na paradoxal dupla existência, no contínuo da vida orgânica, cuja percepção Tim Ingold (2000, p. 5; 18; 90) explica não como sendo a realização de uma mente em um corpo, mas de um organismo na totalidade em seu ambiente. Situação em que as relações entre pessoas são entendidas como subcategorias de relacionamentos ecológicos — “organismos-pessoas em um mundo que é habitado

¹Ao longo de toda essa tese, as aspas duplas são utilizadas para denotar citações literais de menos de três linhas em seu texto original, as aspas simples demonstram destaques meus ou dos autores (nesses casos, indicado) e tipos em itálico destacam termos em outras línguas que o português e títulos de obras. Todas as traduções de citações são versões livres por mim realizadas.

por seres de uma miríade de tipos, tanto humanos como não humanos”. Um paradoxo que tem sua saída apontada pelo autor: a atitude de aceitarmos a nossa não imparcialidade na observação da natureza — uma vez que dela fazemos parte.

O que estudo é o que aqui introdutivamente apresento, como um resultado de produção do conhecimento em perspectiva de cruzamento de disciplinas — pela qual pesquiso a paisagem de um lugar, em contato muito próximo às vidas de seus habitantes, as quais procuro apreender a partir de sua particular e histórica relação com o meio. Em alguma pretensão de superação do que Augustin Berque chama de paradigma ocidental moderno clássico, em procedimentos em que procuro alcançar a atitude qualificada por esse autor como acientífica. Nesse meu ato, portanto, busco alternativas à operação fundante e mais característica do método científico moderno: o seu dualismo, mecanicamente operado pela abstração por intermédio do par sujeito/objeto, no interior da grande excisão cultura/natureza. Sigo, desta forma, o desconfiar berquiano sobre o eu racional de Descartes — aquele que para existir só necessita pensar, sem dependência de nenhum lugar ou coisa material (BERQUE, 2014b, p. 10;18;91;149).

Então, sou eu que aqui apresento essa tese: um ser humano, organismo vivo, feminino e sensivelmente inquieto a respeito do conhecimento. Com um interesse que nasce em incômodos que experiencio ao longo de minha atividade profissional como engenheira química. Incoerências que dizem respeito ao surgimento e evoluções das variadas normatizações protecionistas ambientais e seu contexto ético de aplicação, geradas na conjuntura da modernidade técnico-científica.

Por intermédio do que estudo decido adicionalmente entender melhor o que Ingold (2000, p. 16) chama de ecologia da vida, e nesse caminho, acessar “um tipo de conhecimento que é fundamentalmente resistente à transmissão em uma forma textual autorizada, independentemente dos contextos de sua instanciação no mundo”. Demarco a localização da minha perspectiva crítica a partir da América Latina, em concordância ao defendido por Walsh (2005, p. 16; 2012 p. 11), como sendo necessário o protagonismo das especificidades da história em processos de construção do conhecimento para um lugar que tenha antecedentes coloniais. Necessidade nesse caso, particularizada pela consciência das assimetrias associadas à historicidade particular brasileira. Em resumo, entendo que a maneira pela qual conduzo minha ação de conhecimento alinha-se genericamente ao que essa autora enuncia como sendo o propósito da decolonialidade: “entendido como o simultâneo e contínuo processo de transformação e construção de radicalmente distintos imaginários sociais, condições e relações de poder e conhecimentos”. Em aproximação a ações emancipatórias, compreendidas de acordo ao significado colocado por Walter Mignolo e Arturo

Escobar: aquele dado pelo efetivo engajamento simetrizante do conhecimento, que permite a descoberta de disruptivo paradigma outro, junto a pensamentos oriundos das margens e representativos das diversidades e especificidades ecumenais que não constam nas platitudes científicas majoritárias modernas. Resumindo, esforço-me por levar a sério as práticas dos habitantes da paisagem que pesquiso (ESCOBAR, 2005; MIGNOLO, 2003, p. 21-23).

Dedico-me a conhecer melhor uma situação desse tipo que reconheço constelada principalmente em Caxias do Sul e no seu entorno: centro da conurbação urbana do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, no limite superior de classificação dos municípios brasileiros de porte médio (ANDRADE; SERRA, 2001; PEREIRA, F. M.; LEMOS, 2003). Conforme o último censo demográfico, a sua população está próxima ao meio milhão de habitantes, maciçamente concentrada em suas áreas urbanas, que distam dos maiores cursos d'água da região, os rios Caí e Taquari-Antas. Por essa razão é que Caxias do Sul, futuro centro da segunda região metropolitana estadual², busca na rede de pequenos arroios dos Campos de Cima da Serra a água para seu abastecimento urbano, industrial e doméstico. Estima-se que os dois reservatórios no distrito de Vila Seca, dos arroios Faxinal e Marrecas, podem hoje abastecer 70% de suas necessidades de água potável. Sendo na esteira dessa lógica de paulatino acesso às águas superficiais mais próximas é que o planejamento municipal urbano caxiense projeta que a expansão dessa necessidade será atendida por barramentos futuros no distrito vizinho de Criúva, nos arroios Mulada e Sepultura.

Os distritos de Vila Seca e Criúva foram incorporados em meados do século XX ao município, por intermédio de anexações advindas da lindeira municipalidade de São Francisco de Paula (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE, 2013). Dessa maneira é que se incorporou à cidade (propalada pelo senso comum como o berço da colonização italiana no estado) uma população local que se identifica prontamente como sendo de 'gaúchos'. O destaque do termo merece explicação: com ele se quer dizer não somente o gentílico do habitante do estado do Rio Grande do Sul, mas enfatizar a presença de sua figura culturalmente emblemática, com ideário relacionado à criação de gado bovino em pastagens autóctones, majoritariamente situadas no Bioma Pampa (OLIVEN, 2006).

No entanto, esse gaúcho, que aqui se auto especifica como 'serrano', encontra no município o início das formações campestres que se situam no Bioma Mata Atlântica. Os

² Projeto de lei em tramitação no legislativo estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Campos de Cima da Serra, ou os Campos do Planalto das Araucárias, que avançam até o estado de Santa Catarina, constituindo em torno de 8% das formações campestres do país todo. A paisagem é distinta das coxilhas de ondulado mais suave, em relevo quase plano da Campanha — cá se tem um campo mais dobrado, que compõe um mosaico com vegetação arbórea de grande porte. É a floresta com araucária (Floresta Ombrófila Mista), que se estabelece em regiões de altitude superior a 800 metros, situando-se no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (BOLDRINI, 2009, p. 9; SCHLICK, 2004).

A definição legislativa expressa na definição das Zonas de Produção de Água e as ações executivas daí advindas³, sobreposta às polêmicas e movediças regulações em torno do manejo com fogo associado à pecuária em campos autóctones da região dos Campos de Cima da Serra, são exemplos pungentes de deliberações de origem urbana que acabam trazendo uma série de restrições à vida de atividades agrícolas familiares predominantes dos habitantes do lugar: 3.916 pessoas que, em 2010, tiveram seu domicílio registrado nos 614 km² desses dois distritos, compreendendo 38% da área total do município (BEHLING *et al.*, 2009; CAXIAS DO SUL, 2005; IBGE, 2010b;2010c).

Como parte importante de um quadro de geral desconforto externado pelos agricultores, arrola que, na mesma região definida como de importância como zona de águas, de definição de corredores ecológicos e de zonas de interesse turístico, a cidade instala a Penitenciária Regional de Caxias do Sul, a Central de Tratamento de Resíduos Rincão das Flores e um Aterro para Resíduos Industriais. Além dessas intervenções, há possibilidades de novas e importantes alterações na região, como o projeto de novo aeroporto no vizinho distrito de Vila Oliva. Outro exemplo desse paradoxo reside na comparação entre duas atitudes com relação ao manejo da araucária. Escuto dos agricultores e visualizo em pesquisa exploratória que a construção da barragem do arroio Marrecas derrubou, legalmente e de uma só vez, porção significativa de mata atlântica (Floresta Ombrófila Mista), repleta de araucárias e xaxins⁴, entre outras espécies ameaçadas deste bioma⁵, em procedimento interdito aos

³ Projetos de desenvolvimento rural intencionando melhorar a condição de vida dos agricultores.

⁴ Neste local a mata atlântica caracteriza-se pelo mosaico de campo e floresta, que nesse caso é consistindo em um mosaico de campo nativo e floresta ombrófila mista, também dita mata de araucária, com destaque para a presença de *Araucaria angustifolia* e também dos xaxins (*Dicksonia sellowiana*).

⁵ Conforme descrito em Darós (2012) e Ruivo (2012). Sobre a criticidade de conservação da *Araucaria angustifolia* e *Dicksonia sellowiana*, de acordo a Mantovani (2004) e Vieira da Silva, Miguel e Reis (2009).

agricultores, a não ser para uso individual e mediante uma série bastante complexa de licenciamentos ambientais. (RIBEIRO, C., 2014).

Realizei pesquisa exploratória, em fase anterior a essa tese, da qual resultou uma narrativa escrita da trajetão⁶ da paisagem de Vila Seca e Criúva, por intermédio de abordagem etnográfica guiada pelo estudo dos sistemas agrários. Nesse procedimento, detectei a presença dos critérios empíricos berquianos dispostos para identificação da noção de paisagem (como cultura própria, significando mais do que a sensibilidade ou o sentimento paisageiros). Ao mesmo tempo, evidenciei as conexões das atividades agrícolas familiares com a existência do mosaico de campo e de floresta, característico da longa apresentação do Bioma Mata Atlântica na região. Tal evidência foi possível pelo apoio de estudo cartográfico, no qual pude quantificar as porções de mata e campo nativos em 1871, 1980 e 2011, mostrando que, uma vez cessando o processo de predação da Floresta Ombrófila Mista (fundado no urbano), a paisagem se recompõe em paralelo ao ininterrupto desenrolar das atividades da agricultura. Todavia, se posso dizer que esse lugar contém um intrínseco proceder de conservação, igualmente devo apontar que corresponde a um território em disputa, onde outras visões de paisagens estão em jogo. Desse modo, Ribeiro, Dal Forno e Miguel (2015) evidenciam que a paisagem é um bem comum no lugar, no sentido de Hess e Ostrom (2007) e Leite (2012): ela é um recurso (cultural e mutável), como tal compartilhado por pessoas e, portanto, sujeito a dilemas sociais.

A ruralidade do lugar tem raízes fortes em suas práticas agrícolas, que podem ser alojadas em gradações de campesinidade, como proposto por Woortmann (1990), característica grosso modo compreendida segundo a agricultura familiar situada na ruralidade contemporânea: em um quadro de complexificação ligado às suas atividades produtivas, integrando diversidades outras além das agrícolas — coexistem nessa paisagem agricultores e extrativistas, artesãos e artífices, promotores de turismo rural e prestadores de serviços, entre outros tantos meios de vida que poderiam ser arrolados na atualidade brasileira. Além disso, faz-se necessário considerar as atividades de membros da família que são desenvolvidas igualmente no meio urbano não muito distante (DIEGUES *et al.*, 2000; FAVARETO; WANDERLEY, 2013; WANDERLEY, 2001).

⁶ Trajeção é o neologismo proposto por Berque para designar o movimento de contínua interação entre os mundos objetivos e subjetivos, que compõe a realidade dos nossos meios, cujo conjunto constitui a ecúmena — a parte habitada da Terra (BERQUE, 2011a, p. 188; 193 e 194).

A densidade da narrativa de paisagem já realizada permite visualizar possibilidades emancipatórias inseridas na discussão das alternativas de sua conservação: tanto pelas alteridades internas a essa paisagem, como pelas demandas de recursos naturais⁷ e ordenamentos ambientais técnico-científicos oriundos da interface com uma já grande cidade. Dessa forma, ilumina dimensões outras do relacionamento desses seres humanos com o seu meio, em complementaridade à autorreprodução inerente a uma dimensão somente ambiental. Em outras palavras, evidencia-se que os seus modos de viver contemplam dimensões de fruição desse meio, o que caracteriza de algum modo os anseios de continuidade da existência do lugar. A sobrevivência, porém, não é qualquer uma, porém, aquela que contém as riquezas específicas da paisagem do lugar — em toda a sua diversidade e delicados aspectos de alteridade e associados desejos de emancipação (RIBEIRO, C., 2014).

À luz dessa problematização e da incipiência do reconhecimento das possibilidades de gestão da paisagem na região e, mesmo no país todo, apresento essa tese de doutorado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em campo empírico de estudos nos Campos de Cima da Serra, nas circunvizinhanças do município de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, conforme será detalhado no Capítulo 2.

O seu tema, alojado na linha de pesquisa “Mediações Político-Culturais, Estruturas Produtivas e Configurações Sociotécnicas do Rural”, vem a ser: ‘aprofundar o conhecimento etnográfico da trajeção (no sentido berquiano) de uma paisagem rural brasileira, em contexto de proximidade a um aglomerado urbano de um grande município brasileiro’.

Proponho nesse estudo ‘indagar se a paisagem desse lugar apresenta possibilidades de emancipação, envolvendo desejos de continuidade dos projetos de vida de seus habitantes e os urbanos anseios normativos projetados sobre esse território em disputa’.

O seu objetivo geral reside em: desvelar as atitudes emancipatórias dos habitantes da paisagem de um lugar rural (enquanto bem de uso comum), tendo em vista sua relação com vizinhança urbana e buscando entender sua duração a partir da perspectiva dos projetos de vida dos seus habitantes rurais.

Vislumbro como objetivos específicos, em relação a esse desvelar pretendido: i) situá-lo historicamente no que tange ao caminho de constituição da parte sul do estado nação

⁷ Recursos naturais entendidos, nesse caso, de acordo ao conceito em discussão conforme Venturi (2006, p. 15), contendo a ideia de exploração, em dado tempo e espaço, de “elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda”, para satisfação de necessidades humanas.

brasileiro; ii) compreender a sua duração a partir da perspectiva da vida dos seus habitantes rurais; iii) identificar a normativa concepção de ruralidade incidente à paisagem do lugar.

Conduzida por intermédio do método que escolho — o de acessar a memória coletiva com o intuito de realizar uma narrativa visual etnográfica compartilhada — emerge então essa tese. Conjunto de textos que contém a tradicional composição em tríduo, correspondente às comunidades tradicionalmente envolvidas em uma etnografia, quais sejam: aquela que corresponde aos textos da história (imagens e escrituras, nesse caso), a comunidade composta pelos autores que são trazidos para interpretar essa história e a comunidade de seus leitores. Acrescento a tal esquema de compreensão da elaboração etnográfica o que reconheço como uma quarta comunidade: aquela integrada pelo conjunto de pessoas realizando essa narrativa.

Pragmaticamente, procuro contemplar essa quarta parte com a inclusão de um prólogo, distribuído ao longo dos capítulos escritos. Igualmente realizando, em seu caráter misto de imagem e escrita, alguma ligação com os episódios do filme, o outro texto dessa narrativa. A esse respeito, uma correspondência é sugerida no sumário — mas ela não é obrigatória. Os textos escritos e imagéticos, a bem da verdade, serão vistos na maneira ou sequência que o leitor escolher como a melhor para si. Talvez de forma não exatamente coincidente — pois são coisas distintas, embora pensadas em estreita interdependência. Dessa forma, a essa introdução, como não poderia deixar de ser, corresponde à abertura do filme *Desejos de Paisagens Serranas*. Início de trabalho, no qual, não por acaso, as vozes dos moradores pedem licença, e dizem de sua intenção.

Finalmente enfatizo que, não havendo como realizar um compartilhamento autoral dessa obra em seu formalismo acadêmico, esmiúço sua base de inserção — em uma pesquisa acadêmica por mim proposta, busco ao menos enfatizar as partes por ela mobilizadas e seus respectivos papéis. Os pesquisados, em primeiro lugar, e depois os leitores e/ou espectadores detêm o poder de com seus resultados empreenderem o que desejarem. Uma potência tão exclusiva como a responsabilidade autoral, essa inteiramente minha. Reafirmo justamente a existência dessa possível inter-relação, que permanece no mais das vezes oculta com relação ao outrem receptor ‘da leitura’. Interrogo dessa maneira as possibilidades desse encontro etnográfico acontecer mesmo, igualmente evidenciando a permanente liberdade de ação de cada um dos envolvidos nessa trama, que, neste caso, é a tese que apresento — ‘Desejos Serranos: a Emancipação de uma Paisagem nos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul, Brasil’.

Rios são importantes para mim. Eu nasci nesta capital que margeia o Guaíba, na época em que ele era chamado de rio, e sempre escutei e vivi história das quais ele e outras águas, mais doces do que salgadas, sempre fizeram parte e, de alguma forma, ficaram na minha memória. Minha mãe conta que tomava banho quando criança em praia com conchas, onde hoje é o Beira Rio, e de como ela teve de sair de barco de onde morava, na enchente de maio de 41. Meu pai, quando veio do interior na década de 50, trabalhou na escavação das fundações da ponte móvel do Guaíba. Mais tarde, ele me levou às minhas primeiras praias, em outros rios pelo interior deste Rio Grande. Tenho lembranças de águas límpidas, de pescarias e muitos banhos sem temor de nada a não ser morrer afogada ou bater com a cabeça em uma pedra em um mergulho mais afoito. Não havia medo de venenos, de ficar doente de hepatites e de outras moléstias e era necessário (e para mim prazeroso) caminhar um bom tempo por matas lindas e enormes para chegar às margens destas águas. Mais que ver ou ouvir falar, eu vivi isso em muitos lugares há apenas 40 e poucos anos. Sim, em lugares, localidades impregnadas de significado, para mim de natureza, de vida sã, de respeito ao dito ambiente que hoje faz parte do nosso jargão cotidiano. Várias escolhas depois disso, e nelas deparome novamente com essas águas. Neste meu trajeto o fazer artístico surge primeiro do que o

Gravura 2 — A MÚSICA DOS CAMINHOS



Fonte: litogravura e aquarela de Claudia Ribeiro (2016), série *O Divino Espírito da paisagem do lugar — impressões em Vila Seca e Criúva*, 121 x 92 mm, impressão Rogério Lopes da Rosa.

perversas: há modelos, muitos padrões... eu não me encaixo nem um pouco neste quadro. Eu não sei desenhar 'perfeito', eu não copio coisas 'de olho', eu não seguro o lápis como se espera, eu não sou talentosa como o conforto do senso comum didático sabe, por vezes, apreciar... Um marco nessas primeiras experiências é uma preciosa caixa de aquarelas, que ganhei lá pelos 7-8 anos de minha madrinha, a qual experimento por minha conta e risco, e descubro algo intrigante. Apesar das vivas cores dos tijolinhos de pigmentos, a cor — aguada — saía 'fraca' no papel, meio desbotada para a minha ânsia da época... Isto tudo fica de lado por um longo tempo e, mais tarde, entro no mundo da ciência: a química me atrai, me capta — as combinações de elementos, o empirismo desta ciência me prende — de que são feitas as coisas, como a matéria se apresenta, as reatividades, as inércias, as energias de ativação, o que combina com quê, o que reage ao quê; os processos me interessam, o produto é o final esperado; o mundo exato (mas de fundo muito empírico), do controle, das explicações, da tecnociência me é mais atrativo nesse momento — começo a virar engenheira.

científico, muito antes de eu distinguir diferenças entre uma e outra dessas atividades, entendidas do jeito como se usam classificar essas construções do fazer humano. E este meu anseio criativo se manifesta com vontades de saber construir algo belo, um 'meu' belo. No entanto, minhas primeiras tentativas de materialização

neste mundo me deixaram impressões muito duras, até meio

2 TENHO HISTÓRIAS PARA CONTAR

Concentradamente abordo os principais embasamentos teóricos e de método acessados por essa pesquisa, genericamente definida como um esforço para evidenciar uma dada geograficidade, através da constituição da ecúmena. Segundo as palavras de Eric Dardel (2011, p. 1,2): “[...] uma relação concreta que liga o homem a Terra [...] como modo de sua existência e de seu destino [...]”. De outra parte, com a inclusão do tempo nesse ato de referenciamento, igualmente podendo essa busca ser relacionada ao que Augustin Berque denomina como o “corético trabalho da histórica”. Isso é, como sendo a maneira que a ecúmena desenvolve-se ao longo do tempo: em várias cosmofanias — as diversas maneiras de ver o mundo, de acordo aos meios que as distintas sociedades humanas tecem em cada ambiente que as acolhe, na construção dos diversos mundos de coexistência nesse planeta (BERQUE, 1998, p. 744; 2009a, p. 163).⁸

Faço essa abordagem, contudo, declarando um viés sentimental que me assombra desde muito, para o qual encontro tradução nas palavras de Davi Kopenawa, confiadas a Bruce Albert: “Quando se é jovem, ainda não se sabe nada. O pensamento é cheio de olvido. É só muito mais tarde, uma vez adulto, que se pode tomar dentro de si as palavras dos antigos.”. Nessa ação de confiança ao antropólogo francês encontro sua reflexão sobre processos de conhecimento. Não só em seu mundo, mas em outros mundos que reconhece no planeta. O xamã yanomami sabe da (quase que) obrigatória dependência do uso da palavra escrita para os processos de conhecimento do mundo ocidental, que ele define com uma precisa elaboração expressiva — é um desenho de imagens. As crianças brancas, ele diz, “têm que aprender a desenhar suas palavras torcendo os dedos desajeitados por muito tempo e com os olhos cravados em peles de imagens”, para que mais tarde possam reproduzir as falas de seus grandes a partir do desenho dos discursos de seus maiores, em recuperação feita “cravando o olhar em peles de papel”. Kopenawa na produção desse seu relato a Albert, dentre vários enunciados importantes, traz esse, de que a sabedoria do seu mundo — o dos habitantes da floresta — não é transmitida desse modo. Ela depende dos específicos modos yanomami de aprender. Na sua condição de xamã, testemunha sobre o particular estudo que o levou a perceber a beleza e a resplandecência dos xapiri, processo em que os adultos iniciados escutam as palavras desses maiores. Uma vez que os xapiri, as imagens dos espíritos que

⁸ Esse capítulo utiliza praticamente na íntegra o disposto em Ribeiro (2017), seu primeiro esboço.

aparecem nesses seus processos de estudo, de aprendizado “de pensamento”, são as de grandes homens, que “falam de lugares onde seus pais e avós viveram no passado”. Aparições que não mais se perdem, e que viram, em intrincado e complexo modo de proceder, pela “fala direita” dos yanomami, “o nosso histórico”. Ele distingue tal aprendizado do modo de conhecer do dos brancos, que “Guardam suas velhas palavras desenhando-as e dão a elas o nome de história. Depois, ficam olhando para elas e acabam conseguindo fixá-las no pensamento.” (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 376;377;458;466).

Dessa reflexão filosófica, que nessa condição⁹, demarca conceitualmente a possibilidade da existência de vários tipos de aprendizados e de constituição histórica, estabeleço uma possível ligação desse presente texto com outro, de caráter imagético. Escrevo então sobre o episódio *Bem-vindo Divino*, do filme *Desejos em Paisagens Serranas*, explicando a minha intenção de que ele conte um pouco do que me aconteceu na fase anterior dessa pesquisa. Intuitivamente, nesse primeiro contato com o campo empírico de estudo fiz muitas fotos. Mencionando o caráter intuitivo dessa ação quero explicar do fato de não ter ainda naquela época um projeto prévio para a adequada apreensão desse material e de seus possíveis significados. Contudo, tal acervo, mesmo nessa incipiente condição, já apontava para a necessidade da ultrapassagem da via escrita como exclusiva forma de sua subsequente elaboração. É, portanto, sem o conhecimento da possibilidade narrativa fílmica etnográfica que registrei primeiramente muitas fotos, vários áudios e alguns poucos e rudimentares vídeos. Entendo essa emoção daquela época — enquanto agitação de sentidos, em seu sentido etimológico — como motivadora desse posterior percurso adotado em direção da forma fílmica, em muita proximidade à minha via de afetação pessoal em relação ao mundo estudado. Qual seja, um caminho de compreensão afetiva, como traz Novaes (2008, p. 468) a partir de MacDougall (1998, p. 81): “aquele que vem do reconhecimento de algo familiar e que é do domínio da experiência”, em um acrescentar que esta autora vê se somar ao “conhecimento descritivo (domínio dos fatos) ao conhecimento estrutural (domínio das relações) e ao conhecimento explicativo (domínio da teoria)”.

Naqueles dias em que me incorporei à equipe de festeiros em Vila Seca, eu começava a definitivamente enfrentar o apelo de construir uma imagem “concreta” a partir de outras, mas ainda sem saber integralmente o tamanho desse empreendimento. Além de enfrentar a

⁹ Como entendido por Deleuze e Guattari (2010, p. 10), se todo o tríduo ciência, arte e filosofia é criativo, somente nessa última, em seu sentido estrito, reside a criação conceitual.

imensidão de significado que eu sentia — pois, experimentava, emocionava-me —, meu impulso tinha uma segunda motivação. Adicionalmente a me questionarem a respeito dos meus porquês e intenções, desde o tenro início de nosso contato, as pessoas pediam que eu tirasse fotos, ‘para tê-las de volta’. De pronto compreendi que, ao menos com as fotos, o resultado da minha ação de conhecimento poderia continuar a ser entendido no lugar — o que eu temia que o formato acadêmico convencional não pudesse fazer. Do conjunto de registros desse encontro fundamental que começa em 2013, seleciono essa sequência fotográfica, na companhia da música que pede licença para a louvação do Divino Espírito Santo adentrar nas casas das pessoas. Ela, a música, é outro elemento onipresente nos encontros com as pessoas. A esse respeito, essa primeira construção fílmica versa, dentre outras coisas, sobre um terceiro ponto crucial que reconheço nessa relação de conhecimento que então se estabelecia: a canção e esse episódio falam do momento de delicada permissão que tantas pessoas me concederam. Aquele do instante em que eu, última pessoa da fila dos festeiros, de início em completa e recíproca estranheza ao lugar, adentrava na intimidade das casas, era apresentada e explicava o que estava a fazer ali. Desse ponto em diante, em modos variados, as pessoas passaram a confiar no uso que eu fazia com o que ali captaria dessa convivência — íntimos momentos de partilha espiritual, de suma importância para essas comunidades.

A minha escolha não é fortuita. A moradia da família de Erci Castilhos de Araújo, por exemplo, foi construída em 1876 pelos seus antecedentes açorianos que vieram de Santo Antônio da Patrulha. Ao que me foi relatado, é a última deste tipo que ainda está íntegra, das muitas que antes havia na região — as casas de barro. No fundo do vale e ao lado do arroio, a arquitetura da taipa exterior de pedra protege a casa que, quando se abre, mostra seu interno conforto dado pela íntegra generosidade das tábuas de araucária das paredes e piso, que dão menção do tamanho dos pinheiros que lhes deram origem. Nessas paredes de madeira foi que, mais do entendi, ‘vi’ pela primeira vez, a importância visual das memórias do lugar. Os estimados touros e bois de canga do falecido progenitor da família têm a sua fotografia disposta da mesma forma que pessoas queridas de todas as épocas. Fico assim pela primeira vez sabendo que ‘os bois tinham sempre um nome’, em memória não definitivamente escrita.

Havendo explicado essa possibilidade de interligação, trago em seguida o delineamento epistêmico da pesquisa, para posterior aprofundamento dos conceitos e noções teóricas por ela mobilizados: explico o que vem a ser a trajeção da paisagem e sua historicidade. Depois, descreverei quais os procedimentos que viabilizaram a realização de

uma etnografia visual da paisagem de um definido lugar, intencionando conhecer em profundidade as tarefas rotineiras das famílias de agricultores que ali são habitantes. Por fim, situarei os contornos éticos desse ato de conhecimento, de inevitáveis implicações à comunidade por ele abarcada.

2.1 A TRAJEÇÃO DA PAISAGEM E SUA HISTORICIDADE

O geógrafo francês Augustin Berque diferencia: o meio não é o ambiente, em reflexão não usual nesse terreno epistemológico. É no meio que a história acontece e onde atuam as subjetividades humanas e suas simbologias. Detalha o autor que “a ecologia não é o simbólico e o ambiente não é a paisagem, ainda que a paisagem suponha o ambiente e que os símbolos de que é portadora existam não menos nos ecossistemas do que no nosso imaginário”. Recuperando a noção geográfica de ecúmena em termos relacionais — do biunívoco referenciamento da humanidade ao planeta, ou do relacionamento da humanidade com a extensão terrestre, o autor estabelece o que chama de “*problemática do mundo ambiente*”, que surge como própria expressão da habitabilidade da Terra (BERQUE, 2011a, p. 188; 192,193, itálico do autor).

Escolho a referência teórica desenvolvida pela obra de Augustin Berque, por afinidade encontrada com o seu modo de percepção da relação humana com o espaço. Nisso compreendido uma noção pela qual tenho especial interesse — a paisagem, disposta nesse corpus teórico autoral em relação a um “sistema de ideias e valores” como dito por Bonniol (1995, p. 51). Ou em entendimento conforme Cauquelin (2013, p. X, destaque da autora) explica que Berque dá a ver em seu trabalho sobre o Japão, “oferecendo um agenciamento, uma ordenação, e finalmente uma ‘ordem’ para a percepção do mundo”. Em robusta reflexão epistêmica e ontológica da noção, em tal conjunto finalmente encontro esforço pela sua apreensão empírica, bem como de seus aspectos objetivos e subjetivos. Finalmente, interessa-me sobremaneira sua especial preocupação com a consideração e análise da questão temporal nesse processo de conhecimento.

Abordo assim em grandes linhas os estudos de mediância fundados por esse autor. De início, tal termo sendo explicado quase que como uma propriedade — “a dimensão ou caráter atributivo dos meios”, posteriormente explicado como sendo “[...] o acoplamento dinâmico formado pelo indivíduo e seu meio, e é este par que é a realidade do humano em sua plenitude existencial.” (BERQUE, 2014a, p. 32 e 33, itálico do autor). Nesses estudos, Berque propõe

investigar esse sentido, descrito por ele como sendo simultaneamente objetivo e subjetivo, que traduz a relação de uma sociedade com a extensão terrestre, produzindo o ambiente em sua realidade local. Essa própria relação — que é um meio — dá-se pela articulação de três níveis: o do em-si das coisas (o mundo objetivo ou a extensão do mundo físico) e da natureza; o das relações ecológicas entre a espécie humana e seu ambiente e o da paisagem. Sendo que nesse último nível é que a cultura naturaliza a subjetividade coletiva, por intermédio das relações de ordem simbólica. Tal problemática é situada no contexto da cisão da modernidade, trazendo uma “desmesura” entre as instâncias ditas objetivas e subjetivas, uma “crise de sentido característica de nossa civilização”, em constatação de triplo afastamento: “perante as coisas (pelo dualismo), perante outrem (pelo individualismo) e perante o seu próprio corpo, doravante tratado pela ciência e pela medicina nos mesmos termos do que o mundo objetivo” (BERQUE, 2011a, p. 190; 193). No tocante a isso, os estudos teóricos desse autor localizam esta apreensão — particular e não universal — primeiramente aparecendo na China, século IV d.C., mais de mil anos antes de sua consolidação na Europa renascentista. Enquanto suas incursões empíricas encontram um ‘fato antropológico total’. A saber, a maneira pela qual os “miseráveis pioneiros do pós-guerra” no extremo norte do Japão moldam o ambiente para realizarem arrozais em um clima extremamente frio (BERQUE, 2014a, p. 25-28). A partir dessa constatação, o autor salienta a necessidade e urgência de se saber, para cada meio, a análise da trajetória que produziu a sua realidade ambiente, pela combinação do universal e do singular. Nesse sentido — o do caminho para reencontrar essa medida do mundo ambiente, enfatiza “o valor epistêmico e prático sem precedentes” que encontra no conhecimento dessa realidade trajetiva por intermédio do reconhecimento da paisagem. Gerir melhor a ecúmena, ainda de acordo ao autor, “passa necessariamente por uma melhor gestão das paisagens”. Nela reside, segundo ele, “a medida comum do Homem com a Terra, e do Homem consigo mesmo” (BERQUE, 2011a, p. 192;194;198).

Berque realiza um profundo mergulho metafísico para entender os vários “pontos de vista de enunciação de nossas ideias sobre o mundo”, no entanto, em correlação com o que ele diz que contemporaneamente chamamos de “consciência individual”. Principalmente cotejando pensamentos e obras de Platão, Heidegger, Santo Agostinho e Nishida Kitarô (dizendo, *en passant* sobre as possíveis ressonâncias entre a obra desse filósofo japonês e a de Deleuze), o autor se insere no imbróglio filosófico contemporâneo, pelo que chama de “paradigma ocidental moderno clássico” ou de “Topos Ontológico Moderno”. Berque, nesse

cenário diz que, a partir da intensa utilização do mundo físico (ou objetivo) possibilitada pela revolução científica do século XVII, o mundo passa a ser entendido como “abstraído do sujeito”, sendo constituído por “objetos quantificáveis e manipuláveis, dispostos num espaço absoluto (homogêneo, isotrópico e infinito), onde os lugares são neutros”. Entendimento não mais, como antes, fenomênico — onde expressaria “o real em-si, irreduzível à ilusão dos sentidos [...] em que as coisas e os lugares são sempre qualificados pela sua relação com o sujeito”. Dizendo que não tem vergonha de pensar com o corpo, ele propõe sairmos da desesperança da razão progressiva, teleológica, do projeto e do progresso, para passarmos a praticar a razão trajetiva, a razão da escala primeira, a “do nosso corpo ao longo da vida sendo um e outro”, aquela que “dá a medida das coisas”. Essa trajetão é a que predica (transforma) pela técnica, “nosso corpo em mundo sobre a terra”, e, de outra parte, pelo símbolo, “introverte o mundo em nossa carne” (BERQUE, 2009b, p. 46; 59; 226; 401; 402; 2011a, p. 189; 2014b, p. 35).

Intencionando a melhor compreensão dessa análise trajetiva, encontro complementação na produção teórica de Tim Ingold, quando ele “aniquila o espaço”, no sentido de seu questionamento sobre o significado altamente abstrato dessa palavra. Vocábulo por qualificado como desconectado da vida e da experiência em suas realidades, por isso, não sendo próprio de nenhum modo à habitação, cuja detalhada consideração é que funda a sua “perspectiva do habitar”. Pela qual, entre outras coisas, o autor visualiza um conjunto de afazeres (*taskscape*) acontecendo na paisagem como prerrogativa para a vida humana, em diferenciação ao ambiente. Como sustenta o antropólogo, tal perspectiva necessariamente associa as vidas das pessoas ao longo do tempo à modificação do espaço. Um contexto que compreendo mais como de defesa de sua própria perspectiva teórica, pela habitação do mundo, do que inserida em um debate geográfico, aquele das disputas de definição de melhores recortes ‘espaciais’. Ingold (2012) intervém nessa discussão em maneira muito similar a de Berque, porém, com outro foco. Estudando sobre o processo criativo junto a Paul Klee, autor que busca a partir da referência de Gilles Deleuze e Felix Guattari, Ingold objetiva alcançar uma ontologia que privilegie “os processos de formação, ao invés do produto final, e aos fluxos e transformações dos materiais ao invés dos estados da matéria”. Referindo-se ao mundo por nós habitado, o autor declara nesse contexto serem mais importantes as linhas “ao longo dos quais as coisas são continuamente formadas”. Mais explicitamente falando, Ingold não reconhece objetos, muito menos objetos com agência (pois, essa propriedade não alteraria

o caráter de objeto), e sim coisas no sentido dado por Heidegger — “certo agregado de fios vitais”, um “acontecer”, cruzamento de vários aconteceres. Para ele, habitar o mundo “é se juntar ao processo de formação”, em que “coisas são trazidas à vida por intermédio de sua imersão nestas circulações — de materiais”. Negando, portanto essa sua postura intelectual o fato consumado do objeto, o qual, em sua imiscibilidade entre substância e meio, mostraria apenas suas superfícies externas e desprovidas de animação (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 377; HEIDEGGER, 1971; INGOLD, 2012, p. 26;27;29;31 e 32; KLEE, 1961;1970).

O pensamento de Ingold é principalmente relacional, recusando elaborações explicativas evolutivas (ou populacionais) e em muita proximidade ao que Berque define como mediância. Elaborado principalmente a partir de extenso estudo etnográfico (seu próprio e de outros autores) que amalha sobre a relação de caçadores-coletores das proximidades nórdicas com seus entornos. Relação que inclui, de maneira visceral, o vínculo com outros seres vivos, notadamente, com os animais que são por eles caçados. Como Ingold mesmo resume sua intenção, ele quer “encontrar uma maneira de falar sobre a vida humana que elimine a necessidade de fatiá-la em diferentes camadas”. Invocando o entendimento advindo de James Gibson — de que a percepção não é uma realização da mente em um corpo, mas do organismo com um todo em seu ambiente, e de Gregory Bateson — de que a mente não se limita pela epiderme, ao invés então de considerar um ser humano constituído por um lado biofísico e outro sociocultural, mantido no lugar por um “filme de cimento psicológico”, explica a genealogia de *insight* que tem num sábado de 1988, quando passa a conceber organismo e pessoa como sendo a mesma coisa. Se entendo bem sua elaboração de pensamento, Ingold declara que uma pessoa é um organismo, sem dúvida, contudo, afirmando que nem sempre um organismo é uma pessoa — para que isso aconteça este orgânico deve ser capaz de conhecer e refletir sobre a natureza de sua existência (INGOLD, 2000, p. 3; 95).

Em seu muito conhecido ensaio sobre a paisagem, ele tece várias considerações dessa interligação em torno de um quadro de Pieter Bruegel, o velho, *The Harvesters*. Ou seja, Ingold escolhe como mote para falar de paisagem e temporalidade uma imagem oriunda de época e lugar em que surgem, no contexto Europeu, a dita pintura de paisagem. Nos Países Baixos e em paralelo à descoberta de outros planetas e de outros mundos no nosso próprio planeta (e consequentes e inesperados novos seres vivos de todas as sortes), a imagem pictural europeia se transforma. As cenas religiosas da idade média (dispostas em planos paradisíacos ou infernais, ou em vistas internas confinadas) se abrem para os grandes planos dispostos com

a perspectiva recém-aprendida, em cenas que tentam trazer o real tal qual visto para dentro do quadro. Pensando sobre a sua escolha, cogito do fato de, nesse panorama contextual, esse pintor aportar duas coisas, no meu entender, muito interessantes para o estudo das imagens. Ele faz uma espécie de etnografia pictural, uma vez que representa (metaforicamente, muitas vezes) as particularidades de costumes aldeões e camponeses. Ao mesmo tempo mostrando, em plano mais distante a esse local bem escrutinado, a presença de outros mundos. (HAGEN; HAGEN, 2015; OLWIG, 2015).

Paisagem para Ingold não é natureza, não é terra, e muito menos espaço, mas é uma história: passa a ser “registro — e testemunho — das vidas e trabalho de gerações passadas que ali habitaram e, nisso fazendo, deixando lá algo delas próprias.” Contrapondo ao que diz ser uma “[...] estéril oposição entre o entendimento naturalista da paisagem como um neutro, externo cenário às atividades humanas e a visão culturalista, em que cada paisagem é um particular ordenamento simbólico ou cognitivo do espaço [...]”, o autor recusa explicitamente o relacionamento binário ou dicotômico entre o ser humano e a natureza, ou entre uma “realidade física e uma construção simbólica ou cultural”. Ou seja, nem “a paisagem é idêntica à natureza, nem está ao lado da humanidade contra a natureza”. Alternativamente, é o “domínio familiar de nosso habitar”. É real: mas não está disposta contra ou a nosso favor. É através do exercício de viver — que Ingold ressalta que acontece não somente para os humanos, mas para todos os seus compreendidos componentes — que “a paisagem se torna uma parte de nós, tanto como somos parte dela”. Como ele melhor explica as diferenças de ordem da natureza e da paisagem: “em um mundo construído como natureza, cada objeto é uma entidade autocontida, interagindo com outros por intermédio de algum contato externo. Ainda assim, em uma paisagem cada componente abrange em sua essência a totalidade de suas relações com todos os outros” (INGOLD, 1993, p. 154) .

Acrescento nesse breve comparativo entre os dois autores (no que tange aos conceitos pertinentes a essa construção) o reparar crítico que Philippe Descola dedica aos caminhos fenomenológicos igualmente trilhados por Berque e Ingold. Trilha que o autor visualiza tendo uma raiz comum na ontologia de “ser-no-mundo”, originada na ideia de *Umwelt* vinda originalmente de Husserl (com desdobramentos posteriores feitos por Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty), bem como no interesse pelos trabalhos de Jakob von Uexküll. Pioneiros, esses últimos, segundo Descola, “sobre a construção subjetiva do ambiente pelos animais e humanos”, secundados em época mais recente pela noção de *affordance* dada por

James Gibson — “da percepção animal como dispositivo de ligação entre certas propriedades salientes do objeto apreendido e certas orientações comportamentais do sujeito que percebe”. Investigar fenomenológico comum esse, ainda na explicação de Descola, como uma busca pela descrição dos “entrelaçamentos da experiência do mundo social e físico, liberando-se tanto quanto possível dos filtros objetivistas, fazendo obstáculo à sua apreensão imediata como um entorno familiar”. Dessa forma, nessa particular busca de entendimento das relações identitárias e recíprocas entre humanos e não humanos há uma recusa na utilização de “categorias culturais por demais particularizadas ou historicizadas”, tais como “sociedade, valor, coisa em-si ou representação”, bem como a procura de “princípios transcendentais, de natureza sociológica, cognitiva ou ontológica”. O autor defende como de interesse o que essa aproximação traz de fidelidade ou verossimilhança se comparada a caminhos que enfatizam a investigação de aspectos estruturais ou causais. Trazendo ele, porém, a ressalva que essa transparência “na escala etnográfica” se torna, em sua opinião, “fator de opacidade” na inteligibilidade da complexidade global, trazida por variados “pontos de vista” obtidos em outros trabalhos históricos e etnográficos. De acordo ainda a Descola, Ingold fornece um panorama de uma geral subjetivação dos seres e das coisas em sua pragmática interação, no interior do qual se aninha Berque e sua atenta fala às formas temporais, sobre uma “ontologia relacional e uma ética do habitar pela interação prática, da qual Ingold dá uma visão panorâmica”. Se reconhece os dois autores, antes de tudo, em via explicitamente escolhida como caminho de superação ao dualismo moderno, avança Descola que Ingold poderia negligenciar os dispositivos de tradução presentes em cada humano (em uma simplificação das verdades ontológicas múltiplas). Enquanto Berque se distingue de Ingold por “um a priori sociocêntrico sem ambiguidade”, tratando o geógrafo da constituição de meios humanos — sobretudo pela projeção dos valores humanos no ambiente. Exatamente esse processo é o que Ingold tenta evitar, contornando a pressuposição distintiva entre “uma natureza muda e uma cultura ventríloqua que a abordagem fenomenológica propõe-se a abolir” (DESCOLA, 2011, p. 63,64; 67 e 68).

Berque discorre sobre a importância da história nas atitudes humanas com relação ao ambiente, na constituição de seu meio — no exercício da mediância, portanto. Desenvolvimento de raciocínio feito de seu ponto de vista bastante geográfico, como não poderia deixar de ser, em alternativa à discussão entre o determinismo do meio físico sobre o comportamento humano ou o

seu reverso possibilista¹⁰, apresenta o que nomeia como “contingência exponencial”. Como sendo uma terceira escola, fundada na fenomenologia hermenêutica, que procura explicar como as coisas aparecem em tais pessoas e culturas, partindo do sentido que é a elas conferido. Em outras palavras, a subjetividade é aproximada a uma contingência, que condiciona as escolhas que vão sendo feitas. A combinação histórica desse modo de agir configura uma “acumulação de livre arbítrio”, que é o que justifica então a denominação por ele criada. Não deixa o autor, entretanto, de ressaltar que não deve haver o esquecimento que a história natural existe antes da humana e que, nessa maior totalidade, cada espécie viva tem o seu próprio mundo. Nesse quadro, além do mais, enfatiza os dois principais aspectos que identifica no ser humano — o animal e o eco-tecno-simbólico (BERQUE, 2010;2014a).

Para Tim Ingold, é claro que a paisagem parece estar incluída no ambiente, em nuances historicizadas igualmente (nesse ponto, é importante notar que a palavra *environment* em inglês pode ter praticamente o mesmo sentido de *milieu*, utilizada em francês). Ainda mais quando se entende a seguinte sua assertiva em toda a sua extensão: o ambiente é constituído pelas pessoas, mas 'de dentro'. Adicionalmente, tais instâncias de criação do mundo — o mundo do sonho — são vistas como transhistórico, e não pré-histórico. A paisagem é, logo, um movimento no tempo. E a compreensão da qualidade desse tempo — a temporalidade passa a ser essencial para o entendimento da constituição de paisagens nas quais “as pessoas vivem” (INGOLD, 2000, p. 57;189, destaque do autor).

De tudo, principalmente retenho o que acabo chamando como a importância da historicidade da trajetória de paisagem. Ou seja, do mínimo contexto histórico que deve ser entendido associado a esse desenrolar trajetivo no tempo e no espaço: de como aspectos objetivos e subjetivos vão constituindo a paisagem na habitação de um dado lugar. Uma pista significativa no sentido de como se poderia captar essa complexidade encontro em elaboração de Ingold (2012, p. 29; 35; 36), quando ele prega “a importância de seguir os fluxos de materiais”, retomando inspiração de Deleuze e Guattari em *Mil Platôs*, e sua anterior ligação com os escritos dispostos nos cadernos de Paul Klee (1961; 1973). Em um “mundo com vida”, a importância maior é de entender o contínuo ‘processo’

¹⁰ Esclarecendo minimamente um tema que se sabe atravessado por intensos debates e revisões de posições, faz-se uso aqui do resumo de Berque (2014a, p. 16) a esse respeito. Segundo ele, o determinismo tem como ideia mestra a de que “as condições naturais determinam as civilizações”, fortemente enraizada nas escolas geográficas alemã (Friedrich Ratzel) e anglo-saxônica. Já o possibilismo, qualificado por Lucien Febvre a partir das características da escola francesa de geografia, fundada por Paul Vidal de la Blache, é corrente teórica que defende que “a natureza não determina a cultura, mas oferece-a somente possibilidades que serão ou não exploradas, de uma maneira ou outra, de acordo às contingências históricas”.

pelo qual as coisas que constituem o processo vital tomam forma, e não a forma final e acabada em si a partir de algum ponto original: o atingimento de tal estado é a morte. Sobre a ideia de duração, encontro-a no que ele observa, sobre o “[...] esforço e a vigilância que são necessários para manter as coisas intactas, sejam elas potes ou pessoas [...]”. Vigilância que Ingold também reconhece no jardineiro, “para impedir que o jardim se transforme numa mata”.

2.2 PERSPECTIVAS PARA ENTENDER A PAISAGEM

Uma associação esclarecedora sobre as relações entre noções espaciais vem de Lippard (1997): “Espaço define a paisagem, onde o espaço combinado com a memória define o lugar.” Assim demarco uma escolha de minha parte: a questão do reconhecimento da importância do lugar no estudo dessa cosmofania particular. No entanto, nessa perspectiva de entendimento da paisagem, levando-se em consideração o que Massey (2000) discorre sobre as potenciais armadilhas de sua utilização, sendo entendida não como uma visão isolacionista, fechada em si própria e produtora de paroquialismos, mas como potencialmente indutora de novos modos de coexistência de multiplicidades de mundos. Como bem demarca Ingold (2000, p. 192), lugares são centros, mas sem fronteiras. Dessa discussão e dada a característica do tema que se explora, julgou-se, portanto, necessário incluir os prováveis pontos de conexão que ligam esses distritos rurais à cidade vizinha, declinando-se em alguma extensão a consciência territorial associada às conformações urbanas e rurais em questão.

Sendo assim, de outra parte, Maria Angela Faggin Pereira Leite aponta a importância do reconhecimento, aninhado na problemática espacial, de que a delimitação conceitual e operativa de território está obrigatoriamente vinculada à discussão da paisagem de um lugar (LEITE, 2006a;2006b; 2011, p. 82-85). Posteriormente, a autora amplia as condições de utilização dessa noção para a análise social, em consideração aos usos e atores na situação implicados. De Milton Santos, destaca a fundamentalidade de entendimento pleno da paisagem, vista como uma “acumulação desigual de tempos”. Para que isso seja obtido, faz-se necessário descobrir suas simultâneas expressões, frutos tanto de “desejos coletivos dos lugares de um território, quanto de um registro de eventuais protestos contra as transformações [...] impostas a esses lugares pela modernização”. Nessa mesma direção, a autora destaca a miltoniana noção de território usado: de essencialidade demonstrada pelas formas encontradas na paisagem a ele associada, resulta do acúmulo sucessivo dos sistemas

técnicos. O reconhecimento de dois fenômenos são conceitualmente caros à identificação desse território usado: as incidências de elementos técnicos, científicos e informacionais e “o reconhecimento de sua capacidade de acolher a ação social solidária — o modelo cívico adotado pela sociedade”. Finalmente, a partir de sua conclusão, entende-se que o território usado, em sua associação com uma paisagem, configura a totalidade do espaço: “o espaço de todos, todo o espaço — e seus lugares de vida” (LEITE, 2011, p. 82-85; SANTOS, M., 2000, p. 22).

O estudo da paisagem como elemento de reconciliação do homem com a natureza, em alternativa ao beco sem aparente saída do paradigma da modernidade, encontra-se na elaboração teórica de Luisa Bonesio (2011a, p. 437; 441; 445), em reflexões conduzidas a partir da constatação de contemporânea e generalizada desvalorização de paisagens e territórios dos lugares de vida das pessoas. Situação levando a que a intervenção humana passe a olhar “o espaço natural e físico como um obstáculo a ultrapassar, reduzindo-o a uma mera ‘fonte de recursos’”. A geofilósofa situa esse panorama em um “contexto tardo-moderno”, no qual constata a “insustentabilidade de um modelo de desenvolvimento baseado no dogma de um crescimento ilimitado”. Desse ponto, ela afirma ver o território atualmente reduzido a uma “extensão indiferentemente manipulável pela técnica e por critérios economicistas ditados pela globalização”. Urge, portanto, consoante à construção da autora, recuperar as regras de longa duração no sentido da conservação e reprodução dos territórios, associados aos lugares. Lugares esses que diz ela serem revestidos de sua individualidade — que é a sua “facies cultural, o seu ser “paisagem” produzido pela comunidade que respeita a sua lei singular de configuração e manutenção” — estando estreitamente ligados, por isso, à questão da conservação.

A questão do reconhecimento da importância do lugar é destacada nesse momento — como a perspectiva de exame escolhida para este estudo. Sendo entendida não em uma visão isolacionista, fechada em si própria e produtora de paroquialismos, mas como potencialmente produtora de novos modos de coexistência de multiplicidades de mundos. Ou seja, de alguma forma há de se levar em consideração o dilema global/local.

Os lugares, como pelo que entende Bonesio (2011b, p. 472,473), “são os rostos de nosso habitar sobre a terra”, registrando, segundo ela, muitas vezes permanentemente, a extensão da atividade humana. Como “[...] palimpsestos, uma delicada e complexa estratificação de rastros, de sinais, de subversões, de remodelações e de destruições, humanas e

naturais: nunca são aqueles territórios anódinos que imaginam os projetistas de os especuladores [...]”.

Nesse ponto, importante é a reflexão que faz Leite (2006a, p. 105) sobre o ato de desconstruir uma paisagem. Em um contexto histórico cujo espírito vê como sendo “o do fragmento”, o que a autora considera possível é uma “reorganização, não necessariamente simultânea, de partes precisamente delimitadas”, guardando relação a um contexto maior, que define algum tipo de “ordem estabelecida”.

Um pouco como explica ainda Bonesio (2011a), quando diz que nessas prováveis ações de subsistência da paisagem a tradição não é dispensada. Contudo, longe de ações “embalsamatórias e eternizantes”, consiste em “processo dinâmico de seleção, valorização, adaptação do patrimônio que constitui uma cultura na sua diferencialidade, sendo também a manutenção do reconhecimento das suas matrizes formais na incessante adaptação e transformação da realidade territorial”. Porém, há de se atentar, como ressalta ela, aos riscos contidos nesses projetos. De modo que, para além dos termos de proteção e conservação, eles não caem em armadilha de fixarem somente uma identidade estética, ao mesmo tempo em que sejam indiferentes ou mesmo até promotores da destruição da identidade cultural e social a essa irmanadas. Aqui, segundo ainda Bonesio, reside o perigo do “conservacionismo museológico ou turístico”, “perfeitamente compatível com o modelo globalizante e uniformizante do desenvolvimento”. A solução aconselhada pela autora desvia do debate ideológico entre várias dicotomias infrutíferas (conservadores e progressistas, provinciais e metropolitanos, românticos e modernistas) e sugere o caminho prospectivo (BONESIO, 2011a, p. 450).

Já Leite (2006a, p. 170-172) chama atenção para a inexistência de auxílios a esse processo — o desenrolar de projetos paisagísticos — junto a abstrações teóricas. Ao invés disso, comenta que se faz a eles necessária uma contextualização ambiental: em ação de conciliação das “razões da totalidade do espaço, de caráter geral e abrangente”, com “as razões parciais dos lugares, específicas e restritas”. Em existindo, tal estudo deve considerar a abrangência dos vários processos que simultaneamente organizam o território, abarcando a relação dos seres humanos com o ambiente em cada lugar, em conexão com os processos de desenvolvimento de um país.

Pierre Donadieu (2012, p. 285; 287; 288) detalha um pouco mais além essa possibilidade. Sua construção — que, como anteriormente visto, ele esclarece estar no terreno

utópico “realista” (portanto podendo se tornar realidade para o Bem comum de todos) — é a Agropolia. Um “arquipélago de espaços urbanos construídos no meio dos campos, dos parques, das florestas e das lagoas”, que o autor descreve em detalhes. Como um campo multifuncional territorializado, que alimenta seus habitantes e propicia o desenrolar de múltiplas atividades humanas, em convivência com o global e o local: a defesa de sua real existência feita por Donadieu sem dúvida deve ser futuramente bem explorada.

Bonesio (2011a, p. 445, destaque da autora) chama atenção para a longa enunciação teórica de Alberto Magnaghi sobre de como naturalmente age o ‘sistema vivo’ de um território. Esse autor propõe o projeto local como uma utopia do mundo plural: não uma coabitação com o global, mas acreditando na “quadratura do círculo”. Em suas palavras, uma “globalização por baixo”, significando, com isso, a resistência ativa ao global e a construção de redes solidárias. Reconhecendo a paisagem, no entanto, atuando em escala territorial, através do instrumento conceitual e operacional que propõe: a biorregião urbana. Em alternativa às megacidades, prefere apostar em uma visão “de um planeta formigando com biorregiões urbanas em rede”, com a mundialização sendo ancorada em cada lugar, através da “gestão coletiva do território, esse bem comum”. Apoiando-se na visão da paisagem agrária histórica, ele diz que é necessário ver que uma paisagem que admiramos, e na qual vivemos hoje, foi concebida em outras épocas. Já o território, “[...] uma imensa obra de arte viva, produzida e entretecida ao longo do tempo pelas ‘pessoas vivas’, como ditas por Emilio Sereni (1972) [...]”, é por ele considerado como um bem comum, “[...] por que ele constitui um meio essencial à reprodução material da vida humana e à realização das relações socioculturais e da vida pública [...]” (MAGNAGHI, 2000, p. 115; 2014, p. 7 e 17). Segundo ainda Magnaghi (2000, p.71, destaque do autor), o conceito de salvaguarda e valorização pressupõe que ele se refira a ‘bens’ comuns, que constituem as características essenciais da identidade local, invariantes, não porque assim sejam considerados pela lei, mas precisamente porque eles não variam ao curso dos diversos ciclos de territorialização, que constituem os sistemas ambientais, as redes ecológicas, as bacias hidrográficas, os sistemas costeiros, as paisagens históricas, as tipologias de constituições territoriais e urbanas relacionadas à identidade de longa duração, os tecidos agrários, os modelos socioculturais, os valores relacionais entre essa fixação e meio: em suma, as características cuja perda e degradação podem comprometer a sustentabilidade do desenvolvimento, fundada precisamente sobre a interpretação desses valores patrimoniais como recursos.

Visão muito próxima de Deffontaines, quando discorre sobre o papel dos agricultores na produção da paisagem em territórios locais. O autor, geagrônomo, entende esse trabalho a partir da “gênese das formas e de suas dinâmicas”, ao mesmo tempo em que coloca o desafio da invenção da estética da paisagem ligada a essa atividade, porém, enfatizando o seu entrelaçamento à discussão sobre a conservação dessas formas. Não por elas próprias — e sim, como na arquitetura, reconhecendo a harmonia vinda de sua organização, de sua funcionalidade e de sua inteligibilidade, associada a “sensibilidades sociais que diferem no espaço e no tempo” (DEFFONTAINES, 1998, p. 328 e 329; 336 e 339).

2.3 POR UMA ETNOGRAFIA VISUAL DA DURAÇÃO DA PAISAGEM

Gutwirth (2001), Oliveira (2006) e Peirano (2014) situam o ato etnográfico como sendo uma experiência compreensiva e não simplesmente metódica. De acordo a eles, a experiência antropológica é, antes de tudo, uma opção teórica. Se Oliveira (2006) recomenda que o etnógrafo delimite os terrenos epistemológicos de seu trilhar antes de sua partida para o terreno empírico de sua investigação, Carvalho (2001) o vê contemporaneamente como transitando por “[...] gêneros disciplinares difusos, ou imprecisos [...]”, com o campo cultural podendo ser apreendido em renovadas incursões. Cita, nesse sentido, as produções em Antropologia Visual, Religião, Etnopoética e Etnomusicologia como exemplos para ilustrar maneiras de “descolonizar paisagens mentais”, em metamorfoses do fazer etnográfico para lidar com essa relativamente nova situação de atuação.

Esse último autor, José Jorge Carvalho, reconhece que essa nova situação é conformada por variadas correntes e compartimentos disciplinares e suas recombinações. Ressalta ele, porém, que esse fazer se inscreve em inquietações relacionadas ao papel que as ciências sociais bem desempenham no contexto do projeto moderno, como um mecanismo produtor de alteridades. Nesse sentido, sua preocupação — quando sugere um trabalho etnográfico com sensibilidade distinta do que denomina ser a desconstrução histórica proposta pela estratégia pós-colonial — antecipa os questionamentos de Catherine Walsh (2007) em torno da produção de conhecimento nas ciências sociais e da busca de novos lugares de pensamento. Em vez das revisões literárias de obras consagradas, o autor propõe uma pesquisa engajada, na qual se avalie criticamente o fazer etnográfico, com um consciente situar dos papéis nele exercidos. Contudo, ele enfatiza a dificuldade de manter duas lealdades: é preciso escolher entre a metrópole e a subalternidade. Por meio da

inscrição das obras de nossas populações, Carvalho antevê a produção de gramáticas a serem utilizadas “num caminho emancipatório das comunidades postas à margem dos recursos do Estado ao qual estão legalmente atadas”. Oriunda da riqueza de sua construção, a partir dos principais autores pós-coloniais, retém-se uma de suas constatações e relacionada sugestão: a da difícil tarefa de viabilizar a fala do subalterno, nos termos de Gayatri Spivak (1993). A partir da literatura oral, o autor estimula que se coloque o texto periférico como tema inicial, por intermédio da escuta e registro de “vozes ainda não inscritas no cânone”, compondo uma obra a partir do trabalho de recomposição e aglutinação desses fragmentos. Já Walsh (2007) nisso inclui possíveis externalidades aos convencionais circuitos acadêmicos, e igualmente enfatizando o emprego de procedimentos que tensionem as teorias eurocêtricas. O alerta principal da autora é o de manter presente a delicadeza de condução dessa missão, com evidentes riscos de folclorizar o sujeito ou de municiar estratégias para sua manipulação e controle político (CARVALHO, J. J., 2001, p. 109;116;138;140).

Nesse sentido, redimensiona-se o ato etnográfico, para, seguindo as tarefas que fazem parte do modo de vida em Criúva, Vila Seca e seus entornos, entender as perspectivas de duração da paisagem de seus habitantes. A qual, dessa forma, é enfim declarada: como apontando na direção do disposto pela etnografia da duração de Rocha e Eckert (2013, p. 28), aqui aproximada à perspectiva do habitar, seguindo as malhas da paisagem conforme Ingold (1993; 2012). Tendo em vista o já declarado objetivo centrado no entendimento das lutas emancipatórias dos habitantes da delimitação proposta para estudo, mediante o aprofundamento de suas narrativas de trajeção de paisagem, caracteriza-se o contexto espaço-temporal do dilema social bem identificado nessa situação.

Justo o drama social — como intriga de fundo da vida humana em encruzilhada espaço-temporal — é relacionado por Rocha e Eckert (2013, p.30 a 32) à fenomenologia dos estudos de memória em contexto moderno-ocidental, compreendida principalmente a partir de Paul Ricœur. A cultura, por sua vez, ao mesmo tempo em que sedia “a esperança essencial” da humanidade, depende visceralmente do processo de identificação do ser humano com algo, como explica Durand (1980, p. 470, *apud* Rocha e Eckert, 2013, p. 3 e 32). Também representa, para as autoras, “a sua luta contra a dissolução no tempo”, e, por isso, intrinsecamente ligada à memória. Esclarecem ainda elas que, para Bachelard (1988), a memória acontece a partir “de decisões do sujeito humano no tempo”.

Logo, as hesitações fazem parte do fenômeno da duração, cujo desejo não é o bergsoniano “durar no tempo”, mas o “permanecer no espaço”, compreendendo uma dialética que o ser constrói,

entre a matéria e a vida — e não uma simples oposição de sujeito e objeto. A matéria é estável ritmicamente e não “congelada no espaço”. Como tal, é vista como atingindo a duração somente quando atinge algum tipo de equilíbrio — um acordo temporal (a duração) em um tempo que vibra (hesita), lacunarmente. Daí se depreende viável utilizar a pergunta das autoras para pensar a conservação ambiental: “O que permanece? O que é que dura?”. Elas mesmas fornecem uma indicação dessa resposta, quando dizem que o estudioso da memória deve recusar “a ideia ingênua da plenitude do mundo das coisas, posto que a ideia da continuidade do tempo não é um dado em si mesmo, mas uma obra”. Em suma, o que dura é uma obra, ou “apenas aquilo que tem razões para recomeçar” (ROCHA; ECKERT, 2000, p. 9-13).

Nesse contexto, a partir da invocação de Simmel (1981, p. 235), citado por Rocha e Eckert (2013, p. 145), penso sobre a difícil apropriação de sentido do olhar, que deve, desde a fala do sociólogo, necessariamente passar pelo compartilhamento de imagem. Compreendo assim um pouco melhor a pregressa e intensa utilização de recursos imagéticos na fase preliminar de meu trabalho — não parece mesmo haver maneira de bem restituir a paisagem que se busca compreender sem aprofundar a utilização desse tipo de recurso. E, adicionalmente, entendo que o que se está a fazer poderia ser entendido como “uma recomposição da memória dos sujeitos”, dentre tantas possíveis, por intermédio do acesso, seleção e reconfiguração dos vários instantes guardados. Em intenso enraizamento de conteúdo audiovisual, a ideia de conservação, cara à temática proposta, é aproximada à questão da memória.

Essa reflexão parece apontar igualmente um desenrolar mais satisfatório para outro aspecto delicado da conduta etnográfica. De tudo o que aconteceu, testemunho sobre o que tangenciei neste meu trabalho como pesquisador-autor: o questionamento do dito nativo, contido na obrigatória relação estabelecida, em que um tenta entender as práticas de formação de sentido da ação do outro. Se o outro aparece para mim, de forma muito simplificada, como sendo a pessoa habitante do lugar¹¹, alvo dessa minha curiosidade que é apenas cientificamente justificada, eu sou o outro para quem me recebe. E explico o meu esforço por efetivamente — ao menos isso — entender qual é o problema desse outro que é alvo dessa minha conduta, ‘em igualdade conceitual mínima de procedimentos que eu emprego, com relação aos procedimentos que investigo’ (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 116 e 117).

¹¹ Entendidos como sendo o povo do lugar, indígena ou autóctone. Como dado por Viveiros de Castro (2017, p. 188), a partir da compreensão de que ele “natural do lugar em vive”, ou “gerado dentro da terra que lhe é própria”.

Esses seres humanos, muito mais do que auxiliar o desvelar proposto, colocaram os seus questionamentos ao processo como um todo e também as suas próprias teorias como respostas às perguntas que acolhem. Como diz Oliveira (1988, p. 69), a partir do questionamento da legitimidade de atuação dessa “autoridade então incontestada”, ocorrem mudanças no horizonte etnográfico — aparecendo algum tipo de “saber negociado”, resultado de “relações dialógicas [...] onde pesquisador e pesquisado articulam ou confrontam seus respectivos horizontes”. E, desse modo, o texto que procuro elaborar como resultante final desse confronto (termo quem sabe melhor do que encontro) não pode estar mais submetido a um autor todo soberano, único intérprete de seus dados, mas deve integrar de alguma maneira o saber do Outro. Em uma possível polifonia, onde as vozes dos Outros tenham a chance de serem ouvidas.

E, nesse exato ponto, a utilização de imagens fílmicas abre portas singulares de uma mútua e reflexiva construção de conhecimento. É necessário ver que esse potencialmente profícuo diálogo é de primeiro, guiado pelo interesse do pesquisador, que, por sua vez, é epistemologicamente conduzido (o que não é pouco) — uma vez que orientado pelas teorias escolhidas. Mas, de outra parte, deseja-se abrir espaço para a fala dos habitantes e de seus saberes — os que efetivamente guiam a vida na paisagem do lugar. Esse foi o caminho pelo qual se perseguiram as pistas da duração dessa paisagem: a luta da memória contra o tempo e seus desarranjos espaciais.

Nesse ínterim, adiciona-se o que Ingold (1993, p. 153) pondera sobre o trabalho do “etnógrafo não nativo” em seu esforço de narrar a constituição da paisagem — trajetiva, em toda a complexidade que Berque desvela. É necessário lembrar, diz ele. Porém, tal ato não se constitui somente como um acesso aos recônditos da memória. Conforme o autor, também dele faz parte “envolver-se perceptivamente com o passado que está impregnado em dado ambiente”. Para Ingold, restituir essa história seria não uma reconstituição minuciosa, feita como “tecer uma tapeçaria para cobrir o mundo”, mas sim encontrar uma forma de “guiar a atenção dos ouvintes ou leitores para dentro desse mundo”.

Por fim digo de mim, situando-me como uma ‘etnógrafa que não é nascida no lugar’. Em ressonância muito forte que encontro no que Lila Abu-Lughod (1991) escreve sobre o trabalho das etnógrafas “misturadas”, termo que uso para traduzir o termo *halfie*, que ela usa mulheres que realizam esse trabalho nessa condição: pessoas cuja identidade nacional ou cultural é mesclada, devido à migração, educação em outros países que o seu de origem ou relações de parentesco. Apresentando-se como “tendo conexões pessoais complicadas com sua identidade”, ela etnograficamente contrapõe o estereótipo de que as mulheres

muçulmanas, diferentemente de outras mulheres de distintas religiões e origens, não poderiam ser vistas em seus próprios contextos: históricos, sociais e ideológicos. E, a partir desse caso, estende sua análise para que esse preconceito atrapalhe o que acha mais importante nesse tipo de trabalho. Em vez de uma visão de busca de soluções magnânimas para algum nativo fragilizado e em dificuldades, incita-nos a sim, de nosso lugar privilegiado, buscar condições de vida melhores em mundo assimetricamente disposto — mas com “com o espírito de apoio aqueles dentro de comunidades cujos objetivos são fazer as vidas de mulheres (e homens) melhores”. Inquirindo-nos a respeito da real possibilidade de “uma linguagem igualitária de alianças, coalizões e solidariedade em lugar de uma linguagem de salvação” (ABU-LUGHOD, 1991, p. 466; 467; 2012, p. 452; 467).

Tal aporte me é muito interessante, por principalmente a autora em sua perspectiva fazer emergir uma discussão centrada na distinção eu-outro, ou na constituição da alteridade — como o objeto a ser estudado no percurso antropológico, no entanto, contendo a “violência de reprimir ou ignorar outras formas de diferença”. Junto a vários antropólogos europeus e americanos, Abu-Lughod (2012) identifica, porém o perigo da busca daquilo que difere do ser que realiza o estudo antropológico, em supostamente bem intencionado estudo de comunidades étnicas e/ou oprimidas. No qual vê que um caminho de demarcação baseado na distinção entre ocidentais e não ocidentais passa ser um “disfarce” visto nas vontades de “dar voz ao outro” ou apresentar o diálogo entre as duas partes supostamente incomunicáveis. De outro lado, ela questiona a suposta convicção da impossibilidade de que antropólogos “indígenas” (ocidentais ou não ocidentais) possam apresentar objetividade sobre suas próprias sociedades. Ao que ela rebate, concluindo que o *wholie* (o inteiro, o ‘puro’) igualmente se posiciona dentro um complexo político-histórico mais abrangente. Porque, nesse caso, haveria uma “habilidade bloqueada” de assumir com conforto a posição de estranheza frente ao objeto de estudo antropológico. A identidade do pesquisador seria na verdade cindida, capturada na “intersecção dos sistemas de diferença” — ou seja, o “outro”, também é parcialmente construído como um “eu”. De qualquer modo a posicionalidade é definitivamente “movediça”, e, portanto, dificilmente contornável — o que se vê e o que se diz a partir disso vêm de algum lugar. Finalmente, reconhece ainda Abu-Lughod (1991) a parcialidade das verdades etnográficas. A partir de Clifford (1986, p.6) entre outros, ela insiste que essas são sempre verdades posicionadas — originam-se de um ponto de vista, de uma vivência enraizada em alguma parte. Fica claro, dessa forma, a existência de algum viés do observador

e a parcial ou incompleta “natureza da fotografia apresentada”: as verdades etnográficas se originam de um ponto de vista, de uma vivência enraizada em alguma parte. A partir dessa sua constatação, trago à tona a questão da constituição das múltiplas audiências — os ‘objetos’ dos estudos começam a ler o que é sobre eles produzido. Mais intensamente exposto no caso dos etnógrafos misturados — escrevem para seus pares, mas igualmente para membros outros leitores, interessados de alguma forma no que está sendo produzido. Finalmente, demarca Abu-Lughod (1991) o fato de que essa relação (etnográfica, pois) eu-outro não seja desprovida de nuances de poder. Devido à sua vivência particular contendo discriminações sexistas, raciais ou étnicas, o ser misturado que estuda enfrenta em sua vida cotidiana “não simplesmente uma experiência de diferença, mas de desigualdade”. Um argumento que a autora declara ser não estrutural, e sim experiencial. Por fim, trago o que a autora questiona a respeito da efetividade com que a cultura poderia mesmo auxiliar na mudança das assimetrias e marginalidades estudadas. Entendo esse seu questionamento a partir da presunção por ela colocada: de que de nada adianta uma etnografia ‘deixar o outro falar’, se não há a intenção de alterar uma configuração básica de poder global. Desta forma, finalmente ainda segundo Abu-Lughod (1991), um problema recursivo fica exposto, uma vez que tal poder embasa as várias instituições no mundo: dentre elas, também a antropologia.

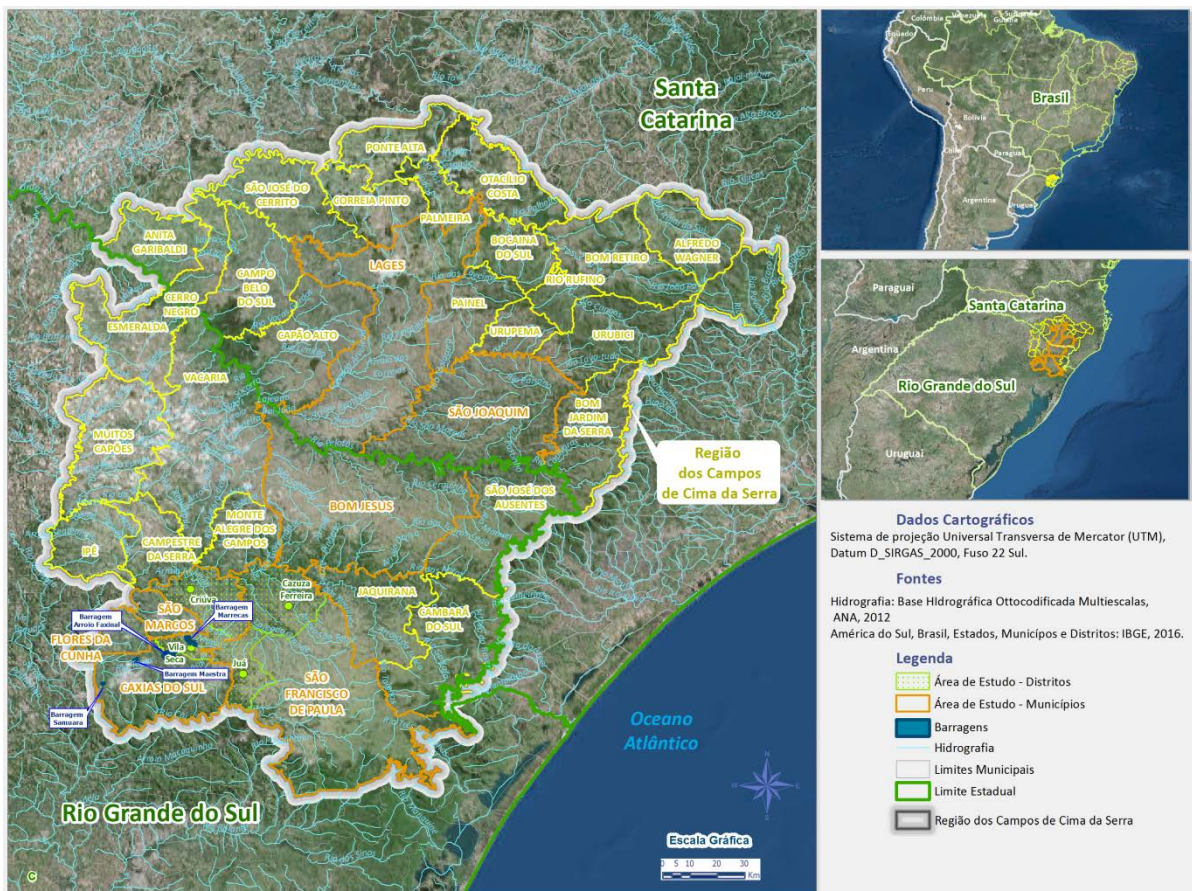
Não menos importante é o aspecto que deixo por último, relacionado à construção etnográfica que se pretende: a história da trajetória de paisagem que pretendo contar. Por ser, dentre todas as dificuldades a serem apreendidas e compreendidas nessa ação, para mim a mais hermética de todas. Enfim, a importância da correta consideração do contexto que circunda o que o estudioso transforma em trabalho autoral, como profundamente desenvolvido em Strathern (2013), resultando em algum tipo de controle de nossa criação narrativa, por essa oscilante prática etnográfico-antropológica — gênese que redundará sempre em um arranjo ficcional. Essa necessidade surgindo da impossibilidade de termos ‘olhos divinos’. E, portanto, da necessidade de escolhermos um dado recorte para a construção narrativa, bem como um público para o qual o resultado do que fizermos será preferencialmente dirigido, com uma correlata estratégia a essas escolhas estabelecida. Ato simultâneo, igualmente deveríamos corretamente apreender as contextualizações históricas contidas nas várias partes envolvidas nessa relação: em nossa própria, na situação estudada e, igualmente, naquela presente nas construções de variados autores (muitas vezes

deliberadamente construídas em terrenos escorregadios), às quais sem apelação temos de recorrer para construir uma própria obra.

2.3.1 Campo Empírico de Pesquisa

Tenho a clareza, pois, de estar aprofundando o conhecimento da paisagem dos agricultores da região dos Campos de Cima da Serra, em seus relacionamentos focados, sobretudo naqueles existentes com os municípios de Caxias do Sul e de São Francisco de Paula. Essa delimitação inicial do terreno de estudo acabou sendo ampliada, como mostra o Mapa 1. Principalmente em função dos trajetos — das vivências rotineiras — que os habitantes das localidades mantêm com outros aglomerados urbanos além desses e que acabaram sendo origem de experiências que me propuseram ao longo do processo de estudo.

Mapa 1 — Localização da Área de Estudo



Fonte: autoria de Claudia Ribeiro, elaboração cartográfica de Silvia Aurelio, 2018.

A história reconstruída dessas vivências acaba alcançando, cotidianamente, de uma forma ou de outra, outros municípios circunvizinhos. Por conta do desenrolar do trabalho de campo, fizeram parte do coração da área empírica além dos já dois citados distritos de Caxias do Sul — Vila Seca e Criúva, também dois distritos de São Francisco de Paula — Cazuzza Ferreira e Juá. E outros municípios acabaram de uma forma ou outra, sendo trazidos à baila na narrativa que enfim se compôs — no Rio Grande do Sul, São Marcos, Flores da Cunha e Bom Jesus, e em Santa Catarina, Lages e São Joaquim. Não constam nessa demarcação outras ligações que se sabem ocorrerem, mas não com a mesma frequência. É caso da capital Porto Alegre, que é procurada em várias épocas quando necessário. E mesmo de locais ações de relacionamento que já abarcaram inclusive as ancestralidades ibéricas dessas pessoas.

2.3.2 Métodos e Procedimentos Propostos

Relato então sobre a decisão principal que transpassa essa ação de conhecimento: de como pude, guiada por intermédio dos procedimentos de estudos de memória coletiva preconizados por Rocha e Eckert (2013), juntamente com os habitantes do lugar empírico, paulatinamente ir construindo um filme etnográfico.

Uma construção fílmica cuja inspiração e diretrizes de base pragmática e formal encontrei, sobretudo junto ao trabalho de Jorge Prelorán. Cineasta argentino, dedicou-se intensamente a filmar variadas vidas rurais, principalmente em seu país, mas também no continente americano como um todo. Pode-se dizer que suas figuras humanas são filmograficamente dispostas nos seus particulares processos de constituição do meio, em distintos ambientes rurais. De tal de forma que o seu intenso trabalho e fidelidade ao personagem de cada uma de suas etnobiografias resulta em que “o ser físico e espiritual de uma pessoa parece transbordar do filme que se propõe a contê-lo” (MACDOUGALL, 1997, p. 99). Prelorán (1987) sublinha que, quando se documentam culturas, muito raramente os próprios protagonistas tem oportunidade de falar. Ressalta que, mesmo que se tenha uma questão autoral ou, diz-se aqui, acadêmica — partindo de uma questão que se quer investigar, o esforço na direção de manter o estilo pessoal dos protagonistas se direciona a resgatar a grande diversidade de maneiras pelas quais o homem encontrou de se organizar na terra, para tratar de entender o sentido de sua vida e de que forma nela sobrevive. Seu método é baseado em estabelecer (e registrar) largos monólogos com alguns protagonistas, em que a conversa com uma pessoa ou uma família acaba

documentando e trazendo os problemas da região, bem como a maneira pela qual (sobre) vivem nesse meio. Esse modo de construção filmográfica acaba construindo algumas diretrizes, a saber: conhecer o idioma dos protagonistas; eleger uma família; ter no máximo duas pessoas trabalhando nesse contato; ganhar a confiança das pessoas, explicando que o trabalho que se faz é para eles; ter uma relação com os pesquisados; falar muito com uma pessoa; não interromper rotinas normais; ser observador participante, mas invisível; ter tempo e, finalmente, transformar o filmado em algo artístico.

A proposta foi realizada tanto no que concerne ao explorar bibliográfico convencional a uma pesquisa da área de ciências sociais aplicadas, quanto no que se previa no respectivo projeto, relativamente ao desenrolar de investigações empíricas paulatinas à realização do filme etnográfico, com um delinear inicial distante de planificação rígida para as aquisições que foram sendo feitas. Porém, se não houve elaboração estrita de um roteiro de filmagem, o mesmo não pode ser dito com relação às situações que eu acabei acompanhando. Elas foram escolhidas, em cenários que potencialmente permitiriam a identificação das várias “linhas do fazer” dos habitantes que poderiam estar se entremeando nessa paisagem que se quer desvelar — cujo registro e posterior narrativa fílmica, pudesse, dessa forma, desvelar a paisagem do lugar. Assim, foram realizadas três incidências de inserção na área empírica de estudo: i) junto às tarefas rotineiras de uma família de agricultores na paisagem da zona de campo; ii) com relação ao contato com a organização da Festa do Pinhão e da confecção do Queijo do Divino e iii) no que diz respeito ao desenrolar da interface normativa de relacionamento rural-urbano, acompanhei uma série de reuniões de agentes públicos; acessei a memória da atuação da Comissão de Defesa Ambiental de Vila Seca, e com o ex-prefeito de Caxias do Sul o histórico das necessidades de estruturais do município (tratamento de água e disposição de resíduos sólidos).

Ocorre que uma coisa — muito viva — emergiu no trabalho empírico que já se tinha realizado. Não houve como ficar indiferente ao enorme queijo serrano — coletivamente realizado — que encontro no pregresso acompanhar das festividades do Divino Espírito Santo em Criúva. Por outro lado, ao buscar o conhecimento dos sistemas agrários, também nessa fase exploratória, conhece-se uma família renomada na região por seu queijo serrano, em integração de muitos anos em seu fazer produtivo. No âmbito dessa relação, aprofundou-se o propósito de investigação junto à família de Breno e Anéris Telles Ramos. Eles não só aceitam a proposta, como sugerem que eu siga não somente o fazer do queijo, mas o seu

cotidiano de trabalho. Ao mesmo tempo, faz-se contato com o grupo de pessoas que faz o queijo do Divino em Criúva, e realizou-se o acompanhamento de todo o seu processo — da coleta do leite em várias propriedades à venda do queijo pronto, já na cidade de Caxias do Sul. Essa é a principal linha que se acompanha — aquela descrita na paisagem pelos trajetos de seus habitantes, em função dessa substância e de suas transformações. Entrelaçam-se os vários testemunhos recolhidos, pois esta família está também ligada aos rituais anuais da festa do Divino Espírito Santo. Essa festa, por sua vez, traz do trabalho exploratório (em 2013) um depoimento pungente das dificuldades da vida do lugar. Relato que se repete de outras formas, ao longo do acompanhamento da rotina de Breno e Anéris e do fazer do queijo do Divino, este realizado principalmente no período de abril a setembro de 2015.

Os habitantes do lugar têm muito a dizer. Adicionalmente, eles querem conversar: a gravação de monólogos, como indicava Prelorán (1987), transforma-se no registro de muitos diálogos, em perguntas e respostas que espontaneamente surgem ao longo da observação participante. As pessoas não quiseram elas próprias realizarem registros. Contudo, demonstram-se muito interessadas e receptivas ao que se realizou, mas querendo saber as razões e exatamente o que se está a conduzir. Se, em vários momentos, recebe-se permissão para realizar o trabalho, fica muito claro que a tarefa de realizar algo concreto com os registros é completamente minha.

Por intermédio dos métodos de observação participante e entrevistas obtive os registros visuais (foto e vídeo) e sonoros que finalmente constituíram o filme em sua versão final, em processo interativo de conhecimento desta paisagem e seus habitantes. As fotografias, gravações sonoras e filmagens foram quase que exclusivamente realizadas por mim, com os seguintes recursos técnicos: máquina fotográfica Canon EOS Rebel 300D, objetiva 28-105 mm; máquina fotográfica e filmadora Casio Exilim EX-Z1200, 12.1 MP; iPhone 5s, 8 MP e gravador digital de voz Panasonic RR-XS410-Usb. Adicionalmente, em procura nos acervos constituídos pelos repertórios particulares da região, acessei várias fotos e dois registros em vídeo. Também foi de suma importância o acesso aos arquivos da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, na recuperação de notícias de jornais e das atas de sessões ordinárias dessa instituição.

Todos esses registros formam um acervo com 16 horas, 19 minutos e 20 segundos de vídeos, 79 horas, 44 minutos e 16 segundos de áudios e 746 imagens. Nos primeiros 10 meses de trabalho, iniciados em outubro de 2015, realizei uma primeira seleção desse material, a

partir da qual foi realizada, juntamente com o montador Lorenzo Moschen Falconi, a pós-produção do filme *Desejos em Paisagens Serranas*, com duração de 1 hora, 37 minutos e 57 segundos. Além disso, em um segundo momento, montamos sua versão reduzida, chamada *Estórias de Vida na Paisagem dos Campos Sulinos*, legendada em francês, inglês e português e com duração de 15 minutos e 51 segundos. Em novembro de 2017, com o acréscimo de material imagético e sonoro iniciamos a fase final desse trabalho, que resultou então na segunda e definitiva versão de *Desejos em Paisagens Serranas*, com duração de 1 hora, 18 minutos e 51 segundos, finalizada em abril de 2018, já totalmente legendada em português. Nas três fases, estimamos que foram necessárias em torno de 1300 horas de pós-produção.

A primeira versão do longa-metragem, conformando incipientemente o registro da paisagem do lugar que se almeja no primeiro objetivo, fez parte do projeto de tese submetido para a banca de qualificação. A partir de sua aprovação, coloquei em prática o que propus como método deste projeto então aprovado. Realizei uma paulatina série de exibições dessa versão inicial do filme, com o intuito de refiná-lo por intermédio de provocadas situações de interatividade com as pessoas que protagonizaram os eventos registrados, em uma terceira e última fase de trabalho de campo.

As perspectivas de estudo exploradas no presente caso oscilaram entre compartimentos éticos e êmicos, de forma particularmente importante nesse caso, uma vez que se questionam mesmo os limites dessas definições. Ocorreu, portanto certo trânsito entre a observação e análise das conversações e vivências ocorridas em situações específicas e as reflexões buscando as novas aquisições científicas a partir disso, por certa alternância ‘dos pesquisados’ no rol dos resultados desse esforço de conhecimento.

Entendo necessário explicar, no que tange ao método empregado para a aquisição dos dados empíricos, não ter feito exatamente uma observação participante, no sentido estrito do termo: não criei gado, não tirei leite e não fiz queijo. Observei tais tarefas, sem dúvida, mas com a proposta e o olhar de quem intenciona sobre elas fazer um texto fílmico. Em resumo, a minha participação principal foi esta: o fazer filme juntos, na medida do que eu e os meus companheiros e companheiras permitimo-nos, cada um em sua posição nesse empreendimento. Se os registros foram obtidos em um sem número de conversas (muitas delas já acontecendo em torno das imagens que eu já gerava), o ir e vir entre o meu local de trabalho com o editor e às exibições junto aos habitantes, em consonância com as consultas

aos registros e reflexões que guardava o meu caderno de campo foi a via privilegiada para a paulatina montagem dos registros imagéticos necessários à construção fílmica presentida.

Em alguma aproximação a uma desejável e ideal simetria com relação ao que acontece na constante avaliação por pares contida no processo acadêmico-científico, o método de trabalho resultou bastante satisfatório. De uma forma geral nesse momento testemunho do processo ter oportunizado reflexões e momentos de crítica a respeito desse processo de conhecimento junto aos habitantes da paisagem e seus saberes, na medida do possível e preferencialmente aos que foram efetivamente mobilizados por esse projeto de conhecimento. Mais do que isso, em função dessa estratégia, fatos inesperados que aconteceram acabaram levando a pesquisa a recônditos da paisagem antes insuspeitos. Também nessa fase encontrei, junto com as pessoas envolvidas, soluções para, de alguma maneira, registrar e incluir nessa construção a visão dos urbanos agentes geradores de normas incidentes aos territórios correspondentes a essa paisagem.

Com relação ao deslindamento das questões éticas implicadas nessa proposta, levei muito em consideração as preocupações externadas em Prelorán (1987) como resumidamente listo a seguir: a responsabilidade social do cineasta; a reciprocidade e a proteção com relação aos protagonistas; a consideração dos condicionamentos culturais do público documentado; o zelo pela veracidade; o cuidado com as vontades intervencionistas, ou ‘as receitas de resolução de problemas’; a garantia à restituição e à repartição de ganhos. Finalmente, sei (e guardo-o esperançosa) de seu testemunho sobre uma possibilidade bastante desejável dessa forma de trabalho etnográfico, quando ele conta da amizade duradoura que estabeleceu com as pessoas com as quais trabalhou ao longo de sua vida (PRELORÁN, 1987, p. 89;91;2013).

O fato é que os momentos de exibição do filme em constituição propiciaram mais uma etapa de permissão com relação à utilização das várias contribuições, em estabelecimento de franco diálogo nas conversas que aconteciam ao final da projeção. Porque, no específico caso, apesar das diversas e generosas permissões ao longo desse processo recebidas, permanece a necessidade de se considerar com muita delicadeza a criticidade conformada pelo fato desses habitantes desenvolverem suas práticas de trabalho imersos em contemporâneas e polêmicas discussões sobre sua legalidade, como exemplificam os embates normativos em torno da prática de manejo do campo autóctone (com fogo, associada à pecuária familiar) e das ações regulatórias incidentes ao tradicional saber fazer do afamado queijo serrano, feito com leite

cru (CRUZ; MENASCHE, 2014; JESKE-PIERUSCHKA *et al.*, 2010; VIEIRA; PRINTES; BEROLDT, 2012).

Adicionalmente cito aqui os filmes assistidos que com certeza me trouxeram aportes ao que acabei fazendo — realizações versando sobre temática similar a de meu empreendimento. Se principalmente a recomposição histórico-biográfica que Préloran faz em *Hermógenes Cayo* (1968) me inspirou nesse processo (com o uso de fotografias e desenhos, em entrelaçamento de várias camadas temporais), a profunda conexão da vida campesina com a paisagem e seus habitantes humanos e não humanos, com as nuances dos conflitos geracionais e emprego de diferentes linguagens utilizadas no mesmo país me trouxe *Tempus de Baristas* (MacDougall, 1993). O retrato de uma tarefa campesina em suas minúcias pude ver exemplarmente em *Le Cochon* (Bariol, Eustache, 1970), e as escolhas das práticas campesinas familiares e de outras atividades, em função dos dilemas da modernidade (também de suas proposições de escalas de produção), são tecidos com sutileza em *Vers um retour des paysans* (Hannon, 2000) e *Les héritiers* (Voiseux, 2016), bem como também em *Cochon que s'en dédit* (Le Tacon, 1979). E, guardadas as muitas diferenças de proporção entre os fenômenos filmicamente captados, a questão da transumância que coloca *Sweet Grass* (Barbash, Castaing-Taylor, 2014) me levou a pensar no tema do mundo dos animais e em suas escolhas de caminhos nos trajetos que empreendem na busca de uma melhor constituição de meio. Mundo dos animais que é praticamente o ponto de vista preponderante (e desafiador aos cânones antropocêntricos) que Emanuel Gras procura em *Bovines — ou la vrai vie des vaches*, bastante diverso da relação intensamente afetiva humano-animal que mostra o filme *Le Cochon* de Gaston (Fougea, 1995).

Tomo por empréstimo as palavras de David MacDougall, colhidas por Cezar (2007, p. 180 e 181), para dizer que a história etnográfica última que acabo fazendo esteve visceralmente ligada a esse processo de proximidade com as pessoas nela incluídas. Em tal acontecimento, o afeto recíproco existente — a presença praticamente constante de empatia nas relações estabelecidas — foi de muita relevância nos resultados obtidos. Dessa forma, o método se integra ao prévio posicionamento epistemológico. As situações de interatividade com o universo dos incluídos pela busca desta etnografia visual, realmente a mim configuraram uma rota diversa aos meus antes exclusivos modos textuais de produção do conhecimento. Para tanto, confiei bastante na serendipidade como fator heurístico — termo forjado por Horace Walpole, como explica Chazel (2006, p. 213), e que quer dizer,

simplificadamente nesse caso de pesquisa em ciências sociais, admitir a ocorrência do acaso (inesperado ou acidental), em eventos felizes que ocorrem em seu desenrolar.

Inserida essa confiança no preconizado pelo “modo operativo Anthropology ‘n’ Dance (AND)”: de como achar, no jogo do saber (também etnográfico), espaço para o não saber. Uma vez que, se sabemos tudo, não há razão para o projeto de conhecimento. Por permanentes perguntas, que nos coloquem em espiralada sequência “mapa-navegação-mapa-navegação”. Mais do que o ‘ou’, quis tentar a lógica do ‘e’, nos moldes descritos por Eugenio e Fiadeiro (2013), afastando-me da tentação sempre presente (como Prelorán avisava) da busca de receitas para resolver problemas supostos em outros. Em boa medida, posso dizer que existiram essas brechas, eventos inesperados em que o encontro acontecido soube lidar com o novo que aconteceu. E foi um mundo que se abriu. E aí, com certeza, as histórias de paisagem que disso resultaram transbordam em muito os pequenos limites dessa elaboração narrativa — pois a vida é sempre muito maior do que qualquer história.

Um dilema instaura-se a partir da decisão pela realização da etnografia visual, como extensamente discorrido por Novaes (2008): aquele da permanente tensão entre a imagem e o texto. Querendo dizer nesse caso não somente do desafio que reside na consideração de um conjunto de sentido percebido por uma pessoa a respeito de uma dada situação — uma imagem, em seu significado amplo — e obrar para que essa mesma compreensão seja alcançada por outrem. Adicionalmente, tal dificuldade reside igualmente na maneira pela qual se resolve a apresentação de um trabalho desse tipo aos moldes acadêmicos de um estudo multidisciplinar. Se o filme amplia as possibilidades de comunicação com o universo de potenciais interessados ao que se discute (sobretudo os próprios envolvidos por esse ato), o seu diálogo com o formato escrito convencional acadêmico não é algo evidente. Muito menos a sua compreensão plena enquanto proposta em viés acientífico — valorizando o caminho do sentir-pensar, e expondo a parcialidade do pesquisador.

A forma nesse momento em apresentação mantém como guia de fundo a mimese conforme Ricœur (1994, p. 59), sendo essa a “imitação ou a representação da ação no meio da linguagem métrica”, passando pelas três clássicas fases — a apreensão de uma situação vivida (a prefiguração da ação na mimese I), o arranjo simbólico do tempo na composição narrativa que se faz (na mimese II) e finalmente a acolhida dessa narrativa por algum receptor (ouvinte, espectador ou leitor, na mimese III).

O texto escrito percorre então um caminho misto, onde tento conciliar alguns requisitos sabidos como incontornáveis, nessa recomposição narrativa. Em resumo, a minha intenção narrativa no texto escrito não é a de modo algum substituir o filme, mas sim academicamente contextualizá-lo, por essa segunda história feita a seu respeito, versando sobre suas condições de existência e realização. Ao mesmo tempo, nesse texto escrito correlaciono as referências bibliográficas escolhidas aos temas principalmente trazidos nos episódios referidos em cada capítulo, com recursos variando ao longo dos capítulos: as notas de rodapé nesse sentido são muito importantes. Não há exatamente uma sobreposição, no sentido de cada um dos 8 capítulos corresponder a somente um dos 8 episódios. Por essa razão, e também pelo motivo de que o filme contém uma narrativa maior em seu conjunto pleno, a indicação dos episódios que faço nos capítulos é apenas sugestiva.

Ressalto, uma vez mais, de minha intenção de ‘levar a sério’ o que me foi confiado. Dessa forma, a voz ‘da ciência’ que quero evidenciar é que consta no filme, nas pessoas do universo empírico que se expressam por si próprias, em arranjo narrativo feito em conjunto comigo. No limite, idealmente seria desejável que todos os públicos de potenciais interessados nessa contribuição pudessem acessar a contento de suas expectativas todos os textos. Porém logo realizo que as dificuldades de equalização de linguagem nos vários mundos envolvidos nesse encontro são evidentes, aportando uma tensão ou incômodo permanente nessa construção que faço. Deliberadamente resolvi tentar adotar, embora não saiba ao certo se com sucesso, certo propositado grau de simplicidade construtiva na linguagem empregada no corpo principal do texto escrito, tentando, contudo não perder a intrincada complexidade das ideias e paradoxos presentes nos achados empíricos e nas reflexões a eles relacionadas. Nesse conjunto as notas de rodapé, ressalto novamente, são imprescindíveis — nesse ínterim aparecendo não como elementos de tradução, mas como pontos de diálogo.

Enfim, a ideia do texto escrito é a situar as condições dessa produção fílmica e imagética (em seu sentido largo), ao mesmo tempo em que enriquece a trama etnográfica, aportando o que se julgou pertinente do que se adquiriu junto à bibliografia às aquisições empíricas e realizando a ponte com os leitores/espectadores. Não esquecendo o esclarecimento necessário sobre a minha posição de autoria e de suas relações com os mundos pesquisados, tentativamente resolvido pela existência principalmente do prólogo, e, também, da utilização da primeira pessoa nesse texto.

Sobre a proposta idealizada para a organização e apresentação do conjunto etnográfico como um todo, foi algo alcançado mediante algumas tentativas prévias, realizadas consoantemente à intenção preliminar de apresentação do projeto de pesquisa à banca de qualificação e posteriormente de acordo às recomendações nessa ocasião recebidas. Seu formato final foi atingido mediante um recursivo processo de ir e vir entre as estruturas episódicas antecipadas para o texto escrito e o fílmico — esse conjunto, em sua proposta de interligação e complementação mútua, ficou pronto quase que conjuntamente, após um detalhado processo de apreciação crítica realizada junto à minha orientação.

Numa das veredas seguintes, encontro novamente essa substância — a água, e descubro muitas coisas a seu respeito em um laboratório de análises físico-químicas. Um trabalho que me leva ao início de minha vivência profissional como engenheira química, em 1988, tratando a água que circula no interior do Complexo Petroquímico de Triunfo. As águas que são captadas no rio Caí são transformadas em vapor para mover as máquinas e trocam calor com as mais ‘nobres’ correntes petroquímicas. Embora subalternas (são as utilidades), tais correntes não podem ser contaminadas, pois tal fato põe em risco os processos químicos e os seus entornos. Outra escolha me conduz para fora do mundo da fábrica e da engenharia, em um percurso cheio de meandros, como os da política

Gravura 3 — *EU E A BANDEIRA DO DIVINO*



Fonte: litogravura e aquarela de Claudia Ribeiro (2016), série *O Divino Espírito da paisagem do lugar — impressões em Vila Seca e Criúva*, 100 x 150 mm, impressão Rogério Lopes da Rosa

que vejo no trabalho nos Comitês de Bacias Hidrográficas, onde escuto um relato da parte de agrônomos, que a mim aponta a importância da duração das práticas campesinas de trabalho de uma dada paisagem para a continuidade de sua existência. Caxias do Sul, a segunda maior cidade do Estado, precisa que o meio rural conserve as águas das quais necessita vitalmente. Conheço assim o meu futuro campo empírico de estudos. Nessa minha vivência, vejo que só a ciência não dá todas as respostas: ela não aplaca a inquietude do espírito. A arte reaparece então como lenitivo e também como outro tipo de experiência interligada ao exercício profissional, agora bem situado no campo ambiental. Retomo a aquarela e descubro um pouco da difícil técnica de conseguir extrair lavados de diversas intensidades daqueles pigmentos da minha infância, e intuo alguns possíveis diálogos com entre mundos estanques, pois, enfim, fatigada (ou talvez impaciente) com as inércias de reação de uma sociedade que ainda não tem como priorizar a relação com o seu entorno, procuro e conheço espíritos abertos a conhecimentos de todo o tipo, que hoje comigo enfrentam os caminhos pouco trilhados da pesquisa interdisciplinar. A partir de incômodos que sinto ao longo de minha atividade profissional, indago incoerências que dizem respeito ao surgimento e evoluções das variadas normatizações protecionistas ambientais e seu contexto ético de aplicação, geradas no contexto da modernidade técnico-científica, mas vividas no cotidiano dos organismos de todos os tipos.

3 SOBRE RECADOS DE SERES E COISAS

Passando a cidade de Caxias do Sul, é necessário ainda um bocado de viagem para chegar ao pequeno aglomerado urbano do distrito de Vila Seca. Um trajeto sempre impressionante para mim, pela mudança de paisagem que percebo em seu transcurso. Quando deixo para trás a densa área central citadina situada na Serra Geral, adentro na luminosidade e amplidão dos campos dobrados de outra região, o Planalto das Araucárias, os Campos de Cima da Serra.¹² Quase ao mesmo tempo, no espaço que vou vendo passar do lado de fora da janela do carro, reparo que a maneira de habitar vai se rarefazendo rapidamente. Se na zona urbana me chamam atenção as roupas dos moradores das casas estendidas quase no acostamento da estrada rasgando os bairros periféricos, no mais distante horizonte do centro da cidade, distingo quase só o encastelado conjunto dos altos prédios. Um pouco mais adiante, já na zona da barragem do Faxinal e dos cultivos coloniais circundantes (hortas e pomares) as casas vão ficando ainda mais esparsas. Porém, só depois do desvio que parte da estrada principal em direção à Criúva é que os mosaicos de campos e de manchas de araucárias começam a aparecer, em conjunto muito frequente com a espalhada presença do gado livre a pastar.

Nesse dia, quase noite, participo, no pequeno núcleo urbano de Vila Seca, da reunião das pessoas que organizam a Festa do Pinhão de 2016. O nono ano ininterrupto em que acontece esse ciclo de encontros anuais, em que são combinados os enredos e decididas as estratégias para montar “a história contada” que apresentam a cada ano. Ideia em prática desde 2011, quando enfileiram, em trabalhoso desfile cuidadosamente planejado, cenas sucessivas em que seres e coisas contam a história do lugar, contudo, de uma maneira particular. Como vejo e escuto Raul Fonseca explicar no vídeo feito por Dewes (2011) nessa primeira vez, com relação ao “pessoal do ‘campo’ de Cima da Serra”, eles mostram nesse desfile “o natural do nosso povo: nós não estamos representando, somos nós mesmos”.

No entanto, foi em minha última saída de campo da primeira fase dessa pesquisa que assisti nas ruas centrais de Vila Seca ao desfile de 2013. As cenas “da história contada” mostravam incrível coincidência com a reconstituição local do transcorrer dos sistemas agrários, características essas que podem ser vistas em resumo no Quadro 1(RIBEIRO, C.,

¹² Serra Geral e Planalto das Araucárias ou Campos de Cima da Serra são unidades geomorfológicas consagradas pelo Projeto RADAM/BRASIL (IBGE, 1986).

2014). Dessa forma, pude realmente (re)conhecer a existência do sentimento da paisagem nesse lugar — identifiquei no desfile a sua narrativa, além de outros seis critérios empíricos que Augustin Berque¹³ sugere para isso comprovar. Sentimento de paisagem, que acabei narrando na forma de uma trajeção de paisagem nesses quatro sistemas agrários locais: o indígena, o sesmeiro, o colonial e o contemporâneo (RIBEIRO, C., 2014). Descrevo assim esse fazer agrícola dos habitantes dessa ruralidade particular que, ao longo do tempo e do espaço, vai constituindo o meio, percebido por essa noção de paisagem. Uma trajeção da paisagem, portanto, que é feita de aspectos de intensa subjetividade. Mesmo, a existência em si desse sentimento da paisagem é um desses aspectos subjetivos apresentados. Bem importante no caso, sobretudo, se busco compreender a relação das pessoas com o seu entorno de vida. Contudo, essa trajetividade da paisagem apresenta igualmente dimensões objetiváveis. Acesso documento histórico que faz parte de um processo de disputa de terras, o Auto de Medição nº 1534 da Lei 1850. Nele contido um Mapa, onde constam as informações resultantes do trabalho do topógrafo Ernst Müzell, medindo e delimitando as áreas com mato e campo existentes na época, em extensão que corresponde à totalidade contemporânea do distrito de Criúva e a uma parte do distrito de Vila Seca (MÜZELL, 1871, p. 49; RIBEIRO, C., 2014, p. 90).

Realizei a partir disso um trabalho referente a um viés objetivo de constituição dessa paisagem, mostrando a permanência — dinâmica — das atividades produtivas desses agricultores familiares, em estreita associação ao mosaico de campos e florestas autóctones que constitui a apresentação do Bioma Mata Atlântica na região. O estudo cartográfico comparativo realizado em 1871, 1980 e 2011 compreendendo os sistemas agrários sesmeiro, colonial e contemporâneo, consegue demonstrar esse fato, como evidenciado na Figura 1. Se as medições topográficas de Müzell (1871) registraram que a terra nessa época era ocupada por 55,4 % de Floresta Ombrófila Mista e de 44,5 % de pastagens nativas, os mapas do exército em 1980 mostram que essa floresta (majoritariamente constituída de araucárias) quase desaparece. Nessa época, ao final do ciclo de exploração da madeira desses pinheiros, restam somente 7,4 % de cobertura florestal no solo. No dizer dos habitantes agricultores, “os matos somem e os campos passam a dominar a paisagem”.

¹³ Os outros critérios são: a existência de literatura (oral e escrita) que enalteça a beleza dos lugares; toponímias indicando a apreciação visual do ambiente; a existência de jardins de recreio e de arquitetura para fruir as belezas de uma vista; pinturas representando o ambiente; e uma ou mais palavras para dizer “paisagem” (BERQUE, 2011b, p. 201). Para maiores esclarecimentos, ver o cotejamento desses critérios às evidências etnográficas amealhadas na primeira fase dessa ação de conhecimento Ribeiro, C. (2014, p. 264-271).

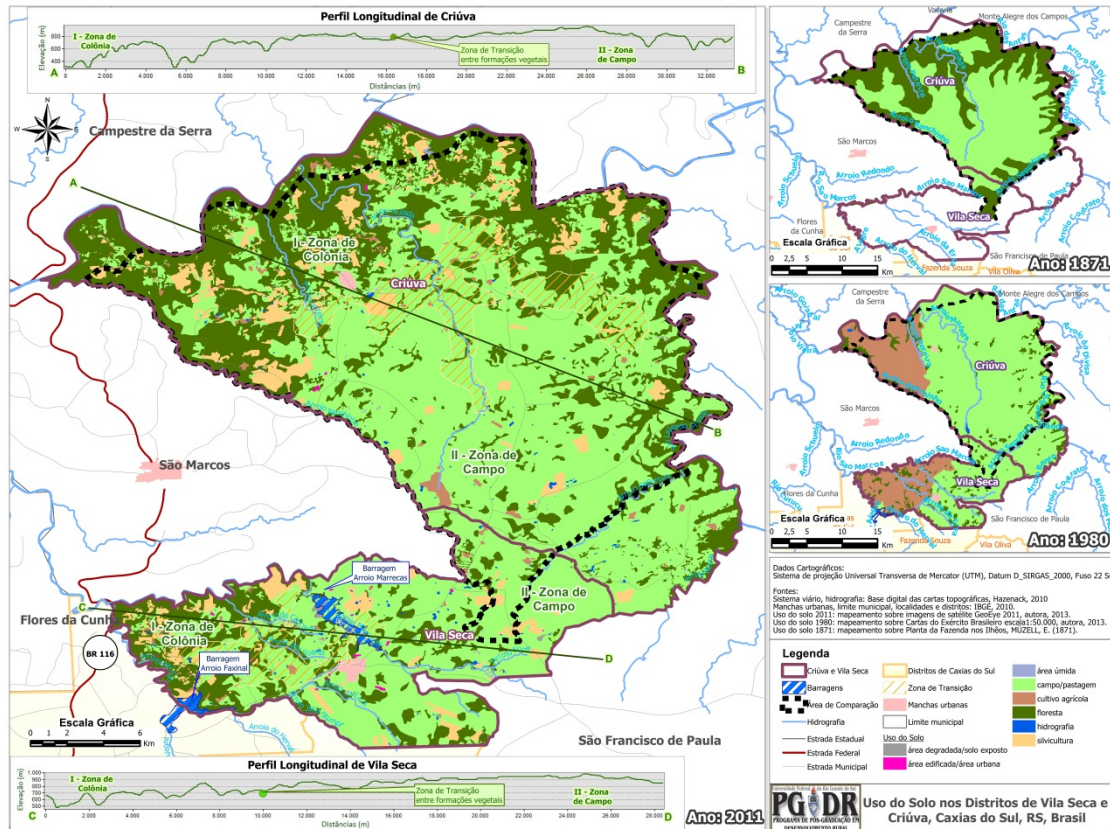
Quadro 1 — Resumo dos Sistemas Agrários de Vila Seca e Criúva

Sistemas Agrários de Vila Seca e Criúva		Indígena 10000 AC até 1760	Sesmeiro 1760 a 1912	Colonial 1912 a 1980	Contemporâneo 1980 ao presente
Estrutura Fundiária		acampamentos de grupos nômades	sesmarias ao redor de 3000 hectares	propriedades de 30 a 500 hectares	propriedades de 2 a 500 hectares
Etnias Habitantes		Kaingang	portugueses, paulistas, catarinenses	brasileiros, imigrantes europeus	caxienses
Mão-de-obra		comunitária	familiar, contratada e escrava	familiar e contratada	familiar e contratada
Atividades Produtivas	Colônia	caça e coleta; agricultura incipiente nas várzeas dos rios	agricultura de subsistência	policultura colonial	policultura colonial com integração à agroindústria; silvicultura
	Campo		gado de corte e leiteiro, mulas e equinos	gado de corte e leiteiro	gado de corte e leiteiro; policultura colonial com integração à agroindústria; silvicultura
Técnicas e Ferramentas		agricultura de queimada equipamentos manuais	agricultura de queimada; equipamentos manuais e tração animal leve	manejo do campo com queimadas; equipamentos manuais e tração animal ou motorizada leve	manejo do campo com queimadas; melhoramento do campo nativo equipamentos motorizados leves e pesados
Fatores de Transição		introdução do gado estabelecimento de sesmarias	medição de terras devolutas para delimitar novos lotes para os imigrantes	proibição do corte da araucária, pragas nos cultivos de cereais, fechamento dos moinhos e matadouros coloniais	

Fonte: Ribeiro (2014, p. 262).

Essas pastagens autóctones ocupam nessa época 76,9 % das terras, aparecendo outros usos nos seus 15,7 % de área remanescente. Contudo, uma vez sustado o urbano processo de exploração predatória de sua floresta, essa paisagem se refaz. Em 2011, a floresta já ocupa 33,3% da seção amostral estudada, o campo majoritariamente autóctone 55,5 %, e outros usos 8,2% (RIBEIRO, C., 2014, p. 89-91).

Mapa 2 — Usos do solo em Vila Seca e Criúva



Fonte: elaboração de Claudia Ribeiro, cartografia de Silvia Aurelio, em Ribeiro, C. (2014, p. 263).

Compreendo melhor a exploração madeireira nas matas da região no sistema agrário colonial pelo trabalho de De Boni e Costa (2011). Iniciando em Bom Jesus, antes de 1910, a atividade tem um acréscimo significativo em 1930, ainda no município, para depois crescer em abrangência regional, até o seu apogeu em 1956. Os autores descrevem que chegaram a existir cerca de 10.000 pessoas engajadas em 105 serrarias ou laminadoras, mas logo decaindo a atividade, pelo escasseamento dos pinheiros. Em 1970, encontram 45 registros desses empreendimentos, os quais diminuem já em 1976 para 32. Segundo eles ainda, o Censo Econômico estadual de 1970 coloca Caxias do Sul com o maior número de serrarias. Do total de 45 na região, 16 estabelecimentos se situavam no município.

Adicionalmente, de acordo com a análise que os autores fazem pelo nome da firma ou dos cotistas, a quase totalidade dos proprietários é de famílias advindas do processo de colonização europeia, primordialmente italiana. Esse é o processo que constitui a zona urbana da cidade, segundo De Boni e Costa (2011). Os relatos empiricamente recolhidos confirmam essa assertiva: não há quase menção a donos de serrarias com “nacionais nomes”, aqueles característicos da zona de campo, refletindo as ‘misturadas’ origens: os indígenas, portugueses e descendentes dos muitos escravos que trabalharam as terras das sesmarias que continham essas florestas, origem da riqueza urbana.

Por outro lado, julgo importante ressaltar que efetivamente as serrarias alteraram profundamente o sistema agrário da região. De acordo ainda com os estudos de De Boni e Costa (2011, p. 248 e 249), esse trabalho atraiu os peões das fazendas, que preferiram substituir o “sistema pré-capitalista de vida da estância, plantando como meeiros, criando alguma cabeça de gado na fazenda e recebendo, em dinheiro, uma quantia insignificante”. No entanto, o seu declínio ocasionou o que os mesmos autores chamam de processo irreversível de proletarização, caracterizando uma “fuga do campo”, cujo maior polo de atração foi Caxias do Sul, “com suas fábricas, seu progresso industrial e sua vida urbana a atrair a mão-de-obra”.

Igualmente, em outro aspecto, os meus achados empíricos são coincidentes às considerações desses mesmos autores e também de Corteletti (2012): os habitantes desses distritos (como já mencionado), majoritariamente agricultores, têm plena consciência de que a atividade econômica dos “engenhos” de beneficiamento de madeira de araucária foi fundamental na constituição da prosperidade de Caxias do Sul. Entretanto, delimitado esse processo, vejo que, nos últimos 150 anos, o mosaico autóctone de campo e mato convive estavelmente com a pecuária semiextensiva e com os pequenos policultivos coloniais, característica que singulariza esses dois distritos em relação à sua vizinhança dos Campos de Cima da Serra. A explicação se encontra nos vários relatos que a pesquisa obtém junto às pessoas mais idosas. Elas contam que os moradores de Criúva e Vila Seca sempre diferenciaram “o mato nosso e dos outros”. Um exemplo (de vários outros) do apreço pela paisagem do lugar, que, em sua origem, era muito semelhante à dos municípios de Jaquirana, de Bom Jesus e mesmo de outros distritos de São Francisco de Paula, na época também com muita atividade madeireira — Cazuzza Ferreira e Juá.

Em seu conjunto, a trajeção da paisagem no lugar é um fenômeno singular e de complexa apresentação — produto dessa mistura de aspectos de objetivos e subjetivos, acaba sendo de difícil reconhecimento e compreensão. Fenômeno que, uma vez identificado — e cientificamente validado —, vai tendo sua inteireza sendo desvelada e compreendida na

medida em que o labor etnográfico avança (RIBEIRO, C.; ANJOS; RADOMSKY, 2015; RIBEIRO, C. *et al.*, 2015).

Componho esse desfile da Festa do Pinhão com outro que faz parte também do que igualmente vejo na estrada. Uma composição encontrada não somente no trajeto que faço de carro nesse dia, mas igualmente enraizada na memória que já acumulei nesses vários anos de trânsito por esse caminho. Ao longo desse tempo, vejo que da paisagem fazem parte cada vez mais placas. Elas densificam-se evidentemente em torno dos reservatórios do arroio do Faxinal e do arroio das Marrecas, de onde provém boa parte da água potável para as zonas urbanas do município. Se algumas placas fazem parte do conjunto de sinalização das rodovias, como ‘anônimas’ e aparentemente anódinas, outras muitas demarcam vigorosamente a atual posse urbano-institucional da água pela autarquia municipal de saneamento. Finalmente, algumas poucas sinalizam as permissões de poluição controlada, emitidas pela instância ambiental estadual — o caso do aterro de resíduos sólidos industriais e o aterro sanitário, previsto para resíduos sólidos de origem urbana não industrial, por assim simplificar. Placas escritas e logomarcas de autarquias do poder público, nas quais leio e entendo muito mais do que avisos ou informações. Compreendo suas advertências prévias, agora adentrando campo afora até os cantos mais distantes desses distritos rurais, como uma marca dos territórios que essas instâncias de poder urbano desejam consolidar: são como certificados de posse. Cravadas de uma hora para outra em terras que não são suas, eu sinto-as como as cruzes que os colonizadores deixavam em sua partida, depois de ‘suas descobertas’. Nesse caso, contudo, não é uma cruz religiosa que faz o marco. É uma cruz ambiental.

Impressões de minha parte, em franca consideração, digo introdutoriamente nesse capítulo de uma paisagem, modificando-se ‘a olhos vistos’ nesses já vários anos que venho para cá saber mais a esse respeito, sediando um encontro de mundos distintos. E é exatamente por intuir que o ‘sentimento da paisagem’ importa muito, que nasce a necessidade de mostrar o que via de maneira distinta do que meramente o modo escrito. O que agora empreendo, utilizando as fotografias e áudios do trabalho de campo de 2013, em adição às novas aquisições da segunda fase de trabalho.

Dessa forma, este capítulo, em relação com o episódio *Paisagem aqui tem memória*, do filme *Desejos em Paisagens Serranas*, denota a existência desse meu mundo de visão¹⁴,

¹⁴ Por que a antropologia é — simplesmente aquele empreendimento intelectual ocidental que é dedicado a considerar seriamente a questão de como considerar seriamente series, não apenas de visões no sentido de opiniões sobre coisas, mas de visões no sentido de coisas vistas — não outras visões de mundo, mas outros mundos de visão, outros mundos dados à visão (tanto quanto são dados à audição, ao toque, ao olfato, ao sabor e à concepção extrassensorial)” (VIVEIROS DE CASTRO; GOLDMAN, 2012, p. 428).

permitindo a cogitação sobre os vários outros mundos que existem além desse. No interesse de saber dos diferentes modos de enunciação desses mundos, através do que outras pessoas enxergam, por sua atribuição de sentido como sujeitos sensitivos.¹⁵ E, finalmente, de como entendo que a imagem, também fílmica, constitui um auxílio poderoso para explicar melhor as coexistências desses vários mundos.

3.1 A HISTÓRIA CONTADA

Sempre que conversei com Raul Bento Gomes da Fonseca¹⁶, escutei-o dizer que quer passar a liderança da Festa do Pinhão para alguém mais jovem. Nascido em 1954 e coordenador do evento desde a primeira edição, é por causa dessa festa que nos conhecemos, eu seguindo o recado que recebi ao final do trabalho exploratório desta pesquisa: para que procurasse entender o que acontecia nessa região além das festividades do Divino Espírito Santo, meu principal fio condutor de observação participante nesta época. Tal como nas outras festas, realizo a Festa do Pinhão como um evento¹⁷ maior, em toda a acepção do significado disso para mim — como sendo da natureza desse lugar, em sua apreensão sensível e em constante movimento.

Para que esse evento aconteça, muitas coisas devem ser feitas. De primeiro, a compra do pinhão para a festividade. O que Raul faz onde nasceu, no vizinho distrito de Cazuza Ferreira. Ele precisa de dinheiro vivo para realizar a compra direta das três toneladas que são em média distribuídas gratuitamente, pois não há cobrança de ingresso para o local onde ficam os fogões campeiros em que é preparado o pinhão, cozido ou batido. A escassa disponibilidade de recurso monetário não é o único problema para a realização do evento no final do outono de cada ano — sincronizado, obviamente, com a colheita dos frutos da mata de araucária, cuja data de início é definida por norma¹⁸. Na vida acelerada dos dias que

¹⁵ S/P é então esse o laço que se estabelece entre o sujeito e o que ele diz ou pensa, “pelos sentidos, pela ação, pela palavra e pelo pensamento” (BERQUE, 2014b, p. 68).

¹⁶ As declarações dos moradores constantes no filme são complementadas por registros de outros vídeos e áudios realizados durante a pesquisa de campo, com o apoio das observações efetuadas no caderno de campo.

¹⁷ Do que o autor explica, que “a natureza não pode ser tornada imóvel e logo em seguida ser observada, o evento é por ele entendido como” o fato último para a consciência sensível [...] a ocorrência inteira da natureza [...] cuja essência é, por conseguinte, de logo em seguida passar” (WHITEHEAD, 2006, p. 52).

¹⁸ Portaria Normativa do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); de acordo à DC-20 de 1976, somente de 15 de abril em diante podem ser realizados a colheita, transporte e comercialização do fruto da araucária (VIEIRA-DA-SILVA, 2013, p. 151). A situação empírica realizada está completamente de acordo ao disposto com relação aos circuitos de comercialização do pinhão em São Francisco de Paula (VIEIRA-DA-SILVA; MIGUEL, 2017).

correm, é cada vez mais difícil amearhar e sincronizar os pequenos apoios de muitas partes que fazem a complexa articulação comunitária que viabiliza a festa. Uma vez que a ocorrência dos desfiles temáticos é apenas uma das muitas atrações para um público equivalente ao da festa do Divino. Em torno de cinco mil pessoas transitam pelos nove dias de sua programação ininterrupta, normalmente iniciando em um sábado de início de junho. Outros pontos de interesse da festa são a oferta de culinária baseada no pinhão, a feira de produtos locais e os espetáculos de artistas do local.

Raul sabe muitas coisas sobre a história dessa festa, cujo mote é esse, ‘o de contar história’¹⁹. Tudo inicia pelo cansaço dos moradores com o resultado de seus trabalhos no contexto das festas religiosas: por ora vêm como interrompido o tempo dos padres católicos mais antigos, aqueles que entendiam e acolhiam as práticas dos antigos ritos festivos e religiosos locais, muito ligados ao Divino Espírito Santo.²⁰ Nesse novo contexto, não mais concordam em ver o recurso que é arrecadado à custa da doação desse esforço comunitário sumir na esfera de decisões e propriedades da diocese católica: “vira tudo propriedade da Mitra”, é a frase que todos repetem, e não mais da comunidade de Vila Seca. Esmiuçando esse bordão, compreendo que os espaços que eram desde sempre entendidos como sendo de direito da comunidade — a capela e os salões, resultado de doações de terrenos e de trabalho para a sua construção — agora só podem ser utilizados mediante pagamento de aluguel. Igual desconforto advém da destinação dada ao dinheiro arrecadado nas festas religiosas, emergente de tramitação não muito transparente e, por isso, motivo de muitos comentários e discussões na comunidade a cada ano. Raul relata que “pensaram em fazer um evento com outra filosofia, em uma crítica às festas de igreja”, com a ideia principal de que tudo nessa nova festa “passasse a ser feito com a ideia de que a comunidade pudesse realmente ganhar alguma coisa”. Para isso, um grupo de cerca de 30 pessoas (a comissão organizadora) trabalha para que os custos de realização sejam os menores possíveis, na busca do ganho financeiro positivo como resultado da festa. Tanto para garantir a renda das pessoas, como para duração da festividade, em um primeiro momento, estruturaram-se junto à Associação dos Moradores de Vila Seca (AMOVISE), para mais tarde acabarem constituindo uma razão social específica para a Festa do Pinhão. São estratégias nessa direção também a oferta de troca de serviços ao invés de pagamento do aluguel do espaço: os organizadores trabalham um dia em uma festa

¹⁹ A noção de história que enxergo aqui é aquela que se obtém como fruto da concordância das memórias individuais dos indivíduos, que acontece pela permanente partilha de lembranças que fazem no exercício construtivo desse grupo organizador do qual fazem parte: “a lembrança é ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (HALBWACHS, 1990, p. 34).

²⁰ Mais detalhes em Ribeiro (2014, p. 237; 242 e 243).

religiosa e dispendem, então, só as despesas com luz, água e gás para utilizar os salões. Com a mesma intenção, o pagamento para os estandes montados nesse espaço é estipulado em percentual das vendas realizadas: 10% é o valor acordado. Mesmo assim, nos últimos anos, a festa tem terminado “no vermelho”, exigindo desembolso de recurso pessoal dos organizadores. Raul ressalta que, por seus únicos esforços, a comunidade realmente não consegue realizar a festa. Além de contarem com esse uso negociado dos prédios comunitários, dependem igualmente dos auxílios obtidos junto à municipalidade: a doação dos troféus para os concursos que acontecem (de fotos, desenhos dos alunos da escola e de culinária), as apresentações artísticas locais por conta de acertos comunitários intermediados pela Prefeitura e o transporte dos elementos que constituem o famoso desfile temático.

Seres — pessoas e animais especiais, e muitas coisas afetivamente guardadas em muitos lugares da região circunvizinha, elementos amealhados e animados nesse momento da festa. Identifico nessa operação uma atribuição de sentido: uma predicação, uma constituição de um predicado — algo que é dito sobre alguma coisa, portanto.²¹ Entendo, ao longo do tempo deste trabalho, que a vontade de mostrar essa “história contada” que embasa a formatação do desfile a cada ano está profundamente enraizada nas memórias pessoais de todos os envolvidos em sua organização. Raul conta que as famílias do pai e da mãe são nascidas em “Cazuza”, como todos dizem abreviada e carinhosamente. Antes disso, ele sabe que o ramo paterno é vindo dos açorianos-brasileiros de Santo Antônio da Patrulha, enquanto que a mãe era descendente dos primeiros habitantes da região, quais sejam, então, indígenas, autóctones ou, ainda, nativos²². Como ele detalha em cena registrada após sua apreciação do o

²¹ Ver no capítulo 2 o sentido de coisa para Ingold (2012), que aqui entendo como sendo bem pertinente — como formadas ao longo dos cruzamentos de vários acontecimentos. Para Berque, pelo estudo dos meios que privilegia, “na realidade concreta dos meios e da história”, as coisas não são nem propriamente objetiváveis (uma coisa em si), nem completamente podendo ser tomadas como subjetivas (algo fantasmagoricamente projetado em algo). Ao invés disso, ele entende que as coisas são “sempre e necessariamente trajetivas”. Entendo que o autor busca, em seus estudos, uma saída para escapar da guerra de enunciados dos sujeitos e de seus supostos independentes e objetiváveis objetos, por eles separados dos mundos nos quais são percebidos. Ou seja, a realidade dessas coisas “é impressão de sentimento”, uma vez que ela — a realidade, “implica a nossa existência”. As coisas viram palavras, para Berque, de acordo a trajeções; uma coisa vira uma dada palavra pela realidade, que a institui em tanto o que essa palavra significa (BERQUE, 2014b, p. 107).

²² A característica que se pode atribuir com certeza aos primeiros tipos de habitantes que se conhece terem existido nas terras que hoje integram não somente a cidade de Caxias do Sul, mas a região dos Campos de Cima da Serra é a de ser indígena. Na acepção dada por Viveiros de Castro (2017, p. 188), uma vez que eram naturais do lugar em que viveram ou foram gerados dentro da terra que lhes era própria, os Kaingang são os primeiros habitantes do lugar. Corteletti (2008, p. 167-168) estuda essa primeira habitação, que de acordo a datações calibradas de sítios arqueológicos por ele estudados em Caxias do Sul, vai do final do século V à primeira metade do século XIV, período ampliado para o intervalo entre 10.000 a 6.000 anos A.C. para a região maior do Planalto por Schmitz (2006, p.18). Principalmente a partir dos relatos míticos da origem do milho, do feijão e da abóbora recolhidos em Borba (1908) que D’Angelis (2006) defende a atividade agrícola dos Kaingang, contrário ao relato preliminar de Mabilde (1983), que excluía essa possibilidade. Assertiva confirmada pelos restos arqueológicos de sabugos de milho encontrados na região, conforme Lazaroto *et al.*

filme, a mãe dela, sua vó, foi aprisionada por cachorros no “mato”. E mesmo o sobrenome do ramo materno é diretamente relacionado com a circunstância dessa captura. Moreira, pois ficou enleada nos espinhos das amoreiras silvestres do lugar: em data que ele não tem mais como precisar, mas que juntos estimamos como em óbvia coabitação com a segunda leva do povo europeu que vem colonizar essas paragens.²³

Ou seja, o terreno que foi ocupado pelo empreendimento de colonização chamado de Colônia Caxias não era absolutamente a ‘terra devoluta totalmente despovoada’, ou o ‘descampado’, ou ‘os lotes’, ou ainda ‘os vazios demográficos’, termos que são ainda permanecem em uso para descrever o local que encontram esses novos habitantes que chegavam a grande maioria vinda da Itália.²⁴ Tanto é que vários trabalhos têm mostrado que a região do Planalto das Araucárias suportou, nessa época, a ação dos ditos “bugreiros” — exatamente as pessoas que realizariam uma suposta intermediação no contato com os primeiros habitantes, cuja ação local tem já historiografia mostrando que, na verdade, também atuaram em premeditadas excursões de captura de menores, que eram dados ou vendidos para os serviços dos fazendeiros.²⁵ Em similitude a vários outros casos que conheço na região, Raul decide, depois de uma vida de trabalho na cidade de Caxias do Sul, retornar ao campo de onde saiu bem jovem. Porque “lá não havia nada”, ele especifica: as estradas eram horríveis e não existia nenhuma estrutura de atendimento de saúde para quem lá morava, idêntica ausência que encontrava no que dizia respeito às opções de educação e trabalho. No relato, ele aproxima a sua experiência na adolescência ao mesmo panorama que hoje é alegado pelo movimento de anexação dos habitantes de Cazuza Ferreira, e do vizinho Juá — os dois distritos de São Francisco de Paula juntos no movimento que busca sua integração a Caxias do Sul²⁶. Dessa forma é que Raul situa a sua vida em Vila Seca já por quase duas décadas,

(1971, p. 81), bem como artefatos líticos museologicamente organizados em Criúva, com seus formatos sugerindo seu uso em uma série de técnicas agrícolas. Beber (2004) e Rogge e Schmitz (2009, p. 89) enfim conseguem afirmar que o Planalto das Araucárias teve ocupação estável de grupos que tinham sua alimentação fortemente ancorada na coleta e utilização do pinhão, na caça e na pesca, mas que foi complementada por cultivos agrícolas principalmente realizados nas áreas de várzea dos rios.

²³ Conforme Giron (1977, p. 29), com exceção de 86 brasileiros e dois argentinos, todo o restante dos 4127 imigrantes do mapa estatística da Colônia Caxias no período de 1872 a 1886 eram europeus. 71 % desta totalidade eram originários da Itália.

²⁴ De acordo a Giron (1977, p. 23 e 69), Nascimento (2009, p. 111) e Ribeiro, C.M.P.J. (2005, p. 11).

²⁵ Ver em Francisco (2013, p. 151) a história de Luís Bugre; em Dornelles (2011) a discussão sobre a gênese e as utilizações do termo bugre, e em Wittmann (207, p. 101) história similar a que conta Raul, mas acontecendo em proximidade a Vacaria.

²⁶ Em similaridade ao que aconteceu com Vila Seca e Criúva décadas atrás. Pelo Decreto Estadual nº 7842, de 30/06/1939, confirmado pelo decreto-lei federal nº 1307, de 31/05/1939, o distrito de Vila Seca (anteriormente nominado João Pessoa) foi transferido do município de São Francisco de Paula para Caxias. Criúva passa a existir como distrito por intermédio do Ato Municipal nº 25, de 09/01/1903, que registra a sua criação em São

onde em cinco hectares cria ovelhas e gado de corte. Embora me explique os milagres que faz com essa pequena área de terra (trabalhos de fertilização, e melhoramento de pastagem), detalha mais adiante que encontra auxílio em porção bem maior de terra. Esta, porém, arrendada, na localidade de Fazenda Velha, que fica justamente em Cazusa Ferreira, no vizinho município de São Francisco de Paula.

Esse relato me auxilia a depreender que as imagens compostas pelo desfile temático ensejam, acima de tudo, mostrar as práticas da vida que acontecem no lugar, em várias temporalidades que são identificadas em associação a essa paisagem. Mesmo antes do tempo dos “índios que viviam por aí”, é encenada uma época em que somente gralhas-azuis e pinhões eram os protagonistas da paisagem. Posteriormente, a narrativa coloca em relevo os tropeiros e seus afazeres com o gado na região dos Campos de Cima da Serra, em fase ainda anterior à do início da Colônia Caxias. Tanto que o seu mote principal é o de mostrar os trânsitos variados que acontecem principalmente nas carretas movidas a bois carreiros e, mesmo, as atividades desses campeiros — esses seres misturados de portugueses e nacionais, que viveram de aprisionar o gado “alçado” nesses campos. Somente depois, com veículos sucessivamente mais modernos, são representadas as práticas da agricultura colonial. Por fim, entremeado a isso tudo, percolam cenas da contemporaneidade, sobretudo centrada nas apresentações das crianças da escola local. Raul detalha da variação dos motivos abordados e o modo de sua representação a cada edição. Relembrando a história da própria festa, o carro demonstrativo da serraria de madeira de araucária e aquele dramatizando a descoberta da água em Vila Seca são por ele citados como pontos altos de desfiles anteriores. Todavia, a demonstração dos enraizamentos geográfico-políticos em cenas subsequentes a esses primeiros momentos de habitação são evidentes: os nomes de todas as atuais localidades do distrito são mostrados, o distrito de Criúva tem lugar de honra, Forqueta, como um distrito tipicamente colonial italiano é convidado, e, finalmente a festividade maior da cidade de Caxias do Sul, a Festa Nacional da Uva, tem seu lugar no desfile da Festa do Pinhão, que termina com a cavalgada com as bandeiras de todos os lugares fazendo a ligação do distrito até a instância nacional.

Francisco de Paula de Cima da Serra (ALVES, 2010b, p. 267, 268; IBGE, 2013, p. 3). Sua incorporação à Caxias do Sul é oficializada pela Lei Estadual nº 2531 de 15/12/1954, após a realização de duas consultas plebiscitárias (ALVES, 2010a, p. 149).

Várias vezes Raul inquiriu-me a respeito dos minhas contribuições a essa história, movimento de mesma natureza do que depreendo do convite para contribuição em livro organizado por essa comunidade — *Vozes de Vila Seca*²⁷.

Sigo refazendo assim, a partir de histórias que me contaram, mas também de outras coisas que li, a trajeção dessa paisagem: esse misto de espaço e tempo, de contar histórico e geográfico. De aspectos subjetivos — como se vai entendendo e expressando essa apreensão espacial, e em algumas formas objetiváveis — por exemplo, de como vai mudando esse mosaico de mato e campo nesse lugar ao longo de certo tempo. No quesito objetivo, entendo também uma dada sistematização histórica nessa narrativa, justo pela identificação das quatro grandes periodizações da história agrária no lugar.²⁸

Essa reconstrução organiza-se diversamente de um fio narrativo, e sim como algo mais ‘enredado’: pois os “índios que moravam por aí” são agora a vó de Raul, por exemplo, e por intermédio do acionamento dessa memória continuam por aqui. O “gado alçado” ainda puxa carretas, cujas fotos do passado estão nas paredes das casas, que foram feitas nas serrarias da época colonial. Araucárias originaram a base da pujança da cidade de Caxias do Sul, polo metalmeccânico gerador de riqueza e emprego da contemporaneidade. Cidade que precisa de água, que vem buscar em Vila Seca e que, com placas, quer garantir sua existência futura em Criúva. Cidade que gera lixo, que resolveu colocar nas nascentes que diz preservar.

3.2 SERES E COISAS: PREDICADOS DE MUNDOS RURAIS E URBANOS

É aproximando-me das práticas de vida do lugar, de suas poesias de habitação²⁹, que eu consigo aprender mais a respeito das campesinas práticas de criação de gado de corte e conduzidas nesta região dos Campos de Cima da Serra, em vizinhanças à cidade brasileira de Caxias do Sul e São Francisco de Paula — principalmente nos distritos de Vila Seca, Criúva, Cazuza Ferreira e Juá.

²⁷ Articulação feita pela AMOVISE, com os recursos do ‘Vila Seca em Cultura’, integrado à rede federal dos Pontos de Cultura. Agora fechado, pois, findo o convênio, a comunidade não encontrou meios para prosseguir com as atividades. Na contribuição, pude resumidamente dispor parte dos resultados já existentes na época, com grande foco na reconstituição das práticas agrícolas pelas quais principalmente entendo que esses moradores foram moldando essa paisagem ao longo do tempo (RIBEIRO, C., 2015).

²⁸ Sistemas agrários sesmeiro, colonial e contemporâneo, ver características resumidas no Quadro 1, e reconstituição completa nos itens 4.3, 4.4 e 4.5 de Ribeiro, C. (2014).

²⁹ No sentido da capacidade de fazer enquanto habitante de um lugar. A poética do habitar segundo Ingold (2000, p. 110), muito próxima à “*poiēsis* (criação, fabricação, concepção)” da habitação ecumenal como postulada por Berque (2014b, p. 204).

Nesse caminho, de muito significado, é esse evento que conheço em profundidade: em 1993, um grupo de moradores do lugar luta contra a localização de um aterro controlado para o depósito de lixo da cidade de Caxias do Sul, pois a área almejada pelo poder público da época se situava na bacia hidrográfica do curso de água principal da região. José Eliseu Stumpf conta-me como que, em vigorosa reação organizada, conseguiram os moradores do lugar se articularem em nível municipal e estadual, sustando finalmente essa intenção em definitivo nesta específica área. Por ironia — não do destino, mas da atuação do poder público, anos depois, essa mesma área é engolfada pelas águas da barragem do arroio Marrecas. Inaugurado em 2012, se não fosse esse movimento, o mais novo reservatório de água doce para a população urbana de Caxias não seria nesse lugar. O que, de outra parte, foi a causa da desapropriação de 70% da área original da propriedade de Eliseu, como é mais conhecido.

Conheço Mansueto de Castro Serafini Filho dando ouvidos igualmente a um recado. Aliás, vários, repetindo sempre a mesma mensagem: seria ele a pessoa que com certeza poderia explicar o histórico problemático de Caxias do Sul com relação ao suprimento de água potável. Apresento-me, explico a pesquisa que estou a fazer, e ele me recebe em sua casa, em um daqueles edifícios que enxergava de longe. Em sua sala, ele, tal qual Eliseu, tem muitas coisas guardadas para me mostrar. Nascido na cidade mesmo, em 1939, possui em arquivo histórico muito bem organizado sobre sua extensa vida pública em Caxias do Sul, que inicia ainda adolescente, em jornal que funda — *O Mensário*, secundado por outro, o semanário *Caxias Magazine*. Tomou gosto pela atividade, tanto que obteve registro como jornalista profissional, mais tarde formando-se em Direito. Um âmbito de trabalho no qual exerceu atividades em várias rádios e televisões, até se afastar para assumir a prefeitura do município. Sua vida política é extensa: foi vereador de 1964 a 1968, vice-prefeito de 1969 a 1972, e prefeito em dois mandatos — de 1977 a 1982 e de 1989 a 1992. Até hoje, é voz opiniática e respeitada na vida pública local (MANSUETO..., 2016).

Em nosso encontro, ele me conta uma historietta, antecipando um trecho do livro que logo lançaria sobre a história das eleições municipais da cidade. Na sua primeira eleição para prefeito, recebe um aviso na rua: “Tchê, bah! Te cuida!”. “Cuida o quê?”. “As forças italianófilas tão contra ti”. “Mas eu sou Serafini...”, argumentou ele. “Não! Tu és Mansueto ‘de Castro’ Serafini, tu és mestiço!” Bem humorado, ele ri, mas logo fica sério, e diz que o tema na época alcançava dimensões “impressionantes”. Dividindo com ele algumas experiências a respeito de inquisições variadas sobre sobrenomes e aparências, as quais já fui submetida na cidade e no campo, adentrando na historicidade do segregacionismo que verifico na ruralidade local. A situação dos progressos bailes e festas separados para pessoas

de cores brancas, morenas e amarelas é atualizada pelo uso das alcunhas pejorativas gringo e pelo-duro nas disputas verbais entre o rural e o urbano, revelando um tema ainda candente no município: esse da categorização discriminatória (re)corrente dos organismos humanos, na qual a palavra que está na boca das pessoas é mesmo raça.³⁰ Mansueto vai direto ao temor associado a esse procedimento e afirma que fascismo em Caxias acontece antes da Itália. Com a naturalidade que a sua vivência na vida pública do município permite, sua explicação para o fenômeno transita no terreno político-religioso. Ele detalha que, por conta das particularidades históricas da unificação do Estado Italiano, muitos dos imigrantes italianos que para cá vieram seriam oriundos dos antes vários estados pontificais. Estados católicos ferrenhos, que, com a emancipação da Itália, favorecida pelos maçons, reduzem-se somente ao Vaticano. Essas pessoas chegam aqui e encontram os luso-açorianos que já estavam na região, em sua grande maioria justamente maçons. Quando a cidade começa de fato a existir politicamente, só eles podiam votar.³¹ De modo que os primeiros políticos da cidade, na Comissão de Terras, eram do partido dos maçons, bem como os primeiros prefeitos eram maçons e lusos, por que, explica ele, italiano não votava. O clima se acirrou entre maçons-lusos e italianos-católicos, e como ele explica em atalho curto, só será provisoriamente estabilizado depois que Borges de Medeiros escolhe um italiano como prefeito — mas como ele, igualmente maçom: Dante Marcucci, o prefeito que em 1935 construiu o primeiro sistema de abastecimento de água potável para a zona urbana central da cidade.³²

Antes disso, Ruckert (2017) historia os rudimentos do saneamento na cidade, ação que ele opta por situar na época mesmo da Comissão de Terras da Colônia Caxias, em 1875, e não na constituição do município em 1890. Assim, a primeira legislação mencionando algo

³⁰ Ingold declara que a ciência genética não desafia os princípios fundadores do modelo genealógico. Ao contrário, encontra um reforço no seu modo de proceder. No caso, segundo ele, o uso de tal modelo autoriza pensar — ou acreditar “que pessoas incorporem certos atributos de aparência, temperamento e mentalidade em virtude de sua ancestralidade, e que esses são transmitidos em uma forma que não é afetada pelas circunstâncias ou realizações de suas vidas no mundo”. O autor exemplifica que tais princípios trazem consigo uma quase que crença na imunidade da natureza humana desde a sua aparição na era do Pleistoceno, no que tange ao seu relacionamento com as irrupções de sua própria história. Nesse âmbito, o autor chama a atenção para a situação de quando esses mesmos princípios — de ancestralidade genealógica — são invocados para justificações de “distintividade étnica”. Tal reivindicação, de acordo a Ingold, “vincula a trazer implicitamente — senão explicitamente — implicações raciais”. Não diferencia ainda esse modo de pensar daquele que figura a memória como algo culturalmente adquirido, vinda como uma herança recebida e praticada inalteradamente com o que se recebeu do passado (INGOLD, 2000, p. 137).

³¹ Segundo Ruckert (2017, p. 429), depois de Caxias deixar de ser colônia, em 1884, foi incorporada ao município de São Sebastião do Caí. É só em 1890, quando se torna município, é que a população local pode eleger o Conselho Municipal e um Intendente. Esclarecendo, a “população” votante eram homens alfabetizados da elite local: somente esse é que podiam votar.

³² Mais detalhes sobre as circunstâncias políticas e as obras efetuadas na administração de Dante Marcucci na dissertação de Tomazoni (2011, p. 59; 62 e 66).

aproximado a saneamento é o Código de Posturas que, em 1893, separa já os ordenamentos normativos para espaços distintos. No urbano, dispõe sobre a limpeza pública, proíbe descartes “de imundícies” nas ruas e águas estagnadas nos terrenos, e determina onde devem ser colocadas as latrinas e descartados os estrumes das estrebarias e lixo dos pátios. Já no seu capítulo “Das aguadas e fontes”, ficam mais claras as responsabilidades. Ao governo da época só cabia se ocupar de fontes que estivessem em logradouro público. As demais fontes, nos lotes rurais, deveriam ser disponibilizadas a vizinhos que não as possuíssem em suas terras, com o Código indicando as particularidades de permissões de acesso em várias situações. O proprietário da terra era quem dizia os caminhos que poderiam ser utilizados, prerrogativa que poderia ser violada somente em caso de incêndio. Segundo o autor, na década de 1910 a remoção e tratamento da matéria fecal humana passa a constituir problema — as fossas fixas são ditas “detestáveis”, pelos problemas de saúde pública, e por isso surge, em 1913, um serviço de Asseio Público, que utiliza veículos para remoção desses materiais insalubres, para um ‘sepultamento’ em terrenos de propriedade da Intendência.

Conforme histórico disposto na exposição comemorativa aos 50 anos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul (SAMAE), a água potável nesse primeiro momento de urbanização era proveniente de poços cavados nas residências. O primeiro reservatório da cidade em 1921 reservou a água de quatro vertentes, com a construção de uma pequena hidráulica para casas do centro da cidade (CAXIAS DO SUL, 2016c). Ruckert (2017) recupera o histórico sobre como, a partir dessa estrutura, em 1925 foi construída a rede de abastecimento de água para essa reduzida elite que morava no centro. Mostrando o autor simultânea ação pela qual, desde o início dos anos vinte, a Intendência já buscava junto ao Estado apoio para realização de estudos: para resolver as crises de abastecimento de água para a cidade, junto à Comissão Estadual de Saneamento, que realiza, assim, o estudo de captação do Arroio Dal Bó. Ao início de 1927, Ruckert (2017) evidencia registro de severa estiagem, o que motivou a entrada da captação no Arroio Maestra antes mesmo da obra encerrada, em 1928, por ocasião da inauguração da primeira hidráulica do município. Justamente a que aparece nas fotos dessa exposição supramencionada, a qual, em certa medida, preenche o hiato entre a historiografia de Ruckert até a experiência político-administrativa do prefeito Mansueto, fazendo face ao problema dos racionamentos de água potável em Caxias do Sul (RUCKERT, 2017, p. 429-433; 441;445; MANSUETO..., 2016).

As pessoas se lembram dessas crises quando vêem o filme — pois já tinham esquecido de que isso tinha acontecido. Do que depreendo da situação que Mansueto descreve, um problema e tanto a resolver. Em época desenvolvimentista, a frente de um sistema

municipalizado, constituído pela criação do SAMAE em 1966, na contramão do que o plano federal da época preconizava.³³ Não bastasse isso, o ex-prefeito rememora a narrativa da regularização da questão da disposição dos resíduos sólidos de diversas ordens na cidade. Na verdade, ele evidencia a existência dos “lixões” — depósitos de resíduos irregulares, sem licença ambiental, o que não era de todo inusitado: uma vez que seu período de administrador é coincidente a lenta — e sempre mutante — constituição institucional da gestão ambiental nacional³⁴ e de suas instâncias estaduais³⁵. A autarquia que assume essa questão em Caxias do Sul é a Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (CODECA), criada em 1974 — mas que toma para si essa responsabilidade somente em 1979.³⁶

Eliseu já havia me mostrado essa sua elaboração escrita que aborda esses dois temas — lixo e proteção das águas, falando da “terra prometida para as indústrias” — logo que nos conhecemos, no inverno de 2011, quando o procurei para saber a história da agricultura do lugar (STUMPF, 1993). Indicado pela sua experiência de muitos anos nas práticas agrícolas de Vila Seca e também por ser participante do projeto piloto da Prefeitura para o melhoramento do campo nativo, ele tinha mesmo muito a relatar. Contou-me com riqueza de detalhes seu périplo por muitas opções e modos de cultura agrícola, até chegar ao que hoje ele conduz. Viúvo do primeiro casamento, hoje conduz com a sua segunda mulher, Maria do Carmo Giachellin, um aviário e criação de gado de corte.

Ainda muito impactado com a brusca desapropriação que o deixou com um terço da área original de sua propriedade por conta da barragem do arroio Marrecas, ele já tinha me descrito a primordial violência da abordagem das pessoas ligadas à contemporânea ação policialesca e burocrática de proteção ambiental do poder público. Sem falar na indignação do procedimento “faço o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, consolidado no caso do corte

³³ O Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) foi lançado em 1971, pelo governo militar, com a intenção de que as administrações municipais concedessem às empresas estaduais a operação dos serviços de saneamento, por intermédio de contratos de 25 a 30 anos de duração (IORIS, 2009, p. 31).

³⁴ Os procedimentos de licenciamento ambiental no Brasil são paulatinamente institucionalizados desde 1934, em ações do governo Vargas — neste ano são promulgados o Código de Águas, o Código Florestal e o Código de Caça e Pesca, sendo que na instância florestal é que aparece a primeira ação fiscalizadora — uma guarda florestal, aninhada no Serviço Florestal. A Secretaria Especial do Meio Ambiente é criada em 1973, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais em 1989, para finalmente em 1992 surgir o Ministério do Meio Ambiente (PEREIRA, M. E., 2011, p. 54-57).

³⁵ No Rio Grande do Sul a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler é criada em 1990, sucedendo o Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente (departamento que surge em 1979), e antes disso a Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico do Rio Grande do Sul, instituída em 1974, com a Política Estadual de Proteção Ambiental (OLIVEIRA e MARTINS, 2010, p. 245-247).

³⁶ De CAXIAS DO SUL (2018).

de aproximadamente 6500 araucárias e outras árvores do mato nativo.³⁷ Realidade que, além do que o filme dá a ver, é composta por uma infinidade de outros detalhes que a constituem cotidianamente. Um exemplo que ele contemporaneamente me conta é o caso que aconteceu com os seus sobrinhos e vizinhos: com a ajuda dos agrônomos da SMAPA, levaram seis meses para obter uma declaração³⁸, na qual constava da não necessidade de obtenção de licença ambiental para remover pedras de uma porção de pastagem que eles queriam melhorar.

Nesse relato é recorrente a citação de várias pessoas que trabalham em alguma instância da municipalidade. Em evidência local de que são pessoas que constituem o poder, seja ele de que espécie for. Nesse caso traumático, a nítida indignação é centrada no desrespeito, na maneira pela qual os moradores sempre foram tratados. Na memória sobre a gênese dessa ‘relação’, Eliseu conta que os funcionários do SAMAE deixavam com o proprietário um documento oficial, apenas comunicando que a propriedade seria desapropriada e o valor que seria pago pela terra: “quando saíam, a porteira era deixada aberta”. Eliseu nasceu em 1946, nessa terra onde mora e de onde tira seu sustento até hoje mesmo. O caçula de quatro filhos, foi o único que teve o privilégio de estudar — Contabilidade, em Vacaria, saindo de casa depois dessa época para trabalhar. Foi professor estadual de início, teve muitos outros negócios, até que com a morte do pai, em 1968, voltou e assumiu a parte da terra que lhe coube na divisão familiar, retornando às práticas agrícolas. A ele coube um pedaço no “fundo, na beira do rio, que não servia para nada” — por causa disso ele explica ter herdado posteriormente um pedaço adicional, para compensar a desvantagem produtiva.

Percorrendo seu artigo escrito, noto bem o modo de expressão usado pelo professor. Uma linguagem que ele declara quase não usar mais. Como ele justifica, hoje fala como todos no lugar — que não é o caso da incorreção de linguagem, ele acha, mas sim uma espécie de dialeto local. Sua facilidade de expressão foi elogiada, inclusive, quando ele usou a tribuna da Câmara para defender a causa da Comissão, bem como quando explicou todo o caso para o governador Alceu de Deus Collares. De tudo o que li, entendo que ele assumiu sem temor o que outros disseram que não teriam legitimidade para fazer, por não serem nascidos no lugar, e/ou por não morarem ali todo o tempo — vários eram proprietários de áreas maiores, que frequentavam em misto de negócios e lazer. Essa foi a principal argumentação alegada para o terem indicado para o cargo de presidente do grupo, o que Eliseu acaba aceitando.

³⁷Conforme MP...(2014).

³⁸ Declaração n. 026/2016 da Secretaria do Meio Ambiente de Caxias do Sul (CAXIAS DO SUL, 2016a).

Ele recorda-se de todas as pessoas que com ele compartilharam a luta contra o uso da área da bacia hidrográfica do arroio Marrecas para colocar o Aterro de Lixo Domiciliar e Industrial no início da década de 1990. Arrolou-me os nomes de todos, sugerindo-me que os contatasse, pois, segundo ele, essas pessoas ficaram com o conjunto de documentos que registraram o “histórico” da Comissão: estatutos, atas, fotografias, os recortes de jornal, e mesmo a anotação de uma bela poesia, ele me disse, que teria sido declamada na famosa sessão da Câmara. Em sua grande maioria segui suas sugestões, sendo que o retorno variou de uma não resposta a negativas de colaboração, passando por evasivas sugerindo que eu fosse procurar informação junto aos órgãos ambientais variados ou instâncias oficiais municipais. O que tentei por um tempo igualmente, sem sucesso no prazo que eu dispunha para tal pesquisa. Enfim, encontrei no arquivo da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul os jornais locais da época (com o artigo de Eliseu e toda a sequência de notícias), bem como a ata da sessão da Câmara já referida. Esse foi então o caminho pelo qual eu e Eliseu conseguimos refazer não a história, mas uma narrativa desse evento de 1993.

Consegui assim, entender a complexidade da ação ocorrida entre junho e novembro de 1993. Ele me conta que “os cabeças do movimento”, além dele, na época foram Maria Amélia Amoretti e o já falecido José Walter Ribeiro Porto. Também integrante do grupo foi Adelar Santarém que, como ex-vereador, articula a inserção da Comissão no espaço de “Tribuna Livre” da Câmara de Vereadores. Em intervenção que ocorre apenas dois dias depois que os moradores ficaram sabendo da iminente desapropriação, com Mário Alberto Amoretti sendo outro componente que assina o documento que é entregue em nome do grupo³⁹.

Justamente a fala de Eliseu, logo que saúda todos os presentes denota a existência desse texto, descrevendo a sua inserção na marcha protocolar da administração municipal (ele foi protocolado tanto no SAMAE, como na Prefeitura). Depois, afirmando-se em sua condição de eleito como presidente da Comissão de Defesa Ambiental de Vila Seca, ele fala sobre a hipótese da instalação “da Usina”, de um ponto de vista conciliatório, mas firme, de seu lugar de habitante do lugar: “dediquei-me muito àquela terra. Fui para lá e investi,

³⁹ Tal documento é parte integrante da citada ata (Caxias do Sul, 1993), sendo datado de 24 de junho de 1993. Centra sua argumentação na ilegalidade da localização pretendida pela Câmara da Indústria e Comércio de Caxias do Sul para uma “usina de lixo industrial, hospitalar e doméstico”. Por descumprir a Lei Municipal 2452/79: por causa do transporte rodoviário que atravessa a bacia de captação, o resíduo permaneceria sobre área proibida por lei. Por outra parte, estimam quanto tempo isso aconteceria se o fato ocorresse, e a possibilidade de acontecer um acidente e contaminar o reservatório de água potável da cidade é outro ponto aventado. Enfim, alegam que o próprio órgão de saneamento não teria sido ouvido na escolha aventada. Interessante é notar que o que é considerado como área proibida é a barragem já existente — as outras bacias hidrográficas parecem estar “liberadas”.

melhorei meu solo, procurei tirar de lá o meu ganha-pão”. Mais do que isso, ele se sente responsável por outras pessoas, pois declara ter incentivado a permanência de muitos outros seus amigos. Em nenhum momento ele apresenta posição de oposição ao que o urbano representa. Ao contrário, enaltece a relação entre os dois espaços: a produção simbiótica agrícola de carne de frango e gado e de hortifrutigranjeiros. Interligam-se as atividades variadas pelo adubo orgânico produzido, e são a origem de “muita e muita comida para Caxias”. Outro ponto forte que ele cita em sua argumentação é também um particular gosto de alimentação dos habitantes da cidade: “de lá vem o queijo serrano, que os caxienses tanto apreciam. Enjoados de queijo de fábrica, de usina de leite, eles preferem o queijo serrano, natural.” Depois Eliseu diz pensar no grande risco ao qual estão expostos os habitantes da cidade — “trabalhadores urbanos e industrialistas”. Declara da beleza não convincente do que escutou em outra oportunidade da entidade proponente da usina e de seus engenheiros: “falam muito bonito, mas não me convencem de jeito nenhum”. Cobra a inadequação de um estudo “feito a quatro paredes, sem trabalho de campo”. Não foi reconhecido o que todos os moradores sabem: “lá fora, no interior, em qualquer cabeceira de banhado com a mão mesmo se toma água pura. Em qualquer sanga a gente deita de bruços e toma água pura, sem gosto, sem poluição”. Afirmando se sentir “na obrigação de ajudar a defender o pessoal da cidade”, opina que “o pessoal da cidade e o pessoal do campo devem estar unidos”. Andando no mesmo caminho, mas não no mesmo lugar: “paralelos um com o outro”. Enaltece a produção de Caxias, porém questiona se, no futuro, “as pessoas comerão parafusos”, e do que a cidade vai fazer quando acontecer “uma catástrofe”. Manifestando a sua incerteza, “não se sabe, no dia de amanhã, como vai ficar a história da água”, finaliza a sua intervenção pedindo a intervenção divina para iluminar as mentes do envolvidos, e assim evitar que eles — os envolvidos — “cometam esse crime ecológico”.

Sua fala é secundada pelo pronunciamento de Adelar Santarém, esse proferido de outra posição: de seu protagonismo como empresário bem sucedido e desde sua condição de ex-vereador, declara estar expondo-se “talvez como nunca [...] na minha vida”. Detalha os elevados valores envolvidos nesse empreendimento ao mesmo tempo em que denuncia que a escolha do local do aterro havia sido feita previamente ao estudo ambiental (que supostamente definiria o lugar mais apropriado). Além disso, que a autarquia municipal que trata do saneamento (o SAMAE) não havia sido consultada nesse caso — que envolvia “a preservação” das bacias hidrográficas de toda a região. O Faxinal, o Marrecas, o Piaí e o Mulada eram os nomes dos mananciais, além da área das nascentes do rio São Marcos e, mesmo, as águas bacias à jusante dessas — seu raciocínio chega até uma contaminação do Guaíba. Citando

passagem de Verdum e Medeiros (2006) sobre elaboração de documentos inadequados em processos de licenciamento ambiental, ele esclarece que não acusa ninguém: “estou só lendo um livro”. Finaliza declarando que está ali para pedir ajuda, apoio, “não pelo valor de nossas terras, não só por aquilo que produzimos, mas porque não vamos conseguir sozinhos preservar a água e o ar que o caxiense respira” (Caxias do Sul, 1993; p. 27-41; 55-56).

Examinando os pronunciamentos dos vereadores, é evidente que esses políticos diferenciam a fala de Eliseu e de Santarém. Esse último é tratado de “nobre ex-vereador”. Nenhum dos dois oradores tem curso superior, mas é sobre a fala de Eliseu que são feitos comentários sobre a existência de capacidade de expressão — inesperada pelo visto: uma fala “fluente”, “convicente”, “simples”, “sincera” de “setores que talvez não participem da eficiência, da qualidade e da rapidez que tem o poder econômico, também entendem, também podem se expressar e dar uma opinião” (Caxias do Sul, 1993, p. 45; 47; 52). Eliseu arremata a participação da Comissão nesse dia, com um convite para que “os representantes do povo” visitassem a sua casa e as dos outros moradores. Argumentando sobre a região, “onde todos os moradores sabem de tudo o que se passa”, sustenta que não houve “pesquisa de campo”, colocando em relevo a contingência histórica que estava em marcha: “essa história aí ninguém ficou sabendo. Só se foram na calada da noite. E na calada da noite não há condições de fazer pesquisa, não há condições de ver nada. Era isso. Muito obrigado.” Os vereadores, em seus pronunciamentos posteriores, afirmaram terem sido surpreendidos pelos moradores — contudo, pedem para a sua decisão “mais dados técnicos, dados científicos, uma comissão de técnicos”: a evidência demonstrada pelo saber local não foi mesmo levada em consideração. (Caxias do Sul, 1993, p. 57).

Esses foram os primeiros momentos de longo período de mobilização, que só acaba — bem nesse primeiro momento, e para essa região de Vila Seca, quase ao final desse ano de 1993. Não sendo recebidos pelo prefeito da cidade (em cinco meses de tentativas), decisória foi a visita da comitiva ao governador Collares na sede do governo estadual, para quem Eliseu diz dever ainda um churrasco. Por ter o governador, a partir da avaliação feita após a escuta atenta do relato trazido por ele e seus companheiros, resolvido “descaracterizar a área” para esse uso degradante pretendido. Antes disso, houve ainda o artigo de jornal e a cavalgada até a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC) — duzentos cavaleiros de

toda a região foram apresentar seu protesto: entregaram abaixo assinado com aproximadamente duas mil assinaturas contra a instalação pretendida.⁴⁰

Vinte e cinco anos depois, tendo perdido grande parte de sua terra, por conta da barragem que sua atuação no passado hoje torna possível, mostra-me indignado a multa que recebeu — por pescar uns peixes para colocar no seu açude. Na história que ele ajudou a mudar, não se conforma que agora também caiba essa violência reencenada, despropositada e abusiva. Pessoas, novamente, exercendo esse poder ambiental, construído na base de ‘dados técnicos’, que justificam as placas cravadas no solo. Placas que afastam os moradores de águas com as quais sempre conviveram muito bem. Aliás, um viver não somente junto às águas, contudo integrado a toda a paisagem, essa maneira de perceber o meio que os moradores constituem em seu dinâmico viver.

Tento encontrar os rastros do poder ambiental e suas placas. Exemplifica essa situação a notícia que dá conta da discussão do “Plano Ambiental para o Sistema Marrecas” — um workshop, para “engenheiros, técnicos e diretores do SAMAE”, no centro da cidade. Há todo um entorno de preocupação com o “meio ambiente”. Para a comunidade, há um “programa de comunicação e relacionamento institucional” (CAXIAS DO SUL, 2009). Um pouco antes disso, na definição das “áreas de interesse ambiental” do município, parece haver, ao menos, a consideração de que atividades econômicas das populações existam — todavia, as “práticas culturais” são ditas “importantes fatores de degradação ambiental” (BOLDO *et al.*, 2007). De outra parte, a imagem “ambiental” elaborada por essa esfera técnica para o zoneamento das bacias em área urbana, não menciona uma única vez a existência dos habitantes desses lugares — critérios hidrológicos são empregados para a definição de restrições do uso e ocupação do solo: “proposta de uma nova legislação que pudesse incorporar, além de conceitos, estudos técnicos, mecanismos que viabilizem modelo diferenciado de ocupação respeitando as questões ambientais aonde elas são mais críticas”. (FRIZZO *et al.*, 2004).

Em 11 de dezembro de 2012, acompanhei a reunião em que os técnicos da empresa encarregada com a elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios (PACUERA) da barragem do Arroio Marrecas apenas comunicaram — essa é a palavra — os impeditivos que de um dia a outro ficariam submetidas às atividades nas propriedades, sentenciando que “as pessoas seriam obrigadas a participar desse plano”. Um público pequeno, em sua grande parte composto por mulheres, assiste silencioso à exposição

⁴⁰ As demais fontes que embasam a reconstrução do evento estão referidas em Caxias do Sul (CAVALEIROS...,1993; CAVALGADA...,1993; COMISSÃO...,1993; FEPAM...,1993; SOLUÇÃO...,1993; VILA SECA/AUDIÊNCIA...,1993; VILA...,1993; VILA SECA...,1993;).

displicente de um técnico. Tempos depois, no lançamento do livro que a própria comunidade (pela Associação de moradores fez sobre sua história), escuto o presidente do SAMAE na época afirmar do orgulho que sentia do fato de a autarquia ser a maior proprietária de terras de Vila Seca. Sem mais, dessa forma, entende-se subliminarmente o mecanismo que restringe a vida do lugar: em nome da água para os urbanos, a coerção não é muito disfarçada, e justifica-se em nome dos “dados técnicos”.

Comecei a conhecer essa história pelo seu final. Na primeira fase da pesquisa, fiquei conhecendo o que rememora Mansueto e o que todo mundo que mora lá sabe bem, faz muito tempo: os dois aterros (o para resíduos domésticos e o para resíduos industriais) acabaram sendo construídos em área no Rincão das Flores, um localidade que fica praticamente na divisa de Vila Seca e Criúva. A localização desses empreendimentos, hoje licenciados ambientalmente, por óbvio, fica em área de nascentes, praticamente no divisor de águas das bacias do Arroio Sepultura e Marrecas. Um lugar que era conhecido antigamente como o dos melhores campos — segundo os antigos, daí a origem de seu nome, pois era onde ficavam as ‘flores’, as melhores vacas — hoje enfrenta o impacto do transporte do lixo. E também da acumulação para todo o sempre desse coquetel poluente, e da disposição no solo local do chorume gerado — supostamente tratado, já ocasionou sérios episódios de contaminação das águas. Bem pertinho dali, as pessoas mais idosas lembram que ficava o lugar onde acampava São João Maria ‘das Matas’, o profeta popular que andava pregando na região, e que justamente escolhia sua pousada sempre perto de um manancial excelente. Ao que parece, a iluminação divina não chega a todas as mentes: o crime ecológico nomeado e explicado por Elizeu em 1993, enfim, foi cometido (RIBEIRO, C., 2014, p. 115; 220; 244; 257).

3.3 A IMAGEM E AS LUTAS EMANCIPATÓRIAS

Ao final desse primeiro capítulo da narrativa etnográfica que faço, é fato que não escapei completamente da sina dos que “contemplam sem descanso as peles de papel em que desenharam suas próprias palavras”, estando eu no meu próprio contexto de conhecimento acadêmico ocidental (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 76). E reconhecendo essa situação, penso ser importante um esclarecimento da minha maneira de encarar a tensão que reside na interface dos textos escrito e fílmico (NOVAES, 2008). Ambos de minha autoria, embora construindo histórias com os habitantes de uma paisagem: onde não moro, mas pela qual me interesso profundamente.

Sobretudo, esse esforço com as palavras é direcionado a não inventar outra narrativa do que aquela que dou a ver no arranjo fílmico. Ao invés disso, minha intenção é a de contextualizar os modos pelos quais essa minha particular predicação a respeito do que conto vai se constituindo. De tal forma que o receptor dessa imagem que consigo montar (seja de qual dos meus textos for) tenha alguma condição de entender os contornos de verdade dessa história. Uma etnografia, que tem um ponto de vista indubitavelmente centrado no que me relatam esses habitantes dos Campos de Cima da Serra, no entanto, em permanente relação com a urbanidade que os atravessa. Acesso junto a Cesarino (2014) alguma ajuda nesse sentido, quando interpreta as problemáticas de contexto dadas por Marilyn Strathern em sua etnografia multisituada de várias escalas. Entendo assim estar seguindo micro realidades de constituição dessa paisagem, sendo que, de acordo aos ingoldianos fios que percebo, tento concatená-las em um contexto relacional um pouco mais amplo. A reconstituição densa dos dois eventos, quais sejam, essa narrativa de sua própria história de paisagem e essa narrativa da luta pela sua duração é contextualizada com relação à origem das funcionalidades necessárias à cidade. Desde essas imagens oriundas dessas recomposições é que consigo situar melhor as condições de produção de predicados com relação a essa paisagem — no contexto das ações desses moradores (que abrangem várias escalas) e em um contexto institucional abrangente com relação às ações de saneamento, por assim dizer.

Entendo a imagem, mais do que tudo uma ‘imagem de pensamento’, como realiza Walter Benjamin (2011), qual seja, nesse caso, uma imagem em relação à impressão de paisagem que me sacudiu. Não conheço o antiquíssimo vilarejo meridional italiano de San Gimignano, que profundamente calcou a urbanidade berlinense do filósofo. Prestando atenção ao texto que Benjamin conseguiu fazer emergir de sua experiência sensível nessa paisagem, comovo-me até a raiz dos cabelos com o que sinto. Em resposta, acho eu, a angústia por ele sentida, essa que enuncia nas suas primeiras linhas: “encontrar as palavras para aquilo que temos diante dos olhos — como isso pode ser difícil”. Essa imagem — de pensamento — para mim nesse caso é profundamente carregada dessa imanente “realidade sensível” da qual fala Adorno (1990, p. 27).⁴¹

Conforme o desfile da Festa do Pinhão demonstra, não somente as pessoas narram, as coisas igualmente demonstram significados. Também em Vila Seca, outras coisas enunciam

⁴¹ Adorno (1990, p. 27) *apud* Benjamin (2011, p. 113) explica o que significaria essa expressão para Benjamin. Uma expressão que ele localiza utilizada pela primeira vez por Stefan George em publicação alemã de 1907. O termo *Denkbild* traz uma noção na qual intervém uma concepção de Platão, oposta àquela dos neokantianos. De acordo a essa noção, “a ideia não é uma simples apresentação, mas um sendo-em-si que, se bem que emanado puramente do espírito, possui uma realidade sensível”.

uma história: uma multa e guardados recortes de jornal, aparentemente inanimados, há muito tempo arquivados em caixas e prateleiras, anos talvez sem serem manipulados, falam novamente. E acabam sendo também os cadernos de memória de Mansueto e uma exposição de fotos que conseguem aportar os necessários subsídios contextuais aos eventos reconstruídos. São as pessoas que animam todas essas coisas nesse caso, em conjunto que fala, a contrapelo, das lutas por habitação dessa paisagem, visceralmente ligada à sua existência como tal. Assim é que eu vejo esses eventos: como lutas de sobrevivência, ou lutas emancipatórias.

Explico melhor, entendendo a emancipação dada pelo entendimento de Jacques Rancière (1987, p. 71), conforme vista por Bianchi (2017, p. 8): “não é [...] um processo, mas o ato e a decisão pela qual as pessoas decidem conceber a si próprias como semelhantes a todas as outras, conforme a igualdade de suas inteligências.”. A emancipação de Rancière, segundo esse autor, não é um processo, uma vez que acontece sem cenário de existência prévia, emergindo, em suas condições de permanente declaração, de um desentendimento. Um ato político verdadeiro, um desacordo, que ocorre por que as visões e demandas dos grupos marginais “não podem ser compreendidas” por esses grupos mais poderosos. E essa política, em sua lógica igualitária, contrapõe-se à lógica policial — “à norma hierárquica que define a distribuição dos lugares e funções na sociedade, bem como a ordem política e social como um todo” (RANCIÈRE, 1995, p. 51). Finalmente, a política para Rancière, ainda segundo Bianchi (2017, p. 8), consiste “na luta para fazer com que as vozes dissonantes sejam reconhecidas como legítimas, para que tais vozes sejam reconhecidas como palavras, ao invés de serem tomadas como mero ruído”.

A Festa do Pinhão passa a acontecer por que as pessoas não mais concordam com a distribuição de trabalho e renda da Festa do Divino. E renda é quesito fundamental para continuara a viver no lugar onde moram. De beleza só não é feita a sua paisagem, mas é ela que primeiro aciona o desacordo com um depósito de lixo. A proposição disso em um lugar de águas maravilhosas é o motivo para o movimento dos moradores contra seus proponentes, em escala municipal (na aliança da administração municipal com os urbanos setores comerciais e industriais de Caxias do Sul) e estadual (na instância do governo estadual e sua atuação ambiental).

Vejo nesses dois eventos episódios de lutas emancipatórias pela duração da paisagem, em tomada de consciência de uma política contra um desacordo. Tanto a história contada da Festa do Pinhão como a movimentação liderada por Eliseu passa uma imagem que quer fazer entender outra verdade, a partir da equiparação de conhecimentos. Comover é a palavra que

Eliseu usa. A cavalgada foi realizada para comover as pessoas implicadas nessa demanda pelos aterros de resíduos sólidos: aquelas que trabalhavam na CIC, sede representante das atividades “de indústria, comércio e serviços” do município.

‘Mover em conjunto em reação a um desacordo’ é a ideia que entendo resumir a atitude temporal desses eventos emancipatórios em prol da duração da paisagem.⁴² Tanto o desfile da Festa do Pinhão como as atividades da Comissão de Defesa Ambiental de Vila Seca são compreendidos como “uma objetivação em poesia de uma experiência [de cidade] como imagem espacial da temporalidade histórica, espaço que neste seu ser imagem do tempo como história [...] se eleva a uma essência meta-espacial” (ASSUNTO, 2011, p. 357).

Como Berque (2014b) bem explica, essa operação de recortar ‘um objeto’ para análise e emissão de opiniões após uma operação de conhecimento — ‘predicados’, ditos por um alguém — um ‘sujeito’, não é um consenso entre todas as maneiras de conhecer existente nos vários tipos de mundos existentes no planeta. Ou entre todos os modos de entender a vida no planeta, eu poderia escrever também, para ser mais clara. Reconheço essa situação, esse encontro de mundos distintos, nesse estudo nos Campos de Cima da Serra.

Há de se considerar seriamente, de outra parte, a questão que atravessa, sem perguntar, o campo empírico, em suas várias escalas. As pessoas no município de Caxias do Sul usam na sua vida cotidiana o termo raça para caracterizar diferenças que encontram entre organismos, e também seres humanos. A pergunta que me fazem é bem essa: “De que raça tu és?” Questionamento que não é feito somente na região rural, faço notar bem. Em algumas reuniões de que participei nas ‘esferas técnicas públicas’ do município, sediadas na cidade, perguntam-me de onde surge esse meu interesse todo em estudar “esses pelos-duros”. Às vezes até antes que eu consiga responder algo, ou logo depois de educada escuta de minhas explicações, recebo de volta a resposta que sinto que já existe na pessoa que me dirigiu a pergunta. “Só podia”... ou “Claro”... falam, fixando o olhar no meu rosto, depois no meu

⁴² Rosario Assunto em sua estratégia filosófica de aproximação à “essência estética da paisagem” coteja a percepção do espaço às noções de temporalidade e temporaneidade, como imagens espaciais do tempo. A primeira, infinita, inclusiva, e qualitativa é a existência *do* tempo, que “prolonga o passado no presente, e no presente antecipa o futuro no qual o presente feito passado se conservará”, e é por ele associada ao espaço da cidade (como espaço de construção histórica). Já a fugidia, exclusiva e quantitativa temporaneidade, é aproximada ao espaço industrializado (como espaço da produção e do consumo): o tempo se mostra como “uma perpétua remoção”. Onde o ininterrupto desaparecimento do presente pela aparição do futuro, da “ausência do *não-ser-ainda*, um novo presente, também ele efêmero”, que sucumbirá, acometido por perseguição de posterior *não ainda*. Estado também fadado a desaparecer, em ausência mais terrível de sua origem momentânea: “a ausência do *não-ser-mais*”. A temporaneidade “é a finitude do tempo”, espelhada pelo autor na cidade tecnológica-industrial, ou na “agricultura industrializada, de uma igualmente industrializada criação de gado feito em série, de cuja vida restou apenas um resquício semovente”. Ao passo que a temporalidade “é a temporalização do infinito”, em associação “à possibilidade de paisagem” (ASSUNTO, 2011, p. 349-353; 355, itálicos todos do autor).

cabelo, ou apontando o meu sobrenome na capa da minha dissertação, não raro presente nesses lugares de discussão — uma complicação adicional nesses vizinhos mundos em desacordo.

O exemplo da água que os moradores desses campos bebem demonstra bem essas dissimilaridades. Eles sabem que águas são confiáveis. Além do testemunho de Eliseu nesse pronunciamento da Câmara, deparo-me em várias casas com evidências empíricas dessa situação que ele descreve. Em um grande tanque, de fundo claro, em geral, vejo um fio de água límpida sempre correndo — é a água da fonte que é canalizada para passar por essa casa, simples assim. Ela é captada em algum lugar, e por gravidade vai para a moradia, de onde depois segue seu caminho, ‘águas abaixo’. Perguntando da origem dessa água, em geral me apontam uma fonte protegida em algum lugar da propriedade. No meio de um mato, no cume de um morro, em algum afloramento rochoso, são várias as situações de escolha que indicam que a captação dessa água de beber e preparar a comida é preocupação séria. Um requisito vital da habitação, estudado nas possibilidades locais, e, uma vez obtido, muito cuidado. Mesmo sendo abundante nessas paragens, não é qualquer água que apresenta qualidade adequada para esse consumo. Existe uma ciência para identificá-la, um pouco como mostrou o desfile em outra oportunidade — tanto em qualidade como em quantidade, há detalhes que apenas intuo, em um conjunto de apreensão dessa água em seu entorno. Não há aquele ato de amostrar — objetificar uma porção dessa substância e submetê-la a testes científicos, análises químicas e biológicas — para se saber se ela é boa para os organismos ou não. Muito antes do que a autarquia de saneamento do município existisse e começasse a se preocupar com a água para os cidadãos da urbe, os moradores dessas regiões rurais sabiam encontrar e conservar a sua água. Que depois, acabam dividindo com a zona urbana do município que os acolhe, como mostra um dos tantos quadros encenados no desfile da Festa do Pinhão.

Nesse caso, identifico o que Berque chama de o “sentimento das coisas”. A água, enquanto coisa é sentida pelos moradores, em seu contexto, em seu meio. E não analisada, como um objeto destacado do lugar de que faz parte, para um posterior escrutínio científico, demarcado em certa condição de estudo. Existe, dito de outra forma, uma não universalidade do suposto objeto, em função da existência de modos de existência particulares — os muitos mundos, sempre em movimento, pela trajetividade das coisas e dos sujeitos. Nisso, o autor destaca a importância do ato de observação com relação a isso — universal é isso, o sentimento das coisas. No caso, vejo a constituição da paisagem nessa ação, com a realização duplamente constitutiva do sujeito e do objeto nessa relação de mediância particular. Distinto dessa atitude é a que o mecanicismo instaura. Uma maneira de operar que exclui os laços do

sujeito com o seu meio, e expulsa putativamente (por suposição, supondo-a inválida a prioristicamente) o menor traço de subjetividade nessa operação. Tudo que é estudado deve ser transformado em objeto — surge assim a coisa a ser estudada. Que, inclusive, pode ser um ser de qualquer espécie. É assim que, antes de qualquer outra consideração, vejo a atitude policialesca de fiscalização, que não sente o que está vendo, que não tem a história da paisagem em seu agir (BERQUE, 2014b, p. 59; 105;106).

A constituição dessa minha imagem de pensamento — sobre esses eventos emancipatórios da paisagem dos quais tomo conhecimento — é realmente árdua. Encontrar acertadamente os pequenos pedaços — sejam as palavras de constituição de uma frase ou os trechos de aquisições de vídeo, som e fotografias escolhidos para a construção do filme é tarefa definitivamente artesanal e criativa, que almeja a sensação descrita por Benjamin (2011, p. 113), em sequência a sua constatação da dificuldade de encontrar palavras para (descrever) aquilo que “tinha diante dos olhos” em San Gimignano: “Mas quando elas vêm, elas cunham o real a pequenos golpes de martelo, até que elas tenham gravado a imagem sobre ele, como sobre uma placa de cobre”. O autor metaforicamente compara a eficiência do achado construtivo para essa imagem à gravação que se faz na matriz de uma gravura em metal. Ideia que aproximo ao que profere Berque, quando articula que a paisagem é marca e matriz do meio (BERQUE 1984;2015). Ao mesmo tempo, ela é as duas coisas do ‘ato de gravar’ — a constituição do meio. Ela é a impressão e a origem, a matriz dela própria. Esse é o mistério que encontro nesse lugar que sabe ver a sua paisagem. Mistério esse integrante da poesia de vida desses habitantes — do seu modo de ir constituindo seu meio.

O óleo não se mistura com a água. É da natureza dessas substâncias. Ninguém discute isso.

Terra é terra. Mas pode ser solo e pedaço de chão. Água é água. Mas pode ser água limpa. Ou suja. Rio, riacho, arroio, córrego, ribeiro. Pode ser limpa e suja? E o campo? Pode ser pasto. Ou campos. Bois e vacas podem ser animais. Ou terem nomes, apesar de virarem alimento. Sujeitos — aqueles que dizem alguma coisa — podem ser pessoas, mas também podem ser animais, organismos e mesmo outras coisas. Um campo, uma floresta, ou uma bandeira do Divino, por exemplo, dizem coisas. E os predicados, aquilo que os sujeitos dizem a algum respeito (sobre outro sujeito ou sobre uma dada coisa), variam de acordo com quem está

Gravura 4 — *SEGURANDO FIRME A BANDEIRA*



Fonte: litogravura e aquarela de Claudia Ribeiro (2016), série *O Divino Espírito da paisagem do lugar — impressões em Vila Seca e Criúva*, 100 x 150 mm, impressão Rogério Lopes da Rosa

outros seres que não nós mesmos. Para que a vida em conjunto dos muitos tipos de organismos vivos nesse planeta possa ser melhor. Nesse caso do melhor talvez esteja o problema maior... pois para definir esse ponto não parece haver uma receita, pois depende do gosto de cada um. Mas, um pouco como para o caso do queijo serrano, se não há uma receita, há um tipo 'e boa situação' que todo mundo sabe reconhecer. Fora disso, ficam os excessos, o que fica fora desse tipo — que não é mais queijo serrano, nem boa situação.

dizendo e podem variar também de acordo ao lugar onde um determinado sujeito está dizendo esse isso. Assim é que existem muitos mundos nesse mundo.

Fazendo parte da multiplicidade de opções nos mundos, estão os caminhos que interessados de muitos tipos escolherão para percorrer este trabalho de minha responsabilidade. Singular e distinto a cada vez, uma escolha de um ser humano como eu, mas de outra natureza. Esforço-me por fazer uma etnografia - registrar de alguma forma um estudo que fiz 'com um dado grupo de pessoas'. Problemático, nessa terra brasílica que adora ainda falar sobre várias raças humanas. Em bom português, digo que vou contar uma história a respeito da vida de outras pessoas, com o maior respeito e compartilhamento possível. A moral dessa história, qual seria? Olha, pelo que eu aprendi até agora, inclusive nessa jornada que aqui descrevo, com quem concordou em fazer essa tese 'junto comigo' (pois sem essa parceria de bom grado essa história não tem valor), é de que possamos, como humanos que somos, aprender mais com

4 O GADO CHEGOU E FEZ A GENTE VIAJAR

Não existem fronteiras para os caminhos da louvação do Divino Espírito Santo de Vila Seca, por uma razão explicada de maneira muito simples e espontânea: o Divino não tem território⁴³. Assim viaja muito o grupo de festeiros condutor dessa atividade, realizada anualmente no período de fevereiro a maio, para atender aos pedidos de visita da bandeira do Divino. Essa visitação convida para a festividade em homenagem a esse padroeiro, com evidente esforço no sentido da obtenção da doação mais esperada de todas — os terneiros. Uma grande tarefa anual, que acaba mesmo fazendo caminhos de abrangência regional no entorno da cidade de Caxias do Sul.⁴⁴ Por isso, foi que, na observação participante feita ao grupo em 2013, acabei visitando uma propriedade no distrito vizinho de Cazuza Ferreira, no município de São Francisco de Paula. De início, nominando-a como ‘Fazenda do Contrato’, só mais tarde percebi que essa denominação corresponde a toda uma localidade interna do distrito. Um nome que rememora os antigos acertos de negociação do gado, no passado realmente correspondente a totalidade de uma propriedade, com o tempo fracionada em unidades bem menores.⁴⁵

É quarta-feira. Manhã de céu limpo, espetacularmente ensolarado, mas de dia muito frio do início de junho de 2016. Depois de alguns desencontros, consigo finalmente retomar o contato com João Raul Silveira Reis. Uma vez que o seu diálogo com Lindomar Mendes fazia parte do filme (episódio *Andorinha só não faz verão*). Vejo que não é lá muito claro para ele o que estou fazendo, afinal, viu-me uma vez somente, meio de longe, há mais de três anos. Mesmo naquela época explicando a intenção de minha inclusão junto à atividade dos festeiros, ao meio do intenso movimento de pessoas e animais naquele dia da louvação do Divino

⁴³ Interessa-me o apontado por Leite (2006b, p. 14): da importância do reconhecimento, aninhado na problemática espacial, de que a delimitação conceitual e operativa de território está obrigatoriamente vinculada à discussão da paisagem de um lugar. Do que entendo de Magnaghi (2000, p. 7), o território é como uma obra da arte, resultante do encontro entre o ser humano e a sua natureza — cuja personalidade, caráter ou identidade é a paisagem do lugar.

⁴⁴ Esses périplos — as “andanças”, como por eles chamados — empreendidos pelos festeiros de Vila Seca em 2013 totalizaram em torno de 4300 quilômetros, com 464 assinaturas no *Caderno de Ofertas do Divino*. Entre cidades e localidades, foram visitadas - Caxias do Sul: Vila Seca e Criúva, Ana Rech, Santa Lúcia do Piaí, Fazenda Souza, Vila Oliva, Quarta Légua, centro de Caxias do Sul e outros distritos; São Marcos, São Francisco de Paula, Sapiranga, Farroupilha (Caravaggio), Flores da Cunha e Porto Alegre. Descrito em maior extensão em Ribeiro, C. (2014, p. 92-99).

⁴⁵ De acordo aos dados da Inspeção Veterinária da EMATER (sem data), o tamanho médio das propriedades de dos distritos de Cazuza Ferreira e do Juá é de aproximadamente 80 hectares. Os dois distritos irmanados no movimento pró-anexação a Caxias do Sul, alegando motivações semelhantes aos casos anteriores de Criúva e Vila Seca. Como principalmente detalham, reclamam do abandono por parte dos governos de seu atual município, com relação à condição das estradas, escolas, atendimento de saúde e segurança (LEI..., 2018; SANTOS, E. B.; MIRAGEM; CABRAL, 2013, p. 28).

Espírito Santo que acontecia (era dia de mutirão para vacina e marcação dos terneiros), a minha presença era um detalhe menor. Penso que, de forma similar ao meu desconhecimento do que acontece ali, ele e as pessoas da casa só vão ter uma ideia melhor da minha tarefa depois de assistirem ao filme.

Logo em seguida entendo que Raul nasceu em 1946 em Vila Seca, e veio morar na fazenda pelos arranjos familiares que sabem acontecer nessa região. Ele veio ‘para ser criado’, ainda criança, quando tinha cerca de dez anos. O proprietário não é ele, como eu havia inicialmente inferido, mas sim Anazilda Maria Oliveira Reis Vargas — a vovó, de 86 anos. Viúva e sem filhos, cria gado nessa terra e em outra propriedade, que dista bastante dessa localidade. Para chegar lá, ainda se percorre um bom tanto de estrada de chão na direção de Cazuzza Ferreira, adiante da porteira dessa propriedade, até chegar à Fazenda Velha. Local onde fica essa outra terra, que fico sabendo que foi em parte desapropriada por conta da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Cazuzza Ferreira. Desde essa mudança de casa, ocorrida em sua infância, Raul não mais saiu da Fazenda do Contrato. Nas últimas quatro décadas, na companhia da esposa Izaura Kellermann Reis, nascida em 1958, em São Francisco de Paula, é quem faz o serviço doméstico da casa, enquanto ele se ocupa com a lida externa da propriedade de cerca de 200 hectares. No entanto, não sozinho. De segunda a sexta-feira, tem a ajuda de Luiz Antônio Wolf de Ataíde, seu Luiz, como todos o chamam. Funcionário da fazenda, conhecemo-nos quando ele chega para o almoço, ao longo do qual ele escuta as minhas explicações sobre a pesquisa e o propósito de eu ali estar mostrando o filme. Conversa vai, conversa vem, acabamos falando sobre os bailes do passado. Saindo de sua escuta atenta, mas silenciosa até então, contrapõe a versão de Anazilda, que afirma não existir “esse negócio de bailes separados”. Luiz mansa e firmemente confirma que anteriormente na região os bailes e festas religiosas eram feitos separadamente para pessoas identificadas como brancas, morenas e amarelas. Coisa de 40 anos atrás, ele comenta, já terminando o almoço e saindo para a pequena pausa que faz na casa onde mora (ao lado da principal), antes de voltar para “a lida”.

Como tem acontecido seguidamente nestas exhibições, assistimos ao filme na cozinha. Em cima da mesa, a tela do computador é olhada com atenção constante pelas duas mulheres e também por Raul. Todavia, ele num ‘entra e sai’, atendendo os vendedores de remédios para o gado. São esses personagens bem assíduos nas visitas aos moradores, que, se quiserem, não precisam sair de casa para comprarem fármacos e, mesmo, agrotóxicos. Ele não apresenta reparos às imagens fílmicas — a situação é essa mesmo —, ele comenta, ressaltando da dificuldade de hoje ‘fazer comida’ para o gado pelo sistema deles. Izaura apenas sorri quando

se reconhece com a bandeira do Divino no episódio da louvação de 2013. Fico sabendo que no outro dia vai acontecer uma viagem especial: eles falam que vão tropear os animais para a outra propriedade. Penso na minha intenção original, de por ora encerrar um trabalho de campo já bem longo — a ideia era de só comentarmos o filme — e me despeço das mulheres na cozinha, logo em seguida indo até o galpão dar adeus para Luiz. Raul já tinha ido embora — sempre tem coisas para fazer em Caxias.

Antes de nos despedirmos, porém, ele proseia comigo de uma maneira muito enfática: de tal forma, que essa iniciativa muda não só a minha intenção original, como a abrangência dessa pesquisa. Uma vez capturada nesse evento, procurei fazer nele o que Luiz sugeriu que eu fizesse, em várias oportunidades em nossas conversas: a partir de um ‘ver como eram as coisas em outro tempo’, pensar. É isso que esse capítulo busca alcançar. No entanto, um pensamento que sente.⁴⁶ Entendo essa liberação no sentido de uma oportunidade para o pensamento funcionar de outro modo, independente da circunstância histórico-geográfica de sua erupção no planeta. A partir disso, igualmente, permiti-me uma licença poética⁴⁷ diversa nessa parte dessa escrita. Tento sentir as viagens dos humanos e animais atravessando esse lugar, entretanto, em condição similar ao modo pelo qual compreendi que os moradores sentem as linhas percorridas pelo Divino — sem território, ou seja, não conhecendo limites históricos ou geográficos, restrições espaciais ou temporais. Dessa maneira, é que nesse capítulo pensei sobre o encontro colonial e seus recados, a relatividade da relação da ruralidade com o atraso e o progresso, e o caso da substância, em ressonância com o episódio *Viagem*, do filme *Desejos em Paisagens Serranas*.

4.1 RECADOS NO (DES)ENCONTRO COLONIAL

Logo após nos conhecermos e sem mesmo ver o filme que havia sido o motivo da minha visita, Luiz espontaneamente me conta sobre como nasceu, em torno de 1950, no município de Bom Jesus, no encontro do arroio da Água Branca com o rio dos Touros. Com

⁴⁶ Conectada essa vontade ao alerta dado por Kopenawa e Albert (2016), para o caso da existência de outros pensamentos, liberados das obrigações dos ocidentais registros nas peles de papel.

⁴⁷ A poética aqui, reforço, é entendida como a ousadia da ação criativa. Tanto eu, como Luiz, na medida em vivemos o que faz existir esse capítulo, levamos em consideração aquilo que existe “além do mesmo e de sua repetição”, e criamos algo que não existe. Um eu, enquanto um dado sujeito existe fora de sua identidade, em ação histórica sobre a permanente ação evolutiva. No permanente transformar-se em outra coisa, a concrecência (o ir junto das coisas) une-se à contingência (o que já está dado), e surge a novidade do humano em seu pleno exercício poético, deixando em confiança às coisas a preocupação de dizer aquilo que experimentamos, aquilo que sentimos — encontra-se, enfim, o sentimento das coisas (BERQUE, 2014b, p. 104; 105; 204; 216).

uma parteira, ele detalha, pois não existia outro jeito de ajudar mãe a deixar filho nascer naquele tempo e naquele lugar. Sua mãe, já falecida, Sueli Batista Branco de Camargo, era morena e foi escrava enquanto criança, em uma das grandes fazendas da região próxima de Bom Jesus, onde nasceu. Ela havia sido entregue ‘para ser criada’, em intenção original de sua família no sentido de melhorar a condição de vida da filha. Filha do segundo casamento de seu pai, João Batista José, que teve 20 filhos em cada uma das uniões. Ele tinha uma “terrinha” em Bom Jesus, em uma situação no seu conjunto semelhante a algumas outras poucas histórias que escutei na região. Pois não se fala muito da escravidão negra, e, nesse pouco relatado, escassos são os casos em que ex-escravos tenham auferido alguma posse de terra.

A mãe posteriormente casou com um lageano, Antônio Wolf de Ataíde, filho de uma alemã (ou italiana, como hesita Luiz), que conheceu na fazenda de Favorino Borges. Ela morava ali desde o resgate dos parentes (em sabendo de sua situação na propriedade de um primo desse fazendeiro), ele chegando a um de seus serviços feitos por temporada. Luiz chama essa ocupação de ser “carreirista”: o pai “corria carreiras nas fazendas”. Na companhia de mais 8 peões, o casal trabalhou e morou por muitos anos nessa fazenda de cerca de 500 hectares, onde tiveram 11 filhos além de Luiz. A moradia era ‘dada’, assim como duas vacas para carnear por ano. O restante da necessidade de sustento vinha de um salário “à meia”: isso significava a metade do que produzia o por eles plantado nas lavouras do patrão. Segundo ele, lembra no caso das famílias de funcionários que moravam na fazenda, o homem ganhava essa fração da produção e a mulher alguma remuneração para lavar roupa. E podiam, ‘no tempo que sobrava do trabalho’, plantar no pedaço de terra onde ficava a sua moradia.

Criança ainda, tal como aconteceu com a mãe, ele é doado ‘para criação’ a outro primo de Favorino. Esse foi o patrão ‘buenacho’, aquele que realmente o considerava. Lá ficou até 5 anos depois de seu casamento com a mulher Nilza. Quando só então começa a ganhar um salário. Sai por desacordo com o novo sistema do filho que passa a comandar a fazenda quando o pai morre, passando para um regime de ocupação similar ao que tem hoje — a semana no campo, o final de semana na cidade com sua própria família. Em dois estágios e com muito sacrifício (ele diz ser “muito seguro”), consegue adquirir seus próprios imóveis. Primeiro em Bom Jesus e, mais adiante, em Caxias, onde hoje tem a sua própria casa. Assim, ficou 29 anos nesse seu segundo local de trabalho — a fazenda da “casa de pedra”, que quer muito me mostrar. Posteriormente, empregou-se em outra propriedade e, agora, finalmente, faz 16 anos que está trabalhando nesse lugar onde o conheci. Nesse tempo todo, ficou apenas dois meses desempregado, quando foi ajudado pelo filho, que trabalhava nas

lavouras de verdura e batata da região — as crianças, como ele diz, muito ajudaram no sustento da família, nessa ocasião e em outras oportunidades também. O fato é que estudaram e têm agora seus empregos em Caxias.

Após essa avalanche de revelações e de nossa despedida, fico parada na frente do volante do carro, por um longo tempo, pensando — como Luiz me disse para fazer. No que fazer com essas lembranças⁴⁸ todas que ele de uma só vez me trouxe. Mas também sobre a mãe dele, criança dormindo em “um peleguinho no chão, no borrallinho embaixo do fogão”, em várias prováveis noites de dias tão terrivelmente frios como esse em que estamos. Batida na janela, fechada por causa do vento gelado, apesar do sol que faz. Abro, sorrimos um para o outro. Ele me diz de novo que tem muito para me mostrar. Além do que eu poderia ver na viagem do dia seguinte, há uma empreitada de mais longo alcance contida nessa sua proposta, já desde o início: ele quer retornar a uma das fazendas onde trabalhou antes, em Bom Jesus. Assim, é que fiquei pensando e resolvi ficar mais um tempo. No outro dia, acompanhei a viagem de Luiz, Vagner e as vacas estrada a fora, assim vendo a primeira tropeada da minha vida.

Luiz não lembra mais a data de nascimento da mãe, nem sabe quantos anos ela tinha quando ele nasceu. Se estimo essa idade de seu nascimento como sendo de 25 anos, e que ela, como ele (e como Raul), tenha sido ‘doada’ por volta dos seus 7 anos de idade, essa escravidão se deu por volta do ano de 1938. Uma situação que não durou muito, ele pondera, pois quando a família da mãe soube da situação dela e do irmão ‘emprestado’ foi logo buscar as crianças de volta para junto dos pais.

Os diálogos no filme evidenciam essa dificuldade real que enfrentamos — a do resgate dessas lembranças de variadas referências familiares, nessas incluídas as relações de parentesco.⁴⁹ Contudo, de outra parte, o intuitivo desenrolar do que acontece a mim mostrou que Luiz compreende muito cedo que ele tem ciência de coisas preciosas da vida do lugar — pois essas coisas fizeram parte da sua própria vivência de modo igualmente relevante. E é por isso que ele quer que isso que lembra não se perca. Um recordar que, em poucas frases, abarca de alguma forma as primeiras fases de colonização dessa paisagem — aquela empreendida pelos sesmeiros açorianos ou já brasileiros, primeiros patrões do lugar,

⁴⁸ As lembranças pessoais e seu caminho para uma reconstrução como memória coletiva, segundo Halbwachs (1990) constitui uma situação problemática, cuja solução passa pelo seu referenciamento nos quadros sociais reais que as contextualizam: principalmente, a busca de compartilhamentos com outras pessoas na busca de contextualizações comuns.

⁴⁹ Situação que vejo compreendida na circunstância de sua infância, em dificuldade que pode até, cogito apenas, no caso da nacionalidade da mãe do pai lageano, ser atribuído ao caso do Tirol ao final da primeira grande guerra, oscilando entre a Itália e a Alemanha.

sucedidas, mais tarde, pelos outros europeus que chegam para constituir Caxias do Sul e as outras cidades do planalto.

Viajo no tempo e no espaço e penso em como foi que esses tipos de organismos que chamamos de bovinos chegaram pela primeira vez nessas paragens. Porque, é preciso dizer, esses organismos não eram autóctones nesse lugar, como também não seriam vários outros animais, plantas e seres humanos que foram aportados como ‘organismos estranhos’ a esse novo mundo — a um pedaço da ecúmena, essa parte habitada do planeta. Procuo dizer isso de outra forma, do ponto de vista da contingência histórica da constituição desse meio comum⁵⁰ (mas sem nenhuma obsessão por essa reconstituição): é o europeu que traz o gado para a América.

Nessa minha proposta de estudo, o que o pensamento de Davi Kopenawa pode trazer da memória mítica desse encontro é providencial, como guia de pensamento sobre um lugar brasileiro em conexão com o resto da Terra. Apesar da distância que parece separar esses mundos, a terra desses “primeiros brancos” é, sem dúvida, “a mesma e única terra”. Entretanto, há uma diferença, ressaltada pelo xamã yanomami: essa terra europeia é desses primeiros brancos “desde que ali foram criados”.⁵¹ Esses “antigos brancos”, com os quais os yanomami sonham mesmo antes de conhecê-los, acham a sua terra apertada, e por isso vêm para cá. Esses novos e domésticos ‘animais de criação’, que os acompanham, não são avaliados como boa coisa para os yanomami⁵²: são, isso sim, má comida e fonte de destruição da floresta. Os yanomami preferem mesmo comer o que o lugar onde moram providencia desde sempre — animais e peixes que são ligados “ao valor de fertilidade da terra”.

Da historiografia — as histórias dispostas em pele de papel — a respeito dessa primeira viagem posso saber que a ‘descoberta da América’ aportou na América Central esses primeiros bovinos do continente que, em poucas décadas, estavam já bem espalhados, porém para a direção norte. No Brasil, esse tipo de animal chega à década de 1530, na capitania de

⁵⁰ Como recomenda Berque (2014b, p. 73) — contra a lógica fundiária da modernidade, tento encontrar a trajeção da Terra predicada enquanto mundo. Fora da necessidade mecânica ou do acaso, encontrar “a contingência da história comum”, que é o que une cosmicamente os seres em um meio comum.

⁵¹ Um encontro que parece ter sido sabido de antemão, da mesma forma como agora Kopenawa sonha com cidades das quais nunca ele, nem seus antepassados ouviram falar. Sobre essa terral, ele fala a partir da impressão que lhe resta dos monumentos megalíticos ingleses em Averbury e Stonehenge, que conhece em 1989 e 1991, em seu pensamento sobre a Europa: *eropa hurihi a* é a terra dos “antigos brancos”, a qual, em tempo mítico fazia parte de um todo único, no qual o demiurgo Omama cria essa gente “de pele tão branca quanto seu papel”, de seres ancestrais comuns aos Yanomami, de modo “que se tornaram outros”. (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 233; 395, 396; 667).

⁵² A ojeriza ao gado criado na Amazônia é uma constante na fala de Kopenawa. Por outro lado, “a gordura dos espíritos animais” é fundamental para a “imagem da gordura da caça, junto com a da fertilidade da terra”, o que também engorda o gado dos brancos (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 215; 479).

São Vicente. Vindos eles de Cabo Verde, por ação de Martim Afonso de Souza, eram animais de produção de carne e leite que, talvez para o arquipélago, tenham vindo de Trás-os-Montes, Portugal. Outra incursão dessa mesma época faz a mesma coisa na Bahia e Pernambuco. De forma que a criação bovina em primeira e larga escala, no que depois vai ser o território brasileiro, foi no nordeste e sudeste — suprindo a força motriz e fornecendo alimento para mão de obra humana, necessidades da atividade açucareira que iniciava.

Quanto à parte meridional, uma das versões mais aceitas para a introdução do gado está ligada às missões de evangelização católica empreendidas ao sul do continente americano pelos jesuítas espanhóis, nas primeiras décadas do século XVII.⁵³ Pelo motivo pragmático de que as práticas agrícolas impostas pelos religiosos à população indígena local não terem provido a suficiente alimentação às pessoas todas contidas na missão — uma vez que a caça e coleta havia sido proibida. Esses animais teriam vindo de Assunção, no Paraguai — os quais, por sua vez, teriam sua origem em terras vicentinas.⁵⁴ As vicissitudes da ordem jesuítica e da população de suas missões orientais, ao longo dos confrontos com os poderes soberanos ibéricos, são a origem das ditas vacarias constituídas em região que viriam a constituir o atual estado do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de proteção de seu patrimônio de seres humanos e de animais, grandes deslocamentos de tropas são feitos para zonas protegidas por limites naturais, em movimento estrategicamente calculado. Assim, a *Baqueria Del Mar* se localiza na zona próxima ao litoral e, subsequentemente, tentando achar um recanto mais protegido dos ataques dos espanhóis e portugueses, os jesuítas abrem um caminho na parte de matas. Estima-se que, por volta de 1709, surge dessa forma a *Baqueria de los Piñares*, nos Campos de Cima da Serra.⁵⁵ Dessa movimentação, descobre-se recentemente um relato quase mítico, que consta em uma das não muitas correspondências jesuíticas dessa época. A jornada teria sido de 850 km, partindo em 1705 da localidade uruguaia de San Borja de Yí rumo ao sul, visando arrebanhar os rebanhos dessa Vacaria então ameaçada pelos portugueses que estavam em Colônia de Sacramento — com o intuito de resguardar as “tropas dos povos do Uruguai”. Igualmente intencionavam, segundo o registrado, proteger os índios das missões de doenças que poderiam contrair junto a franceses e negros que estavam em uma dada localidade, bem como preservá-los do contato com outros povos autóctones — ditos infieis. O

⁵³ Sobre as várias teorias sobre essa introdução consultar Silva, A.F. (2006, p. 49-52).

⁵⁴ Da reconstituição histórica feita por Ginja (2009) a partir de, entre outros autores, Primo (1992) e Rodero *et al.* (1992). Trabalho similar ao que faz para o caso gaúcho Sagrilo (2015), do que encontra principalmente nas elaborações de Porto (1954), Teschauer (2002) e Assunção (2007).

⁵⁵ Mais detalhes em Duarte (1944, p. 192 e 193).

narrador conta dos arrebanhamentos de gado em muitas localidades, ao longo de vários dias, culminando com uma comparação entre a Vacaria do Mar e a Vacaria dos Pinhais: o pasto na primeira já havia acabado e, mesmo se a Vacaria dos Pinhais apresentava temperaturas mais baixas, pois situada em local de maior altitude, era, no entanto, considerada mais amena. As suas aguadas, rinconadas e comodidades eram avaliadas como melhores e nela o gado logo podia ser avistado. Na primavera de 1705, essa ação teria reunido coisa de 420.000 reses — repovoado as missões e formando, com a ‘sobra’, a Vacaria dos Pinhais.⁵⁶

Desse modo é que os brancos a que Kopenawa se refere nesse (des)encontro colonial, principiam a aparecer nessa parte mais fria do novo mundo em exploração. Os jesuítas nessa vaquejada colossal estão a fugir das incursões portuguesas. Cujo motivo não é só a captura do gado. A ação dos bandeirantes paulistas visa em suas incursões à busca de mão-de-obra indígena para as atividades econômicas do centro do país. Encontram-se mesmo indícios históricos sobre incursões muito precoces dos “escravagistas de Piratininga”: tão cedo como 1607 ou 1614, podem ter acontecido “várias entradas terra adentro do Brasil”, antes das cinco bandeiras que tem historiografia mais firme. A primeira é a que é chamada de Aracambi, que parte de São Paulo do Campo de Piratininga em 1635, pelo “Caminho do Mar” para o sertão dos Patos, capitaneada por Fernão de Camargo — o “tigre” e Luiz Dias Leme. O termo não seria o nome de grupo específico de “gentios” ou mesmo de aves aquáticas: Patos, nesta época seiscentista, era o termo que designava “qualquer região do Sul para onde partiram os expedicionários”, ou o “o nome vago de uma enorme região, ao Sul de S. Paulo, abrangendo grande área de S Catarina e Rio Grande do Sul”. Depois dessa, aconteceram mais cinco entradas, com a última sendo registrada em 1641, quando os paulistas foram derrotados na batalha de Mbororé. E um dos quatro supostos caminhos utilizados por essas primeiras invasões bandeirantes passaria no Caamo — nome que designaria nessa época os Campos de São Francisco de Paula.⁵⁷

Desse modo, é que aparecem os europeus nessa parte mais fria do país — os portugueses, paulistas e lagunenses, em processo que é acelerado em meados do século XVIII pela concessão de sesmarias na região. Todavia, os Campos de Cima da Serra não eram despovoados — ali moravam os Botocudos, adversários férreos dos Kaingang do cacique geral Braga, cujas moradias ficavam nos campos e pinheirais de São Francisco de Paula, Caxias do Sul e arredores.

⁵⁶ Segundo o disposto em Gonzalez (1966), comentado por Perdomo (2012).

⁵⁷ De acordo ao que se encontra em Jaeger (1940, p. 27 e 28).

Vagner chega e vai tomar café. Bem mais jovem, é ele que irá montar Índio, que já encontra preparado com zelo. É o cavalo de Raul, montaria responsável em boa medida pelos vários troféus que esse já ganhou nos torneios de laço — sua verdadeira paixão, em que compete ainda, na categoria dos veteranos. Vizinho e amigo de Luiz, com ele troca ajudas nos serviços que fazem nas fazendas onde são empregados. Enquanto isso, Luiz, já tendo ajaezado Xerenga, termina de se vestir com cuidado, não dando muita importância para os comentários irônicos de Raul, com relação ao fato de ‘ele estar se embelezando’ para o filme.

Esse tipo de viagem em outros tempos poderia ser com uma tropa somente composta de muitos cavalos ou mulas. Tanto isso acontecia, que é de onde se origina o nome de localidade próxima, em Criúva. São Jorge da Mulada, que foi “descoberta” no início dos 1700s, em viagem que passou por esse lugar por onde hoje acompanhamos a tropa — perto do rio Lajeado Grande. Portugueses, que tinham acerto com o rei, como me contou um dos moradores que tem as lembranças mais longevas da chegada de seus familiares na região. Desse primeiro colonizador, resta a nítida memória das condições de ocupação dessa terra. Havia um acerto com o reino. Ele tinha feito “um combinado com o reino, com o governo de Portugal, para ganhar uma partezinha em contrato, uma sesmaria de terra”. E, dessa combinação, a escravidão negra fazia parte: “quem viesse para a serra — a colônia, podia trazer quantos negros queria e se atracar a cortar mato — mas tinha de derrubar tudo; quem dizia isso era o governo de Portugal, Imperial”. Tanto fazia parte que dessa lembrança consta o número de escravos que cada filho desse primeiro posseiro português herdou: 29.⁵⁸

Ao mesmo tempo em que a viagem avança, não posso deixar de lembrar o que sei de outra ação de conhecimento: acessando inventários nos Campos de Cima da Serra na segunda metade do século XVII, caracteriza a região como um distrito empobrecido do Brasil Imperial, onde o gado bovino era muito importante, entretanto confirmando a importante presença dos cavalos com relevância nesse primeiro comércio, principiando — no sul como um todo — no século anterior.⁵⁹ Uma vez que, em um primeiro momento, sem mercado que consumisse os couros, os sebos e as aspás, e sem muito menos existir um modo de conservar a carne em grande escala, os rebanhos bovinos eram mesmo só ‘o gado dos padres jesuítas’ nos campos meridionais. Estabelece-se, de início, dessa forma, certa ideia de naturalidade dessa existência animal, que embaça a contingência histórica que a tornou possível na região como um todo.

⁵⁸ Havendo ele nascido na década de 1940, sabe com minúcias a história dos “troncos velhos” — antepassados que chegaram à localidade vindos de Portugal, da Ilha Terceira dos Açores e também da Ilha da Madeira (RIBEIRO, C., 2014, p. 146–149).

⁵⁹ Mais detalhes em Teixeira (2008, p. 43; 48).

Na primeira década do século XIX, com o surgimento da possibilidade da conservação da carne nas charqueadas, a exploração desse ‘recurso natural’ passa a ser feita em completa dependência do trabalho escravo.⁶⁰

O que não é bem o caso da modalidade de economia pastoril serrana que encontro nos relatos recolhidos. Com exceção de uma lembrança isolada de abastecimento esporádico das charqueadas da região próxima a Porto Alegre, o restante das memórias dos habitantes mais idosos relata sobre as primeiras pequenas trocas comerciais com a região de Santo Antônio da Patrulha, para logo depois a atividade comercial da zona desenvolver-se por intermédio das viagens das tropas para a região serrana contígua do planalto — cruzando Bom Jesus, Lages, São Joaquim e chegando até Sorocaba.

Essas atividades foram desenvolvidas por esses primeiros sesmeiros, pelos registros que passam para os relatos históricos com o nome de estancieiros ou fazendeiros. Eles são os primeiros patrões. Tocam o seu negócio com os escravos negros, em um escravismo que seria de pequenos proprietários, similar ao encontrado para a grande maioria das propriedades desses campos mais setentrionais, que se dedicavam à produção destinada ao mercado interno.⁶¹ Em concomitância com os ditos peões campeiros. Homens livres, que poderiam até ser um “índio fronteiriço”, trabalhavam nas propriedades por intermédio de alguma espécie de acerto: por exemplo, o peão “poderia ter o direito de fazer o seu rancho no meio da lavoura”.⁶² Lavouras, aliás, sempre existentes nas fazendas, mesmo pequena como no caso da que existe hoje na Fazenda do Contrato. Elas servem para prover o complemento da alimentação para os animais em épocas de escassez de pasto nos campos, principalmente no inverno.

Se hoje não têm mais a importância de outros tempos, nessa viagem os dois cavalos são os auxiliares preciosos da tarefa de condução da tropa de gado, em indispensável companhia a Luiz e Vagner. Índio em seu nome lembra os primeiros habitantes do lugar, enquanto que Xerenga é o nome que se dá para uma faca pequena, meio gasta, talvez sem cabo — sem valor, a não ser o da companhia e do uso constante ao gaúcho que não vive sem uma faca: “Carneadeira, chavasca, prateada, língua de chimango, ferro branco, choco, xerenga... seja qual for a denominação popular, a faca, o facão e a adaga estão incorporados à

⁶⁰ A partir de Hamesteir (2002, p. 18; 71; 75 e 76) e Freitas (1993, p. 442).

⁶¹ Sobre o escravismo de pequenos proprietários em Teixeira (2008, p. 56); da posse de escravos na capitania e depois Província de São Pedro em Osório (2005; 2016).

⁶² Segundo Gomes (1966).

vida do homem sul-rio-grandense”.⁶³ E, muito menos, sem o cavalo, como é o caso de Luiz com Xerenga: é essa dupla que carrega quase todo o necessário para a jornada do dia.

4.2 A FAZENDA ERRADA: SOBRE O ATRASO E O PROGRESSO

Raul, ao assistir o filme, opina no sentido de que seria melhor se eu visitasse um grande confinamento de gado que existe ali perto, na propriedade de um vizinho que é também empresário de Caxias. Lá, segundo ele, o boi fica pronto em 90 dias, a metade do tempo necessário para uma criação como a deles, com os animais soltos no campo.

No outro dia, quando retorno para acompanhar a viagem da tropa, Anazilda compara os resultados que hoje obtém em relação aos dessa propriedade sobre a qual Raul comenta, e então sacramenta a sua opinião a respeito da minha opção de pesquisa: “eu acho que tu estás na fazenda errada”. Faz muito tempo que o lugar não é mais o que era na época em que o marido Honero Vargas era vivo, ela externa em queixa saudosa, ao mesmo tempo em que esclarece que o confinamento é definitivamente “coisa para rico”, o que diz não ser o caso dela. Entre desolada e indignada, fala da tristeza do lugar no inverno, quando tudo no exterior vira gelo — comentar que já aconteceu de o campo ficar congelado por dez dias seguidos. Entendo ser essa a causa da perda de muitos animais, que morrem de fome. E quando o campo descongela, não há nada a oferecer para os animais que sobraram.

Realizo que eles não têm recursos para providenciar o complemento de alimento para esses dias e depreendo dessa situação que o funcionamento corrente da propriedade não permite um acúmulo preventivo de recursos financeiros para enfrentar esse caso já esperado — o frio não falha, acontece todos os anos. Mesmo sabendo de tudo isso, argumento, como Luiz fez no caso do baile. Minha defesa é escutada só por Anazilda, pois Luiz, na companhia de Raul, está no galpão, preparando-se com muito cuidado para essa viagem um pouco diferente das muitas que já fez — é a sua 16ª nesse lugar, sendo que quatro vezes com esses mesmos animais. Antes de me despedir, explico a ela que é mesmo esse caminho ‘meio na contramão do que o progresso da pecuária diz para ir’⁶⁴, que me interessa,

⁶³ Segundo Paixão Côrtes (2011).

⁶⁴ Essa ideia de Anazilda é coincidente a um diagnóstico sobre a criação bovina do estado. Se o Brasil tem correntemente o primeiro rebanho bovino comercial do mundo e é um dos grandes exportadores do planeta, em 2013 o Rio Grande do Sul continha o sexto maior rebanho do país. Um rebanho abrigado em sua maioria em pequenas propriedades, com grande parte das fêmeas com a idade superior ao que seria recomendado — um panorama que mostra “uma cultura retrógrada que precisa modernização” (SILVA, G. D. S. *et al.*, 2014, p. 4).

por ainda encontrar o gado na pastagem nativa, do jeito de criação dos moradores dos Campos de Cima da Serra.

Logo partimos. O bom trecho interno do terreno da propriedade a pequena tropa vence em caminho que faz pelo meio do campo, com a companhia montada e atenta de Luiz e Wagner e a parceria do cachorro preferido, o escolhido, dentre outros, para a jornada. Eu vou de carro pelo caminho de acesso da propriedade até a porteira, quando saímos estrada a fora, como se fôssemos para a aglomeração urbana maior de Cazuza Ferreira. O lugar de nascimento de Luiz fica bem distante do povoado central desse distrito, que por sua vez, fica também longe de Caxias do Sul — a cidade onde se situa a casa própria de sua família, para onde retorna em quase todos os finais de semana. E, a bem dizer, esse distrito e o seu vizinho Juá ficam afastados de qualquer outro centro urbano maior.

Vamos dialogando no caminho, eu seguindo as orientações que os dois tropeiros foram me passando. Às vezes à frente, às vezes atrás da tropa, conseguimos registros de longe e de mais perto, quando os animais param por algum motivo. Wagner sugere que eles próprios filmem; o que fazem, quando a tropa está mais tranquila, em trecho que já sabem ser pouco sujeito a incidentes. A estrada é compartilhada com os carros, em trânsito que, mesmo sendo muito esporádico, faz com que os animais fiquem agitados. De vez em quando, os animais saem do caminho principal — mas como há muitas cercas, isso não chega a constituir um grande problema. As localidades dos dois distritos são acessadas por estradas de chão muito precárias, que em dias de chuva ficam intransitáveis. Os moradores ficam ilhados: crianças não podem ir à escola, os idosos não podem buscar os tratamentos de saúde de que precisam nas cidades (pois nos lugares não existe atendimento médico que supra às mínimas necessidades dessas pessoas): a vida simplesmente para. Essa é a justificativa do movimento pela anexação desses dois distritos de São Francisco de Paula, Cazuza Ferreira e Juá, à Caxias do Sul, de maneira análoga ao que aconteceu no passado com os distritos de Vila Seca e Criúva: o abandono que os moradores sentem por parte do governo municipal a que hoje pertencem.⁶⁵ Contudo, com argumento contrário, que escuto ‘aqui e ali’ — pois seria um movimento de fazendeiros, grande parte deles também empresários de Caxias, e que estariam interessados unicamente em melhorar o acesso às suas terras.

De outra parte, o município de São Francisco de Paula não quer abrir mão desses distritos. Entre outros motivos que possam existir para justificar tal atitude, um é bem evidenciado na disputa com Caxias do Sul a respeito do Imposto sobre Circulação de

⁶⁵ Como principalmente detalham LEI... (2018) e Santos *et al.* (2013).

Mercadorias e Serviços (ICMS) proveniente de uma das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) recentemente concluídas em Cazuza Ferreira, no limite dos dois municípios.⁶⁶ O que justifica o contraste das linhas de transmissão de energia elétrica com a água congelada que se avista sem dificuldade. Mesmo nesse dia ensolarado, quando a tropa sai às nove e meia da manhã, ainda havia gelo aos lados da estrada que cruza esses campos parcamente habitados: em 2010, os dois distritos tinham 2095 habitantes, em uma densidade demográfica de 2,1 habitantes por km².⁶⁷.

Os empreendimentos hidrelétricos desse tipo na região têm sido polêmicos, como evidencia a intensa discussão ocorrida no processo de constituição do Plano de Bacia Hidrográfica do rio Taquari-Antas, em concomitância à emissão de diretriz específica a esse licenciamento ambiental regional, nesse caso tentando resguardar alguns “monumentos naturais”⁶⁸. O fato é que, uma vez havendo sido obtido e licenciado em todas as instâncias o direito de exploração do potencial hidroelétrico e feito o investimento da construção, fica garantida ao empreendedor, pelos anos de concessão, a renda proveniente da energia elétrica vendida e o ICMS para a administração municipal. Os empregos diretos propagandeados pelo empreendedor, no entanto, não existem a não ser na fase de construção, pois a operação normal da usina é feita de forma praticamente automática. Resta irremediável o dito impacto ambiental — o rio tem seu fluxo interrompido por um represamento, é realizado corte de árvores do reservatório que faz alagamento de terras: como em qualquer hidrelétrica.⁶⁹ A questão é que essa comunidade tem o seu entorno alterado por esse tipo de empreendimento, e não raramente, quando efetivamente existe recurso por ele auferido, é desviado pela esfera municipal para outras finalidades do que as necessidades das localidades — e mesmo, nem chega aos lugares onde houve a alteração drástica do dito ‘ambiente’.⁷⁰

⁶⁶ Conforme SÃO FRANCISCO DE PAULA...(2017).

⁶⁷ Cazuza Ferreira e o Juá juntos têm 1014 km². Se esses distritos forem anexados a Caxias do Sul, acarretariam acréscimo de 62% da sua atual área municipal. Hoje correspondem a cerca de 31% da área de São Francisco de Paula. SANTOS *ET al.* (2013).

⁶⁸ Detalhes consultar em RIO GRANDE DO SUL (2015).

⁶⁹ O argumento de que o lago é pequeno, e que a usina é de pequeno porte pode ser relativizado, pois o curso d’água represado é igualmente menor: em proporção a isso, sofre as consequências integrais de uma intervenção desse tipo. O caso é que processo de licenciamento não consegue, por razões várias que aqui não compete discutir, proteger as comunidades locais. Situação compreendida a partir de Damasceno (2015) e AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (2007).

⁷⁰ Como efetivamente mostra o protesto recente em Cazuza Ferreira: três adolescentes caminharam 42 quilômetros, durante a noite, para conseguirem chegar à escola pela manhã — por falta de transporte escolar, conforme descrito em JOVENS... (2015).

A respeito disso, logo descortinamos essa nova e alterada paisagem do progresso: a várzea do rio, completamente modificada pela intervenção da PCH Cazuza Ferreira, margeada de placas oficiais, demarcando essa apropriação territorial — uma posse ‘ambiental’, que está ficando bastante comum nessa região. O conjunto chama atenção para um prédio muito novo, todo trancado e solitário em sua vizinhança de chão coberto com brita e fios de arame farpado: um intrigante ‘Centro de Educação Ambiental’. Apesar da alteração, esse trecho ainda é muito bonito. Um aviso que eu recebo antes, de forma que previamente conseguimos arranjar um modo para registrar os animais de longe nessa paisagem, e também bem mais de perto, tirando partido da topografia do caminho. E nesse ato fico muito impressionada com a segurança pela qual a tropa envereda pela ponte — como se fosse seu caminho cotidiano.

Nesse entorno, bem como em vários pontos do trajeto, vez que outra encontramos outra coisa que não campos com as poucas reses, ou as monótonas monoculturas de *Pinus spp* — São Francisco de Paula é o município com a segunda maior cobertura de florestas plantadas no estado, e o maior desse tipo de árvore.⁷¹ Existem grandes plantações de frutíferas — principalmente maçã, e também muitas lavouras onde os granjeiros que abastecem Porto Alegre cada vez mais usufruem as temperaturas mais amenas dessas altitudes, bem como, evidentemente, as terras mais baratas dessa região. Cada vez mais frequente é o estabelecimento nesses campos de grandes áreas de cultivos com cenoura, beterraba, brócolis, couve-flor, tomate e batata.⁷² Nesse caso, não existe placa de licenciamento ambiental. A pequena placa que avisa do uso do agrotóxico não deixa dúvida que o progresso está na região. Contendo um ‘dinâmico mostrador situacional’, nesse dia, a placa sinalizava que as frutas não poderiam ser ingeridas, mas que as tarefas humanas poderiam ser ali realizadas: pelo nesta placa indicado, sem problemas.

Ao final desse trajeto fica claro, desta forma, qual é o motivo pelo qual todo o ano o gado viaja da Fazenda do Contrato até os campos de fundo da Fazenda Velha. Ninguém fala em transumância — além do termo não ser de uso no lugar, é só o gado que vai para lá — ‘é uma viagem de levar as vacas para os campos de fundo’. As pessoas suas proprietárias ficam no mesmo lugar e se despedem com preocupação que noto ser, acima de tudo, direcionada ao ‘patrimônio semovente — as minhas vacas’. O temor que vejo manifesto, acompanhado de memórias queixosas com relação a episódios problemáticos desse tipo ocorridos no

⁷¹ Reflorestamento que inicia para repor a madeira de araucária que era a matéria-prima inicial da Celulose Cambará, fundada em 1942 em Cambará — um uso interdito em 1970. Além desse aspecto, a indústria não tinha absolutamente nenhum tratamento de seus efluentes, o que fez com que tivesse seu funcionamento interdito por muito tempo. De AGEFLOR (2014; 2017) e Koch e Henkes (2013).

⁷² Como descreve para São José dos Ausentes Sommer (2013).

passado, é a perda ou dano de algum tipo ao longo da viagem. Mesmo, se tivessem condições, fariam o transporte de caminhão até o destino final, é o que escuto. Nesse destino final de hoje, há outras pessoas encarregadas na outra propriedade. Em campos que ficam mais próximos aos peraus escavados pelos cursos d'água do planalto, as temperaturas não são tão baixas no inverno. A vegetação, então, não sofre tanto com a geada. As gramíneas (que existem frequentemente em poteiros cultivados) e a vegetação arbórea — ‘o mato’ lá existem como alimento ‘naturalmente’ disponível para os animais. Esse é o conjunto que lá existe, um todo que faz com que o gado “passe melhor”.

4.3 O CASO DA SUBSTÂNCIA DOS CAMPOS DE FUNDO

A proposta do filme abre uma perspectiva de sintonização com a condição de Luiz, quando vejo a imagem que ele me explica: em sua exposição de como o conhecimento do alfabeto e seu funcionamento lhe é negado, sob a alegação de que ele não sabia o que era ‘a letra i’. Sem procurar uma resposta nesse momento, levo a sério o desafio — ou o recado — que ele me lança, e proponho-me a entender o que isso significa nesse contexto que examinamos, em alguma medida juntos. A saber, o fato de que, justamente a motivação suprema que justificaria o ato de ensinar — o fato de alguém não saber o que vai ser ensinado — ser naquele tempo e lugar alegada como sendo a razão que justifica a sua exclusão do sistema de conhecimento em questão. Essa pequena tropeada para mim aciona esse eco de um passado onde o gado trazido pelo colonizador virou essa ‘riqueza natural’, explorada até a sua exaustão, pelo extermínio ou escravização da população indígena, em concomitância ou imediatamente sucessiva à escravização africana. É um eco que ressoa no presente: a história desse encontro colonial nos Campos de Cima da Serra tem particularidades conflituosas que permanecem. Conflitos não somente no esmagamento da população original do lugar, mas de inserção em um sulino modo produtivo extrativista e precário que alimenta o centro do progresso do país — o sul é aquele deixado de lado, como diz Leite (2006a, p. 128; 129; 133). Luiz sublinha: “as coisas eram assim naquele tempo”. Eu depreendo desse seu enunciado que é mesmo preciso saber do que ocorria nesse tempo. Para isso, é necessário mais do que ciência, e sim sabedoria — inteirar-se do passado, porém em profundidade e disposição relacional com outros tempos.

A utilização de mão de obra escrava nas atividades da pecuária gaúcha não é consenso consolidado e muito menos uma conclusão muito antiga no campo das ciências sociais. Segundo Nogueira *et al.* (2007, p. 5 e 6), tal situação ocorrendo em uma economia bastante

centrada nessa atividade, acaba tendo muita influência para a construção da identidade da unidade geográfico-política onde isso acontece — dito por eles ser o caso do Rio Grande do Sul, e mesmo do “Brasil Meridional”, que acaba tendo uma imagem construída como sendo um território com um perfil ao menos atenuado, senão distanciado das práticas escravistas como um todo. Outro Brasil, que não teria escravos negros.⁷³ Um cenário que é contraposto pelos autores, por achados levantamentos de outros trabalhos fundamentalmente historiográficos, não só no Rio Grande do Sul, como em suas vizinhanças: no Uruguai e na Argentina, e também em Santa Catarina e no Paraná. E seus próprios dados confirmam o que Osório (2005) já considerava — a existência do escravo negro de atividades campeiras. E, portanto, igualmente contrapõem os autores a assertiva inicial de incompatibilidade da escravidão com a criação extensiva de bovinos e equinos, como as por eles citadas análises de Celso Furtado (1962) e Caio Prado Júnior (2000) inicialmente apontavam. A situação anterior — que é dita pelos autores em resumo como o diferimento do estado (incluído nesta parte sul do país) com relação ao país das *plantations* no século XIX, por não “comportar grandes propriedades produtoras de mercadorias exportáveis empregando mão-de-obra escrava”.

Ficamos juntos nessa viagem até perto do horário e local do almoço de Luiz e Vagner — ao todo, a viagem deles será de 7 a 8 horas. Nesse tempo de convivência, filmaram algumas cenas eles próprios, assim como sugeriram várias estratégias para a tomada das cenas que fui fazendo, antecipando o que sabiam que ia acontecer. Assim vamos indo, até a encruzilhada para a Fazenda Velha, local de almoço deles. O local de outra despedida, conforme o combinado de parte a parte. Quando vejo, mais enfaticamente do que já havia visto até então, que os animais já têm uma boa noção do caminho a seguir — enquanto Luiz e Vagner posam para a foto, a pequena tropa toma por conta própria o caminho para o destino final.

Como expliquei anteriormente, o artesanato de montagem dos textos tem algumas licenças poéticas de minha parte. Dessa forma, em um que outro ponto, a viagem fílmica levemente transcende o trajeto mera e fisicamente empreendido — como o meu texto, que viajou para outros lugares, enquanto acompanhava esse trajeto. Não vi o lugar da chegada: pois após vários pedidos em outros encontros subsequentes, entendi que não seria bem-vinda na outra propriedade.⁷⁴

⁷³ Entre outras imagens idealizadas do sul, como Vitrolles (2011, p. 13) vai buscar em Demangeot (1972, p. 91).

⁷⁴ No entanto, conheço ao menos paisagens semelhantes, em trabalho de campo realizado na companhia dos agrônomos da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Caxias do Sul (SMAPA) em

No entanto, vi muitas outras coisas ao longo do caminho da viagem. Esse Centro de Educação Ambiental, distanciado de onde as pessoas moram — porém em cômoda proximidade construtiva ao local ambientalmente alterado pelo empreendimento da central hidrelétrica. Agora um lago, cercado de placas marginais proibindo atividades outras que não esse exclusivo uso de água para esse empreendimento ‘proprietário’. Ao invés da corrente anterior do rio, margeada por campo e mato, supostamente esse novo cenário é o do progresso. Cogito, contudo, se essa ‘escola’ de ensinamentos assim estabelecida por conta da destruição do lugar, não seria um atraso, vendo, enfim, um profundo desacordo com a paisagem. Na verdade, um acinte a seus moradores, pois, escola, transporte escolar, atendimento de saúde, ponte, estrada pavimentada, energia elétrica, telefonia e internet confiável, constituem os desejos dessa população — para o seu progresso, quiçá, futuramente possível.

Os comentários de Anazilda — sobre eu estar na fazenda inadequada para a pesquisa, aproximam-se ao que notei várias vezes nessa região: todos os produtores sabem de seu pertencimento a um país que tem na bovinocultura um de seus atuais motores econômicos. No entanto, ao mesmo tempo e por esse mesmo único viés, diferenciam-se com relação aos resultados economicamente obtidos pelos outros mundos de criação bovina. Outros comentários e achados, no entanto, colocam-me da dúvida desses moradores por escolha pela opção aparentemente mais rentável do confinamento. A razão mais citada, e dita mais importante do que a falta de recursos, é a desconfiança em relação ao uso das novas substâncias que fazem parte desse mundo de progresso, também agrônomo: fertilizantes, fármacos e agrotóxicos são vistos com muito receio.

O lento passo da tropa permite um adentrar profundo no espírito dessa paisagem. Nesse rural que ainda tem “campos de fundo”, e nos quais a rarefação populacional aumenta em direta proporção à distância do centro urbano de Caxias do Sul, o meu pensamento tem dificuldades em mudar a impressão que a primeira troca de palavras com Luiz me deixou. De um sentimento a respeito de uma dominante continuidade dos mecanismos de colonização original. Se antes o colonizador eram os desenvolvedores dos interesses dos impérios ibéricos (aqui nessa região específica sempre o português), agora são outros interesses urbanos que demarcam seus territórios. Igualmente conformadores de paisagem, todavia com outro tipo de

uma propriedade desse tipo em Criúva, no costão do rio das Antas. Adicionalmente e muito importante, uma caminhada de 9 horas que fiz a pé, de Criúva até Cazuza Ferreira, passando pela Fazenda Velha — permitiu-me conhecer a zona de estudo por intermédio desse trajeto que é proposto como uma atividade turística.

espírito: aquele que explora os ‘recursos naturais’ em nome do progresso, em nome da redenção de uma região ‘estagnada’ ou ‘atrasada’.

Fico pensando, como me pediu Luiz. De que progresso se está a se falar para essa região, questiono-me. Para ele, progresso foi ter, com muito esforço, conseguido adquirir a sua casa em Caxias, além de finalmente ter obtido a sua aposentadoria, por intermédio da concordância de Anazilda, que assinou a sua carteira de trabalho. Penso ‘sentindo’ e apreendo a substância desse lugar, no sentido de Ingold (2000, p. 144, 145), como a sua linha de vida, que segui um pouco nessa viagem. Mais do que alimento, ou de rudimentos que existiriam em alguma pré-existência, é a presença e a atividade dos ancestrais que fazem com que esse crescimento de outras existências aconteça. As pessoas são entendidas como “centros de atividade progerativa, variadamente posicionadas dentro de um campo de relacionamentos” — mais do que genealogia ou parentesco parecem importar as rizomáticas relações. E, como diz o autor a partir de Rom Harré (1998, p. 3), “cada um desses centros é um sítio a partir do qual a pessoa percebe o mundo e um lugar a partir do qual agir”.

Uma perspectiva interessante traz a vida desse lugar — onde caminhos de humanos e animais ainda se cruzam, igualmente, em sua mútua história de constituição do meio, trocando substâncias nesse espaço. E a vida que presenciei nessa viagem me diz de uma contiguidade com um sertão nacional e de um entendimento do que é o progresso e o atraso em uma perspectiva maior. Esse sertão que apreendo tem tradução na descrição dada por Luiz Augusto Fischer (2014), a partir da obra de Jorge Caldeira, *História do Brasil com empreendedores*: “não apenas o mundo seco nordestino, nem simplesmente o Brasil desconhecido dos grotões, como é comum pensarmos, mas aquele Brasil cuja estrutura fundamental *não* era a ‘plantation’”. Este mundo, o da grande escala de produção agrária, difere-se do que encontro na viagem que faço nesse texto: “o mundo da produção primária em escala pequena, da exploração mineral e das trocas comerciais em amplas rotas, por grande parte da geografia do país, muitas vezes tocadas a mula e a cavalo”. Um mundo contendo a escravidão, contudo em menor escala do que a existente no mundo da *plantation*, e com a existência dos ditos ‘empreendedores do sertão’ — os tropeiros, por exemplo. Um pouco como o mundo dos negócios da antiga Fazenda do Contrato — baseados na palavra; um mundo de tradição oral, longe da lei impessoal e da institucionalização da vida moderna e, por fim, um mundo patriarcal. Se o encontra homogêneo com relação às essas características, reconhece, entretanto, o autor as suas diversidades geográficas brasileiras: “das entranhas da Amazônia até o semiárido nordestino, a leste, e ao pampa sulino, passando pelos campos gerais e pelo amplo mundo em que atuaram os mamelucos bandeirantes”. Essa recuperação

que Fischer (2014) faz nesses moldes, a respeito da existência desse mundo do sertão brasileiro, interessa-me aportar nessa narrativa etnográfica, uma vez que apresenta ressonâncias com a corrente dualidade nacional entre o agronegócio e agricultura de características campestres. Igualmente, pela abertura que oferece para a realização de um diálogo mítico entre um contexto regional sulino e esse maior panorama nacional. Nesse último aspecto, o autor mesmo apresenta um caminho de aproximação. A saber, pelos paralelos que traça entre os contos escritos por João Simões Lopes Neto e João Guimarães Rosa, encontrando pontos de convergência entre essas estratégias narrativas. Literárias, mas que, não obstante, nascem com a exigência e o suporte de terem um contexto empírico que lhes dá berço. Um motivo a mais para justificar sua utilidade nessa construção etnográfica, ainda dentro da licença poética por mim tomada a partir do encontro com Luiz — sem dúvida, para mim, um empreendedor do sertão sulino, que, nesse caso particular, não é bem o pampa, mas justamente um pedaço desses “campos gerais”: os Campos de Cima da Serra (FISCHER, 2014, p. 177-179;181; 182).

Falando em Ribeiro, preciso, antes de falar de outros, como sujeito dizer (predicar) a respeito de mim mesma. Talvez eu tenha falta de educação. Não tenho. Ou sou mal educada mesmo? Porque sou brasileira e então eu deveria ser bem mais cordial. Não sei, mesmo, enfim, fico em dúvida. É que no centro do país, onde o Sérgio Buarque de Holanda inventou esse negócio — de o brasileiro ser cordial —, os tropeiros não chegavam, mal e mal chegavam até São Paulo. Afinal, um dos meus bisavôs era tropeiro, meio pelo-duro, e aí, bem que podia ser mal educado, assim meio sem cultura. Tropeiro seria camponês, assim como europeus falam de agricultores dos seus primórdios? Acho que não, pois esse tal de camponês é sempre meio

Gravura 5 — *EU, OUTREM, GAITA, DIVINO E CACHORRO*



Fonte: litogravura e aquarela de Claudia Ribeiro (2016), série *O Divino Espírito da paisagem do lugar — impressões em Vila Seca e Criúva*, 100 x 150 mm, impressão Rogério Lopes da Rosa.

Homem, mulher, outras explicações. Melhor dizer que sou um organismo, mais seguro. A bem da verdade, nem sei se me importo ainda em arranjar respostas a hipotéticas perguntas que nem sei bem para que servem. E aí, vai saber se não seria melhor simplificar as coisas e colocar minha foto de uma vez, de frente e perfil, assim tipo antropologia dos primórdios. Mas, enfim, decidi dizer alguma coisa: sou mesmo desse orgânico tipo ser humano, uma mulher bem misturada.

pobre, e aqui no Brasil tendem a pensar que ele talvez seja vermelho (assim mais para comunista), e ele era meio moreninho. Ou amarelo? Se era melhorzinho de vida talvez fosse mais branco, mas... não seria ele colono? Porque no sul do Brasil, eles são sempre mais ricos, os agricultores familiares daqui. Negro não, esses não são nem nacionais, nem pelo-duros. E outra coisa: esses últimos tipos são ruins de trabalho também, dizem os gringos. Os gringos (ou alemães, coisas assim), Deus me livre, nunca negros ou negras, nem amarelos, e vermelhos não existem por aqui, eles são super brancos. Mas esse Ribeiro... sabes, ainda tem aquele caso dos judeus, sabes, aqueles cristãos-novos que vieram fugidos da Europa... Bem, de pele, não sou negra. E nem vermelha. Mas então, eu sou branca ou amarela? Também já me perguntaram várias vezes se eu não seria japonesa, ou peruana. Talvez eu devesse dizer ser o que dizem a meu respeito há tempo na serra, na rude sinceridade açoriana ou gringa desses arrabaldes próximos aos lugares de colonização europeia: pelo-duro.

5 QUEIJO BOM É BONITO

Em uma já fria meia tarde de abril de 2013, chego à propriedade depois do descanso que os donos da casa fazem após almoçarem. Uma pausa em suas tarefas cotidianas, iniciadas em torno do nascer do sol. Nessas paragens montanhosas setentrionais do Brasil, essa prática acarretar principiari o trabalho em uma boa parte do ano quase no escuro, e, não raramente, enfrentando baixas temperaturas — faz mais frio do que calor nesse lugar.⁷⁵

A estrada que vem de Caxias do Sul (passando antes por Vila Seca, em desvio a partir da Rota do Sol) divide a preferência dos habitantes do distrito de Criúva com o caminho vindo de São Marcos, utilizando em parte do trajeto a BR-116 — rota que a Vila de Criúva pleiteou em outro tempo, sem sucesso, que passasse em sua sede. Essas duas opções de trânsito, de certo modo, refletem não somente o cenário geográfico e político que sedia as disputas entre os dois municípios por essas terras, mas as opções diárias de acesso a um centro urbano.

Situação que fica muito bem caracterizada quando se resgatam os detalhes já históricos das renhidas disputas dos sucessivos plebiscitos que definiram, enfim, a situação de pertencimento atual do distrito. Movimentos que são resultados das mobilizações dos moradores do distrito na busca de melhores condições de apoio municipal, cansados do abandono que sofriam por parte de São Francisco de Paula, seu município original de pertencimento.⁷⁶ Contudo, de outra parte, não ingenuamente ignorantes das intenções da grande cidade, despudoradamente evidenciadas em matéria jornalística dessa época. Dizendo que a cidade é centro industrial que se expande, sede de um “milagre no setor industrial” e com perspectivas de um “progresso maior”, vislumbra a anexação como fonte de novos rendimentos em impostos e solução para uma questão de obter “alimentação fácil”, que se

⁷⁵ Considerando a tradicional classificação climática de Köppen, a região estudada apresenta um clima do tipo Cfb. Subtropical úmido, com seus municípios apresentando o conjunto de médias de temperaturas mais baixas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O relevo é de um planalto, de altitudes superiores a 800 metros, cuja formação em platô é apenas interrompida pela ação erosiva dos rios (BOLDRINI, 2009; MORENO, 1961).

⁷⁶ A criação do distrito de Criúva em São Francisco de Paula de Cima da Serra e a posterior incorporação à Caxias do Sul são respectivamente oficializadas pelo ato municipal nº 25, de 09/01/1903 e pela Lei Estadual nº 2531 de 15/12/1954. Nesse último caso, após a realização de duas consultas plebiscitárias. A primeira, de 1949 foi muito disputada, com diferença reduzida a favor da anexação de pouco mais de 30 votos, não sendo homologada pelo Governo Estadual sob esse argumento e por conta de processo movido pela administração de São Francisco de Paula. A consulta de 1953 teve praticamente 59% dos votos pro-anexação, contudo, com altíssima abstenção — praticamente metade dos eleitores habilitados para votar. Por isso, provavelmente, ao início dos anos 1970s um grupo de moradores consegue que novo plebiscito discuta a anexação de parte da área do distrito de Criúva a São Marcos, proposta não aceita desta vez, mas com derrotada por apenas dois votos. (ALVES, 2010a, p. 137-150; 171; 2010b, p. 267 e 268; IBGE, 2013, p.3).

resume a resolver o desafio de: “amparar seus trabalhadores com artigos alimentícios baratos e facilmente aquisissíveis”. A anexação de Criúva (como foi a de Vila Seca em 1939) é vista como pelos caxienses de então como um “alto negócio” para Caxias do Sul, sendo que as promessas de extensão de vantagens advindas desse município são vagamente antevistas como uma solução para a luta em torno do “problema das estradas” e da “falta de atenção dos poderes públicos”. Há uma expectativa, porém, mediante esse “incentivo ao trabalho”, espera-se que os novos habitantes produzam em pouco tempo “o triplo ou o quádruplo de trigo, milho, etc., devolvendo, em pouco tempo, tudo o que se gastar em seu favor.” Em outras palavras, a cidade diz que está contraindo uma dívida e espera uma retribuição.⁷⁷

O meu caminho mais frequente passa por Vila Seca a uma distância de mais ou menos uma meia hora de carro do centro de Caxias do Sul e, já em Criúva, encontro a placa na entrada de uma estradinha de acesso particular que não deixa dúvidas do que vou encontrar: Família Telles Ramos. A longeva propriedade familiar é bem representativa da paisagem desses dois distritos de Caxias que ficam nos Campos de Cima da Serra (o outro nome da região): em altitude próxima aos 1000 metros, aninha-se nesse particular relevo dobrado, apresentando predominância de pastagens naturais (algumas bem pedregosas), com algumas manchas de araucárias e abundância de zonas úmidas. As zonas de vertentes de água são notadas quer pela vegetação característica de banhados, quer pelos espelhos d’água de pequenos açudes que se avistam por todo o lado.

Estou já há algum tempo no interior da casa, mista de madeira de araucária com materiais mais obviamente modernos, como sabem ser nessa região as moradias mais antigas. Quando, com a mesma ênfase e em simultâneo ato escuto a sua batida de martelo nos pinhões que assam sobre a chapa do fogão à lenha na cozinha da família, entendo Anéris pela primeira vez. Por sua fala, antes mesmo de vê-la (pois estou de costas ao ponto em que ela faz o pinhão batido), seu pronunciamento irrompe em meio ao relato que seu marido Brenno começava a proferir. Ela não tem nenhum constrangimento e dispensa apresentações — Anéris está na sua casa. Escutando o que ela enuncia de pronto sobre a penosidade da vida e a respeito da sensação de abandono que sentem ali, entendo de chofre que ela tem muito a dizer, embora não seja normalmente a pessoa procurada para isso.

Cheguei a essa morada por conta de indicação também dos agrônomos da SMAPA. Estando eu há pouco seguindo a louvação do Divino Espírito Santo de Vila Seca, o ‘seu Brenno’ é mencionado por ser referência nessas festividades, além de fazer um dos mais

⁷⁷ Matéria do Jornal *O Pioneiro* por ocasião da anexação (PORQUE..., 1953, capa).

renomados queijos serranos da região. A partir de explicações sobre o que estou procurando na pesquisa, de minhas justificativas e das motivações para isso fazer, estabelecemos paulatina e mutuamente uma relação de confiança, pela qual essa família me acolhe generosamente em sua casa muitas vezes. Um especial vínculo, de papel fundamental nesse trabalho de conhecimento que ora apresento.

Se os relatos iniciais são gravados em áudio, no ano seguinte princípio os registros fílmicos, com a proposta de fazer o filme desta tese. Antes, após demonstrações explícitas e tentativas de como eu intencionava fazer isso, Brenno prontamente declara que eles não têm vontade nenhuma de manejar a câmera: essa tarefa seria mesmo só minha. Na imediata sequência, professoral, corrige as minhas intenções de circunscrição temática. Ele quer que eu acompanhe e registre tudo o que eles fazem, e não somente a confecção do queijo, como era a minha proposta inicial. “Pode registrar tudo”, enuncia ele, explicando que nunca se achou fazendo nada de errado, mesmo quando foi multado por queimar áreas de campo nativo. Simplesmente decidi que “alguém tem que enfrentar um pouco a situação das coisas”. Ou seja, meio nebulosamente nesse princípio, entendo que em sua decisão ele me dá notícia de um conjunto de ciência maior a ser compreendido — suas vidas compreendem outras coisas além do ofício de fazer queijo e serem festeiros do Divino Espírito Santo.

A filha Priscila conheço desde essa época, mas de ouvir falar, olhar as fotos nas paredes e de uma que outra saudação cordial, encontro apenas de passagem. Porém, quando, com ela e seu marido Rodrigo, assistimos a primeira versão do filme, algo acontece. No outro dia ela me convida a ir tomar chimarrão no seu novo lado de casa. De novo na cozinha da primeira conversa, ocupada agora pelo jovem casal e por seu bebê de pouco mais de um ano. Brenno e Anéris fizeram outra cozinha para eles, na outra metade da casa, que agora comporta três gerações: uma na casa dos 70–80 anos, com outra por volta dos 25–30 anos e os ultrajovens Joaquim e, bem mais recentemente, Laura. Normal, a mudança faz parte de tudo, como diz Brenno. Rodrigo eu já conhecia em visita à propriedade de seus pais, Airton Zacarias dos Santos e Adriana Ramos dos Santos, para conhecer as práticas de melhoramento do campo nativo que alguns agricultores do lugar estão conduzindo, com alguma espécie de apoio do poder público municipal⁷⁸. E, a partir desse acontecimento, proporcionado, julgo eu,

⁷⁸ Projeto de Preservação das Áreas de Produção de Água: Distritos de Vila Seca e Criúva. Em andamento desde 2007, é fruto de ação conjunta da SMAPA e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Caxias do Sul (SAMAE), incentivando técnicas agronômicas de enriquecimento da pastagem autóctone com sementeira de outras gramíneas, bem como realizando algumas intervenções de saneamento rural — a proteção de fontes de água e a instalação de fossas e esterqueiras. A notar-se que essas ações tem caráter de experiência: apenas 30 propriedades foram elencadas para um programa de auxílio de dois anos, em área de dois hectares em cada uma delas (RIBEIRO, C., 2014, p. 24;230).

por esse caminho de pesquisa que desenvolvo, realmente uma nova rota de entendimento da duração dessa paisagem se descortina, com várias fontes de conhecimento: daí saem as conversas e o convívio com a jovem família, com a família de Rodrigo e o conhecimento do seu local de trabalho externo à propriedade.

Explico desse modo a gênese de um caminho de recíproca confiança que permite que esse capítulo sublinhe as tarefas dos trabalhos dos habitantes nos campos e matos do lugar que estudo, como mostramos em outro formato narrativo eu e essa família que é protagonista fundamental do filme *Desejos em Paisagens Serranas*. Explico finalmente que almejo nesse capítulo textual, em especial diálogo (contudo não exclusivo) com seu episódio *Vida Cotidiana*, detalhar em alguma medida na paisagem do lugar: i) os movimentos de seres humanos e seus animais, ii) as particularidades dos manejos campestres e iii) a temporalidade das práticas de confecção de queijo de leite cru.

5.1 TRÂNSITOS DE POVOS E BICHOS DE OUTROS LUGARES

Anéris nesse dia apresenta-me seu museu doméstico, no qual tem destaque, entre outras muitas coisas⁷⁹, uma centenária bandeira do Divino — presente da sogra e primeira peça desse acervo pessoal. Cujas organização principia na década dos 1980s, motivada pelo seu gosto de conservar e mostrar objetos do passado. Já bastante tempo depois que ela chega nesta propriedade que fica na localidade de Ilhéus. Em função do casamento, ela se mudou de São Jorge da Mulada, onde nasceu em 1945, quando o distrito ainda era, portanto, pertencente ao município de São Francisco de Paula. Ela incentiva a manipulação de tudo que ali está: para entender para que servem essas coisas, que são, acima de tudo, coisas que tiveram utilidades na vida de todos os dias. Mesmo essa bandeira é um objeto de uso, bem cuidadoso, contudo. Segundo eles me contam e depois outras pessoas, teria sido a primeira bandeira do Divino Espírito Santo a chegar à localidade de Criúva, vinda de outra parte. Feita de pano de lã vermelho sangue, tecido em tear, com pomba branca aplicada com bordados circundantes e arrematada com franjas em dourado envelhecido, foi restaurada e guardada com zelo por Anéris. Foi-lhe confiada por sua sogra pouco antes de seu falecimento, e só sai de seu lugar de honra nos dias de missa do Divino. Num desses dias vejo que as pessoas a reconhecem, procurando tocá-la e dizendo que “essa é a verdadeira”. Na época Maria José Brito Telles,

⁷⁹ Entendo essa palavra aqui como significando as materialidades físicas com significado pessoal que Anéris avaliou serem importantes de conservação ao longo dos quase cinquenta anos de vida com sua família nesse lugar.

mais tarde dona Zequinha Ramos, trouxe o estandarte de Santo Antônio da Patrulha, como presente do pai. Que é dito ser militar da cavalaria (nomeado tenente-coronel em 1902 por Campos Salles), além de lá ter sido festeiro e imperador do Divino.⁸⁰ A bandeira, segundo Brenno, acompanhou-a na viagem que fez para viver como professora em Criúva — seguindo ordem paterna, para não concretizar um casamento que a família não julgava adequado. De certo como proteção, cogita ele: a subida pela serra até o platô montanhoso onde fica Criúva era um caminho desconhecido e perigoso naquela época em que esses primeiros açorianos ou seus imediatos descendentes chegaram ao lugar. Realmente, viajar longos trajetos não era uma tarefa inusitada no Brasil da época, vide esse caso familiar. A origem mais antiga que essa família sabe de si é, de um lado, o arquipélago dos Açores, mas não em rumo direto para Santo Antônio da Patrulha, uma vez que sabem que a vó de dona Zequinha veio de Minas Gerais. Igualmente de Minas veio a vó da mãe de Anéris — vó que teria antecedentes ainda mais antigos vindos da Dinamarca.

O motivo dessa viagem de Zequinha, fundamental na constituição da família, consta desse conjunto de lembranças: principalmente arrolado como tal são as estratégias de posse da terra. Uma vez que, obedecendo à ordem do pai de deixar para trás um casamento visto como inconveniente para ela no litoral, ela acompanha seu tio serra acima. Em Criúva ela será professora e o tio, de alcunha Zés Brito, vem medir terras — ele é agrimensor, e vem trabalhar na regularização das ações de “fechamento dos campos”. Não foi essa a modalidade de acesso à terra do pai de seu Brenno, que também nasceu na mesma cidade dessa professora com a qual casou — em segundas núpcias, pois ficou viúvo muito cedo. Primogênito, esse pai de nome Francisco veio ainda guri para Criúva e foi criado em um sistema que é descrito por seu filho hoje como muito enérgico: os pais faziam os filhos se mexer desde pequeninhos, e por isso as crianças tinham de fazer sempre alguma coisa. Suas tarefas eram para si e para outros. Fazia roça a partir da derrubada de porção de mato ou de drenagem de banhados, lavoura (plântio em uma roça já aberta previamente) e taipa de fechamento de campo para os outros, em serviços pesados feito “à meia”, com picareta e canga de boi. Para si próprio fazia grandes lavouras de milho, cujo resultado dava para vender, além de ajudar na sua criação de animais: gado e porcos. Bem no início de nossa relação de conhecimento, quando eu não sabia praticamente nada sobre a questão agrária no lugar, Brenno me definiu a atitude do pai, destaque aqui exatamente os adjetivos que ele escolheu — de muita “honestidade”, adquirindo “legalmente” as terras que comprou em três localidades diferentes em Criúva. Ele faleceu

⁸⁰ De acordo adicionalmente ao que se encontra no relato de Ramos e Barroso (2005, p. 562).

quando Brenno tinha apenas dois anos, e nesta época o total das propriedades estava em torno de 6–7 milhões de terra, cerca de não mais de 700 hectares. Mais tarde entendi que Francisco Silveira Ramos decidiu não participar das disputas de posse que estavam associadas às divisões das sesmarias originais.⁸¹ Que, segundo Brenno detalha, vinham sempre com os parentes: eles “brigavam muito para poder fechar os campos”. A mãe foi ajudada por parentes para “continuar a lida”, dividindo posteriormente com os sete filhos a terra, de maneira que a propriedade de Brenno e Anéris hoje tem pouco menos de 100 hectares.

Os documentos que saem das malas de guardados dessa família permitem a exploração da não concordância de sobrenomes de Anéris e de seus pais Antônio e Rosalina: Bernardo de Freitas. Primeiro, pelas explicações que recebo, evidencia-se o poder de quem sabia ler e escrever: era o escrivão que decidia o sobrenome da pessoa, em registro não raro somente feito por ocasião do casamento. Depois, aparecem as variações das motivações das relações de constituição de parentesco. No caso dos progenitores de Anéris, eles explicam que o casamento foi por afinidade, pois havia outras opções de relacionamento e eles eram pobres, portanto a proteção da herança não seria o motivo para um casamento desse tipo. Mas por sua vez conta-me o casal que eles eram filhos de avós que também eram parentes entre si, não sabendo mais ao certo se primos próximos ou tios e sobrinhos. De outra parte, Brenno, nascido por mãos de parteira em 1935 em Ilhéus (nessa mesma casa na qual hoje sou acolhida), fala do cemitério familiar que também aqui existe e de suas origens. O “cemitério do morro” foi criado pelo seu ancestral João Gomes, que, como Anéris, nasceu na localidade de São Jorge da Mulada. No entanto, esse era um homem muito rico: tinha 11 rodeios de gado (1100 animais) — cada com um tipo de pelo — e sua conhecida estratégia de consanguinidade parental para proteger o montante do patrimônio trouxe como resultado muitos filhos portadores de retardo mental, deficiências auditivas e visuais. De tal sorte que a expressão “Gomes Bobo” é na região sinônimo de pessoa com algum tipo de problema de desenvolvimento cognitivo ou comportamental.⁸² Esse relato e mais a constante referência à necessidade de os seres “serem fortes” para sobreviverem aos rigores dali traz-me alguma pista de explicação sobre a recorrente preocupação sobre o caso da raça, também humana, nesse lugar. Ressalto, nesse ponto, que a experiência que testemunhei a respeito do uso da

⁸¹ Esse tipo de procedimento, posterior à Lei de Terras de 1850, é detalhado pela análise de processo desse tipo na região, em Ribeiro (2014, p. 149-151).

⁸² Declaro de pronto da minha absoluta não pretensão de realizar nesse momento qualquer aprofundamento analítico das práticas de estabelecimento de parentesco no lugar. Apenas posso dizer que uso o termo afinidade no sentido oposto de antipatia, como dado por Lévi-Strauss (1982, p. 169). Ao mesmo tempo, no entanto, chamo atenção para esse ponto, tão caro às discussões de base da antropologia. Portanto, de provável interesse para futuros estudos, quiçá mesmo em campos interdisciplinares (WENCESLAU; STRAUSS, 2012).

palavra etnia na região é eventual e pouco disseminado. A prática corrente é perguntar sem muito constrangimento às pessoas a respeito de sua raça, sendo ato ainda não raro a utilização das antes únicas designações fenotípicas, que falam de morenos, brancos e amarelos. Ou o emprego de adjetivações ‘étnicas’ irônico-caricaturais ou pejorativas — o caso do gringo e pelo-duro, em digladiar entre a região urbana e a rural.⁸³

O gado inicial que os primeiros sesmeiros encontram era o alçado — os animais vivendo por si próprios nos campos, oriundos da ação dos jesuítas em rota de expulsão do Brasil na primeira metade do século XVII, quando deslocam o gado que tinham na Vacaria próxima à região das Missões (*Baqueria* da Costa do Mar) e “os soltaram na amplidão sertaneja” da região serrana, constituindo, pois a nova *Baqueria de los Piñares*. Essa região abrangeria extensão geográfica descrita como “o Nordeste serrano rio-grandense e o Planalto meridional de Santa Catarina — Lagoa Vermelha, Vacaria, Bom Jesus, Cima da Serra; S. Joaquim, Lages, Canoinhas, Campos Novos, Curitibanos...”, além de outros “numerosos Municípios, formados na zona das matas.”⁸⁴ Disso, de infância, lembra Brenno ainda de sustos ocasionados por manadas de cavalos selvagens soltos ainda nos campos, cujo barulho era confundido com tropas de salteadores que fazia com que todos preparassem as armas, naquele tempo de uso permitido. Uma fonte de preocupação constante no lugar, cuja mudança está apenas no veículo utilizado — se o abigeato na época era feito a cavalo, agora vem de caminhão.

Anéris explica que os bois de “raça melhor” chegaram com um tropeiro, no tempo da sogra. O marido só tinha gado Zebu, e uma vez só havia ensaiado alguma experiência com um touro Holandês. Ela comprou Lampião e Mogango, um mais Normando, o outro mais Zebu: achou-os bonitos. Esclarecendo o que essa apreciação estética queria dizer, eles me explicam que eles eram fortes, apresentando um porte corporal que os agradava. Além disso, eram de

⁸³ Exemplo desse uso em Ribeiro (2014, p. 242; 261), e detalhes sobre essa enunciação racial em (RIBEIRO, C. *et al.*, 2015). Em resumo, defendo como no mínimo incipiente o que postula Cerva (2014) para o distrito vizinho de Vila Seca — no sentido de haver um efetivo e disseminado reconhecimento de etnicidades no lugar, e de existir uma condensação identitária homogênea traduzida pela constituição e uso específico de um gentílico para os seus habitantes.

⁸⁴ Parece não haver dúvida histórica sobre as causas que originaram a Vacaria dos Pinhais, como explica, por exemplo, a partir de vários autores, Francisco (2006, p. 74): é resultado da fuga para oeste do rio Uruguai dos sobreviventes (e de suas tropas de gado) do ataque das Missões Orientais por bandeirantes paulistas. A data é, no entanto motivo de discussões, e se carece de referenciamento preciso, é possível dizer que tal fato ocorreu entre o final do século XVII e os primeiros anos do século XVIII. Duarte (1944, p. 192 e 193, destaques do autor) comenta extensamente sobre a criação e extensão dessa nova *Baqueria* em 1709, trazendo um detalhe que aqui é de muito interesse. Que os primeiros proprietários de sesmarias nesse lugar teriam “a genérica origem jurídica” de terem um título de senhorio, concedido pelo capitão-mor, permitindo que ali “se arranque, e nella continue enquanto assim convier ao serviço del-Rey”. Para adicionais detalhes a respeito desse ponto, consultar o capítulo 4.

belo pelo, e tinham terneiros com as mesmas características que os acompanhavam. Ou seja, esse conjunto era distinto do gado rústico da época⁸⁵, o comum daquele tempo, e continha a promessa de esses animais serem produtivos e continuarem a reproduzir essa condição que lhes agradava de maneira geral: características de produção de carne e de leite no mesmo corpo animal, e a beleza do conjunto, o que não era então tão comum. Esse fato, no contexto de nosso encontro etnográfico, trouxe-me uma importante reflexão. Eu ‘perdi um bom tempo’ atrás de uma ‘precisão de tempo’ à moda astronômica⁸⁶ para esse acontecimento: fazendo contas, perguntando mais uma vez, tentando buscar documentos, até que Brenno lembrou — foi por volta de 1945. Mas enfim, perguntei-me para que afinal serviria saber isso tão exatamente. Anéris já havia me dito, ficou registrado no filme, eu ouvi isso uma porção de vezes, mas mesmo assim custei a escutar: “no tempo da minha sogra, passou aqui um tropeiro...”. Ou seja, foi no tempo de dona Zequinha, já viúva, e antes do casamento do filho.

5.2 CRIANDO GADO EM CAMPOS E MATOS

Se desde guri já ajudava para alimentar esse gado que era aprisionado nos campos — cada um pegava e marcava os seus —, com a morte precoce do pai, Brenno conta que não teve muito acompanhamento nesses primeiros ensinamentos. Foi aprendendo como fazer a lida que faz parte de sua vida até hoje com outras pessoas, principalmente com o Joca, compadre do pai. A lida é termo que se refere às tarefas consideradas como trabalho, no sentido de aportarem o sustento. Que vejo que é prioritária, mesmo se conduzida em equilibrado entremeio, ao lazer.⁸⁷ Mas não ao descanso, sagrado, e que garante a disposição e resistência para a rusticidade e rigor exigido no conjunto de atividades cotidianas. Entre outras tantas coisas que poderia lembrar, ressalta que notou que a prática de plantar no

⁸⁵ Era o gado alçado nos Campos de Cima da Serra, chamado segundo Gomes (1966, p. 36) de *orelhano* ou *aragano*, segundo esse autor existente em várias pelagens e apresentações raciais — Caracú, Crioulão, Franqueiro e Mocho, em cores tais como “pretos barrocos, vermelhos, ôscos, brazinos e ovêros”.

⁸⁶ De acordo a Sorokin e Merton (1937, p. 623; 626), o tempo astronômico é o vazio tempo matemático, uma das formas de constituição de calendários. Sistemas de indicação de tempo, que surgem de, e são perpetuados por requisitos sociais. Quais sejam os requisitos “todos aqueles que requerem a complexa cooperação de muitas pessoas em um determinado tempo”.

⁸⁷ As festas religiosas no lugar são fonte de encontro e satisfação, em seu rítmico acontecer, bem como a realização de múltiplos torneios de laço em toda a região dos Campos de Cima da Serra. Como em Ribeiro (2014, p. 265) disposto, junto ao trabalho aparecem ‘o comer, o festejar e o rezar’, como descreve Brandão (1978, p. 37) para as festas campesinas ligadas ao Divino Espírito Santo. O *uti* (utilitário) e o *frui* (prazer), de acordo a Berque (2009, p. 39-40), ou o lazer e o trabalho, segundo Ingold (2000, p. 329), os dois aspectos profundamente entranhados em deslocamentos espaciotemporais ao longo de sua paisagem. Assim as festas, as serenatas, as cavalgadas e os torneios fazem parte da vida de todos os dias, tais como as tarefas ditas ‘produtivas’: o lazer também é feito de tarefas.

banhado só era bem sucedida nas primeiras vezes. Depois não dava mais resultado, bem como outras técnicas de plantio antigas. Por exemplo, realiza que com o plantio direto, hoje não se mexe mais a terra para plantar, como se fazia antigamente com o arado ou mesmo com um grampo, que ele acha que era para plantar cenoura.

Técnicas de acordo com os novos tempos, em que a mão de obra disponível é muito mais reduzida para a realização das tarefas. Uma vez que, no tempo de seu pai e da mãe, havia muita gente: mesmo após a morte do pai, a mãe contava com auxiliares, que ficavam “dando dicas”. Escravos a família direta de Brenno nunca teve, contudo ele conheceu vários deles e seus descendentes na região, nas propriedades de vizinhos e parentes — inclusive “um escravo marcado”, detalha ele. Lembra-se de histórias do escravo de João Gomes, o Quintino, que o acompanhava nas viagens de venda do gado, que eram feitas para uma charqueada próxima a Porto Alegre, onde hoje fica a cidade de Charqueadas. Esse mesmo Gomes teve um filho com uma escrava: seu nome era Jané Silveira Gomes, e teria terras doadas pelo pai, embora Brenno não saiba precisar mais detalhes. No entanto, lembra bem do que aprendeu na convivência com Rufino, um dos oito ou nove filhos de Jané. Ele trabalhava para dona Zequinha — mais velho do que Brenno uns 40 anos e já casado, e muito lhe ensinou do que sabe hoje da lida no campo.⁸⁸

Como, por exemplo, a tarefa que junto faziam, cortar de foicinha ou de gadanho o alimento para os animais. O pasto nativo, autóctone do lugar⁸⁹, que era muito mais abundante do que agora: ele recorda que, montado no cavalo, a macega batia e molhava até logo abaixo do joelho. A manutenção dessa pastagem naturalmente disponível era feita pela queima proposital e controlada dos campos, que removia o “encanamento”, como diz Brenno. As hastes de capim seco pelo frio — canas duras, que o gado não tem como comer — eram removidas com o fogo. Um procedimento anual, de escolha das áreas a serem queimadas e melhores condições meteorológicas para a sua consecução. Feito anualmente, mas não tudo de uma vez: a prudência recomendava deixar-se sempre uma reserva — para os animais e para a ressementação. De acordo a ele, hoje não se faz nem uma quarta parte do que se fazia em outras épocas, pois se fazem lavouras de pasto — ou seja, plantam-se outras gramíneas para alimentar os animais. E o fogo que ainda se faz é bem menor também, pois ele vê que o

⁸⁸ As informações referentes à mão de obra principal do trabalho na região na época do sistema agrário sesmeiro (1760 e 1912) apresentam uma coerência em seu conjunto, tanto no colocado aqui, como principalmente no capítulo 4, bem como pela exploração etnográfica já realizada em Ribeiro (2014, p. 140-163).

⁸⁹ Entendo essa qualificação do pasto autóctone como a que seria dada para o povo do lugar. Como sendo indígena, no sentido como colocado por Viveiros de Castro (2017, p. 188), uma vez que “ele é natural do lugar em vive”, ou “gerado dentro da terra que lhe é própria”.

pasto seco restante no campo é em menor quantidade. Apesar dessa característica, ele pensa que essa “palha” deveria ser conservada, pois “foi ela é que fez o Rio Grande”, sentencia ele. É a pastagem natural do lugar, com o capim mimoso e capim caninha sendo ditos serem seus componentes mais valorizados.⁹⁰ Os pendões dessas gramíneas brotam a partir de janeiro e amadurecem ao final de março, sendo que o explicado manejo com fogo garantia sempre uma brotação adicional, o que significava na prática que alguma comida era disponibilizada para o gado. Que, no entanto, era pouca, pois muitos morriam de fraqueza no inverno. Mesmo que houvesse algum trato — outro alimento oferecido aos animais além da pastagem natural — Brenno explica que de início eles não aceitavam, pois eram acostumados só com esse pasto. Por isso, em setembro e agosto, muitos animais morriam de fraqueza. Depois de um tempo, o pai, como outros vizinhos, começou a plantar trigo, “puxado a braço”, nas encostas, além de “outras poucas coisas em lavourinhas perto de casa” — batata e aipim, ele cita como exemplo. Frutas eram raras: laranjeira, por exemplo, lembra-se somente um pé lendário que sobreviveu às custas dos cuidados extremados da mãe nos dias de geada. A horta só veio com Anéris, que planta para o consumo da casa muitas qualidades de verduras e temperos, a mesma função das galinhas que Brenno cuida.

O zebu (bovino da raça Gir leiteiro, muito apreciado na região) não é mesmo o tipo de gado preferido de Anéris. Seu prazer aparece quando ela conta as histórias do gado de raça Normando e do plantel que conseguiram fazer só com esses animais — um plantel puro, como ela refere seguidamente. A explicação que justifica essa preferência é de que eles simplesmente gostam desses animais como os vêem, cada um à sua maneira: bonitos, mas também fortes, em coerência às constantes enunciações qualificando a constituição do meio para os organismos por aqui — “a vida é dura aqui”, é um dito constante nessa família.

No período de estudos em regime sanduíche na França, terra supostamente ‘nativa’ da raça bovina Normanda, aprendo um pouco mais sobre um tipo de gado que conheci no Brasil. Na feira-exposição *Salon International de l’Agriculture* de 2017, vejo esses animais e converso com seus criadores locais, motivando essa experiência uma conversa singular com Priscila. Trocamos informações, áudios e imagens, e resulta desse encontro um aprofundamento da pesquisa, além de comparações fenotípicas entre os animais de um lado e outro do Atlântico. Anéris e Priscila comentam — “o nosso gado é gordinho, mais baixo e

⁹⁰ Estudos botânicos dizem que essas pastagens são formadas predominantemente por touceiras de gramíneas, com a predominância do capim-caninha (*Andropogon lateralis*), contudo tipicamente contendo o capim-mimoso (*Schizachyrium tenerum*), o capim-cabeludo (*Axonopus siccus*) e flores como as carquejas (*Baccharis crispa*, *Baccharis articulata*) e o cravo-de-campo-catarinense (*Trichocline catharinensis*) (IBGE, 1986, p. 555; PILLAR; LANGE, 2015, p. 40).

com tetas bem maiores do que o francês”. Ao mesmo tempo, elas localizam as fotos de seus antigos animais: imagens que eu já havia visto, mas não havia dado a importância que mereciam. Adicionalmente, Priscila envia-me material que eu não supunha existir: os documentos de identidade dos primeiros animais que Brenno e Anéris compraram em 1977. Corrigindo a minha pronúncia, por telefone soletram-me o nome desses precursores da sua família de animais bovinos: Barbete e Ronald, esse com documento que atesta sua morte em 1986. Depois vieram Califa, Barão de Chico Ramos e outros tantos touros, aumentando um plantel que no auge das atividades da Cabanha Chico Ramos garantiu a ordenha de 60 vacas Normandas por dia, em um rebanho de aproximadamente 100 cabeças em seu total. Cujas produção individual leiteira, contudo, eles comentam que era menor do que as das vacas que possuem hoje.

As vacas e seus bezerros ficam sempre soltas no campo, e tem seu alimento (principalmente no inverno) complementado por feno — feito de trigo primeiramente, após o ocaso dessa cultura na região sendo substituído por feno de aveia e de azevém. Estocado em medas, esse alimento era dado na hora da ordenha. De início cortado do mesmo modo manual que a pastagem natural, sendo que, no caso do trigo, ainda era batido com máquinas puxadas à mula, que iam de propriedade em propriedade. Com essas práticas ele e Anéris chegaram a fazer 30 medas de uma vez, técnica de armazenamento pela qual conservavam o alimento para o rebanho por até três anos. Mas não sozinhos: como na época dos pais, havia muita gente que trabalhava com eles — funcionários, que moravam em casas próximas e que eram remunerados com salário. Essa fase próspera acabou por conta de um empréstimo contraído na época dos militares, para a ampliação do número de galpões para o gado. Ocorre que o juro aumentou muito, em simultaneidade com uma época de dificuldades para a venda do gado. Como resultado, Brenno conta que “acabou meio quebrado”, levando um bom tempo para se livrar das dívidas. Ficou dessa experiência o temor a respeito de qualquer tipo de endividamento, pois temem repetir essa situação difícil na qual foram inadvertidamente capturados.

Os bezerros machos são vendidos em torno de um ano, às vezes antes, a depender da oportunidade. Já as vacas saem da propriedade por volta dos cinco anos, comercializadas para “o açougue”, a palavra usada para referir o matadouro, o destino final. Se no passado eventualmente consumiam carne de seu próprio gado, não mais fazem isso há tempos. A partida dos animais, seja lá por que motivo ocorra, é sempre uma hora difícil, enfatizando a existência desse sentimento a especificidade da relação entre esses dois tipos de seres vivos nesse lugar. Como o filme mostra, na lembrança do choro do tourinho no momento de deixar

a propriedade, e no jeito de Brenno fazendo a lida com os animais todos. Essa maneira de fazer as tarefas é por ele simplesmente explicada: “os bichos me querem muito bem, por isso andam sempre atrás de mim”. Com exceção das galinhas, os demais todos (o gado, cavalo, cachorros e gatos) têm nomes, e são muito cheios de manias — são “baldosos”.

Presto atenção no que Rodrigo e Priscila me dizem. Noto que o gado fica muito magro no inverno, e escuto que eles acham Brenno muito teimoso com o sistema dele. Realizo que ele não quis participar do projeto da prefeitura — as práticas de melhoramento do campo nativo. Entendo que as justificativas da persistência dos seus procedimentos de alimentação dos animais estão antes de qualquer outra razão, enraizadas em sua arte e ciência de fazer queijo — a sua tarefa mais querida, que não é apenas um ‘subproduto da criação animal’. Ele elege por causa disso o alimento baseado no pasto naturalmente disponível, com o auxílio de uma pequena “lavoura de pasto plantado” e algum complemento com ração — usa a mesma faz anos, pois confia na pessoa que a fornece, mesmo que por isso pague mais caro. Brenno não gosta de alimentar as vacas com soja, casca de arroz ou silagem: elas não passam bem, e o leite produzido nessa condição faz com que o queijo que eles fazem há muitas décadas na família não fique bom.

Finalmente, o casal mais novo é pródigo em esclarecimentos sobre outro ponto crítico na criação que fazem aqui, a respeito de regramentos variados que têm que atender — principalmente listam as restrições existentes por estarem na área “de produção de água”, as vacinas dos animais, as taxas da propriedade, as taxas para transporte dos animais, o cadastro ambiental, a restrição para as queimadas e corte de madeira e a proibição de caça. E, finalmente, contam da próxima exigência, de parte da municipalidade, da emissão eletrônica de nota fiscal do produtor. Missão praticamente impossível, em um lugar onde a telefonia e a internet são serviços ofertados em péssima qualidade.

5.3 PONTUALIDADES E EXIGÊNCIAS DO QUEIJO SERRANO

A escuridão não tem remédio nesse início do dia, pois a precária energia elétrica do lugar se foi com a tempestade da noite — “vai saber quando volta”, é o que me diz Anéris. Ao mesmo tempo em que paciente à minha ignorância sobre tudo o que ali se passa, ela enfrenta outro dia dessa sua tarefa emblemática. A tarefa “mais ensaiada de todas”, como denota Brenno, que divide com ela a arte de fazer queijo faz quase meia centena de anos. É dessa atividade — dessa ‘arte de fazer’ — que provém a riqueza da família esse tempo todo. Desde o tempo do pai, e inclusive no tempo desse casal, no restrito sentido material (pois existem

outros sentidos de riqueza contidos nessa afirmativa): ele afirma “que foi o queijo que fez o pai”, e que ele, inclusive campo comprou com “o dinheiro do queijo”.⁹¹ Nesse dia a tarefa é feita com mais esforço: com muita explicação, e ainda por cima, não havendo como acionar a ordenhadeira, com a ordenha tendo de ser feita manualmente. Por volta das seis e meia da manhã de um dia do final do mês de outubro, o frio faz com que não se dispense um casaco. A luz entra pela janela que Anéris abre na casa do queijo, para me fazer conhecer algo que já sabe — do lado de fora as vacas já estão postadas, esperando que Brenno abra a porta do estábulo contíguo. Elas aguardam o duplo alívio que sabem que vai acontecer: o da pressão no úbere pesado, primeiro pelo apoio do terneiro, depois pela ordenha do leite. Sincronicamente, Brenno inicia a ordenha, ajudado por Rodrigo, marido da filha Priscila e pai do naquela época recém-nascido Joaquim. Está ainda muito escuro dentro da peça, de paredes e piso impecavelmente limpos, onde todos entram calçando somente as meias. Os sapatos que pisaram o chão do estábulo ficam sempre do lado de fora das portas: tanto a dessa peça, como a da casa principal, que dista poucas dezenas de metros dali. Que, digo de passagem, um ano e meio depois de nosso primeiro conhecimento, está bem diferente. Os avós fizeram uma nova cozinha para si em outro lado da casa, agora compartilhada pelas duas famílias.

Ela libera a pesada alavanca que pressiona o topo da forma circular e toda perfurada de metal (o cincho), e tira a sua tampa de madeira, abrindo o fino pano de algodão branco e liberando o tenro queijo feito ontem. Ele já sustenta seu formato cilíndrico, e é posto imediatamente de molho em uma bacia com água e uma camada de sal grosso em seu fundo. Ato contínuo, Anéris, enfaixa com uma tira de pano de algodão bem branquinho o queijo que ali estava de molho desde a manhã anterior. Esta alva forma de queijo, quase branca, já pode ir para a parte de baixo da prateleira, onde vai começar seu caminho de maturação até o topo, onde residem os belos e dourados queijos mais antigos. A que está na bacia vai ser virada de tarde, quando o sal grosso será então colocado na sua parte de cima.

As duas peças são separadas por uma parede, com uma pequena portinhola de comunicação que só é aberta nessa hora, para que o líquido recém-ordenhado no estábulo seja derrubado diretamente no pano branquíssimo que está já disposto no topo do recipiente de

⁹¹ Que, portanto, aqui não possui, nem agora nem em tempo nenhum, a característica do queijo serrano alegada por Vitrolles (2011, p. 137), de ser “um complemento de atividade rentável [...] subproduto da criação leiteira”. A situação empírica descrita está de acordo ao pormenorizadamente estudado por Ries e Messias (2003) e Ambrosini (2007): sobre a fundamental parcela da renda proveniente do queijo, na renda anual da propriedade — para áreas até 200 hectares, pode chegar a 50 % do rendimento anual.

coleta do leite. Preparado previamente para recolher o leite, logo será cheio até a borda — pois é praticamente verão, época de máxima produção e receberá em seguida a mistura de coalho e sal. Se está muito frio, ligam a estufa que existe na ‘casa do queijo’. Visando com isso manter a preciosa substância morna, tal como sai do corpo das vacas, até completar o processo de coagulação desse leite, que termina uns 40 minutos depois dessa adição. Queijo de leite esquentado não fica bom, justificam. Mas, por outro lado, o queijo serrano só é possível de existir por causa do frio que faz aqui. Pois depois, na prateleira, ele não estufa ao longo de seu processo de maturação — o que acontece em ambientes muito quentes.

Brenno foi criando modificações no que aprendeu originalmente. Hoje ele não usa mais a “disciplina castigada” do princípio. Uma vez o leite bem coagulado e devidamente cortada e espremida a sua massa coalhada, havia todo um procedimento para ir dando a essa substância outra ‘forma’. No cincho iam colocando de cada vez uma pequena camada de coalhada, espremiam novamente o soro, arrepavam a superfície superior e só depois colocavam outra, até encher toda a forma, em ritmo embromado e detalhista. Segundo ele, era para evitar as bolhas, a retenção de soro dentro do queijo em constituição. Ele agora apenas tira bem o soro à mão, e a prensa é só para “folhar a forma”. No mais, ele ressalta que tem muita ciência no tal de queijo, em conhecimentos que ele guarda do tempo da mãe. Contudo observa também haver adicionado conhecimento nos quais achou sentido, adquirido em cursos que foi fazendo, ofertados pela assistência agrônômica da região: tanto do município, como do Estado. Em suma, diz que, desde a ordenha, é necessária tranquilidade e capricho em tudo que se faz, guardando muito cuidado para não ter acidez nenhuma na substância em transformação. E para isso, há dois fatores principais. Além de respeitar os tempos para a substância reagir sob ação do coalho, ele considera fundamental não misturar leite quente com o frio na primeira fase — pois as bactérias da acidez não gostam da temperatura mais elevada. E, obviamente, conservar a limpeza do processo. Na razoabilidade do que aprendeu desde sempre, isso significa que o chão do estábulo deva estar raspado do estrume, e que o leite a ser ordenhado esteja saudável. Essa condição é garantida pela saúde da vaca, e o apoio feito pelo terneiro — Brenno deixa que ele mame um pouco, antes da ordenha, pois ao mesmo tempo a rápida mamada estimula a descida do leite e higieniza as tetas. Remédios ele só usa quando há algum problema, e a ordenhadeira e os recipientes todos estão sempre muito limpos, identicamente aos panos e às madeiras utilizadas no processo. Essas não são substituídas, pois são consideradas fundamentais. Peças feitas de madeira de araucária, elas abrigam os pequenos organismos que fazem parte do queijo e que não moram em coisas feitas

de plástico ou metal: são o balcão, as prateleiras, a tampa do cincho, e a pá de cortar a coalhada.

Pelo que me deixam perceber, a renda de Brenno e Anéris hoje em dia é ‘curta’ com relação aos gastos que enfrentam, reproduzindo situação comum dos produtores experientes da região — em sua grande maioria, pelo que observei, na faixa de mais de 60 anos ⁹². Apenas externam que seus rendimentos advêm do conjunto composto pelas aposentadorias do casal, pelos rendimentos provenientes da venda dos bezerros e, até certa época, da venda do queijo. Não querem fornecer maiores detalhes a esse respeito, e se auto caracterizam como pequenos na região ⁹³. Cogitaram de arrendar ou vender um pedaço da sua terra, mas desistiram, cedendo a argumentos do casal mais jovem, que querem eles próprios continuar com a integralidade da vida do lugar. ⁹⁴

Brenno aprendeu a fazer queijo com a mãe Zequinha, que, além disso, ensinou-lhe os primeiros ensinamentos musicais, de onde desenvolveu suas habilidades nesse campo artístico — em companhia de Anéris, ele canta e toca gaita, em especial suas próprias composições. Depois que o pai Chico Ramos faleceu, foi ela que ficou fazendo o queijo, já famoso naquele tempo, e mesmo antes, como atesta uma homenagem que recebeu a esse respeito o pai de Zequinha, Joaquim Barbosa Telles. Muitas historinhas a esse respeito ele tem para contar, como, por exemplo, a do primo, que, como ele, ficou sem pai muito cedo, e morava nesse lugar com a família. Ainda gurizote, foi com dois cargueiros (mula ou cavalo, cada um portando duas bruacas) carregados de queijo para entregar a um carreteiro, na localidade do Boqueirão, pouco distante dali. Produzidos de outubro a fevereiro, cada queijo tinha de 6 a 7 quilos, e a carga ia muito arrumadinha, sendo todos redondos, antigamente. Esse negócio de queijo comprido é novo por aqui, detalha ele. Numa baixadinha ele foi dar água para o cavalo, e caiu do bolso o envelope com os selos com o nome próprio dos queijos, perda que ele só realizou quando chegou ao destino. Em desespero com a reprimenda que seria certa por essa falha capital com relação à entrega correta do produto que levava, contou

⁹² A população rural de Criúva e Vila Seca com mais de 60 anos é de 20% do total dos distritos, para o caso de Cazuza Ferreira e Juá tal porção é de 16%. Compara-se tal fração com os 11% deste mesmo estrato de idade para a população total de Caxias do Sul e 14% para o caso de São Francisco de Paula (IBGE, 2010c).

⁹³ Paradoxalmente, se Criúva ainda estivesse em São Francisco de Paula essa propriedade seria classificada como de agricultura familiar, e teria acesso aos auxílios específicos consoantes a essa situação — uma vez que os pouco menos de 100 hectares ficariam contidos no limite de 4 módulos fiscais, que neste caso seria de 25 hectares. O que não acontece em Caxias do Sul, onde essa delimitação é de 12 hectares (EMBRAPA, 2018).

⁹⁴ A produção feita por esta família transborda uma economia caracterizada como intermediária entre a produção do excedente. Uma vez que o produto do trabalho não é só para consumo próprio e nem o produzido é somente o que se obtém em excesso dessa produção. O produto comercializável de suas tarefas de trabalho hoje são os animais para abate e a oferta de serviços ao mercado imediatamente circundante (MARTINS, 1975, p. 12; 45).

com a ajuda do carreteiro, que o orientou a voltar correndo para procurar o que havia perdido. Bem sucedido, conseguiu alcançar o comerciante mais adiante na estrada, e só muito posteriormente contou tudo isso. Uma historinha, que não é inocente e alegórica. Brenno convida-me a ‘ver’ a respeito “das coisas das pontualidades e das exigências”.

Nesse tempo, como tinham um plantel maior de vacas, logravam fazer dois ou três grandes queijos diariamente, a depender não somente da quantidade do leite, mas também de sua qualidade, dois fatores variáveis da produção dessa substância ao longo do ano. A maturação era de 100 dias ou mais, de maneira que a venda de queijo para o carreteiro era realizada de três a quatro vezes no ano. Chico Ramos comercializava o queijo em estabelecimento do centro da cidade de Caxias do Sul, em uma primeira época realizando troca de mercadorias. No início de seu tempo, Brenno comercializava o produto de sua arte de fazer na área urbana igualmente, na esteira dessa prática do pai. Depois, face ao risco apresentado pela sanha fiscalizatória e normativa, resolveu comercializá-lo somente aos conhecidos. Aqueles profundamente interessados na excelência do produto de sua família vinham adquirir-lo na propriedade. Atendendo às distintas vontades do freguês, continuaram a comercializar o produto de seu trabalho no lugar onde eles se julgavam seguros de não serem criminalizados pelo seu exercício.

Esta família sabe, há muito tempo, como outras da região, que adaptar a queijaria aos moldes idealizados pela SMAPA — que têm atuado em Caxias do Sul demandando as exigências do Serviço de Inspeção Federal (SIF) — é algo de impossível atingimento para eles. Julgam esse processo descabido, ainda mais sendo estabelecido por técnicos que, na maior parte das vezes, nunca fizeram queijo. E sem justificativa plausível, a não ser que a intenção seja a sub-reptícia definição da morte do queijo serrano. Nesse específico caso, adicionalmente, Brenno e Anéris testemunham dos muitos estudiosos ⁹⁵ atendidos em sua casa antes de mim. E do que acontece depois disso: a absoluta ausência de ‘efetiva’ consideração do seu conhecimento — de sua ciência a esse respeito — na construção das propostas regulatórias da atividade. Por esses dias, mais uma vez sabem de um processo assim

⁹⁵ No ir e vir entre o mundo acadêmico e o mundo do queijo serrano que tento fazer nessa pesquisa, Brenno reconhece a si em foto de 2009. Da época da reforma da casa do queijo, sem identificação e com referência geográfica equivocada, encontro-a na tese de Vitrolles (2011, p. 148). Ele sabe muito bem, como, aliás, Jaime Ries atesta no filme, que a história de sua família relevantemente contribuiu aos estudos conduzidos pela EMATER a respeito do queijo serrano na região dos Campos de Cima da Serra (RIES; MESSIAS, 2003). Trabalho extenso, que principia ao início da década dos 2000s, cujos resultados são utilizados posteriormente como referência importante em vários subseqüentes trabalhos acadêmicos a esse respeito.

conduzido — como sempre aconteceu até o tempo dessa tese, dessa marcha não fizeram parte.⁹⁶

Eles não são contra a normatização: sabem de sua necessidade, mas em um sentido que possa realmente melhorar a sua vivência no lugar. Vejo que esse desalento tem raiz na identificação que fazem com outros processos desse tipo que já viveram localmente: entre outros, o projeto de incentivo e posterior derrocada das agroindústrias, a regulamentação das queimadas e a estabelecimento das áreas de produção de águas. Do resultado dessas outras experiências, que fazem parte de sua vivência, receiam que, ao invés de servir de viés para o diálogo e caminho de melhoria de sua tarefa, essa norma se torne outro mero mecanismo coercitivo, fragilizando ainda mais seu mundo de vida. Apesar de Priscila reclamar da desunião que existe no lugar, ao menos todos dividem as notícias relevantes e, assim, contam-me que faz muito pouco tempo que a atuação brutal dos técnicos da SMAPA fechou a última das agroindústrias que eles próprios incentivaram os agricultores a abrir. Mesmo em algumas situações nas quais a dívida contraída ainda não foi saldada, dona Norma trabalhou novamente, como especifica Anéris — “para acabar com o trabalho da vida das pessoas”.

Contudo, argumentam que há de se modificar o que está contido no bojo do entendimento dessa necessidade — almejam um encontro efetivo do seu mundo produtivo rural com aquele dos contumazes e corporativos técnicos oriundos do mundo técnico-industrial urbano. Com os dois casais, depreendo esse entendimento básico a respeito dessa por ora utópica acordada normatização da tarefa, para que o queijo dela resultante seja considerado serrano. Em um item que se sobrepõe a tudo, defendem como muito importante o estabelecimento de suas características imprescindíveis: a delimitação exata e precisa das regiões de produção, as condições do uso do leite cru quando recebe qual tipo de coalho (recém-ordenhado, sem reaquickimento), o grau de rusticidade do gado e a predominância de sua alimentação com o pasto do lugar, o tempo de maturação do queijo e os arranjos produtivos que se consideram coerentes com o modo de fazer as coisas nas propriedades do lugar. Depois, muito importante é que haja a efetiva legalização da comercialização, em dada abrangência — que, no entanto, deve ser acordada com os produtores. Como resume Priscila, no filme, hoje o queijo serrano é um contrabando. Por último, e não menos importante, por óbvio sabem ser necessário garantir as condições sanitárias seguras ao longo desse processo. Porém, em procedimento de bom senso, considerando as práticas que os produtores ‘de reconhecido saber’ usam há anos para fazer esse controle, ou outras que possam discutir e

⁹⁶ Conforme Rio Grande do Sul (2017).

propor em seu coletivo. Práticas que, aliás, sempre foram importantes para as suas próprias vidas, pois não há de se esquecer de que essas pessoas se alimentam costumeiramente com o leite, o queijo e a carne proveniente dessa relação de criação de seus animais. Sem falar em algo óbvio: como habitantes 'organismos' que são, todos tomam água, que escolhem em fonte que consideram potável, naturalmente disponível no lugar. Em qualidade que consideram ótima, atestada por longevas práticas de utilização, contemplando igualmente os cuidados para que dessa maneira se mantenha. Cuidados não somente deles, mas inclusive da própria SMAPA, por intermédio de seu programa de proteção de fontes.

Finalmente, reparo que existe além da preocupação e detalhismo em sua execução, um compromisso com essa tarefa mais querida — a de fazer queijo, que permanece como tal, mas vai mudando ao longo do tempo. Noto, de outra parte, que ela se subdivide, ou se conecta em outras, não existindo nesse conjunto uma hierarquia ou alguma destacada atenção com relação a uma ou outra específica tarefa — elas vão se encadeando, se entrelaçando naturalmente ao longo do dia, feitas de acordo às preferências de cada pessoa. Se Brenno toma a si a lida externa com o gado e com os outros animais ao longo do dia, as tarefas “de dentro de casa” são todas de Anéris, conduzidas nesse caso sem interrupção da manhã à noite, ligadas igualmente às necessidades de todos. Assim são os cuidados com a horta, com a comida e com a manutenção da casa a contento. Além disso, ela também cuidou de Joaquim, o primeiro neto, logo que nasceu, para que a filha e o genro pudessem se adaptar aos seus outros afazeres fora de casa, na vida familiar acrescida desse novo ser. De tal forma, que, mesmo se estão praticamente todo o tempo juntos, em vários momentos sinto que Anéris se angustia com a pressão para que ela termine as coisas que está ainda fazendo, cujo resultado Brenno simplesmente aguarda.

Essa angústia ecoa no que ela me conta do passado, que interpreto como uma falta de lazer, de dificuldades de acessar o que gosta como diversão: de como sofria por ter que ficar sozinha nos finais de semana com toda a lida, enquanto ele se divertia com outros homens seus amigos, no primeiro grupo de laçadores da região, o Teatino. A palavra quer dizer de um animal sem dono, ou de alguém meio perdido, sem rumo — alguém que ainda não encontrou o seu lugar. Mais tarde, como guardiã das memórias familiares, ela organiza coisas dessa e de muitas outras épocas em um museu doméstico. E ainda tem esperanças de ter mais tempo livre para o seu prazer. Memórias que tanto contribuíram para o processo de construção dessa presente etnografia, ao longo do qual assisto eles concretizarem a intenção que manifestaram quando de nosso primeiro conhecimento, pela voz de Anéris — eles param de fazer queijo. Ponto final que é mesmo colocado por Anéris. Brenno parou dois meses antes dela, que ainda

continuou sozinha por um tempo, juntando leite para fazer queijo a cada dois dias. Se Chita e Laranja são tratadas “com calma, sem judiaria”, Brenno avalia que ele e a mulher “são estragados de judiaria”. O termo, se não é politicamente correto, dá a ideia do sofrimento, da penosidade da lida de uma vida inteira, que eles não gostariam que fosse a da filha. E Anéris quer ter tempo para viajar, para passear, para visitar outras pessoas — para usufruir o lugar onde mora boa parte de sua vida, sem ter a preocupação com o ganho apenas justo ao sustento básico de que necessitam em seus dias de hoje.

Priscila trabalha desde cedo, como os pais, mas o ganho dela tem sido sempre a metade do de Rodrigo. Gosta de estudar, em desejo não facilmente concretizável: seja pela distância, seja pelo alto custo do ensino superior na região ou mesmo devido à falta de infraestrutura para buscar uma formação à distância. Desde que se conhece por gente, escuta os dois cantarem e até os acompanhou um pouco quando pequena. Mas gosta mesmo é de heavy metal, de desenhar, e de decorar coisas. O que faz com facilidade e desprendimento, vide a espontânea cena em que ela cria imagens com Joaquim pequeno. Ela não tem medo de mudar, e Rodrigo parece que não receia esse modo de viver — ao ver o filme, e as sucessivas aparências de Priscila, comenta que tem muitas mulheres. Ela não está mais na fábrica, e por esses dias, arrumou o museu da mãe e a cozinha mudou de lugar novamente. Além de suas preocupações com Joaquim, ela e a casa abriram espaço também para Laura, recém-nascida. Quer ver os filhos crescer, e resolveu mudar de emprego outra vez ⁹⁷.

5.4 AS TAREFAS E SUAS TEMPORALIDADES

A composição etnográfica das múltiplas tarefas dos afazeres habituais dessa família, as quais acompanhei ao longo dessa minha tarefa de fazer essa tese, permite com tranquilidade que eu as situe no quadro já delineado pelo o estudo da trajeção da paisagem nos sistemas agrários do lugar — nesse ato, dizendo de sua historicidade — ao longo dos períodos sesmeiro, colônia e contemporâneo, conforme disposto em Ribeiro, Dal Forno e Miguel

⁹⁷ A filha de Brenno e Anéris experimentou o que Ingold (2000, p. 332) caracterizou como a tensão entre o mundo das tarefas e o mundo regulado pelo relógio, incômodo extremamente acentuado nesse caso — tanto pelo fato de ela ter um filho pequeno, como pelo fato de ela trabalhar à noite. Além disso, posso ver a incongruência apontada pelo autor, residindo entre a perspectiva da habitação e a perspectiva da produção de commodities: mesmo que os móveis que ela produzia ultimamente fossem “peças únicas”, ela não via mais do que tábuas de madeira compensada cortadas, peças isoladas com códigos de barras, que uma lista diária de tarefas dizia onde deveriam ser dispostas e organizadas na rotina da fábrica. A longa viagem que devia fazer para a cidade de São Marcos (sem auxílio transporte) e o salário que para isso recebia, somados ao ritmo extenuante do trabalho noturno (ao qual se submeteu para poder acompanhar o crescimento do filho) não a deixaram indiferente.

(2015). A seu respeito, portanto, endosso a situação caracterizada por Ingold (2000, p. 325), de serem nesse caso estas tarefas técnica e socialmente enraizadas de maneira firme e profunda (incrustadas socialmente). Não tenho dificuldade em identificar o “acompanhamento inicial de alguma espécie de mestre” e alguma espécie de companheirismo que existe no entorno de Priscila. É por intermédio dessas tarefas, que afinidades com pessoas próximas que fazem a mesma coisa são estabelecidas: é a mesma tarefa, que cada um realiza de seu próprio jeito. Um panorama que, grosso modo, define o padrão de atividades de uma dada comunidade — *taskscape* é o termo que Ingold inventa para chamar esse conjunto de tarefas em um dado lugar, habitado por pessoas. Nesse caso, esse conjunto de tarefas tem origem que está aqui associada às primeiras práticas de pecuária, nas sesmarias que foram concedidas aos colonizadores açorianos — com registros históricos e geográficos que localizam a temporalidade dessa tradicional prática de confecção de um queijo de altitude, a partir do leite cru de vacas rústicas, criadas predominantemente com o pasto autóctone deste lugar montanhoso e de invernos frios.

A partir disso, posso agora tecer considerações razoavelmente seguras sobre seu significado, que soa para mim muito próximo ao entendimento antropológico dado por Ingold (2000, p. 325). De acordo ao autor, são atividades que requerem maiores ou menores graus de habilidade técnica, sendo exercidas por pessoas: ao contrário das gentes, máquinas não realizam tarefas. O ser humano adquire essa competência para as suas atividades produtivas — as quais têm objetivos, antes de qualquer regra ou norma — a partir da prática realizada em observação junto às pessoas mais experimentadas. E são, segundo ainda Ingold, justamente as performances de algumas tarefas que fazem acontecer o ser que a pessoa é — o seu Devir⁹⁸. Entendo por esse viés detalhista essa habitação local, que estudo por intermédio da noção de paisagem — compreendendo nisso uma particular mediância⁹⁹, usando o termo criado por Augustin Berque (2011; 2014b), em paralelo à noção da poética do habitar

⁹⁸“Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo”.

⁹⁹ Mediância é um neologismo com um significado inicial dito pelo autor quase que como uma propriedade dos meios — “a dimensão ou caráter atributivo dos meios”, contemporaneamente é entendida por ele como sendo “[...] o acoplamento dinâmico formado pelo indivíduo e seu meio, e é este par que é a realidade do humano em sua plenitude existencial.” O seu reconhecimento da mediância — como essa nossa animada e indissolúvel relação com o outro e com o nosso entorno — rejeita a existência de um ambiente natural abstraído como um científico objeto de estudos. Em contrapartida ressalta justamente a existência do meio, como fruto da subjetividade humana; que por sua vez também é resultante de seu meio (BERQUE, 2011a, p. 190;193; 2014b, p. 91, tradução livre minha).

formulada de acordo a Ingold (2000)¹⁰⁰. Se esse neologismo criado por Berque expressa o ato constitutivo dessa relação acoplada, Ingold destrincha a sua poética — a posta em marcha desses distintos modos de viver na ecúmena terrestre: com o protagonismo do que ele nomeia como a perspectiva do habitar (*dwelling perspective*) e suas tarefas significativas a ela associadas, pois o último autor sugere que o capitalismo não conseguiu destruir a orientação por tarefas com a criação da indústria produtora de *commodities*. Ainda existe esse contexto no qual o trabalho não está separado do restante das atividades da vida, “especialmente em contextos nos quais dizemos ‘estar em casa’”. Que o antropólogo sugere que sejam identificados pela característica de serem “domínios nos quais as atividades possam ser primariamente pensadas em termos de tarefas” (INGOLD, 2000, p. 330)

Existe outro elemento significativo nessa paisagem que estudo, de particular importância ao que vou entendendo paulatinamente nesse convívio em várias ocasiões, ao longo de estações distintas. É a maneira de perceber o tempo, que vejo enunciada no levantar que é dado pela hora do sol e nos outros compassos das tarefas, que vejo medidos pelas necessidades apresentadas pelo que se faz, em relação ao que o mundo que se enxerga apresenta em cada instante. Um dinâmico mundo que apresenta essa ritmicidade camponesa, em denominação que Ingold traz de Sorokin e Merton (1937, p. 629) — o tempo social. As tarefas humanas — aqui majoritariamente agrícolas — acontecem em ressonância ao ambiente. E são essas tarefas que, mantendo a interação do humano com seu ambiente, fazem a específica constituição do meio desses habitantes nesse lugar.

Registro então outras demarcações temporais ao longo da convivência da pesquisa, mais significativas do que qualquer data que eu pudesse colocar. Assim são os sinais temporais emitidos pelos ruídos rotineiros do lugar (o cantar do galo, o mugir do gado), pela variação de luz do dia e pelas passagens de lua. E, claro, o transcorrer bem definido das estações e o que isso traz — o campo que seca e brota, o pinhão que aparece, o gado que engorda ou emagrece, o leite que aumenta ou diminui, fica com mais ou menos gordura, mais branco ou mais amarelo, mais espesso ou mais ralo. Muito destacadas nessa história são as referências a outros tempos familiares — como os touros que chegaram “no tempo da minha sogra” —, bem como aos rituais camponeses. Nesse ponto, uma fundamental ligação da história dessa família com a paisagem de tarefas da região. Desde que existe — desde a época em que surgiu a “ideia do Pedro Lorandi” — a família participa ativamente, como muitas

¹⁰⁰ Ingold (2000, p. 25; 110) pensa a *poetics of dwelling* como uma compreensão intuitiva que deve ancorar (to be grounded in) a atividade científica, no sentido não de propor uma ciência alternativa, mas de possibilidades reais de melhoria das práticas já existentes.

outras do distrito, da mobilização coletiva que permite a realização de um enorme queijo serrano comunitário, há quase 30 anos símbolo da festa do Divino Espírito Santo de Criúva.¹⁰¹

Em outras palavras, essa vivência do tempo, mesmo não sendo uma perspectiva exclusivamente presente, não é um mero resquício de uma época passada. Características muito importantes dessa poética de habitar, as demarcações desse tempo social são fundadas, portanto, exatamente em um “processo pelo qual características do entorno passam a ter significados específicos locais por intermédio de suas incorporações no padrão de atividades cotidianas de seus habitantes”. Em que a zona de familiaridade para esse processo está centrada na casa — “a zona de familiaridade a qual as pessoas conhecem intimamente, e na qual elas são também intimamente conhecidas”. Encontro nessa experiência o que o autor descreve: é em torno desse lugar — o lar, ou a casa sede da habitação, que giram as disposições da vida de todos os dias (INGOLD, 2000, p. 330). Enxergo a existência do tempo social no lugar como uma via fundamental de constituição da temporalidade¹⁰² desse mundo, que, porém, dialoga com sabedoria, de acordo às suas conveniências, com a demarcação do tempo predominante em outros mundos, mesmo aqueles altamente urbano-industrializados e temporâneos (ASSUNTO, 2011; SOROKIN; MERTON, 1937, p. 618, 619).

Modo de viver situado em sua historicidade: uma grande moldura na qual se situam o posicionamento e as escolhas desses habitantes escutados na constituição de seu meio, em relação a um dado e suposto contingenciamento histórico. Assim, entendem-se as várias maneiras de possuir terra, de como lidar com os animais, de como fazer queijo, de que projetos participar. E, finalmente, de como são vistas as restrições que vão sendo colocadas a esse mundo, por necessidades advindas de outros mundos de diversas vivências. Entendo esse especial caso, como um choque de mundos de visão, esses como explicados por Viveiros de Casto e Goldman (2012, p. 428)¹⁰³, em estreita relação à percepção de um dado sujeito a respeito da realidade, segundo o que Berque (2014b)¹⁰⁴ explica, como um predicado estabelecido por um sujeito sobre alguma coisa. No que consigo apreender desse conhecimento local — desse mundo de visão —, posso então afirmar que um forte sentido

¹⁰¹ Detalhamento disposto no capítulo 6.

¹⁰² Temporalidade entendida como a qualidade do acontecer do tempo como colocado por Assunto (2011) — como um tempo percebido como suportando uma efetiva existência. Em oposição à temporaneidade, que é de outro tipo: a fugidia passagem do tempo que se desfaz em vazio de existência.

¹⁰³ Ver nota 14.

¹⁰⁴ S/P é então esse o laço que se estabelece entre o sujeito e o que ele diz ou pensa, “pelos sentidos, pela ação, pela palavra e pelo pensamento” (BERQUE, 2014b, p. 68).

estético está ligado ao profundo saber em torno da confecção desse queijo ancestral, cujo tempo e uma série de cuidados durante sua maturação, constituem a chave para a sua propriedade substancial final, testada por Anéris em vários sentidos: primeiro ela olha a “massa” do queijo, avalia se é feia ou bonita, para logo depois sentir seu aroma, finalmente, sente sua textura e prova seu sabor. Inconfundível, este dá para ela a medida da excelência dessa substância que é definitivamente “forte”: um gosto salgado picante e maduro. Contudo, ao longo do tempo, entendo que por trás da segurança dessa avaliação final, há toda uma relação de vida que assegura a esperada boa e especial substância final, em muita proximidade aos animais que produzem o leite que a origina e às práticas de trabalho que viabilizam a sua transformação. Eles sabem o que o animal comeu, e seu estado de saúde — que observa as normas sanitárias brasileiras. Não obstante, têm medo, e muito, quando são obrigados a aplicar uma nova vacina, ou usar um medicamento “novo”, que substitui algum outro que passa de uma hora a outra a não existir. O veterinário mundo químico-farmacêutico se apresenta cambiante e não confiável, como aquele da agricultura tecnificada — o qual vejo que nesse lugar as práticas campestres hesitam em acolher.

Relações trajetivas são feitas constantemente, em um ir e vir relacional que mostra a consciência da relação com seu entorno: lembram-se do tempo em que uma série de pragas não existia, em que usavam remédios de plantas — e sabem (pois seu corpo provou) que a carne e o leite tinham outro sabor. O caso da preferência pelo fornecedor de ração fica nesse mesmo quadro, aquele de cuidados preventivos para que o queijo não fique feio, como compreendo a partir do conjunto de procedimentos utilizados por Brenno. Para bom entendedor, isso significa afirmar que o queijo fica ruim. Desses procedimentos todos, descrevo um bastante especial. Após a higienização das tetas das vacas, o primeiro leite ordenhado, morno e espumoso, é recolhido em uma caneca de quase meio litro, que já contém, adoçado, o café recém-coado — assim prepara-se o “Camargo”, como é chamado na região dos Campos de Cima da Serra esse delicioso alimento com a qual todos iniciam seu dia. Acionamento cotidiano de importância vital aos organismos humanos, uma vez que “é uma bebida que tem substância”.

Nesse contexto trajetivo, cada uma das gerações fala a seu modo da injustiça social desse tipo de vivência — do não reconhecimento e da hostilidade que contemporaneamente encontram no panorama de ação pública *grosso modo* incidente ao lugar. O mecanismo da construção normativa a partir de identificação científica de limites de substâncias nocivas justificando subsequente supressão de práticas de alguns grupos humanos é estendido à seara de confecção de um alimento tradicional e emblemático característico desta paisagem: o

queijo serrano, tradicional não somente neste específico lugar, mas em toda a região dos Campos de Cima da Serra. Em processo que já vem sendo identificado com sendo feito em hierarquia de conhecimento de um só sentido, que vem do técnico sediado no urbano em direção ao produtor em sua ruralidade (CRUZ; MENASCHE, 2014; VITROLLES, 2011).

Ao longo do processo de irmos vendo o filme em suas sucessivas versões, vejo que se acentua a reflexão de Brenno sobre tudo isso que rememoramos. Um conjunto de memórias definido por ele como “um modo de ganhar a vida, meio parecido com a vida de todo o mundo”, nessa região “dos campos”. Ele fica pensativo, comenta que talvez hoje fizesse as coisas de outra maneira, uma vez que, com a morte do pai, foi privado da disciplina que ele tinha na vida — entendo que ele guarda dos pais a lembrança de que era muito metódico no que fazia. Contudo lá pelas tantas ele diz que deu tudo certo: “no fundo, serve um exemplo a copiar ou um conselho de outros, mas cada um vai ter que criar as suas próprias ideias”. Fico eu pensando no que mesmo ele quer me fazer entender, sobre o ensinamento de uma geração a outra: “no fundo” — significa um ponto de partida para a vida de alguém mais jovem, como se fosse a base de uma nova vida, para depois, no desenrolar da sequência de acontecimentos de cada existência, cada um trilhar o seu próprio e singular caminho. Ao mesmo tempo, comenta que não sabe se os pais ainda são modelos para os filhos e pondera que talvez os tempos sejam mesmo outros. Um pouco como o que Anéris detalha, meio de lado, sobre dos porquês da negativa em vender a ordenhadeira quando pararam de fazer queijo. Ao final dessa fase do trabalho, não raramente me comunico com Priscila nos aplicativos de mensagens eletrônicas, e nesse ponto sedimenta a minha não dúvida do papel que as tarefas que ela escolhe para a sua vida desempenham no seu devir, no genuíno desejo de acontecer de seu ser. É uma imagem que me transmite essa certeza, associada à sua identificação, à sua face pública, que ela escolhe mostrar — encostado junto ao seu peito, na parte inferior de uma sorridente *selfie* de meio corpo onde ela aparece de guarda-pó e touca branca, aponta o topo de um belo queijo. E a frase é “Faço queijo”, seguida de quatro “*emoticons* queijo”.

Sinto que enxergo, pois, sua luta mansa, sua resistência digna e altiva, à qual não interessa reconhecimento em escritos, fotos ou filmes, ou mesmo lugar em algum empoeirado museu futuro. Desejam, em algum outro tempo, ofertar legal e tranquilamente o produto do que sabem magistral e artisticamente fazer, com os animais de sua predileção, a partir dos campos do lugar: um delicioso, dourado e lindo queijo serrano. Exercendo a temporalidade e mantendo a rítmica duração dessa tarefa — cuja ação e resultado, de forma política e estética, dizem da profunda ciência da paisagem do lugar em que vivem.

Os detalhes que da minha própria vivência desvelo — talvez pessoais até demais para esse lugar de enunciação — consolidam certo duplo lugar comum de onde me vejo dizendo coisas. Comum, no sentido de ser uma situação compartilhada com outras pessoas. Um desses lugares onde me situo é o de pessoa que aprendeu a fazer algumas determinadas tarefas na vida até agora. De pessoa que nem sabe todas as coisas que não sabe fazer, e que outras pessoas em outros lugares sabem. Outro ponto onde me enxergo é o de ter nascido em um pedaço do planeta que nesses dias é dito ser brasileiro. Mas que nem sempre assim foi. E vai-se saber que outros arranjos do planeta outros tempos trarão. E é justamente para tentar aumentar a compreensão dessas coisas complicadas dos mundos, ainda por cima sempre em movimento — um imbróglio, uma maçaroca de coisas umas implicadas nas outras — que decido conhecer melhor certo estado dessas coisas em um dado lugar. E a partir disso, falar sobre esse enredamento de acontecimentos e sentimentos a respeito das verdades das vidas dos organismos no planeta, para possíveis sujeitos interessados nesse tipo de assunto. Na

Gravura 6 — LOUVAÇÃO EM CASA ANTIGA



Fonte: litogravura e aquarela de Claudia Ribeiro (2016), série *O Divino Espírito da paisagem do lugar* — impressões em Vila Seca e Criúva, 150 x 100 mm, impressão Rogério Lopes da Rosa.

contramão do que a ciência normalmente tem feito, intuo que o sentimento é fundamental para o conhecimento. Nesse sentido — nisso que sinto — aceitei para isso caminhos acientíficos, e agi por vezes instintamente. Não como um caminho de quem não quer saber, que seria aquele anticientífico, mas como o de quem acredita que a ciência deixa de conhecer muitas coisas quando só anda pela estrada racional. Sou também interessada nisto: decidi achar bom conhecer isso melhor. Então, sei que, mesmo sem querer, posso falar das outras vidas que estou estudando, como se fosse o que eu acho bom de acordo com a minha vivência. Por isso, entendi ser importante dizer um pouco de como fui sendo eu até agora e procurar não falar sozinha, pois os mundos das pessoas são muitos, mas são entrelaçados e dependentes uns dos outros. O meu mundo, como o de qualquer outrem, depende do mundo de outros seres vivos, de outras coisas e de outras pessoas. Todos somos comuns.

6 A CRUZ QUE FICA DO LADO DE FORA

Nessa meia manhã de um dia chuvoso de meados de abril de 2013, éramos, ao todo, dezesseis pessoas no veículo que conduz o grupo de louvação do Divino Espírito Santo de Vila Seca. O violeiro estaciona a van (que normalmente faz transporte escolar) quando passa a primeira porteira interna, aquela que abre a cerca em torno das edificações da sede da propriedade. Desembarcam primeiro os cinco casais de festeiros e a filha adolescente de um deles, logo depois vindo o ministro leigo — o representante do padre da paróquia — e os dois gaiteiros, por último, eu e o violonista. Esse músico é também o motorista que conduz esse grupo há tempos — variam os nomes dos passageiros, de acordo com o conjunto de festeiros constituído a cada ano, mas não mudam muito os caminhos da bandeira nos meandros das vilas e cidades, ou nas quebradas das estradinhas dos campos, onde agora estamos. Bem mais cedo, já havíamos feito uma visita de louvação em outra fazenda ali perto — nas imediações do passo do Arroio Contrato, onde a louvação era aguardada com um farto café da manhã. Agora estamos chegando mesmo na Fazenda do Contrato, já quase em Cazuza Ferreira, explicam-me. Era a segunda vez que os acompanhava na região rural. Sem conseguir racionalizar muita coisa, apenas procurava seguir o movimento ritual¹⁰⁵, dialogando, olhando e escutando, em simultâneo ao registrar de som e de imagem¹⁰⁶, na medida em que o meu desconhecimento conseguia — nesses primeiros momentos, nem as letras das músicas eu sabia cantar. Mal todos descem no grande pátio circular, ao longo do qual ficam os galpões dos animais e as moradias, a cantoria já está em marcha de novo, entremeada a risadas e múltiplas conversas. Há sempre algo acontecendo e tenho mesmo que escolher para qual lado dirijo minha atenção. Acabo direcionando minha atenção aos dois gaiteiros que, logo depois da afinação do violão, seguem a escolha musical feita pelo violonista e acompanham Lindomar Alves Mendes, o ministro da louvação e da benção. Dessa vez, a canção é *Tordilho*

¹⁰⁵Empreendida pelo catolicismo popular, a atividade ritual nesta festa de santo é basicamente reconhecida em comparativo com o quadro analítico colocado por Alba Zaluar, que procura não partir de uma simplista oposição entre rural e urbano para buscar esse entendimento. A autora interroga uma mera correlação com as práticas portuguesas precursoras (um enquadramento difusionista), ou uma compreensão somente utilitária (ou que funcione para algo, funcionalista, portanto). Ao invés disso, busca a existência de atitudes ligadas a posturas éticas e morais — as crenças e instituições existiriam na direção do “certo”, do “correto” e do “ideal”. A partir de Mary Douglas (1970), a autora indica que a existência em si de um ritual genericamente aponta para o fato de que na sociedade em análise existe algum nível de interdependência pessoal, bem como alguma delimitação entre os grupos que se relacionam. Em última instância, o entendimento das festas ritualizadas é proposto como fazendo parte de um “sistema de reciprocidade com as divindades do cosmo construído socialmente pelos homens” (ZALUAR, 1983, p. 22 e 23; 80).

¹⁰⁶A filmagem foi feita nesta primeira fase da pesquisa de modo fortuito, pois a fotografia era o registro privilegiado.

*Negro*¹⁰⁷, que ele vai entoando ao mesmo tempo em que os outros festeiros comentam as vicissitudes e interligações locais do jogo político estadual, mas já organizam o cortejo para a entrada na casa. Terminada essa, logo todos cantam a primeira estrofe de *Oh de casa*¹⁰⁸, encaminhando-se na direção de Raul, que espera a comitiva para a entrada para as duas casas, já com o portãozinho aberto.

Este é o ‘o primeiro frio do ano’, bom motivo para a estreia do casaco preto, uma das peças dentre as três opções de indumentária desse grupo. Detalhes de sua vestimenta que demonstram a imagem que querem passar: harmônicos, arrumados com esmero, eles se encontram ‘bem apresentados’ — homens com as bombachas cinzas, mulheres de calça preta, todos de camisas brancas e vermelhas, com o lenço vermelho — a cor do Divino —, arrematando o colarinho de todos. Com o novo casaco preto terminando de compor o conjunto de hoje, conforme acerto combinado na véspera.¹⁰⁹ Se as mulheres estão com um traje ‘civil’, as bombachas dos homens e os lenços de todos não deixam dúvida. A indumentária é gaúcha, contendo, mesmo nessa apresentação estilizada, o que já me foi explicado em outras situações. O gaúcho serrano se veste de outra maneira do que o da campanha.¹¹⁰ Assim é que, obviamente, esse é um motivo extra para as mulheres saltarem com cuidado as poças enlameadas do potreiro no caminho até a casa principal — é a segunda das pouco mais de dezena de visitas que serão feitas no dia, em programação que terminará com uma missa crioula no início da noite. Protegidos da chuva fina, na aba da casa principal, agora é hora de cantar emotivamente a *Louvação da Vila Seca*¹¹¹, ao longo da qual os festeiros de honra solenemente entregam a bandeira para os donos da casa: nesse dia além de Raul, Anazilda e Izaura — são as duas que recebem a bandeira. A reza principal é feita na

¹⁰⁷ *Tordilho Negro* é uma música que foi popularizada por Victor Mateus Teixeira, o Teixeirainha. Mas sua autoria quase unânime é recentemente contestada: nunca reconhecido, seria Dirceu Inácio Pires seu autor (NUNES, 2014).

¹⁰⁸ *Oh de casa*, autoria dos Irmãos Bertussi.

¹⁰⁹ Um pequeno detalhe dos muitos que fazem parte da reedição anual do elaborado ritual anual — a cada vez os novos festeiros elaboram e mandam confeccionar, por sua conta, o próprio figurino. Como vou aprendendo ao longo dos trajetos que fizemos juntos, a escolha anual de seus componentes é um ponto crítico para continuidade da louvação, pois os escolhidos têm que primeiro atender aos requisitos da pequena elite diretiva do núcleo católico local — de serem casais de famílias ‘bem vistas’ nessa comunidade. Apresso-me a esclarecer que a expressão “bem vistas” aqui não tem nenhuma intenção valorativa de minha parte, mas é dada no sentido de descrever a subjetividade da escolha, neste caso associada à moral católica de fundo, bastante tradicional, que suporta a festa. Uma vez aceito o convite que se sucede a essa escolha (o que não é uma atitude garantida de parte dos convidados), essas pessoas têm de disponibilizar tempo e recurso financeiro para suportar a pesada agenda de condução da louvação anual. Para mais detalhes, sobre as festividades como um todo na região consultar Ribeiro, C. (2014, p. 94-99; 204-210).

¹¹⁰ Ver mais detalhes em Ribeiro, C. (2014, p. 157-159).

¹¹¹ *Louvação da Vila Seca*, autoria de João Itamar dos Reis e Cruche.

sala de entrada da casa, toda decorada com os troféus dos torneios de laço ganhos por Raul e pelo marido falecido de Anazilda, a proprietária da Fazenda do Contrato — normalmente um Pai-Nosso, seguido de aspergimento de água benta em todos os presentes e de uma fala do ministro.

Mendes é nascido em Criúva, em 1948, sendo sua família também oriunda dali e de Vila Seca. Em 2008, foi por sua própria conta conhecer a Ilha Terceira, no arquipélago açoriano. Satisfez seu sonho de ver com os próprios olhos o porto de Angra do Heroísmo, de onde partiram seus ancestrais, e também se encharcou de conhecimentos sobre as festividades do Divino.

Viagem bem similar a que bem pouco tempo antes havia feito Jorge de Oliveira Rodrigues. Nascido em 1943, em São Jorge da Mulada, localidade de Criúva, na época fazendo ainda parte de São Francisco de Paula, é conhecido mesmo como Jorge Boca de Sino, Boca de Sino ou simplesmente o Boca. Já há tempos em Criúva, como Mendes recentemente em Vila Seca, ele fica meio de lado do círculo das louvações — tanto em um caso, como em outro, a ausência é explicada pelas complicações dos julgamentos morais da comunidade católica, ou de incômodos que trouxeram a outros humanos interesses. Foram eles por isso simplesmente postos à margem — da participação efetiva na louvação, mas não da memória coletiva desse evento, que os reconhece indelevelmente.

Por isso, depois de recados fortíssimos nessa direção, tive longas conversas com o ‘fazedor de trovas’ de Criúva. Pois Jorge, além do vozeirão, tem o dom da invenção quase instantânea da palavra musical rimada e um prazer imenso em dividir sua fantástica memória trajetiva e crítica. Nisso, ele consegue tecer um fio contínuo deste o tempo da chegada dos antepassados portugueses que vieram se apropriar de terras no pouso das Criúvas, até as práticas que moldam a paisagem dos dias de hoje. As suas lembranças incluem igualmente a época em que foi fiel companheiro do padre Rizzon, na fase das louvações que todos nostalgicamente lembram. Melhor explicando o motivo da saudade, explicam-me as pessoas que essa fase era aquela em que a bandeira entrava nas portas das casas de todos os tipos, e nas quais os donativos tinham duas direções — os necessitados, ao invés de doarem recursos para a festa, recebiam alguma coisa de parte dos condutores da bandeira.

O caso é que Jorge, por essas vivências todas, foi convidado pelos açorianos para ir participar das festividades no arquipélago.¹¹² Já Mendes lá assistiu ao congresso internacional

¹¹² Não é o caso aqui de fazer recorrido pela extensa bibliografia que registra esses rituais no Brasil, como dão ideia, por exemplo, Zaluar (1983) e Gonçalves e Contins (2008, p. 6). Em 1981, Paixão Cortes (1983a, 1983b) documentou extensamente o renascimento do ritual em Criúva (Jorge Boca de Sino, bem como o padre

sobre esse específico tema, de onde trouxe propostas de novidades para o ritual de Vila Seca. Origina-se dessa sua viagem a ideia do grupo da louvação ter um casal ‘festeiro de honra’, que ele explica estarem representando a rainha Isabel e o seu mordomo, em suas práticas piedosas junto aos menos favorecidos, suas insígnias reais (coroa e cetro) começaram a aparecer nas missas do ciclo festivo, repassadas para fiéis escolhidos ao acaso no momento, e um bodo passa a fazer parte da programação da festa. Nesse caso, a tradição portuguesa (de distribuição de comida aos indigentes) se atualizou como sendo um farto café da tarde oferecido para as crianças carentes da Vila Seca.

Findas as rezas todas da chegada, Raul pega a bandeira que estava na mão das duas mulheres e vai com os homens todos para o galpão: como tenho feito nessa observação participante, sigo a bandeira. De pronto, mergulhamos em um alarido alegre, misturado com o ruído advindo da correria dos terneiros, tentando, em circulares corridas, escapar dos laços de seus exímios tratadores. Naquele dia, um sábado, o funcionário Luiz Antônio não estava e quem trabalhava no mutirão para vacinar, marcar e colocar brinco para controle da mosca do chifre na centena de novos terneiros eram meia dúzia de vizinhos. Logo, a música passa a fazer parte do entorno, e aparece, por isso, como som de fundo do diálogo que perfaz *Andorinha só não faz verão*, episódio do filme *Desejos em Campos Serranos*. Por que essa conversa aconteceu, foi registrada e faz parte dessa tese é que mais tarde conheci Luiz Antônio. Nesse dia, um sábado, ele estava de folga junto a sua família em Caxias do Sul. Causa evidente não somente da tropeada que foi mostrada anteriormente na parte *Viagem*, mas de um recorrido mais longo composto episodicamente no *Nosso Verdadeiro Pasto*, com o qual esse capítulo se relaciona igualmente.

6.1 FESTA E TRABALHO EM DIA DE LOUVAÇÃO

O padre responsável pela pequena paróquia de Vila Seca aceitou as mudanças sugeridas por Mendes quando da volta de sua viagem aos Açores, uma missão que ele considera ter sido de estudos.¹¹³ No entanto, não sem comentários ali e aqui a respeito “dessas invencionices”, que algumas pessoas pensam terem vindo exclusivamente da cabeça de Mendes. O fato é que suas propostas somente reatualizaram detalhes ritualísticos que já

Rizzon, foram seus informantes), descritivo ao qual o autor adicionou subsídios encontrados em outras localidades sulinas: entre outras, Osório, Mostardas, Júlio de Castilhos e a própria capital Porto Alegre. Mais detalhes sobre a constituição das festividades do Divino em Vila Seca e Criúva podem também ser encontrados em Ribeiro, C. (2014, p. 204-219).

¹¹³ Ampliação sobre os rituais lá praticados tem um bom resumo colocado em Montez (2007).

tinham sido praticados nas proximidades de Criúva. Sendo igualmente familiares a outras festividades do Divino em solo brasileiro, trouxeram interessantes diferenciações com relação às práticas que vinham sendo feitas. Porém, com a aposentadoria do padre Bruno Barbieri, o novo pároco mudou as regras — ele tomou para si a prerrogativa de acompanhar os festeiros nas louvações, como já acontece em Criúva faz já bastante tempo. Os símbolos reais estão em desuso, e o café do bodo (não sendo as missas ou novenas, este é único evento para o qual não se paga entrada) teve sua abrangência modificada — passou a ser para todas as crianças. Por ora, o império leigo ‘nos campos’, como Mendes viu nas ilhas, é um sonho pessoal que ‘vai ficar para outra vez’, como o pessoal fala — para outro tempo, pois, agora, a luta seria muito grande.¹¹⁴

A respeito dessa mistura de festa e religiosidade, fala um cartaz de 1973, exposto no museu de Anéris da Silva Ramos¹¹⁵, sobre a “celebração anual de solenes festividades” do vizinho distrito de Criúva. Em formato A4, impresso em preto e branco em papel jornal, o histórico da festa é em poucas linhas enunciado: “o culto tradicional ao Divino Espírito Santo, com Bandeiras e outros Emblemas, foi introduzido e oficializado no ano de 1330 em todo Portugal e Colônias, pela Rainha Santa Isabel”.¹¹⁶ Bem como diz o que acontece nessas

¹¹⁴ Encontram-se registro que, nos 1400s, registrava-se em Portugal o Festejo do Divino Império Popular, principalmente em Lisboa e em seus arredores, associado a Irmandades ou agremiações de ‘homens do mar’, que segundo Adrião (2018) “reviveram e reavivaram antigas tradições céltico/moçarábicas, exaltando a mística pátria e, sobretudo suspendendo ou quebrando por alguns dias a opressiva dogmática político-religiosa do clero vigente dominante”. Nem mesmo o Tribunal do Santo Ofício, de acordo ao autor, conseguia sustar esta manifestação de uma “espiritualidade original”, em atitude que “exigia o retorno às origens ancestrais dos deuses ‘pagãos’ ou do ‘campo’ — *paisans* ou campestres”. Uma “religião popular, de origem genuinamente campesina”, que a repressão católica dessa época tenta reprimir. A celebração é oficializada pelos 1200s, com o incentivo da Ordem dos Franciscanos, em Alenquer, pela Rainha Isabel — mais tarde beatificada. Em Adrião (2018), citando Almeida (1891) e Portugal (1640-1656). Além da Inquisição, segundo Real (2008, p. 111), o Sebastianismo/Joanismo é um segundo absolutismo português, que acaba conformando um terceiro, que é igualmente comentado por Adrião como sendo expresso pelo Padre Antônio Vieira em seu conceito do “Quinto Império do Mundo ou da Humanidade” (sucendo ao Persa, o Assírio, o Grego e o Romano), em sua pregação *Esperanças de Portugal* (1659). Depois do catolicismo e do nacionalismo, advém essa ideia de uma “terceira purificação de Portugal, desta vez pela assunção do seu papel messiânico no advento da nova sociedade justa e santa do Quinto Império” — um império utópico, que basicamente, teria a pretensão de converter ao cristianismo o mundo todo.

¹¹⁵ Conforme explicado no capítulo 5.

¹¹⁶ De acordo a Gimenez (2005), Isabel de Aragão, a Rainha Santa de Portugal viveu em período compreendido entre a segunda metade do século XIII e a primeira metade do século XIV. O autor vê como textos literários fundaram e perpetuaram imagens supra-humanas dessa mulher, dita por esses mesmos escritos ter sido considerada santa ainda em vida: um ser humano excepcional, que teria resolvido situações difíceis de sua vida (que envolveu intenso envolvimento em questões políticas internas portuguesas e na questão ibérica como um todo) por meio de milagres. Estudando a sua vida em perspectiva histórica, o autor encontra subsídios que “revelaram uma Rainha muito comprometida com os problemas sociais e políticos do seu tempo, tanto internamente a Portugal, como em conflitos igualmente com os reinos vizinhos da Península Ibérica.” Somada essa consciência histórica à sua intensa religiosidade, forma-se o quadro que explica a sua dedicação pessoal “na distribuição de esmolas e na edificação de orfanatos, albergues e hospitais”. Sua santificação acontece em

ocasiões: “devoção com Bandeiras e visitas às famílias”, conduzidas pelos festeiros, com a devida aprovação de uma “Comissão Paroquial” e do inesquecível ‘padre nativo’, que no texto diz que “aprova” as festividades. Esse religioso nascido nos campos acolheu na prática católica local a grande maioria das manifestações rituais religiosas que sabia que as pessoas realizavam — era o vigário padre Pedro Rizzon — o “peão santo”, figura emblemática e adorada nessa região toda, já falecido. Na esteira disso, Vila Seca começa a sua festa do Divino ‘oficial’ por meados dos 1980s, com os dois distritos disputando a primazia da iniciativa — pois Vila Seca diz que o seu padroeiro sempre foi o Divino Espírito Santo, muito antes de Criúva resolver fazer a festa. Rivalidades a parte, o fato é que em várias casas as duas louvações são recebidas, e mesmo presenciei momentos de encontros dos grupos no périplo de andanças que acontecem em preparação às festividades de maio de cada ano. Fazendo companhia no museu a esse cartaz, está outra peça gráfica do mesmo ano. Uma folha A3 amarelada, de onde escuto, pela fala de seus títulos em negrito, em várias disposições e tamanhos, uma espécie de poesia ‘involuntária’ sobre os tipos de coisas que acontecem nessas festas. A obra que vejo e, a seguir reproduzo, tal e qual a encontrei em uma pele de papel de outra época.

O conjunto de palavras é mais do que sugestivo para mim, refletindo imagetivamente sobre a proporção pela qual se dá o equilíbrio das atividades que encontrei no acompanhamento de ambos os ciclos festivos — 2013 em Vila Seca, 2015 em Criúva. A esfera das muitas louvações (os peditórios, subentendida nos vários ‘doadores’ de coisas que fazem a festa) ou dos acontecimentos coletivos comunitários, muito se reza (também nas novenas e missas), mas, sobretudo, se faz festa: diversão, comida e bebida, com música, muita música presente. Consigo com essa ênfase retrair desses títulos algumas coisas que presenciei: o mistério dos prêmios da pescaria, a excitação dos lançamentos de dados ao lado do tabuleiro ranhurado por onde correm os cavalinhos, as bancas de doces e o zum-zum-zum do salão onde são servidas as boas comidas. Salão que sedia os muito esperados bailes vespertinos ou noturnos — cuja escolha de conjuntos que irá fazer a música é sempre motivo de muitos comentários.

Nesse conjunto de atividades destaca-se muitas vezes a convivência comunitária — tecida no território palmilhado por muitos trajetos nessa paisagem¹¹⁷ —, ao longo da qual,

1516, em função do reconhecimento de seus gestos em vida e pelos milagres a ela atribuídos depois de sua morte (GIMENEZ, 2005, p. 2-9; 174-178).

¹¹⁷ De acordo ao que Maffesoli (1988, p. 160 e 161 itálico do autor) constata com relação ao renascimento das “festas locais, das tradições folclóricas, dos festivais populares, bem como na revivescência de usos e costumes antigos”. Se bem que constatando o interesse comercial de tais eventos, o autor nessas instâncias

muitas vezes, fica mesclada quase que indistintamente a festa, a religiosidade e o trabalho¹¹⁸. A respeito de tal comportamento, o trabalho exploratório capta interessante fonte de tensão com os moradores da cidade.

Figura 1— Festa em Criúva

FESTA EM CRIÚVA EM LOUVOR AO DIVINO ESPÍRITO SANTO		PARTE RECREATIVA
NOVENAS		PESCA MISTERIOSA JOGO DOS CAVALINHOS RIFA TIRO AO ALVO RODA DA FORTUNA LEMBRANÇAS TENDA DE DOCES INAUGURAÇÃO DO CAMPANÁRIO DOADORES DE WHISKI DOADORES DE LETTÃO PÃES (oferta de Cr\$ 5,00 por pessoa) LEILÃO LEILOEIROS COPA GARÇONS COZINHA CHURRASCO DOCES
	PROGRAMAÇÃO PARA DOMINGO DIA 27	
	Baile	
	BANDA DA ESCOLA RURAL DE ESTRELA	COLETA DE GALINHAS, E DEMAIS DOADORES. NAS CAPELAS, A CARGO DOS SEGUINTE
	OS LAÇADORES	

Fonte: elaboração da autora, do folheto de divulgação da Festa do Divino do Espírito Santo de Criúva de 1973, acervo de Anéris da Silva Ramos.

As festas religiosas dos dois distritos são vistas como diferenciadas — mais divertidas — do que as outras muitas festas de santo nas muitas capelas de toda a região no entorno de Caxias do Sul e São Marcos. E pude ver que essa característica — a do divertimento — exacerbada nesses momentos, tem reflexos que se espalham como um todo na vida cotidiana. Como nesse momento que o filme mostra, não há uma hierarquização rígida de tarefas — cuidar do gado, do aviário, do queijo, da casa, da lavoura são atividades que podem bem em seu transcurso flexivelmente receber um amigo que chega de surpresa em uma visita, o grupo da louvação, e mesmo eu, uma pessoa cuja presença não era de forma nenhuma, nesse caso, prevista.

Assim era o espírito em torno das serenatas que aconteciam no passado: uma festa que acontece sem convite e que chega à casa da pessoa homenageada completamente pronta.

visualiza um ambíguo “desejo de viver *simbolicamente* a relação a um território comum”. No sentido da existência de “um viés de efervescência festiva e comercial”, no sentido da participação dado por Lévy-Bruhl: “trata-se sempre de sair de si mesmo, de romper a clausura do próprio corpo, de ter acesso a um corpo coletivo; em síntese, participar de um espaço mais amplo”.

¹¹⁸ Conforme já evidenciado no capítulo anterior.

Elas poderiam acontecer em qualquer dia da semana, utilizando os aniversários como pretexto mais frequente (mas não exclusivo: poderia ser a inauguração de uma casa recém-finalizada, por exemplo, ou outra motivação qualquer não prevista), em que tudo era feito para que fosse de “surpresa”, em cuidadosa e trabalhosa preparação prévia — como a louvação hoje. Uma intenção em que tudo parece improvisado, irrompendo na vida “normal” da casa visitada, contudo, muito bem preparada: a carreta de boi com as rodas forradas (para não fazer barulho na aproximação), lotada de boa comida, amigos e os músicos — literalmente, um baile portátil, que bate à porta quando todos já estavam dormindo (de verdade).

Isso, hoje em dia, é muito raro — há mais de uma década que esses eventos desapareceram. Em seu lugar, as pessoas dizem que, de certa forma, ficaram os torneios de laço. Que acontecem em vários lugares do entorno a cada final de semana (não raro começando ainda na tarde de quinta-feira, encerrando na tarde de domingo), envolvendo as famílias e amigos na modalidade de ‘acampamento’. Os desdobramentos desse movimento modificam o protagonismo dos gêneros — se, em seus primórdios, as mulheres ficavam chorando em casa fazendo todo o serviço, enquanto os homens saíam a se divertir, a partir de algumas iniciativas femininas pioneiras se constituíram vários grupos exclusivos de ‘prendas’ que laçam — de meninas adolescentes, inclusive, e que passam a participar juntamente com os pais ou parceiros.

No galpão, o ministro segue seu falatório, o que acaba sendo mote de diálogos variados, como este que acabei registrando, ocorrido no meio desse encontro ritual comunitário¹¹⁹, em meio a outro rito de raiz ancestral: Mendes não economiza água benta, e tal qual no passado longínquo, a benção aos bovinos e a outros animais da propriedade faz dele igualmente parte.¹²⁰ Em tom coloquial, quase familiar, ele aciona a proteção do Divino às pessoas e animais de vidas que escuto dizer serem tão ou mais perigosas do que as das zonas urbanas, citando em seus pequenos discursos os perigos da lida com o gado, a possibilidade de cair doente sem socorro próximo, a solidão, e a violência dos assaltos e

¹¹⁹A partir de Mary Douglas (1970), a autora indica que a existência em si de um ritual genericamente aponta para o fato de que na sociedade em análise existe algum nível de interdependência pessoal, bem como alguma delimitação entre os grupos que se relacionam. Em última instância, o entendimento das festas ritualizadas é proposto como fazendo parte de um “sistema de reciprocidade com as divindades do cosmo construído socialmente pelos homens” (ZALUAR, 1983, p. 80).

¹²⁰Adrião (2018) recupera nos rituais tauromáquicos associados às folias do Império (mesmo, alarga essa associação para todos os rituais da península ibérica) ancestralidades míticas, com estreitas interligações aos ciclos de fecundidade natural. O culto bodivo de Ísis seria a origem da benção dos animais e a tolerância para a sua participação nesses festejos, em várias modalidades no território português. Mesmo a origem da palavra bodo (ou bodivo) estaria ligada à palavra boi — que era a designação das antigas refeições rituais — ágapes, que nos primórdios do Cristianismo se realizavam no interior dos templos.

roubos — esses, em definitivo, uma constante contemporânea do cotidiano nos campos. Em momento seguinte imediato, cantoria novamente, podendo ser, inclusive, uma das composições próprias do pregador, nas quais ele traduz sua história pessoal. Mostrando, em linhas gerais, enredo bastante similar ao de várias famílias da região, contando das dificuldades de quem teve que sair do campo por falta de trabalho, e os detalhes do caminho de reconstrução da vida nas cidades próximas — Caxias do Sul, em primeiro lugar, depois São Marcos são destinos comuns, ou ainda outros centros urbanos mais distantes.

Tal acolhimento espontâneo, contido quase como prerrogativa ao exercício anual da louvação, na cidade encontra outras ideias. As visitas são feitas de acordo com redes de relacionamento dos organizadores da festa de uma forma geral, acontecendo em dias de semana, em moradias ou em estabelecimentos comerciais e industriais de pessoas que tem relações de algum tipo com ‘os campos’. Muitas delas em alguns bairros periféricos, os preferidos para a habitação nova na cidade, em continuidade geográfica à estrada que liga os distritos ao centro de Caxias. Vejo os festeiros refletindo, no sentido de se esta tarefa no contexto urbano ‘valeria à pena’. Segundo o balanço feito, nesse compartimento geográfico do município o empreendimento lhes toma tempo e recurso, rende não muitas doações e, ainda, em vários casos, o grupo é mal recebido pelos supervisores ou patrões de algum estabelecimento. Os funcionários gostam da louvação e param tudo que estão fazendo para rezar, cantar e conversar. E isso atrapalha o trabalho, o que, na produtiva cidade de Caxias, constitui um sério desconforto. Por isso, é que as saídas para “os campos” são as preferidas, o contrário de tudo isso: vão direto aonde planejaram ir, tem recepção calorosa, e a doação é generosa — em geral, o cobiçado terneiro.

6.2 CONVERSANDO SOBRE OS CAMPOS

A certeza do bom acolhimento nas casas dos campos justifica em grande parte a excitação desse dia. Todos falando que o melhor da louvação é essa parte — a hora de ir para “os campos”, local de nascimento de muitos que fazem parte do grupo que vi nesse exercício ritual. Os campos, o “isso aqui”, que como diz Raul, o povo da cidade não conhece. É essa a denominação mais utilizada pelos seus próprios moradores, que também podem, como Mendes faz em ocasiões propícias para uso de linguagem mais formal, usar a expressão ‘Campos de Cima da Serra’. Designação empregada também academicamente, em paralelo a ‘Campos do Planalto das Araucárias’, para referência à vegetação que recobre o planalto que fica entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Formação, por sua vez, incluída em região

de abrangência maior, chamada de Campos Sulinos: em 2009, englobava 33 municípios no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, já em 2015, alcançando também ocorrências no Paraná. Encontra-se igualmente a denominação de Planalto dos Campos Gerais, ou região dos Campos de Altitude, em referência ao relevo (ou à geomorfologia) que sustenta essa vegetação — acidentado, tanto pelas muitas dobras do terreno, como pelas formações rochosas que afloram à superfície no meio do conjunto de plantas rasteiras entremeados à floresta de araucárias.¹²¹

Um dos primeiros cientistas a estudar a vegetação da parte meridional brasileira foi um sueco, botânico (ou fitogeógrafo), Carl Axel Magnus Lindman, cuja expedição feita ao Brasil e ao Paraguai ao final do século XIX palmilhou a delimitação atual do Rio Grande do Sul, seus achados e conclusões a esse respeito são clássicos até hoje, figurando nesse conjunto como destaque um ponto para ele enigmático — a convivência do campo e da floresta lado a lado, o mosaico de floresta de araucárias e vegetação de gramíneas, ou os matos e campos, como são chamados até hoje. Campo para esse cientista era uma região desprovida de mata, que poderia ser nomeada com nomes tão diversos como: potreiro, gramado, pantanal, chapadão, charravasco.¹²²

Uma olhada não muito profunda na questão científica de denominação de uma região mostra da complicação e arbitrariedade dessas classificações. O fato é que esses campos são especiais acima de tudo, e antes dos discursos científicos, para seus moradores. São campos de montanha, dessas montanhas, que são um planalto: um platô montanhoso. Campo. Campina. Pastagem. Gramado. Pasto. Pastagem. Roça. Não é a Campanha, mas uma planura dobrada. Também não sendo uma várzea, contudo riquíssima em águas, mananciais de todos os tamanhos, que contém todas as nascentes dos rios Pelotas, Canoas, Antas (que depois se torna o rio Taquari) e também do rio Caí. Por fim, relato raramente ter escutado os moradores referirem-se a essa paisagem como “vegetação nativa”, muito menos pelas expressões

¹²¹ Conforme IBGE (1986), Boldrini (2009), Overbeck *et al.* (2009) e Pilar e Lange (2015).

¹²² Essa viagem foi em 1892 e 1893, sendo dito Lindman como quem melhor conheceu a vegetação naquele tempo. Esse seu conhecimento, junto com a primeira classificação fitogeográfica mundial, proposta por outro botânico estrangeiro — Andreas Franz Wilhelm Schimper, forneceram grande parte dos subsídios para Balduino Rambo dizer que os campos eram resquícios de época de clima mais seco, que hoje estariam sendo lentamente invadidos pela “selva pluvial e pinhal”. A Lindman, esse primeiro estudioso ‘só dos organismos vegetais’ justamente intrigava o dito “enigma da fitogeografia sul-rio-grandense”, que era a presença de campos e floresta lado a lado (IBGE, 2012, p. 18; LINDMAN, 1906, p. 37; MARCHIORI, 2004, p. 13-15; 47, 48; RAMBO, 1956, p. 411).

‘pastagens naturais’ ou ‘pradarias naturais’¹²³. Apesar dos matos, definitivamente e na verdade, os moradores dizem costumeiramente que moram nos ‘campos’.

6.2.1 Mutirão no Galpão

No mutirão desse dia, os animados e vigorosos procedimentos de captura e imobilização dos terneiros sinto como intimamente ligados às antigas habilidades de aprisionamento do gado alçado nos campos abertos, contemporaneamente exercitadas quase que só nos torneios de laço. Campos que têm seus cuidados de conservação associados à temporalidade socialmente referenciada¹²⁴ — “há mais de 150 anos”, ou “desde o tempo do meu avô”, quem mora aqui tem um jeito de cuidar desses campos. Para que ele dure, como campo, ano após ano. Para que ele fique forte. Para que ele se mantenha, juntamente com os matos, falam Mendes e Raul. Uma vez que essa combinação de formações vegetais é fundamental à tarefa que mais gostam de fazer nesse lugar, cuja animação no galpão evidencia: a criação do gado praticamente solto, em manejo que varia de propriedade a propriedade.

Faz tempo, enfim, que os moradores do lugar manejam esses campos por intermédio desse procedimento — a queimada — constelando nessa ciência local, com seus cuidadosos procedimentos, o respeito pelo entorno que acolhe esses seres. Para o repouso do gado do calor no verão, ou como abrigo da inclemência da chuva no inverno, para a manutenção das fontes de água, como fonte de madeira para os fogões à lenha e para o reparo dos galpões e para a coleta do apreciado pinhão, os matos (principalmente de araucárias) são igualmente importantes. Importância evidenciada pela externada preocupação com a sua ameaça de destruição completa, no caso de queima acidental de material seco incombusto acumulado negligentemente nos campos. Explicando melhor, há mais ou menos 50 anos, um incêndio de grandes proporções iniciou em Cazuza Ferreira e chegou muito perto de Criúva. Esse evento catastrófico teve causas completamente naturais — por isso, ele não é considerado ‘um acidente ecológico’, como registra o diálogo. Foi tão sério que deu o nome de Mato Queimado a essa localidade, onde uma grande mancha de araucárias queimou sem controle por mais de mês, próxima ao campo “descuidado” onde começou o fogo. Por esse tipo de

¹²³ Campos nativos, pastagens naturais, pradarias naturais, vegetação campestre, paisagens campestres (BRUYNOOGHE; MACDONALD, 2008; CARVALHO, P. C. F.; BATELLO, 2009; KRAUSMAN *et al.*, 2009; PILLAR; LANGE, 2015).

¹²⁴ Conforme Sorokin e Merton (1937).

perigo, permanente e naturalmente existente ¹²⁵, é que a queimada periódica da vegetação ressecada pelo frio é vista como uma regra de segurança para quem vive no lugar — para diminuir o risco de incêndio descontrolado, independentemente de outras práticas que possam ir sendo paulatinamente adotadas.

A queimada sempre foi vista como uma função para renovar o campo — “feita lá por agosto, meados de setembro”, como esmiúço a partir de várias contribuições. Todavia, entendo que o manejo com fogo dá bom resultado em um sistema em que o campo tem de estar ‘folgado’ para o gado. A medida dessa folga vista como necessária ao conjunto de criação de animais nesses campos autóctones é de dois a dois e meio hectares por cada cabeça de gado. A sobra de pasto envelhecido e ressecado, ainda bem alto, era queimada parcialmente antes do verão, para que “os bichos não ficassem sem comer”. Na parte queimada, restava só a cinza sobre o solo — a paisagem do campo por uns dias ficava toda preta. No entanto, logo, em poucos dias, ia mudando de cor, com o aparecimento dos brotos tenros do rebrote dos tufo de capim mimoso que os animais atacavam com avidez, inclusive, segundo os relatos, por que apreciavam o gosto dado pela cinza. Ao mesmo tempo, porém, refletem sobre isso — se uns afirmam que “diziam os antigos que era como um remédio para o gado, mudava até a cor do pelo”, outros falam que “era a ideia das pessoas naquela época, e talvez mudasse o pelo porque logo vinha o pasto verde, novo, e elas enchiam a barriga”, e mesmo, por fim, “a credence completa era de que a cinza fazia também parte dessa cura”.

Nesse tempo de inverno, era o momento de soltar as vacas de leite, pois não havia lida com isso. Findava por uns meses a rotina do leite — essa, quando está presente, é sempre reafirmada como acontecendo “sem nenhum feriado”, em maior ou menor medida ligada à tarefa de fazer queijo serrano. Então, na época da louvação essa tarefa está quase ao seu final, pois é uma tarefa feita pela maioria dos moradores só no verão. Porque, como me explicam sobre o ideário tradicional a esse respeito, “no inverno essa tarefa representava muito tempo perdido para as vacas — elas emagreciam muito, e com isso aumentava a mortandade do gado e dos terneiros”. Por essa razão, as vacas eram retiradas do campo para o estábulo em época que poderia acontecer entre o meio de setembro e o início do verão, assim ficando até meio de março, início de abril, quando eram novamente “soltas para o campo ‘grande’, quando elas iam pastar e varavam o inverno tranquilas lá, sem incomodar ninguém”. A lida adicional, fora isso, era somente uma “volta” semanal no campo, para colocar sal para os animais “no rodeio”.

¹²⁵ Risco, no sentido de medida de haver um dano a ser evitado, de acordo a David (2011, p. 33 e 34), a partir de Luhmann (1992, p. 34; 37).

Dedicavam-se, no inverno, então, a engordar os porcos e as galinhas, que eram transportadas nos cargueiros para as terras mais perto dos “costões da serra”, onde havia bastante milho para alimentá-los. Quando era o mês de agosto, procediam às “carneações”, abate dos animais, cuja carne era logo subsequentemente conservada em latas com banha. Algum gado ficava no campo e “até sobrevivia”, mas só se não fosse muito “apertado”. Entendo que a mortandade maior dos animais no inverno acontecia mesmo nos campos muito fracionados, por conta do aumento das famílias dos fazendeiros — situação comum, naquela época, com os fazendeiros tendo muitos filhos, que iam cada um colocando os seus animais na mesma terra — esse era “o aperto” do campo.

A experiência de muitos anos de lida externada por Brenno, confirmada em muitos outros relatos de experientes criadores da região, afirma que o bom campo termina, sem o fogo — essa é a tradição do lugar para a sua conservação. A parte do perigo de incêndio catastrófico, sem a queima ‘de limpeza’ bem feita, os moradores do lugar vêem como resultado o campo infestado por inços vegetais e animais indesejados para a criação de gado. Falam principalmente do carrapato, que grassa em campos adjetivados como “sujos” — de “brejal”, onde passam a predominar “vassouras, guamirim, carqueja e outras gramas”. Situação diversa do observado no campo avaliado como “folgado” e bem manejado. Entenda-se essa situação como um campo onde a lotação de gado foi mantida nessa relação considerada ideal e onde a queimada é realizada a contento a cada dois anos. Nessa condição, observam a pastagem com a predominância do capim mimoso: “um capim fino, coisa muito boa”. Gramínea apreciada pelo motivo observado junto aos animais — “engorda e dá uma semente que o gado gosta”, e também por que “fecha o campo”. Mesmo, detalham-me, “se apertar muito num ano, o capim mimoso morre — mas em dois anos, queimando, ele vem de novo, o mimoso”. Luiz me aponta mais tarde, nas paisagens compartilhadas na viagem mais longa no episódio *Nosso Verdadeiro Pasto*, como o fogo não entra nos capões de mato bonitos. Ele me explica, ao mesmo tempo, das razões deste acontecimento — porque o gado passeia muito dentro desses pequenos “matos”, sobretudo no inverno, procurando alimento no pinhão ou nos “matinhos pequenos”, quando ali se protegem do frio e da chuva. Realmente então vejo como fica limpo o chão dessas grupos de árvores ao meio do campo, e de como o fogo da pastagem seca vem até a sua beirada e se extingue, sem causar maiores danos às árvores. Esse é o processo, a lida, o manejo de cuidar o campo para o cuidar o gado que os mais antigos moradores do lugar prezam, como Brenno resume — “era uma tradição antiga, isso daí”. Tradição antiga de funcionamento simplesmente enunciado por Jorge Boca de Sino — “uma beleza, o campo se arruma por conta”.

Enfim, concluo que a queimada é uma regra de cuidado dos campos, que, por sua vez, tem as suas próprias regras, para que se alcance o seu almejado propósito — que é somente a eliminação da vegetação seca superficial e a destruição da vegetação indesejada, almejando o rebrote da pastagem nova. Ao contrário do feno macio que também pode ser ofertado nessa época como complemento de sua alimentação, este pasto ressecado espeta e fere os animais. Essas regras dizem da necessidade da existência prévia de aceiros, para delimitar a área a ser queimada e para garantir que o fogo não danifique os matos, os banhados e os elementos do patrimônio da propriedade — cercas e edificações. Também deve ser feita a escolha do momento apropriado do dia para realizar a queima, instante que por sua vez depende das condições meteorológicas do dia (direção do vento, insolação e umidade do ar) e da condição da pastagem no momento (mais ou menos quantidade de matéria mais ou menos seca), bem como o mês do ano a cada vez (pois as estações não se comportam da mesma forma a cada ano). Nesse tempo de fazer o filme escuto que tais regras dificilmente são seguidas, e por isso também essa ciência está sendo pouco retransmitida. Devido aos inúmeros entraves postos pelos regulamentos, fiscalizações e penalidades ambientais, a prática acaba sendo feita às escondidas, em condições longe das ideais, ou mesmo, não mais sendo feita. De outra parte, nessa sua “vida real”, como me disseram os moradores, encontram dificuldades para a efetiva operacionalização de supostas alternativas de manejo, conforme recomendações acadêmicas ou de extensionistas ¹²⁶. Por exemplo, eles alegam da impossibilidade de roçar os terrenos, devido ao terreno em muitos lugares ser inclinado e/ ou pontilhado de afloramentos rochosos. Mesmo nos casos em que isso seria possível, a questão impeditiva é o “quanto custa fazer” a limpeza do campo dessa maneira. A roçada é onerosa — exige equipamento, combustível e mão de obra, em uma conta que não fecha com os recursos que os moradores dispõem normalmente. Mesmo que os tivessem, avaliam que os supostos benefícios adicionais da roçada com relação à prática tradicional da queima não compensariam o valor investido, ainda argumentando sobre o fato de a roçada deixar o material seco ainda no solo, que deveria então ser a ele incorporado de outra forma — mais custos vistos como desnecessários. Detalham que desembolsos também são exigidos para o caso do melhoramento de pastagem nativa ¹²⁷,

¹²⁶ O caso das recomendações de roçadas e procedimentos de melhoria de pastagem e diferimento.

¹²⁷ *Grosso modo*, é preciso fazer a correção da acidez do solo com calcário, adicionar adubo de algum tipo e as sementes de forrageiras escolhidas (aveia, azevém e trevo), todos esses procedimentos dependendo de insumos que devem ser comprados, além do pagamento das horas-máquina requeridas para realizar as operações necessárias. Procedimentos piloto nesse sentido foram iniciados na região, em 2002, no âmbito do Projeto de Preservação das Áreas de Produção de Água para os Distritos de Vila Seca e Criúva. A SMAPA e o SAMAE custearam o experimento de melhoramento de 2 hectares de campo nativo e ações de saneamento rural em 30 propriedades — proteção de fontes e instalações de esterqueiras.

essa uma ideia bem aceita na região. Todavia é um investimento que, por enquanto, não tem como ser assumido pela situação financeira ‘justa’ das propriedades que se mantém ativas. Melhor explicando, de uma forma geral, os agricultores da região sabem que conseguem criar mais cabeças de gado na mesma área com a melhoria da pastagem nativa, em associação ao plantio de uma pequena lavoura de gramíneas forrageiras, para produzir feno para a alimentação dos animais durante o inverno. A questão é que, para fazer isso, é necessária a disponibilidade de recurso monetário, situação que, via de regra, na contemporaneidade é difícil de ser atingida. Também por isso o diferimento da pastagem, essa outra recomendação para aumentar a produtividade da pecuária conduzida a pasto, é pouco efetivado pelos agricultores. Um procedimento que não é estranho a esses agricultores — é feito há muito tempo, contudo em outros moldes.

Os detalhes do modo de fazer essa lida com o gado estão em conexão com a memória coletiva que é acionada nesses momentos de reunião, alimentada pelas lembranças de cada pessoa sobre “as andanças com os animais de lá para cá”. Portanto, fico sabendo que os animais costumavam ficar apartados uns dos outros nesses campos, cada um na sua invernada — uma extensão confinada ‘dos campos’, por cercas ou características naturais existentes (cursos d’água, acidentes de relevo ou formações da vegetação). As vacas de cria eram separadas de seus terneiros. Para o caso dos machos, no ponto determinado pela sua castração: mais ou menos com um ano e pouco, os novilhos eram colocados em outra invernada para engordarem, até a época de seu destino final, o do inevitável abate. Para as ‘vaquilhonas’, a hora da separação era dada pelo ‘ponto de enxertia’, o qual me foi explicado ser o da época em que as novilhas estavam já aptas para a procriação — quando então eram postas em outra segmentação de campo, junto com os touros reprodutores. E finalmente as vacas velhas ‘inteiras’, ou seja, ainda em boas condições de cria, ficavam em um ‘potreirão grande’, sendo o mote da lida cotidiana — uma luta de todo o dia. Em muitas vozes, essa história, chega ao seu final quase em um fôlego só, evidenciando da familiaridade com o ciclo dessa criação — “os touros ficavam por ali, daqui a pouco elas já ficavam prenhas, aí já vinha outro terneiro, que era apartado, e assim por diante: ‘a história continua sempre...’”.

Outros cuidados nos tempos de antigamente eram menores. O gado só era derrubado no solo, como nesse dia na Fazenda do Contrato vi ser feito, para fazer a marcação dos terneiros e para darem sal “goela abaixo”, na época um procedimento considerado profilático — o sal era um remédio para prevenir doenças. A mosca do chifre, que agora é combatida com o brinco, por exemplo, é coisa que apareceu nos campos a coisa de dez anos apenas. Muito menos existiam drogas ‘aceleradoras’ de crescimento, cujo uso, sabido, é

execrado pelos criadores tradicionais. Tampouco havia o atual temor aos envenenamentos que sabem ocorrer nos limites das lavouras “de salada”, ou mesmo, nas plantações de soja que principiam a aparecer nas terras mais planas próximas ao distrito de Cazuza Ferreira.

A troca de ideias entre Raul e Mendes discorre sobre uma situação que não se imaginava ser possível nesses campos, reflexo das robustas críticas que existem de parte dos moradores tradicionais dos campos a essa introdução de novas culturas. Causando profundos danos à paisagem, elas são vistas como instauradas por motivações efêmeras — o caso tanto do plantio de pinus como o caso dos hortifrutigranjeiros. Em estragos que são vistos acontecer tanto pela remoção completa da vegetação, como pela contaminação do solo e da água, com as toxicidades dos produtos sintéticos que são nelas aplicados. Os campos que eram bonitos passam a ser feios, em um malefício que essas pessoas afirmam ser grave, e de difícil e demorada recuperação — estimam em décadas o tempo requerido para que o tapete nativo de gramíneas se restabeleça da completa remoção mecânica que é feita para o estabelecimento de outras plantações. E muito mais tempo requerido para recuperar a saúde perdida com as sucessivas contaminações advinda do uso dos agroquímicos.¹²⁸

Nesse diálogo que afirma a necessidade de maior interlocução entre mundos distintos, a “cidade” é demarcada como um espaço outro que o “dos campos”, sem dúvida. Porém, em espacialidades que as palavras do diálogo de Mendes e de Raul evidenciam guardar relação estreita: “isso aqui, ó... é para sustentar esse povo da cidade”. Sustentar — em um sentido amplo significa nesse caso segurar, suportar, manter, nutrir, alimentar, dar de beber. De outra parte, falam os dois da relação de desconhecimento do espaço urbano com relação ao rural que o mantém. A cidade não conhece o campo. Em geral, os exemplos colocados historiam sucessivos e problemáticos reflexos de empreendimentos que vão sendo permitidos nesses campos, sem maiores discussões, e, segundo o ponto de vista dos moradores, com muito maiores estragos do que as suas tradicionais e vigiadas práticas associadas à criação de gado: assim é o caso da madeira exótica suprida pelo pinus (em função de uma planta de celulose) e dos cultivos hortifrutigranjeiros vários.

¹²⁸ As criações animais de pequeno porte que existem tradicionalmente na região — principalmente a criação de semiextensiva de gado, secundada por pequenos criadouros de aves, em sua grande maioria prescindem da utilização de agrotóxicos e adubos químicos. À época desse registro, nessas culturas agrícolas ‘novas’ conduzidas por ‘empresários’ de outros lugares (em menção feita principalmente à cidade de Caxias do Sul) a vegetação nativa era removida de maneira praticamente livre, sendo plantadas sementes e mudas de acordo ao manejo escolhido — nesse ato compreendida a utilização de insumos que cada plantação achava por bem adotar. Muito recentemente a situação começa a mudar, com o IBAMA passando a atuar as remoções do campo nativo como crime ambiental. Reagindo a essa atitude verifica-se articulação política desse tipo de produtor, que defende “a conversão e melhoria do campo nativo”: na forma do Projeto de Lei nº 194/2018, propondo a prática que chama de ‘pousio’ e retirando os Campos de Altitude do domínio legal do Bioma Mata Atlântica (BRASIL, 2018; PRODUTORES..., 2017).

Em dada parte do acontecimento filmado, vem Izaura retomar a bandeira do Divino — pois uma parte importante da louvação ainda não havia sido feita, com os homens entretidos na alauza do galpão. Onde ficou Mendes, deixando o protagonismo usual das mulheres nos benzimentos do interior da casa absoluto nessa ocasião, em coerência à importância da ‘rainha’, representada pela festeira de honra no grupo. Muito embora as músicas, pregações e rezas sejam sempre conduzidas pelos homens — músicos instrumentistas, ministro leigo ou o padre. Imagino que, como em outras visitas, além dos galpões e seus animais, a bandeira — essa ‘coisa’ benfazeja, deva ter igualmente percorrido todos os cômodos da morada: mesmo os banheiros não escapam de seu movimento, que tem drapejar importante e bem demorado na mesa de refeições e nas camas das pessoas. A visita finda em clima emotivo, com a entrega da bandeira novamente ao casal líder da louvação. Ou seja, vejo o vigor do sentimento no exercício do ritual. Como prometido nesses cartazes de divulgação das primeiras festas promovidas pela paróquia (pois a época de louvar o Divino, pelo que as pessoas lembrem, sempre existiu), no museu da casa de Anéris da Silva Ramos: a bandeira do Divino nos lares dos moradores do lugar é expectativa de “benção e novas esperanças para dias melhores”.

Terminando com um convite para saborear um churrasco, o diálogo que acontece na ‘fazenda errada’, expõe que ‘essa modalidade de progresso’ significa, nesse lugar, a morte do campo nativo e, com isso, igualmente o fim da possibilidade de sobrevivência ali dos moradores que dele ainda vivem. Em dia de festa, a troca de ideias reatualiza uma luta que não cessa de existir, contextualizando-a na abrangência mais geral desses campos.

O tempo de louvar o Divino tem promessa de duração, como todos cantam no último verso da música de despedida: “Se Deus quiser para o ano voltaremos novamente, ai, ai”. Isso não é tudo, porém. As gaitas ainda nem bem fecharam e se escuta a frase última do coro, cada um com um braço levantado com o punho cerrado, que finalmente encerra a louvação do Divino nessa casa — “e há de querer!”

6.2.2 Olha os Leiteiros!

A serendipidade atua de forma, no mínimo, misteriosa: é um desejo, uma vontade de fazer algo inusitado, que, num átimo, constela-se em alguém. Algo ‘meio errado’, que ‘acaba dando certo’. Em encadeamento de outra ‘empreitada’ comunitária da região, consigo reconhecê-la em alguma medida, e vejo que na região esse tipo de acontecimento é encarado com muita naturalidade. Se entendi bem, qualquer espécie de mistério aqui se explica em função do Divino Espírito Santo — do Divino, como é dito corriqueiramente. Como

resultado desse tipo de fenômeno é que Anéris em 2015 prova o queijo do Divino pela primeira vez na vida, e Adelir provou o queijo mais cedo, pois a sua filha ainda não havia voltado da missão de aquisição em Caxias do Sul. Conheço assim mais um detalhe do final do destino desse queijo serrano tão especial — resultado de uma tarefa comunitária e, eu poderia dizer, um símbolo do panorama de tarefas de toda uma região. Nisso, contendo todo um mundo de visão em pleno exercício, com suas regras de ouro em pleno exercício vivencial — uma jornada arriscada em seu todo, mas que para muitos, ainda vale a pena.

Já o conhecia, mas só de foto. Na sua presença, fiquei mesmo muito impressionada — não sabia que era tão ‘forte, bonito, e picante’, apesar de muito já ter escutado a seu respeito; é muito procurado na cidade, embora lá nem todo mundo saiba de onde ele vem. Falo dele, o famoso queijo do Divino de Criúva, que vi pela primeira vez nas fotografias das paredes da casa de Brenno e Anéris e depois em outras fotos nas várias casas visitadas. Um dado dia mais adiante, ainda no primeiro tempo da pesquisa, finalmente vi-o já pronto, esperando em um canto do salão de festas da comunidade o início das festas, ocasião tradicional de sua exibição. Nessa época, seguindo a louvação de Vila Seca, não tive como seguir esse outro entrelaçar de caminhos na região, as ditas “linhas do leite” — denominação designativa das rotas de recolhimento do leite porta a porta nas propriedades, feitos atualmente pela Cooperativa Piá.¹²⁹

Somente em 2015 e 2016, pude travar conhecimento e acompanhar de perto o trabalho de Adelir João Luqui, fiscal veterinário aposentado e atual responsável pela condução dessa tarefa coletiva que já tem tradição de quase 30 anos. Nascido em 1944 em Criúva, para fazer o peditório do leite necessário para fazer o Queijo do Divino leva consigo o crachá do antigo trabalho — embora dizendo que não precisa, pois todos o conhecem. Um recorrido demorado de tortuosas escolhas de estradas levando a casas, pessoas e tipos de animais que Adelir conhece de cor e salteado, feito uma semana antes do dia marcado para a doação. Entregando o folheto convidando para a festa, ele acerta a quantidade de leite que será doada por cada um — “mais ou menos”, ele diz, a respeito da precisão do número, que logo depois é anotado ao lado do nome da pessoa no seu caderninho de controle. São necessários 30 doadores para obter pelo menos 1500 litros de leite, o volume mínimo para encher de massa recém coalhada o enorme cincho metálico que fica no porão da igreja de Criúva. Cincho especialmente feito

¹²⁹ Segundo Mariani (2006, p. 122 e 123), a Cooperativa Piá, em 2003, instalou um projeto piloto de resfriamento e coleta coletivo de leite, na localidade de São Jorge da Mulada, atendendo igualmente São João da Mulada, Ilhéus e Criúva em Caxias do Sul e também as localidades de São Roque e Linha Tuyuti de São Marcos. Visando aumentar os padrões de qualidade do leite — 1725 litros diários na época, provenientes de 41 unidades familiares de produção.

para isso, da mesma forma que o seu acoplado mecanismo motorizado, necessário para prensar a massa e depois para realizar a rotação periódica da forma. Agora todo o aparato funciona bem para esse único queijo, distinta situação das dificuldades do início. A esse respeito, contam-me entre risadas, dos cálculos feitos pelo professor de matemática da localidade que ao não considerar a redução drástica de volume do leite quando vira queijo, projetou um primeiro cincho que era como uma banheira — largo e raso, com relação ao volume de massa coalhada nele colocado.

O processo de fazer o queijo é muito semelhante ao utilizado por Brenno e Anéris, com adaptações para o aquecimento do leite (devido ao transporte, obviamente acontece o resfriamento do leite recém-ordenhado) e para o gigantismo do volume manipulado. Muitas mãos são requeridas para as múltiplas etapas da grande tarefa conduzida nesse dia. Como explica Adelir, em torno de 50 pessoas fazem parte da mobilização que inicia às seis e meia da manhã e finda mais ou menos às três e meia da tarde. Consistem desse mutirão as seguintes tarefas: recolhimento das doações; descarregamento do leite e seu transbordo para as painéis de aquecimento; agitação e aquecimento; filtração do leite para outros recipientes, com adição de sal e coalho; corte da coalhada; transbordo para sacos, prensagem da coalhada e salgagem final; colocação da massa no cincho, em várias camadas, realizando a sua dessoragem final.

Ao final de tudo esses esforços, no entanto, o queijo está longe de estar pronto. Como qualquer outro queijo serrano, necessita de intensos e cotidianos cuidados ao longo de sua maturação. Tarefa totalmente assumida por Adelir, como explica Anéris, provando pela primeira vez esse queijo para o qual a sua família doa leite “desde o tempo do Lorandi”. Tempo no qual o queijo ainda era feito na casa de Zenor, o músico aparecendo de costas no filme de 1998, adicionando o toque do bumbo ao conjunto musical já em marcha de “Xote Laranjeira”. A música também servindo para o baile, sem o mínimo constrangimento ali acontecendo ao mesmo tempo: como de hábito, diversão e trabalho estão muito próximos.

De início, além de virar a forma, é necessário realizar olhaduras no corpo do queijo, para retirar o soro que pode ter ficado ‘embolsado’ em seu interior. Nos primeiros dias de maturação, a limpeza da superfície é feita diariamente, depois mais espaçadamente, assim como o tratamento da superfície com alguma gordura, para que a casca não resseque excessivamente e fique bonita até o ponto de consumo do queijo. Eventualmente, Adelir remove alguma imperfeição dessa superfície, em conserto que deixa uma pequena cavidade, logo preenchida com a massa derretida de fragmento de outro queijo serrano. Todo o processo, em 2015, levou praticamente 5 meses — precisamente, 144 dias de sua colocação no cincho ao início de abril até o dia de sua comercialização no início de setembro, para consumidores

de Caxias do Sul em sua grande maioria. Que caminho interessante, fiquei pensando — gostaria de ter conseguido conectar todas as casas e pessoas envolvidas nessa história, desde a coleta do leite litro a litro, até sua maturidade final, o ponto no qual o queijo serrano “do tamanho de uma roda de trator” já está firme o suficiente para ser transportado pelo sortudo ganhador da rifa (que “corre” no final de junho). Ganhador que usualmente tem vendido o queijo inteiro para os comerciantes de Caxias, que disputam a honra de oferecê-lo no seu comércio especializado em queijos, como aconteceu no ano em que acompanhei o processo.

Ao longo de todo esse processo, vejo que os encontros entre pessoas de distintas moradias têm garantia sazonal, em regulares relações de participação¹³⁰, as quais encontro muito próximas às da louvação. Contudo, nesse caso, a integração dessas várias doações de leite resultando nesse emblemático produto único, reproduzindo coletivamente a elaboração que faz parte do cotidiano de trabalho de muitas famílias da região — um queijo serrano. Nas duas edições por mim presenciadas, vejo da importância do papel integrador de Adelir, juntamente com as instâncias ligadas à Festa do Divino: a comissão de organização e os festeiros e músicos da louvação. Às pragmáticas etapas, adicionam-se em certo momento as rezas no ambiente de preparo do queijo, como feitas pelo ritual do grupo de louvação de Criúva (festeiros e músicos). Também, esporadicamente, na forma orações feitas pelas próprias pessoas que trabalham em sua elaboração. Porém, não é mesmo esse o seu foco principal, uma vez que para o queijo ‘dar certo o trabalho tem de ser rápido — a coalhada não pode esfriar muito, senão “não dá liga” entre uma camada e outra que vai sendo disposta no cincho.

Dentre os vários aspectos contados ou vistos, o filme mostra algumas coisas. Por exemplo, em uma propriedade, a visita para a entrega do convite e o pedido do leite para o Queijo do Divino encontra vizinhos reunidos em mutirão para o preparo da silagem de milho, futuro alimento de inverno para o gado desse proprietário. A ocasião acaba motivando um intenso relembrar dos recentemente falecidos companheiros de ajuda no trabalho do queijo. A partir de agora, incorporados somente à memória coletiva “dos que ajudara a fazer o queijo”. O recorrido por vários tipos de propriedades enfim permite conhecer vários tipos e tamanhos de plantéis de animais, distintas edificações de casas e arranjos familiares e mesmo maneiras

¹³⁰ Relações de participação conforme Tambiah (2013, p. 211-213) explica sendo desenvolvido sequencialmente por Lucien Lévy-Bruhl: “associação de coisas e pessoas no sentimento positivo, a ponto de significar identidade e consubstancialidade”; Maurice Leenhardt: “essa relação sentida entre o self (e a pessoa) e os fenômenos da paisagem mítica; em última instância, participação ordenava a relação entre o homem e o imane e/ou o transcendente” e Diana Eck:” A participação pode ocorrer quando pessoas, grupos, animais, lugares e fenômenos da natureza são representados em relação de contiguidade e essa relação é transladada a uma relação de existência imediata e afinidades compartilhadas.

diversas de realizar a “lida”. Ou seja, às particularidades da grande tarefa de criação do gado, essa viagem pelas linhas ‘do leite’ adiciona vários detalhes dessa específica sub-rotina. Acontece mesmo o inesperado, do nada irrompendo cavalos correndo soltos no campo. Uma cena recompondo o relato de infância escutado na voz mansa de Brenno, sobre surpresa da passagem das manadas de cavalos selvagens. Porém, hoje não há dúvida — Adelir sabe certamente sua procedência: como tudo por aqui nos dias de hoje, eles “tem dono”. Contudo, o mais interessante desse dia são duas histórias comuns a essas vivências de criação de gado nesses campos: a questão mesmo do exercício do comunitário e do arrocho normativo.

E, quase ao final, com Valtemar e Januária por duas vezes reencontramos o assunto normativo, em duas incidências distintas. No recebimento do convite, eles dois falam de outros dois pedaços de terra que possuem, perto do Apanhador, outra localidade de Criúva, quase na divisa com São Francisco de Paula. A partir desse ponto, externam a indignação com as estruturas indesejadas na cidade, que acabaram sendo colocadas ali: foi a decisão após o movimento descrito por Eliseu, no capítulo 2. Entre a cadeia e o lixão, ficam eles. Água feia, amarelada, resultante do tratamento do “sumo” do aterro sanitário — o chorume do depósito de lixo, caldo fétido que, mesmo tratado, ainda é uma água feia, que eles não conseguem entender como alguma lógica ambiental permite que seja disposta nos lajeados dos antes lindos morros, em proximidades às fontes puras que conheciam de anos.

Na mesma propriedade é que, no dia da coleta do leite, emerge ‘o quase colóquio’ sobre a derrocada das agroindústrias, um dos projetos desenvolvidos nos dois distritos pela SMAPA. Por essa iniciativa, o município incentivou a construção de uma série de agroindústrias na região, visando melhorar a condição de vida de seus habitantes — pois o Projeto Companheiro identificava em Criúva e Vila Seca casos de famílias em situação de “pobreza extrema” ou próxima a esse limiar.¹³¹ O caso é que as agroindústrias foram instaladas somente quando os agricultores podiam assumir algum endividamento, o que não era possível para os identificados nessa situação que o projeto identificou como sua motivação. Enquanto escrevo essa tese fico sabendo que mesmo “a do Sutuli”, citada no filme como a última que ainda resistia, fechou suas portas. Uma a uma foram sendo inviabilizadas, por um alegado não atendimento de exigências atreladas à resolução de supostas inconformidades sanitárias — detectadas pela mesma autarquia municipal que incentivou esse empreendimento. As exigências todas são feitas pelos fiscais municipais, contudo, no sentido do atendimento à norma federal. Em ação que traz investimentos e/ou custos fixos adicionais,

¹³¹ Informações obtidas junto à SMAPA, onde recebi explicações de que o diagnóstico da situação econômica foi feita principalmente de acordo aos dados do IBGE. Também alguns dados obtidos em Facchin *et al.* (2007).

em uma carga impossível de ser suportada por esses moradores — em muitos casos que me foram relatados, realmente estão as dívidas do empréstimo contraído para as instalações ainda sendo pagas. Entre os custos alegados como despropositados, é sempre citado a necessidade de que cada propriedade tivesse que pagar mensalmente um veterinário — como se fosse seu funcionário, além de exigências com relação à necessidade de um clorador para água utilizada na propriedade. Algo que, dizem eles, “para nós nunca ninguém propôs” — referindo que a água de consumo nas propriedades sempre foi de responsabilidade deles próprios, nunca havendo nenhum amparo de qualquer órgão público nesse sentido¹³². Além disso, os moradores relatam que “foi demais” o número de agroindústrias construído, adicionalmente a mudanças no processo do queijo que fizeram com que os clientes passassem “a desconhecer” o queijo que passou a ser feito — ficou um queijo ruim, dizem-me muitos.

Fazendo o vídeo, ao longo desse evento ritualizado que transforma a paisagem em queijo serrano anualmente, acabo a registrando a discussão da interface de relacionamento entre os campos e a cidade: os moradores reclamam sobre planos que recaem sobre suas cabeças sem prévia consulta. A saber, reclamações que são mais frequentemente personificadas nos técnicos associados ao SAMAE, à SMAPA e às instâncias de proteção ambiental ali em funcionamento: a Secretaria de Meio Ambiente Municipal e uma sucursal regional da FEPAM, com seus respectivos poderes policiais.¹³³

Escuto, nessa jornada, inúmeros exemplos constelados na ação do cadastramento ambiental rural praticamente obrigatório empreendido recentemente nessas localidades. O esquadramento da propriedade na foto de satélite e os formulários preenchidos são vistos como um sofisticado estágio adicional da invasão coercitiva que já está em marcha há tempos. Como seu arauto futuro, serve de exemplo o aviso que os habitantes receberam quase em paralelo a essa ação: em prazo exíguo, os agricultores terão a obrigação de emissão de nota fiscal eletrônica. Ou seja, o que hoje é feito de maneira manuscrita, por meio do talão do produtor, em pouco tempo terá de ser feito de forma informatizada. Exigência vista como sumamente despropositada, em lugares da municipalidade onde a energia elétrica e a telefonia são muito precárias, além da evidente carência de conhecimento — e de equipamentos — para os agricultores acessarem, de uma hora a outra, a esse outro mundo de comunicação.

¹³² Exceção feita às poucas ações de saneamento rural que foram feitas pela ação piloto SMAPA e SAMAE.

¹³³ A partir de 2001 o Batalhão de Polícia Ambiental passa a atuar em todo o Estado, em ampliação da sua área inicial de atuação, dispostas em sua criação em 1998, somente para Porto Alegre e sua região metropolitana (RIO GRANDE DO SUL, 2014). Com relação à polícia municipal de Caxias, em 2016 a Guarda Municipal passa a exercer essa função, ao que parece por intermédio de acordo firmado entre o SAMAE e a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Ação Social, envolvendo a cessão de veículo versus a prestação desse serviço policial à autarquia de saneamento (CAXIAS DO SUL, 2016b).

Associadas a essas ações de sujeição paulatina de suas atividades agrícolas aos enquadramentos legais, não passam despercebidos aos moradores, no entanto, os vários correlatos interesses corporativos a isso associados. Assim, passam a existir taxas que devem ser pagas, são impostos serviços técnicos variados que devem ser contratados e remunerados e são criadas necessidades analíticas que devem ser atendidas de forma não gratuita, bem como passam a existir honorários devidos a advogados, cujo acionamento passa a ser necessário na defesa de multas e penalidades impingidas, dentre outros casos que poderiam ser citados. Não há realmente disfarce desses interesses mútuos, ao contrário, vê-se que eles se autoenunciam de forma óbvia e naturalizada.¹³⁴

De outra parte, em vários encontros de cunho ‘técnico’ que acompanho¹³⁵, relativos a essa região de estudo, recolho subsídios que apontam para a desconsideração praticamente absoluta da ciência local. Ao contrário, os moradores são vistos como uma presença perigosa — por princípio, trazem poluição para as águas e suas práticas de uma forma geral são vistas como atrasadas e primitivas — no sentido de apresentarem pouco rendimento econômico e de serem pouco contributivas ao Produto Interno Bruto (PIB) do município. Contudo, em generalização de enunciado que não permite o discernimento claro das tarefas em efetivo exercício no território usado correspondente a essa paisagem. Inclusive, a percepção de conhecimento espacial preferida por esse atuar normativo ambiental é o da bacia — mas não hidrográfica, como de denominação usual para a área de gestão de recursos hídricos. É a bacia de captação: uma captação de recursos ‘naturais’, uma captação de água.

Além dessa desvalorização do conhecimento em si, encontro igualmente um julgamento ético que esse viés urbano-técnico-normativo realiza com muita facilidade, em claro viés de conveniência à sua atividade: ‘esse pessoal do campo não está acostumado com o licenciamento e a normatização’. Seria melhor, como escutei de um político na cidade, que as porteiras ficassem fechadas, com os bichos sozinhos com o mato e o campo. Essas regras, frutos do conhecimento prático do lugar, são contrapostas às crescentes demandas de licenciamento dessa atividade, ainda envoltas em nebulosa configuração burocrática, mesclada a interesses corporativos específicos.

¹³⁴ Ação em curso que regra oficialmente a fabricação e comercialização do queijo serrano, tarefa até esse momento desobrigada de encargos analíticos. A mesma instância de controle municipal implicada (o Serviço Municipal de Controle de Produtos Agropecuários de Origem Animal, alojado no quadro da SMAPA), ao mesmo tempo em participa de um grupo que discute essa possibilidade, já cadastra laboratórios para executar o serviço no município (CAXIAS DO SUL, 2018a; PREFEITURA...,2018).

¹³⁵ Mais detalhes a esse respeito disponíveis no Capítulo 2.

A sucessão de conversas, ao longo das linhas de coleta de leite, diz das dificuldades que esses moradores agricultores encontram no cerceamento a seus procedimentos de vida no lugar, por sucessiva imposição não somente de procedimentos de licenciamento, mas igualmente de receitas de como conduzir as tarefas que sempre fizeram — o caso do queijo serrano, analisado em detalhe no que se comenta sobre o cotidiano de Brenno e Anéris. Os licenciamentos são processos complexos, demorados e de intenções que não são bem compreendidas. O que conseguem perceber hoje é que por esse intermédio são obrigados a remunerar um técnico, que, via de regra, acaba sendo alguém que não tem a experiência da vida do lugar, para teoricamente lhes dizer como fazer algo que eles sabem fazer ‘desde o tempo dos avós’. A discussão a respeito das queimadas é mostrada em seu contrassenso capital pelo argumentado — pois os habitantes comparam os supostos danos causados pelos seus procedimentos com aqueles associados aos vários pacotes tecnológicos associados a essas culturas não tradicionalmente efetuadas na região. Ao fim de tudo, nessa paisagem, entendo como se o gigantismo desse comunitário e ritual queijo “dos campos” simbolicamente queira se colocar na medida do diálogo com outra grande comida, essa polenta gigante “dos gringos”.

6.3 O OLHO GRANDE DO PROGRESSO

A movimentação em torno da confecção do queijo do Divino é nesse dia observada por Brenno. Embora a bandeira e a louvação da festa estejam presentes, agora estou mais interessada nas linhas traçadas pelos deslocamentos de pessoas e coisas nessa paisagem. Por isso, nesse dia, quase sem sentir, sigo Brenno e Anéris. É raro encontrá-los fora de casa: já os havia visto no centro da vila de Criúva apenas uma única outra vez — na procissão, os dois de braço, Breno com o mastro da bandeira centenária apoiado no ombro.

Sem obsessão filmo Brenno, com seu chimarrão calmamente observando o que se passa. O casal veio “só uma olhada no movimento”, aceitando o convite que Adelir faz sempre aos doadores, mas Anéris acaba trabalhando — esse ano menos pessoas vieram auxiliar para fazer o queijo. Bem cedo, as três equipes percorreram as três “linhas do leite”, recolhendo a doação prometida. Em época de soltar as vacas no campo, já liberadas dos terneiros, o grande queijo serrano está entre os últimos confeccionados na região antes do inverno. Eu já havia registrado os detalhes vários do fabrico coletivo no ano anterior, então, agora, libero-me para outros os ângulos de observação. E, ao mesmo tempo, dou-me conta que observo outra coisa, apesar de aparentemente assistir à realização da mesma tarefa. Fico

pensando — o leite é outro, resultado de outras vacas, outras ordenhas, outro pasto, que recebeu mais ou menos sol, mais ou menos chuva, vindo de um solo que passou por outros processos, sem falar do sono das vacas nessa última noite antes da ordenha que coletou sua substância preciosa nessa manhã bem cedo.

Nesse dia, vimos fotos juntos no porão da igreja, hoje o “porão de fazer o queijo” — Cássia, ajudante fiel de Adelir e casada com Dinho (o professor de matemática do cálculo do cincho que parecia banheira) trouxe-me a caixa de fotos de seu pai Zenor (no filme, o músico do bumbo) e de sua mãe Leda (a pessoa que até hoje coloca o coalho nas muitas panelas de leite coado para o grande queijo). Por esses dias ela e o marido igualmente haviam conseguido recuperar esse vídeo de um dos primeiros desses mutirões, ao final dos 1990s. Aparecendo no filme, trazendo essa música animada, com a mais linda dança que tenho registrada, e com a fala do padre já falecido que sintetiza a ideia do queijo como símbolo da festa. Vídeo que mostra esse ritmo natural de outro tempo, pleno de outras substâncias em contato com o substancial leite: madeira, cobre, lenços de pano nas cabeças das mulheres. Agora substituídos por inox, alumínio e materiais descartáveis nas toucas e luvas. Os lugares de realização dessa tarefa comunitária também mudaram: antes nas casas da vila, agora no porão da igreja, e a música que escuto hoje é apenas religiosa. As rezas feitas são poucas, todavia: resumem-se ao momento da aparição rápida da louvação conduzida pelos festeiros do ano de Criúva. Ao longo da manhã, Adelir, com a ajuda de mulheres e homens experientes na “função toda”, leva a termo a tarefa. Repetem-se as etapas já presenciadas no anto anterior, em bastante proximidade aquelas do cotidiano de fazer queijo como visto junto a Brenno e Anéris — contudo aqui o leite tem de ser ‘esquentado’, e não há como fazer o banho com sal grosso que fazia parte do procedimento do casal. Claro que o queijo é muito maior, então depende mais ainda dos cuidados a ele dispensados em sua fase de maturação: o virar, as olhaduras para escorrer o soro, a limpeza da superfície — como uma criança pequena. Adelir irá se dedicar a grande peça de queijo serrano até aproximadamente o início de setembro, quando então é considerado pronto para ser entregue ao ganhador da rifa.

Ao término de todas as louvações, tanto de Vila Seca como de Criúva, saindo da concretude de trabalho coletivo que encontrei tanto no galpão da Fazenda do Contrato como ao longo de todo o processo de gênese do Queijo do Divino, ecoa em meus ouvidos o que Jorge por fim disse, sobre o saber necessário para entender “as coisas incríveis” que ele repara acontecer nessa paisagem. O fato é que realizo que o pensamento crítico de Jorge Boca de Sino encontra a enunciação de Kopenawa, percebendo os movimentos ligados ao “mundo da

mercadoria”¹³⁶. A partir do que conhece pelas redes de notícias nacionais, espanta-se com o fato de que a fiscalização federal não tem o poder de sustar o que o mundo do progresso demanda em sua expansão. Com isso, ele fala descomplicadamente do que é um fato no cenário nacional de desenvolvimento: a produção pecuária do país cresce na direção de pastagens conquistadas pela derrubada ilegal da mata amazônica.¹³⁷ Ele comenta o que o deixa pasmo — de como, mesmo depois de muitas autuações, os mesmos autores são recorrentes no crime. Esse tipo de atitude é o que Jorge chama de “o olho grande desse povo” — sem saber, ele solidariza-se à luta dos yanomami, quando pensa sobre a destruição do campo nativo que vê a sua volta. É o olhar desse mundo de visão, digo eu, explicando mais de seu funcionamento usando as palavras de Jorge: “eles seguem sempre aproveitando o que dá mais, e por isso vão desmontando a natureza, pois essas pessoas não dão bola para isso...”, arremata ele, desanimado. Encontro nesse seu comentário uma reedição do que os Kaingang falam sobre a importância do cultivo de coisas que tenham efetivo valor — ideia podendo abarcar, nesse lugar, o gado criado nos campos, como antigamente.

Comenta igualmente sobre as mudanças na paisagem desta região, que ele conhece “de tanto fazer a louvação com padre Pedro”, além de posteriormente ter sido o motorista do transporte escolar: as lagoas “olho de boi” sumiram, assim como “os banhadões”. Do mesmo modo, repara que os capões de mato bonitos com “nome próprio”, referências geográficas no lugar, já não existem mais — “os antigos, de mata virgem, ainda se encontram, mas muito poucos”, detalha ele, “só mais perto da costa do rio das Antas”. Essas coisas ele nota que foram acontecendo “depois do tempo do pai dele, quando acabou a prática dos mais velhos”. Jorge explica os detalhes dessa prática: aquela do plantio de rocinhas auxiliares à criação de gado, que obedecia a um período de pousio de 10-15 anos, período no qual deixavam a mata vir de novo. O que não mais acontece — agora, nessas novas plantações, Jorge repara que “eles derrubam o mato, ou destroem o campo, e nunca mais deixam o terreno ser como era antes”. Eles, explica o Boca de Sino, são os atuais proprietários das terras — algumas pessoas do lugar mesmo, outros de origem urbana. As terras mudam de dono, porque “os velhos morreram, com muitos herdeiros — se fossem dividir ficaria muito pouco para cada um; então as pessoas preferem, vender para um grande proprietário, ou para uma grande firma”. Dessa forma é por ele explicada a gênese das grandes plantações de outras culturas. As máquinas

¹³⁶ Junto com a guerra, a escrita e a natureza, a mercadoria é um dos pontos de “embate crucial” entre o mundo dos yanomami e o nosso (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 542; 629; 664). Esse, é o mundo da civilização capitalista, em que nós somos “o povo da mercadoria”, com uma relação doentia com a terra (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 27).

¹³⁷ Conforme (BARRETO; PEREIRA; ARIMA, 2008; PEREIRA, R.; BARRETO, 2017).

destroem completamente o campo para “as plantações — é alho, é pêsego, é ameixa, é amora, essas coisas são todas artificiais”. Uma situação realmente outra, segundo Jorge — “já não é mais aquele sistema de antigamente”. Nesse conjunto de novas culturas, a plantação de pinus é vista sem clemência: “se foi plantado, por 15-25 anos, fica ‘aquilo’ ali”. E ‘naquilo’, detalha Jorge, não “se cria” nada: “passarinhos não entram no meio daquilo, nem mesmo cobras se aventuram dentro de um pinhal de eliotis”. Ressaltando um detalhe importante, a narrativa desse morador antigo da localidade: quando esse pinhal é derrubado (pois muitas vezes não é, como Raul evidencia o que está acontecendo atualmente) — “demora muito tempo para formar uma natureza... os terrenos ficam perdidos!”

Novamente, nisso ele reconhece novamente: “é o progresso — tanto plantaram que o eliotis não está valendo mais nada... As pessoas estragaram ‘milhões e milhões de campo’, plantando aquilo que hoje não tem comércio — foi demais, encheu.” Jorge diz que vai demorar mais de 25 anos para formar o campo de novo — “Agora não tem como dar volta... o cara, se tiver a idade que eu tenho, nunca mais vai ver formar o campo: a pessoa morre, e a terra vai ficar na mão de um outro, que poderá ter outras ideias”.

Jorge Boca de Sino, em sua fala, concorda com as ideias de Raul e Mendes — as pessoas estão ficando sem opção de vida no campo. Falam de como suas simples práticas de cultivo são criminalizadas, enquanto que os grandes extensões de negócios agrícolas parecem ser cada vez mais conduzidas sem maiores impecilhos. Como ele exemplifica, fazer uma pequena roça pode ser motivo para colecionar mais uma multa, da mesma forma que a derrubada de uma árvore da propriedade para o conserto de um galpão pelo mesmo caminho da penalização pode trazer prejuízo — não conseguem consertar o galpão e ainda tem de pagar advogado para se livrarem da penalidade, além de terem que arcar com o custo de uma “recomposição florestal” de um número muito maior de árvores. Em suma, conclui, ele, ao meu ver é isto, é dessas coisas que são feitas o progresso: “ele danifica — é o mesmo caso desses pomares e plantações todos com defensivo agrícola”. Por causa disso, “não existem mais aquelas vertentes bonitas que havia — dava gosto chegar numa sanga e beber uma água, tomar um banho de sanga...hoje você não pode mais beber uma água direto, sem tratamento, como antes era possível, por que estão contaminadas com veneno”. Jorge nota que os passarinhos — perdiz, perdigão, esses bichos de campo, se foram. No entanto, não por causa da queimada. Ele viu que esses “bichos de granja do campo” comiam os outros “bichinhos envenenados”, ou tomavam a água contaminada pelos agrotóxicos que passaram a ser utilizados, e morreram. Como os peixes dos arroios e lagoas, que também sumiram, ele nota

que há muito poucos deles — em resumo, ele afirma que “a natureza sofre muito com tudo isso aí”.

Por fim, diz Jorge Boca de Sino, ao final dessa conversa comigo — que por memorável que foi acabei pondo no texto em proximidade ao que externaram Raul e Mendes — “o progresso, ele é muito caro para a gente”. Ele diz da ganância, ou da “possessão pelo desejo desmedido de possuir todas as mercadorias”, em processo de acúmulo que não se dá conta da finitude da vida mesmo do ser humano, em comparação com a longevidade dos objetos fabricados ¹³⁸. Da vontade sem limites de ganhar a custa do desmonte de algo que não custa nada, pelo modo que esse mundo de raiz urbano vê as coisas — o campo nativo nesta região, como a floresta amazônica, não tem valor para pensamento esfumaçado o mundo da mercadoria. Pode ser, ele pondera, que em outro tempo "apareçam outros com ideias melhores", contudo, nesse tempo não consegue enxergar outras intenções que não sejam as cidades continuarem a crescer desse modo. E aí, fala, essas coisas que acontecem aqui, vão poluir um rio como o Guaíba — e a água dele, que vai longe, se foi.. Seu recado final: "então isso tudo são coisas incríveis que eu não sei nem lhe explicar, vocês que devem saber muito melhor do que eu..."

6.4 LEMBRANDO COISAS POUCO SABIDAS

Juntos às pessoas, nesses episódios de convivência encontro essa ‘extrema facilidade com a palavra’, uma característica que pude notar como sendo um atributo dos moradores dessa região — a prosa prazerosa é um exercício constante, e a palavra que vira música faz parte da vivência normal dessas comunidades: cantar e dançar integra o ir e vir nas festas da região, algo corriqueiro no cotidiano das famílias, e muitos sabem tocar instrumentos. Nos campos, as casas são bem distanciadas umas das outras, mas os lugares existem, e parecem ser formados desse cruzamento de trajetórias — as pessoas estão sempre em movimento, e é talvez por isso que haja tantas facilidades no contar e rememorar das histórias, em pertencimento ao fenômeno de “existência dos grandes mananciais de estórias nos lugares de passagem ou de encontros”. Fenômeno em que a palavra musical faz também o seu trabalho — “elas criam humanidade”, e como “essa instância de instauração de mundo”, atapetam um caminho poético para que possamos entrar nesse “universo dos recados” — a

¹³⁸ Conforme pensamento de Kopenawa, em Kopenawa e Albert (2106, p. 407; 412).

linguagem fazendo “esse trânsito de sentidos” — onde não dados são os significados, mas “são móveis, dependem de outra palavra”.¹³⁹

Todavia, essas histórias não são declinadas inconsequentemente. As narrativas possuem enraizamento profundo na historicidade da vida das pessoas no lugar, situação declinada em outra ocasião encadeada a esse relato do galpão, dessa vez pela voz e lembranças de Luiz: é isso que motiva seu convite para que viaje com ele — o compartilhamento de outra história. Histórias sabidas de antemão de seu repasse futuro, como mostram os diálogos. Uma história repassada é, em boa medida, um recado¹⁴⁰, antevendo um espalhamento reticular, de maior alcance do que uma mensagem. Tento, pois, repassar o recado recebido, conforme o entendi. Entretanto, há um contexto vivido que o recebe, que entendo que faz diferença em sua tomada de sentido, que penso fazer parte dessa transmissão. Do “como eu entendi esse recado”, pois, fazem parte não somente as palavras fidedignas proferidas, mas quem as disse, quando, aonde, e em que situação — esse conjunto é o que me esforço a reconstituir, de um recado que julgo ser a respeito da consciência poética do habitar dessa paisagem. A qualificação ‘poética’, aqui, é empregada no seu sentido costumeiro de emprego nessa tese — do conjunto de coisas que se faz nesse lugar: da vivência que é aqui tramada na paisagem, em que festa e trabalho, em suas lutas de existência vão de mãos dadas ao longo da trajetória no tempo e no espaço. O recado que recebo é, mais uma vez, um posicionamento crítico, que remete ao primeiro sinal desse tipo que recebi nos momentos comunitários ao longo desse ciclo festivo — estava não tão longe da cidade, e disseram-me para prestar atenção ao que ficava ‘de fora dos festejos do Divino’. A partir disso, fui descobrindo que as “cores” da pele das pessoas foram a chave de acesso aos locais de celebrações comunitárias festivo-religiosas, hoje ainda conformando sensações de não acolhimento nesses e em outros espaços coletivos. Em pouco sutil gradiente — quanto mais próximo da cidade, pior é essa sensação desagradável, com reflexos nas vidas das pessoas ‘não tão brancas’, que, sabendo que o Divino não tem mesmo território, viabilizam suas vivências espirituais e comunitárias por caminhos vicinais à estrada principal.¹⁴¹

¹³⁹ Conforme dito por Wisnik (2004), a partir da teoria da linguagem de Batkin, dizendo da não fixidez e da não prontidão de sentido das palavras.

¹⁴⁰ Fundamental nisso, segundo Wisnik (1998, p. 161,162) é entender a diferença entre recado e mensagem. A primeira palavra dá conta de significar um fluxo de comunicação — um encadeamento de início e final indeterminados — que é “ao mesmo tempo emissor e receptor: destinando-se a ser mandado, define-se antes de mais nada e ao mesmo tempo por ter sido recebido”. O recado envolve sempre mais do que os dois polos da mensagem — o destinador e o destinatário. No mínimo existe mais alguém, exatamente para ‘passar o recado’.

¹⁴¹ Conforme Ribeiro, Anjos e Radomsky (2015, p. 20), “fica muita gente de fora — se perceber, nas Festas do Divino, pode ser que eu me engane, mas a maioria é branco [...] o Divino inclui, mas a festa do Divino não necessariamente...”.

Por conta desse recado, passou a fazer parte do interesse dessa pesquisa que interroga a trajetória dessa paisagem outro elemento que faz parte da memória coletiva do lugar, em estreita associação com os cultos do Divino Espírito Santo e com a apreciação opiniática dos seus moradores às novidades trazidas pelo progresso. Falo das histórias associadas ao profeta, monge ou andarilho João Maria “das Matas”, ou São João Maria de Jesus, um sinal que interpreto em um primeiro momento como indicador dessas vozes que vêm ‘das margens’.

O caso é que em toda essa região reencontro a prática dessa devoção ao santo popular: as pessoas mais idosas guardam cuidadosamente as fotos de “São” João Maria¹⁴² e as benzedoras idosas invocam o santo em suas rezas, com seu nome aparecendo em íntima ligação com as coisas da natureza e do Divino Espírito Santo. É em Criúva, no entanto, que seu culto é acolhido pela sensibilidade do vigário Rizzon, contudo, em inclusão um pouco forçada nas estruturas católicas já existentes. Inclusive em sua dimensão física, como atesta a localização dos dois pequenos santuários ainda hoje existentes no distrito. De sua juventude, lembram-se as pessoas da faixa dos 70-80 de histórias sobre o monge, em testemunhos que dizem dessa convivência ter efetivamente ocorrido na região por volta dos 1900s. Data dessa época a construção de grande cruz de madeira de cedro, que ele teria colocado em lugar na entrada da rua principal do povoado central do distrito de Criúva¹⁴³. Para logo depois ser vandalizada — a cruz foi danificada a golpes de facão, por motivos não muito claros nas lembranças de hoje em dia. Isso e também o não atendimento a seu pedido de pouso em algumas casas constituiriam os motivos para uma maldição rogada por João Maria à localidade: de que a vila de Criúva não cresceria nunca — uma nova construção só seria possível quando alguma já existente desaparecesse, por destruição deliberada ou ruína do tempo. Segundo o que as pessoas mais idosas explicam, para reparar os erros cometidos e cessar essa danação foi edificado o abrigo que até hoje guarda a cruz ‘falquejada’, cheia de fitas amarradas e com uma das fotos do monge — uma capelinha de madeira do lado de fora da igreja de pedra principal de Criúva, em construção que fica isolada no pátio que a circunda. Além desse, existe outro santuário, nesse caso por conta de iniciativa própria dos fiéis do monge. Fora da zona ‘urbana’ da pequena vila, é uma muito pequena construção de alvenaria no meio dos campos. Substituindo seu similar anterior em madeira, em seu interior bem arrumado tem espaço apenas para conter uma mesinha com a pequena imagem do monge

¹⁴² Aos moldes de ocorrências similares em outros lugares, extensamente exploradas por Peixe (2012).

¹⁴³ De acordo a Welter (2007, p. 99) esse é um típico ato “fundador” de João Maria — “tinha o hábito de plantar uma cruz de cedro em cada local que pousava ou chegava, fundando religiosamente o lugar pela plantação da cruz.” A sua brotação, depois disso, era um sinal da benção do profeta à casa ou ao espaço onde a cruz estava ‘plantada’.

junto as de outros santos. Fica na margem de um pequeno regato de águas ditas muito puras — nesses dias, em perigosa proximidade ao aterro sanitário do Rincão das Flores.¹⁴⁴

A aparição do monge tem veracidade histórica, em saga que se desdobra em três personificações distintas, em trajetória do centro do país na direção sul, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX: haveria o monge João Maria, depois o monge João Maria de Jesus e finalmente o monge José Maria.¹⁴⁵

Nomes que aparecem primeiro no mundo científico como sendo a base de mobilizações de fundo religioso, conectadas a conflitos ocorridos no seio de populações com predominância de trabalhadores agrícolas desprovidos da posse da terra onde moram, ameaçados de despejo por condutores de negócios mais poderosos que dependiam das florestas contidas nessas terras. Entre 1912 e 1916 eclode a Guerra do Contestado no interior profundo catarinense.¹⁴⁶ Conflito onde um dos monges liderava um exército de revoltosos organizado aos moldes da história de Carlos Magno e seus doze pares de França. Uma história de ficção que percorre o interior do Brasil nessa época, na via oral da literatura de cordel e do drama encenado repetidamente nos enredos das lutas de cristãos e mouros das Cavalhadas. Essas, com ocorrências importantes registradas igualmente na parte sul do país e nessa região da pesquisa¹⁴⁷ Outro enfrentamento com semelhante entorno ocorre nos 1930s — o conflito

¹⁴⁴ Ampliação pode ser buscada em Pereira (1981), Ribeiro, Anjos e Radomsky (2015) e Igreja... (2018).

¹⁴⁵ Os registros historiográficos sobre “no mínimo três monges” são profundamente investigados por Karsburg (2014; 2016, p. 109, 110; 113, itálico do autor), a partir de vários autores fundantes desses estudos e de seu próprio trabalho empírico. O autor parte da admissão mesmo para o seu contexto de estudo, o histórico, da indiferenciação do personagem *Monge São João Maria* no contexto da história oral do Planalto Meridional brasileiro — “para o devoto só existe um monge”, contudo admitindo a posterior existência de “dezenas de monges” em concomitância aos três precursores. A respeito do primeiro, o eremita italiano João Maria de Agostini, o autor confirma que já no trabalho de Cabral (1960) adquiriu-se a certeza de sua passagem pelo caminho dos tropeiros, passando pela paulista Sorocaba (onde dormia em uma pedra no cimo de um morro, uma “pedra santa”), na Lapa (hoje cidade paranaense, na época paulista, local onde habitou uma gruta) e finalmente em Santa Maria, onde habitou outro cerro, incentivando o culto a Santo Antão. Andarilhos do planalto teriam sido os outros dois monges historicamente reconhecidos, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho, sendo que o último efetivamente participou da Guerra do Contestado.

¹⁴⁶ Como detalha Machado (2001; 2014) violentos conflitos têm lugar em povoados situados ao oeste, ao norte e mesmo no planalto serrano, em que se enfrentaram uma população revoltada com as forças militares de Santa Catarina e Paraná, apoiadas pelos grandes fazendeiros da região — os ditos coronéis, no sentido largo do termo, em complexificação onde se misturam posseiros e grileiros em ações de busca da posse da terra. Tal população, de predominância mestiça, é mobilizada em função de empreendimento privado de extração de madeira das florestas virgens da região, de empresário americano, na época desse conflito um dos maiores investidores estrangeiros em atividades no país. A empresa era *Brazil Railway Company*, que construiu a ferrovia São Paulo — Rio Grande e posteriormente a utilizou para consumir a extração das florestas de araucária da região serrana catarinense, pela madeireira e empresa colonizadora *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, do mesmo empresário, conforme detalham Carvalho, M.M.X. e Nodari (2008) para esse caso e Kohlepp (2014) para o Planalto paranaense e catarinense como um todo.

¹⁴⁷ “Irmandade cabloca segundo Queiroz (1981, p. 82; 184) *apud* Menezes (2009, p. 91), cuja inspiração seria advinda da História de Carlos Magno contida na literatura impressa circulante no interior do Brasil na época, ou da existência das lutas dramatizadas nas cavalhadas, combates entre cristãos e mouros que igualmente

do Jacuizinho, ocorrido na região de Soledade e Sobradinho, no Rio Grande do Sul.¹⁴⁸ O quadro final é mais ou menos similar: combates extremamente violentos com forças militares que acabam por exterminar grande parte dos rebelados.

Adicionalmente são feitos estudos mostrando a profunda inserção das aparições dos monges na escatologia indígena da região sul, principalmente no que é enunciado pelos curadores e/ou *Kujà* Kaingang — os responsáveis pelo seu bem-estar. Tal complexo xamânico, em comunicação com outras etnias indígenas da região (entre outras, Guarani e Xokleng), invoca como auxiliares essas e outras santidades populares e católicas, juntamente com os espíritos animais e vegetais da floresta.¹⁴⁹ Nesse ínterim, existiria mesmo uma indiferenciação relativamente ao que a historiografia identifica como três aparições distintas: São João Maria segue sendo “porta voz” não somente das perspectivas de fim de mundo da etnia, mas igualmente identificado com a cura, os batismos, e os bons conselhos, entre outras qualidades pelas quais o personagem é referido. A água é elemento sumamente importante nesse contexto, posta em relevo não somente pelos rituais Kaingang de batismo, como pelas “águas santificadas” das fontes associadas aos muitos pousos do Monge, referências para a construção dos inúmeros santuários a ele dedicados na região sul. O nome Kaingang do santo vem a ser *Topë kuprig*, que é por eles traduzido como “espírito santo” — em coerência a uma ligação que é longevamente feita na região com a bandeira do Divino Espírito Santo. Detalha o curador Fokâe que o Monge do Contestado ainda anda pelo mundo, prometendo que a terra indígena que ficou nas mãos de outros ainda será Kaingang novamente, em circularidade de percepção com o que era prometido em épocas de outros conflitos — “o ‘Contestado’ dos Kaingang é uma luta que ainda não acabou”. E para isso, o santo não anuncia somente as terríveis dificuldades a serem enfrentadas, mas é igualmente porta-voz da possibilidade de um mundo melhor: “após um tempo de dificuldades, de perda de territórios e de valores

recorriam a essa narrativa. Esse último fenômeno é estudado por Schipanski (2009) no Paraná e registrada por Paixão Cortes (1983b, p. 24) para São Francisco de Paula. Scalante (1926) *apud* Lima (2014, p. 52) registra sua ocorrência — em variante das segregações das festas, em ocorrência separada dos brancos, como “festa de preto” em Cazuza Ferreira. Em 2013 eu própria assisto à reedição dessa luta na praça central de Cazuza Ferreira — nos dias de hoje uma só, onde se misturam cavaleiros homens e mulheres ‘de todas as cores’.

¹⁴⁸ Kopp (2014, p. 239-242) estuda o conflito do Jacuizinho, em que o embate dá-se, *grosso modo*, entre “uma população do mato”, composta de indígenas guarani e ex-escravos, “contra comerciantes e colonos assentados em empreendimentos de colonização do início do século XX, com colônias mistas beneficiando descendentes de imigrantes estrangeiros, mas com a oportunidade de compra de terra para os nacionais”.

¹⁴⁹ Oliveira (1996, p. 143) explica que a escatologia pode ser pensada “como um estado de coisas que passa por uma mudança radical” nesse caso querendo dizer sobre as enunciações a respeito do fim do mundo. Igualmente esclarece que o *Kujà*, que ela explica pronunciar-se *cuiã*, é o “o curador mais forte, que tem guia espiritual animal e no presente pode possuir guia santo católico”; no que complementa Rosa, R. R. G. (2005, p. 101), com a adição de guias “vegetais”.

relacionais importantes dentro das famílias, na comunidade e no modo de ser humano junto à natureza”, a ideia de salvação e redenção em um “novo tempo”, envolverá não somente a cura da pessoa que crê no monge, mas uma espécie de cura comunitária, trazendo “o restabelecimento de uma saúde no plano do social, de recuperação da terra que lhes foi tomada, do respeito entre as pessoas e da vida em comunidade”.¹⁵⁰

Ainda, desse conjunto de pensamentos que os Kaingang recolhem por intermediação de São João Maria a respeito desse novo mundo, no contexto dessa tese interesse-me por um especial aspecto, a partir de uma dessas enunciações de curador ‘mais forte’ Kaingang ‘catarinense’: sobre a necessidade de voltar a cultivar os antigos alimentos, pois as plantações modernas vão passar a “não mais funcionar”. Segundo o *Kujà* Karói serão novamente valorizados os alimentos “que dão pouco peso”, em inversão de lógica de hoje “[...] porque hoje eles plantam pensando no dinheiro. Eles não trabalham pela pobreza, eles trabalham pelo dinheiro. [...]” Ou seja, o que importa é acabar com a pobreza, e não trabalhar pelo dinheiro. Sendo que a sua enunciação de pobreza, significa, antes de tudo, não ter como sobreviver dignamente.¹⁵¹

Se bem que contemporaneamente o culto a João Maria tenha adquirido abrangência bastante ampla¹⁵², há de notar as características associadas a essa figura à época dos conflitos verificados, exemplificado no que é recolhido na pesquisa do conflito do Jacuizinho: um espírito torturado, com marcas de torturas corporais, que nasce de um pai com as mesmas características — seria encarnado “em um velho pequeno, curvado, de etnia bem brasileira”, e que “poderia ser identificado como negro ou bugre”. Repetindo um pouco o que dizem do monge os Kaingang, mas nesse caso com os Guaranis — uma pessoa simples, do fogo e da biriva, “eram um e eram três”. Nesse último caso, sua aparição apresenta problemas ao interior da religião católica — na forma dos “espíritos que baixam” — Santa Clara e Santa Terezinha possuem corpos no Jacuizinho, em rituais que são associados a práticas de “matriz africana e magia indígena”, que, passam a ser exotizadas — “baixo espiritismo” e “fanatismo de Antônio Conselheiro e dos Muckers”, são os qualificativos empregados pelo poder judiciário.¹⁵³ Finalmente, parece-me importante prestar atenção mesmo a um traço que parece

¹⁵⁰ Conforme consta em Oliveira (1996, p. 53-55; 138, 139; 173).

¹⁵¹ De acordo a Oliveira (1996, p. 142).

¹⁵² Conforme Welter (2007, p. 248), os “joaninos” apresentam contemporaneamente vínculos diversos de legitimação do seu culto, de modo “muito mais amplo e complexo do que santo devotado pela população pobre”. Faz parte disso inclusive ações de legitimação por lideranças de movimentos políticos e sociais ligados à posse da terra.

¹⁵³ Mais detalhes em Kopp (2014, p. 242, 243).

recorrente nos estudos relacionados aos movimentos religiosos e conflituosos influenciados pelo ideário de São João Maria: a presença de um “processo acelerado de destruição ou de apropriação privada dos recursos naturais”, ou de mudanças drásticas nos processos produtivos agrícolas. Nesses contextos, os conflitos foram como que respostas a “alterações na paisagem e na rotina agrícola”, em que São João Maria significou “uma perspectiva de superação divina para os sofrimentos”¹⁵⁴.

Vejo que, se as profecias de João Maria falam dos riscos do progresso, no sentido de apresentarem perigos à continuidade desse seu mundo de visão, por outro lado apresentam atitudes para sua duração¹⁵⁵. Da narrativa recolhida em Vila Seca, nas palavras da benzedeira Marina de Paula, São João Maria “da Mata” era uma pessoa que falava da ‘criação’, era aquele que sabia ‘de como eram as coisas quando o mundo começou’. Conta que sua imagem aparece em proximidade e ciência de convívio respeitoso aos elementos: acampava sempre no mato, perto de água corrente, e fazia uma fogueira que nunca se apagava, mesmo nas inclemências meteorológicas dos Campos de Cima da Serra. E o seu ajuste de convivência estava de acordo ao modo pelo qual era recebido: abençoando ou fazendo sinal de repulsa. Nesse último caso, o sinal demonstraria um sentimento similar à reação da depredação da cruz — o rogo de uma praga, ou o desejo de desgraça para quem não o recebeu.

6.5 RECADOS VIAJAM NA PAISAGEM

Fico impressionada pela atmosfera concretíssima do galpão — fisicamente impactada, eu e os terneiros encontramos-nos em suas circulares tentativas de escape de seus tratadores-algozes. No porão da igreja, em outra forma, realmente não consigo observar sem emoção à mágica transformação substancial do leite nesse enorme queijo serrano. Após um tempo,

¹⁵⁴ Conforme Kopp (2014, p. 241 e 242).

¹⁵⁵ Enriqueço a ideia de duração conforme Ingold (2012), como o esforço dispendido para manter as coisas em certo estado, ou a discussão encontrada em Bonesio (2011a) e Magnaghi (2000), sobre as ações pela conservação e reprodução dos territórios, ou a abordagem de Rocha e Eckert (2013), da estabilidade rítmica da matéria no espaço (mais detalhes dispostos no capítulo 2). Duração, por uma ideia bem antiga da humanidade, “significa o que sempre é”. Em adição, tal pensamento igualmente observava, que é “aquilo que está ao centro, é o que sempre permanece [...] a duração é um estado cujos obstáculos não conseguem esgotar o seu movimento”. Contudo, diferencia-o do repouso — “a mera imobilidade seria um retrocesso”, caracterizando-o mais como “o movimento de uma totalidade organizada e completa em si mesma”. Esse movimento do estado de duração está em constante renovação, que se realiza segundo leis imutáveis, com cada término dando lugar a um novo começo — assim são as órbitas celestes, e o ir e vir das estações — sob leis invariáveis de mutação e transformação, que manifestam assim sua ação duradoura, dessa forma estruturando o mundo e fazendo parte da “essência de todos os seres no céu e na terra” (WILHELM, 1995, p. 112; 402).

sedimentadas as narrativas no filme, e também até aqui nesse texto escrito, reafirma-se minha vontade, de pensar, a respeito dos “campos gerais”, a partir das coisas incríveis vistas ou ouvidas ao longo de toda essa pesquisa. Tendo em vista a forte simbologia ritualística contida nessas presenciadas situações concretas, parece-me inescapável não considerar uma mínima incursão pelo terreno mítico de compreensão desses acontecimentos de um lugar do interior brasileiro, em relação de proximidade com os centros urbanos.

A memória coletiva concernente a São João Maria, associada ao conhecimento das atuais práticas de crença no Divino Espírito Santo na região serrana e da existência dos eventos que mostram o espírito aguerrido dos moradores do lugar trouxeram-me a necessidade de buscar raízes mais profundas da contemporânea convivência do urbano e do rural brasileiro. E nesse sentido, o prefácio que Eduardo Viveiros de Castro escreve para a edição brasileira de *A Queda do Céu* fornece algumas pistas, chamando atenção ao denso artigo de José Miguel Wisnik a respeito da obra *O Recado do Morro*, de Guimarães Rosa (ROSA, J. G., 2007 [1956]).

Ensaio no qual o autor comenta (entre muitas coisas) sobre as intrincadas passagens de um recado entre sucessivos portadores, ao longo das duas viagens ficcionais entrelaçadas pela trama de *O Recado do Morro* — ao longo de um trajeto em paisagem ‘real’, ocorre uma “viagem cosmológica”, constituindo um complexo interrogar sobre “o enigma do interior e da história brasileira como alquimia espiritual” (WISNIK, 1998). Portanto, um acontecimento ficcional no campo mítico¹⁵⁶ do sertão brasileiro, entendido esse como sendo a região dos “campos gerais”, segundo Wisnik explica extensamente no vídeo *O Sertão Transcendental de Guimarães Rosa*, fazendo parte de um universo sertanejo construído, sobretudo em suas obras *Sagarana*, *Corpo de Baile* e *Grande Sertão Veredas* — a partir de matérias que busca no mundo regional, que ele transfigura de tal forma a em certo ponto considerar” que o sertão é o mundo”, com a inclusão de elementos mitológicos universais variados. De acordo ao autor, nesse conjunto Guimarães Rosa recoloca a transfiguração euclidiana em pauta - realizando entrelaçamentos narrativos entre a terra, o homem e a luta, em que a “violência como o ‘carma brasileiro’ é por ele retrabalhada ficcionalmente, em um mergulho nessa “luta de morte recorrente” que faz parte do processo de formação do Brasil. Nessa sua aula filmada,

¹⁵⁶ Em entrevista, Wisnik diz que compreende “o mito à maneira de Lévi-Strauss, de uma forma não estruturalista, como sendo uma rede complexa e não linear” (AVELAR, 2006). Para Lévi-Strauss (1978, p. 8; 23), os mitos despertam nos humanos pensamentos que lhe são desconhecidos; ao contrário do pensamento científico, esse conhecimento não empodera materialmente o ser humano frente ao meio — “mas dá a ele a ilusão, extremamente importante, de que ele pode entender o universo, e que ele entende, de fato, o universo.” Segundo Mircea Eliade (1972), o mito diz respeito às histórias sagradas dos primeiros tempos.

Wisnik explica também sobre a fonte de inspiração rosiana, advinda do manancial de histórias de lugares de passagem “nos campos gerais do Brasil” — um mundo literário extensamente explorado por Guimarães Rosa, contudo, a partir da influência de vários autores que o precedem, na dita “literatura regional”. Sobre a região sediando o mundo ficcional mais abrangente de Guimarães Rosa, de acordo ainda ao autor, “o sertão rosiano é uma área, vamos dizer, extensa e de fronteiras pouco definidas”, abrangendo uma porção de “Minas Gerais, de Cordisburgo ou Curvelo ou Curvelo para cima, que é onde se diz que começa o sertão, e que se espalha, pelo norte de Minas por um lado, para os chamados ‘Gerais’, abrangendo uma parte do que hoje é Brasília, e uma porção da Bahia. Segundo ainda o autor, é “um mundo cuja fronteira não está bem definida, o interior do Brasil” — uma intencional delimitação frouxa de parte de Guimarães Rosa, para delimitar mesmo um ‘mundo mítico’, no qual o Brasil urbano não se mostra. No entanto, estando ali presentes “as instâncias políticas urbanas [...] estão ali agindo no sertão, mas não aparecem [...] ele fica numa espécie de um laboratório, de uma humanidade que estivesse fora de um mundo urbano.” Wisnick ainda extensamente comenta as várias opções de leitura permitidas ao conjunto da obra de Guimarães Rosa: a opção direcionada à arquitetura das palavras, a seus níveis poéticos, míticos, metafísicos, e mesmo de acordo a viés antropológico, referindo o ensaio de Pasta Júnior (1999, p. 63). No qual detalha que esse último autor discute o hibridismo como importante temática da literatura brasileira, disposto em variados heróis, na forma do “estatuto da contradição insolúvel”. Luta mortal, embate “entre o mesmo e o outro”, em “configuração de uma espécie de dialética negativa, que a contradição faz bascular sem parada, mas que não conhece superação ou síntese propriamente ditas”. A superação do movimento destrutivo pendular é problemática, pois não se consegue o acúmulo de experiência que permitiria encontrar uma saída para a existência do mesmo ‘e’ do outro. Finalmente, resume Wisnik (2004) — em movimento pendular onde os opostos estão permanentemente chocando-se, o “Brasil muda sem mudar”.

Tal querela histórica, de acordo ao citado ensaio de Pasta Junior (1999, p. 67; 68), passa pelo enigma histórico de uma contradição de base: “Nação colonial e pós-colonial, o Brasil já surge na órbita do capital e como empresa dele, mas se estabelece e evolui com base na utilização maciça, praticamente exclusiva e multissecular, do trabalho escravo.” Esse contrassenso garantindo a permanência de “junção contraditória de formas de relações interpessoais e sociais que supõem a independência ou a autonomia do indivíduo e sua dependência pessoal direta”. Esse estado de impossibilidade segundo o autor só permite a solução do enigma no átimo da passagem do mesmo ao outro, no limiar da permanente formação por supressão. Na misteriosa ‘terceira margem’ (destaque do autor) — “algo que

não é o mesmo nem o outro, mas precisamente o limite entre ambos, instante inapreensível em que o mesmo passa no outro, a vida na morte, o ser no não-ser”.

Interesso-me sobre alguma discussão a respeito de interligações entre Guimarães Rosa e Simões Lopes Neto, conforme encontro em ensaio de Luís Augusto Fischer, cuja principal motivação é a de historicizar o estudo detalhado que Guimarães Rosa fez em obras de seu antecessor João Simões Lopes Neto. Fischer (2014) cautelosamente sugere interligação possível entre os imaginários desses dois autores ¹⁵⁷, de muito interesse ao universo empírico ora aqui em estudo. Além disso, ao cotejar a delimitação ficcional do sertão rosiano com o universo econômico-geográfico real brasileiro, define o sertão como sendo um espaço brasileiro “da produção primária em escala pequena, da exploração mineral e das trocas comerciais operadas em amplas rotas, por grande parte da geografia do país, muitas vezes tocadas a mula e a cavalo.”(FISCHER, 2014, p. 177).

Reconheço nisso abrangência que contém o universo empírico dessa pesquisa, e, tendo em vista a sua intenção na busca da historicidade da trajetória de uma paisagem meridional do Brasil, particularmente julgo providencial empreender algumas aproximações entre *O Recado do Morro* e *A Salamanca do Jarau*¹⁵⁸. Por considerar essas duas obras literárias como fantásticas recomposições miméticas¹⁵⁹, compartilhando vários elementos simbólicos em suas narrativas e ficcionalmente retrabalhando, a meu ver, maneiras de compreensão da constituição (ou formação) de um mundo local, guardando nesse caminho, porém, estreita correlação com o restante dos mundos — com o universal. Arrisco-me a dizer que, *avant la lettre*, tanto Simões Lopes Neto como Guimarães Rosa realizaram de algum modo o que hoje chamaríamos de ‘observação participante’, captando nesse seu entranhamento e posterior recomposição mimética a complexidade do imaginário local: assim é que as narrativas reconfiguram-se à medida que vão passando de uma história a outra, seja em sua forma oral,

¹⁵⁷ “Não se trata de falar em influência [...] mas sim de considerar a proximidade formal, em estrutura e em linguagem, do escritor mais novo, Rosa, com o escritor mais antigo, Lopes Neto, conhecido pelo outro”. (FISCHER, 2014, p. 188).

¹⁵⁸ Segundo Diniz (2003, p. 232, itálicos do autor) afirma, a obra é a “mais complexa composição de Simões Lopes Neto [...] recriação de lenda de origem árabe, trazida pelos espanhóis. ‘*Mescla cristã-árabe*’, como disse Simões Lopes em nota introdutória, “*de abusões e misticismo, dos encantamentos e dos milagres*”, com matizes indígenas”. A partir de Meyer (1943, p. 68, 69), o autor esclarece que a principal fonte de Simões Lopes Neto foi mesmo o livro de Daniel Granada — *Reseña histórico-descriptiva de Antiguas y Modernas Supersticiones del Rio de La Plata*, de 1896.

¹⁵⁹ A operação mimética da ação em suas três fases é entendida segundo Rocha e Eckert (2013, p. 155), a partir de Ricœur (1994) nas quais respectivamente o ato narrativo passa — na mimese I — do tempo prefigurado pela ação cotidiana no mundo para — na mimese II — pela configuração narrativa de uma experiência de campo pelo etnógrafo (escritor, aqui no caso) comunicá-la a alguém e — na mimese III — para o tempo da alteridade, no qual se comunica o narrado a outrem, sem a evocação da narrativa primeira.

seja em suas posteriores versões escritas. Como Fischer (2014) aventa, talvez a solução da ficção busque caminhos de interesse também a outros mundos.

Ambos contos definem-se em seu primeiro parágrafo: lidam com um evento significativo do protagonista, figura humana que vivencia uma peripécia incrível no interior brasileiro — desse sertão, por assim dizer. *A Salamanca do Jarau* conta um dia da vida de “um gaúcho pobre, Blau de nome”. Um “guasca¹⁶⁰ de bom porte”, ou seja, um morador do interior de boa compleição física, ele tem algum acordo para estar como posteiro — uma espécie de vigia da fazenda — “na entrada do rincão”. Nesta ocasião do relato, não é mais tão jovem, mas é ainda valente, e sozinho, “anda campeando um boi barroso”, cantando a seu respeito e pensando “na sua pobreza, no atraso das suas coisas”. As plantações e gineteadas não vão mais tão bem, desde que encontrou o “Caipora”. Agora, de seu, só possui “um cavalo gordo, o facão afiado e as estradas reais” (LOPES NETO, 2003, p. 415).

As duas histórias, de outra parte, poderiam bem ser definidas pelo tenro início de *Recado do Morro* — “Sem que bem se saiba, conseguiu-se rastrear pelo avesso um caso de vida e de morte, extraordinariamente comum [...]”. Princípio que logo depois apresenta o seu herói — “o enxadeiro Pedro Orósio (também acudindo por Pedrão Chãbergo ou Pê-Boi, de alcunha), dizendo que a história teve seu “aparente” princípio e final “num julho-agosto, nos fundos do município onde ele residia”. Moço, muito forte e quase gigante, caminha descalço, tendo como companhia quatro outros homens, cujas sombras, “davam para o lado esquerdo” nesse princípio de dia. São eles, “a cavalo, três patrões, entrajados e de limpo aspecto, gente de pessoa [...] pessoas instruídas, gente de mando[...]”¹⁶¹: um estrangeiro, com máquina fotográfica e binóculo, explorador “de tudo quanto enxergava”, o “alemão-rana” “seo Alquiste ou Olquiste”, um frade louro do lugar, “frei Sinfrão” e o fazendeiro de gado — e filho de fazendeiro — “seo” Jujuca do Açude. Finalmente, fechando o séquito, um camarada do mesmo tipo de Pedro Orósio, “a cavalo esse, e tangendo os burros cargueiros —: um Ivo, Ivo de Tal”. Como sei mais adiante no texto, é um sujeito teimoso, que ganhou por isso o apelido de “Crônico”. Como no caso da jornada de Blau, a presença de bois é anunciada desde cedo — mas aqui não são o motivo primeiro da viagem, nesse caso “uma jornada vagarosa”; contudo são o motivo de Pê-Boi, um trabalhador “forro” e “maior bandoleiro namorado”, ter aceitado participar da comitiva — quer “rever a vaqueirama irmã, os de chapéu-de-couro”. Alquiste para a toda hora — “Tomava nota, escrevia na caderneta; a caso,

¹⁶⁰ Respeita-se nas citações literais o especial vocabulário gauchesco de Simões Lopes Neto. Quando necessário, explica-se o termo.

¹⁶¹ As citações literais são fiéis à particular ortografia de Guimarães Rosa.

tirava retratos [...] desenhava, desenhava: de tudo tirava traço e figura leal [...] especulava perguntas [...]” Ele quer conhecer a “diversa região, com belezas, maravilha”, que o texto descreve em um intensamente poético recorrido de espaço-tempo — como aparece e de que é feito seu relevo, e como estas formas são de muitos modos pelas muitas águas feitas; rochas nas quais “bugres rabiscaram movidas figuras e letras, e sus se foram”; animais variados, vivos e de outras épocas, e mesmo “homenzarros, duns que não há mais” e plantas de todos os tipos (ROSA, J. G., 2007 [1956], p. 10-11; 14; 19;21;22;26).

Em muita proximidade a essa descrição desses mundos ‘que se dão a conhecer’ — do conhecimento, pois — pela voz masculina, encontro nas relações de homens e mulheres demarcações étnico-raciais com maior ênfase em ambos os textos literários. No caso do gaúcho, as lembranças da avó charrua já referenciam o desencadear da trama de acontecimentos míticos. Nesse ‘interior’ da narrativa (que se passa na salamanca) é que, por intermédio de um casal, irão aparecer as figuras da formação do território em que Blau vive realmente: espanhóis, mouros, “mestres em artes de magia”, “fingidos de cristãos”, “frades”, “santos”, “outros espanhóis renegados”, “gente nativa daquelas campanhas” e seres encantados variados (LOPES NETO, 2003 [1913], p. 418;419;420). Já para o namorado Pedro, tal aspecto aparece em diálogo a respeito das cores de desejadas mulheres: Orósio gostaria de uma moça bonita da “terra dele [...] de cara rosada, cabelo amarelo e olho azul [...]”, enquanto seo Olquiste, premiava para si, se pudesse, era casar com uma mulata daqui, uma dessas pretas de tão róxas [...]” (ROSA, J. G., 2007 [1956], p. 24 e 25).

Blau é solitário em sua viagem. Pedro Orósio de certa forma também — ele estabelece fronteiras claras com seus companheiros de viagem, com as quais não se sente bem: “Outros eram os outros, de bom trato que fossem: mas, pessôas instruídas, gente de mando. E um que vive de seu trabalho braçal não cabe todo a vontade junto com esses, por eles pago”. A instrução de quem sabe ler e escrever traz a diferença na ideia tanto do seu Alquiste — “doutor dos bons, de mão cheia. Homem importantíssimo”, como do frei — que “produz” rezas em enormes quantidades, muito diferente das pessoas comuns fazem: “a curto e com distração, ou então no por-socôro de uma tristeza ansiada, em momentos de aperto”. Sem deixar de fora o conhecimento do “seo Jujuca do Açude” — moço “atilado e ambicionero”, “sempre negocioso”, cujos estudos são para “saber de tudo avaliado, por onde pagava a pena comprar, barganhar, arrendar — negociar alqueires e novilhos, madeiras e safras”. (ROSA, J. G., 2007 [1956], p. 26, 27, 28; 163)

É portanto somente na companhia de canções sobre ‘motivos animalescos’, que os protagonistas encontram figura decisiva em suas viagens, que bifurca a viagem por uma

vereda mítica, além da que estava sendo descrita até então. Blau Nunes enquanto campeia o boi barroso, canta sobre essa busca mesmo, em detalhes de laços de vários tipos de couros de outros animais. E Pedro Orósio em surdina, para não incomodar os outros, sobre animais venenosos ou apresentando perigo de alguma maneira — uma moda de um trovador do lugar, Laudelim, de apelido Pulgapé, talvez “o único amigo seguro que lhe restasse” (LOPES NETO, 2003 [1913], p. 416; 417; ROSA, J. G., 2007 [1956], p. 31 e 32).

Para Blau Nunes aparece um “vulto de face branca [...] tristonha” — o “santão da salamanca do cerro”, do qual ele já havia ouvido por intermédio dos relatos da avó charrua. E Pedro Orósio reconhece alguém que já havia visto antes, igualmente — o Gorgulho, “homenzinho terém-terém, ponderadinho no andar, todo arcaico”. As figuras encontradas, operadores mágicos do plano da narrativa, vêm, portanto do passado, já são conhecidas dos protagonistas, e moram em uma gruta montanhosa. Da aparência física do sacristão não se sabe muita coisa. Já Gorgulho é traído antes de tudo pelo nome — verdadeiramente Malaquias, nome de profeta. Nesse caso, acontece ser sua descrição física e comportamental parecer colocar-nos na frente de uma das versões do profeta João Maria — uma pessoa idosa, talvez meio surda, digna e comedida, que usa um “surrão a tiracolo” e uma bengala de alecrim, a qual usa para gesticular; uma roupa de “formato antigo” (um casacão comprido demais), contudo “limpa, sem desalinho nenhum”. Essa pessoa alterna silêncios e esconjuros irados ditos em alta voz: reclama a respeito de conselhos ditos de forma complicada. (LOPES NETO, 2003 [1913], p. 418; ROSA, J. G., 2007 [1956], p. 34-38).

Aparecem portanto essas duas antigas figuras misteriosas, que levam efetivamente ‘a outro nível’ as narrativas, morando em grutas ou salamancas localizadas em um ponto de protagonismo na paisagem. Não somente do ponto de vista de sua elevação relativa à planície circundante, mas daquele ocupado por sua representação no imaginário local — caso concreto do Cerro do Jarau e do Morro da Garça e do Cerro do Jarau¹⁶², respectivamente para *A Salamanca do Jarau* e *O Recado do Morro*. O local e a forma da paisagem funde-se ao motivo mítico, pois: é a gruta, furna ou caverna sita em uma montanha de pedra que emite fogo ou luz em uma situação de obscuridade — como metaforicamente dizem nos textos o encontro de Blau com a Caipora, as sombras “viradas à esquerda” no início do caminho de

¹⁶² O cerro do Jarau situa-se na cidade gaúcha de Quaraí, quase na fronteira com o Uruguai: um único ponto elevado, sobranceiramente disposto em imensa planície circundante. Da época final da Guerra dos Farrapos vêm os primeiros registros de fenômenos de emanações — fumaças ou vapores — saindo do “espigão do cerro” (LOPES NETO, 2003 [1913], p. 415). Já o “Morrão” ou morro da Garça está localizado em região que era antigo distrito de Curvelo, ao norte de Minas Gerais. O registro dos moradores é sobre a aparição de uma “luz” sobre o morro, também chamada de “cobra de fogo” ou “mãe de fogo (MIRANDA, 2015)”. Nos dois casos, a lida do gado nos campos nativos faz parte da paisagem.

Orósio e companheiros, os animais das canções, ou mesmo o motivo da reclamação do Gorgulho. São os operadores pois, dessa dupla viagem no espaço-tempo: em uma trajetção ao longo de uma paisagem real, com simultâneo desenrolar em plano mitológico. A partir da gruta emana um dizer que parece querer contar do processo de conhecimento, que logo a seguir é em cada narrativa extensamente detalhado, em sete místicas etapas de provação e/ou tentação.

O santão é um sacristão aprisionado ali há 200 anos — conta para Blau que foi pelos padres, de certa forma condenado ao aprisionamento. O motivo foi ter “dado um passo errado com o bicho imundo, que era bicho e mulher moura, falsa, sedutora e feiticeira”: envolveu-se amorosamente com a teiniaguá, a bela princesa moura encantada, que fora trazida pelos espanhóis — mouros, “fingidos de cristãos” — para ‘essa terra’; para eles ‘o outro lado’ do mar. Já Gorgulho morava há mais de trinta anos na “dita furna” — “Santo de sozinho de santo: nunca tivera vontade de casar” (LOPES NETO, 2003 [1913], p. 422;427;431; ROSA, J. G., 2007 [1956], p. 46).

As etapas das viagens iniciáticas são minuciosamente descritas. Para o guasca Blau, cristão de alma forte e coração sereno, acontecem “sete passos de provas”, nos sete corredores do interior da Salamanca. Ao final dos quais encontra novamente o “companheiro sem corpo”, que o leva a outro ser encantado — uma idosa mulher mestiça, uma Cunhã, que a ele oferece sete escolhas de dons. Todos recusados, em vista de seu maior desejo, a possessão da teiniaguá encantada — ela seria tudo “o que eu não sei o que é, porém que atino que existe fora de mim, em volta de mim, superior a mim...”. Ele queria, ao que parece, esse supremo conhecimento, que, no entanto, não pode pedir — no sentido de não conseguir, uma vez que ficou “carpindo dentro em si a própria rudeza”. Apesar de o sacristão elogiá-lo por sua postura, dizendo que não vai emitir julgamento de valor por isso, profere que Blau não teria sabido “governar o pensamento e segurar a língua”! Mesmo assim, o gaúcho ganha após isso um presente — uma onça furada que lhe garantia a compra de tudo o que quisesse, aliviando assim a sua aflição de pobreza. Mas a onça funcionava parcimoniosamente, de moeda a moeda, em negócios que não deixavam resíduo, nem para ele, nem para quem recebia o dinheiro. Isso, e o isolamento ao qual é relegado (pois passa a ter posses, e com isso difere-se dos antigos amigos), faz decidi-lo a devolver a moeda mágica. A sequência desses atos desencanta o casal aprisionado na Salamanca, acabando com a provação do sacristão condenado a 200 anos de confinamento, pelo seu desejo por esta mulher proibida — essa moura que se transforma em lagartixa, responsável pelas riquezas de todos os tipos nesse lugar contidas. Blau continua pobre como antes, contudo “em paz” com várias coisas: com o

churrasco, com o chimarrão, com a sesta... e com a sua vida (LOPES NETO, 2003 [1913], p. 419; 422; 438; 445).

Pedro Orósio nessa viagem não entende bem o que falam seus três companheiros, menos ainda “a respeito da beleza e da parecença dos territórios”. O seu lugar era o mais formoso — “Vista-Alegre” era o seu primeiro nome, onde ficava a Gruta do Maquiné, com seus sete salões, que a comitiva visita, pouco antes do encontro com Gorgulho, que reclama a respeito do recado que o Morro de seu subterrâneo grita. Inicia, em paralelo à viagem de exploração científica que acontece em peripécias em sete fazendas desse mundo sertanejo, a viagem do recado a ser decifrado. Recado falando de “Morte à traição”, uma história sagrada noturna, onde um rei está junto com uma caveira, em uma festa. Um pouco mais adiante, encontram em outra gruta de serra um “dôido”. Chamado Nomindome, por que benze o que “vem in nomine Dômine”, fala de sua obrigação de pregar a respeito do final do mundo. Uma vez que “A humanidade vê? Não vê! Não sabe.” (ROSA, J. G., 2007 [1956], p. 28; 60; 96; 107; 115).

Nesse sertão mítico não há mais escravos, mas é em encontro de domingo de noite, nas festas do Rosário, aparecem justamente o preto Veneriano e o pardaz João Lualino. São esses homens — “mais seguros de si, com muita capacidade [...] cada um queria ser sem chefe, sem obrigação de respeito, alforriados de qualquer regra”, que perguntam ao tropeiro Ivo Crônico e ao enxadeiro e guia de estrada Pê-Boi, quando é que eles “ficarão forros de pajear essa gente de ambulante”, referindo-se aos três homens de poder ao qual eles prestam “serviço de comitiva. Nesse arraial, cheio de forasteiros, “por maior, pretos”, na igreja segue o profeta a sua pregação no lugar aonde tem a festa, aparece novamente “aquele Nominedômine”, que alguém pergunta se poderia ser Cristo, ou se era só João Batista... Na festa, que “era de pretos e brancos, mas mais dos pretos [...] pois eram os donos da Santa”, o recado desvela-se enfim pela canção de Laudelim Pulgapé. Canção que fala de um Rei menino, “um rei favoroso”, com espada e bandeira do Divino, que, apesar dos seus doze guerreiros, vai morrer à traição — por sete desses seus companheiros, os mais valorosos. Alquiste, admirando Pedro Orósio — dizendo de sua beleza e virtude, ajuda-o a decifrar o recado, quando grita Escola!, comovido com “o nascimento de uma dessas cantigas migradoras, que pousam no coração do povo: que as violas semeiam e os cegos vendem pelas estradas”. Pedro dá-se conta da morte à traição, tramada por sete companheiros, e sai estrada fora, “para a festa, indo para sua casa”. Sai do “escuro”, e vai para o conhecimento que os três patrões não tem — “uma casinha pobre, com alpendre [...] terra bôa”. Depois de ir e voltar por todas as fazendas, Pedro Orósio volta para o lugar onde é Rei e dono — “faixas de matas,

verdes vertentes, grandes morros, grotas cavacadas e lapas com lagoinhas, poços d'água". Em caso de necessidade, ele volta a entrar na Gruta — o lugar “sem tempo [...] onde a gente se lembra do que nunca soube, e acorda de novo num sonho, sem perigo sem mal; se sente.”. Ao fim, luta com os traidores e sai mundo a fora — “Mediu o mundo. Por tantas serras, pulando de estrela em estrela, até os seus Gerais.”. (ROSA, J. G., 2007 [1956], p. 118;119; 123; 150; 172-175;179;181; 190; 193; 197).

A tarefa de entendimento do sentido obscuro dessa história de “festa e morte” tem enfim seu final esclarecimento alcançado pela via da sensibilidade. A música de Laudelim Pulgapé oportuniza ‘a luz’ final para Pedro Orósio, vinda desse recado que nasce do homem da montanha. Então, ao final do trajeto pelas fazendas, conclui-se também a viagem metafórica do recado, no modificar boca-a-boca de sua transmissão, por fim transformando-se em uma canção — “combinação indecível de acaso e teleologia que emana da natureza e da cultura do sertão”¹⁶³, que acaba por influir no conflito oculto entre os dois guias, trazendo-o à tona e resolvendo ao final o seu desfecho.

No caso da história vivida por Blau em *A Salamanca do Jarau*, existe uma única menção a festa. Morando num “posto [...] ranchote de beira no chão, tendo por porta um couro”, o gaúcho não fala disso — vive seu sóbrio e paupérimo cotidiano de posteiro, na solidão do campo. E tal menção é do fazer o sino repicar em celebração, somente religiosa, tarefa do seu passado de trabalho, em rememoração feita pelo sacristão. Agora, aprisionado, ele vaga pela salamanca, pisando em tesouros, que “incendeiam-se num íris de cores rebrilhantes” na passagem da moura encantada. Desprovido de sentimentos, porém: “Nunca mais dormi; nunca mais nem fome, nem sede, nem dor, nem riso...” A caverna desse tempo serve para acúmulos de riquezas, em imagens de bens materiais preciosos guardados. Ficam nesse “palácio maravilhoso, dentro deste Cerro do Jarau” — “ouro maciço do Peru e do México e das Minas Gerais, tudo cunhado com os troféus dos senhores reis de Portugal e de Castela e Aragão...” (LOPES NETO, 2003 [1913], p. 422; 431; 439).

Zilberman (1992, p. 100;103) remete a obra simoniana ao mito de origem do Rio Grande do Sul — o retrabalho sobre um suposto mito fáustico contido em lenda ibérica¹⁶⁴ fazendo naquele final do século XIX já parte da tradição meridional do continente — por conseguinte, do território regional sulino brasileiro em formação. Porém, é identificado tal

¹⁶³ Conforme Wisnik (1998, p. 161)

¹⁶⁴ O mito das cavernas escuras encantadas segundo Diniz (2003, p. 232, itálico do autor), teria origem na “sacristia subterrânea da igreja de São Cipriano, em Salamanca”. Por intermédio dos mouros, a lenda chega à América, “transmutada [...] em furnas encantadas que continham tesouros inimagináveis e passaram a levar o nome de *Salamanca*s na região platina e no Rio Grande do Sul [...]”.

mito igualmente como um mito brasileiro, de origem tupi-guarani — Mboi-tatá, como proximidades aos posteriores ‘Mãe de Fogo, Coisa, Bola ou Cobra de Fogo’, explicando a origem das serras e dos cerros de pedra¹⁶⁵ — em dado tempo ancestral, ocorre a morte de todas as pessoas. Transformadas em pedra, as partes do corpo das pessoas transformam-se nos elementos constituintes da montanha. Todavia a alma não morre — ela é que ‘anima’ esses pontos elevados, ao mesmo tempo em que protege as suas riquezas. Tesouros manifestos no mito como uma coisa material (pedras preciosas ou minerais), protegidos por essa alma ou entidade feminina que da furna protege a montanha¹⁶⁶. Tal mito é na verdade realmente universal¹⁶⁷, como de resto sugeriria já a sua consideração no processo de “conhecimento criativo e sensível” de Simões Lopes Neto e de Guimarães Rosa, profundamente entranhados na paisagem motivadora de suas histórias. Por fim, mas não por último, a caverna associada ao feminino protetor¹⁶⁸ é de fato um arquétipo¹⁶⁹ universal, anterior ao cristianismo, presente já na metafísica de Platão, podendo essa “mundanidade dos negócios humanos¹⁷⁰” igualmente simbolizar os tormentos devidos à negação de um passado culposo¹⁷¹.

¹⁶⁵ Conforme André (2006) e Miranda (2015), das referências dessas autoras fazendo parte igualmente Simões Lopes Neto, que escreveu em 1913, em *Lendas do Sul*, sobre a Mboitatá.

¹⁶⁶ Conforme André (2006, p. 9; 106) “protetora das minas, madrinha dos veeiros, padroeira dos filões, defendendo pepitas e escondendo jazidas de ouro”.

¹⁶⁷ Diniz (2003, p. 232), refaz essa cadeia a partir de referências do início da era cristã (Plínio o Velho, no *Naturalis Historiae* — “fatídicas cavernas, cujas exalações embriagam e infundem o dom da adivinhação”, posteriormente recuperadas por Miguel de Cervantes Saavedra, no *Dom Quixote* (Cueva de Montesinos). Conjunto por sua vez comentado na obra de Granada (1896), utilizada e citada como inspiração por Simões Lopes Neto na *Salamanca do Jarau*. A qual, finalmente, igualmente inspirou Guimarães Rosa.

¹⁶⁸ A caverna nesse caso como imagem arquetípica do útero materno. Conforme Chevalier e Gheerbrant (1992, p. 212, 213), em sua designação genérica consideradas as cavernas também como grutas e antros, lugar “mais ou menos afundado na terra ou na montanha e mais ou menos escuro”, tal imagem “figura nos mitos de origem, de renascimento e de iniciação de numerosos povos”.

¹⁶⁹ Entendido o arquétipo no sentido junguiano, como pertencente ao inconsciente coletivo da humanidade, enquanto “forma de conhecimento compartilhadas de forma transcendental, existentes em um espaço tempo fisicamente relativo”, sem mediação dos órgãos sensoriais (2010:90), e consistente com fenômenos sincrônicos e outros fenômenos “paranormais” psíquicos”. (JUNG, 1968; 2010 [1960], p. 90) *apud* (ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 66). Sentido junguiano acolhido e refinado por Maffesoli (1988, p. 143; 146), considerando o acolhimento dinâmico da noção dando conta “satisfatoriamente deste entrecruzamento de razão e imaginação que, quer queiramos, quer não, estrutura nosso espaço mental.” Em aproximação à obra de Gilbert Durand, principalmente no que tange à função mediadora do mito enquanto forma (constelações de imagens), permitindo colocar em ação “as razões ou os imaginários que estruturam os mitos e as histórias sociais”.

¹⁷⁰ Expressão proposta por Berque (2014b, p. 221) para essa explicação mítica a partir de Platão.

¹⁷¹ Para Platão, a caverna é a imagem deste mundo do humano, implicando uma “significação não apenas cósmica, mas também ética ou moral”. Na mítica grega, estão juntos o simbolismo metafísico e o moral: “a construção de um eu harmonioso faz-se à imagem de um cosmo harmonioso” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1992, p. 213).

O mito da caverna, recontextualizado nessa paisagem onde o gaúcho vagueia por campos que não são seus (muito menos as estradas, nessa época, em uma perspectiva ‘real’) nesse caso quer dizer sobre o que aconteceu nesse lugar em seu passado colonial: praticamente o extermínio de todas as pessoas da terra, com herança de pobreza aos mestiços sobreviventes, como já dito por Zilberman (1992, p. 104) sobre os personagens — o sacristão, índio catequizado, Blau, neto dessa vó Charrua e a moura teiniaguá: “Embora protagonistas e heróis [...] precisam se conformar à situação humilde e rebaixada[...]”. Como a autora explica, a partir da citação de Lopes Neto (2003[1913], p. 422), “Tudo o que volteia no ar tem seu dia de aquietar-se no chão...”: ocorre uma inferiorização social e étnica ao final da narrativa. No sentido de caber aos protagonistas explicar a origem de sua “situação rebaixada, afirmar que esta é imutável e sugerir que não compensa tentar alterá-la”. As riquezas que restam parecem ser somente simbólicas, estocadas — como alma — nessa furna montanhosa.

A *Salamanca do Jarau* apresenta um aspecto que em *O Recado do Morro* é apenas liminarmente coadjuvante — o feminino mágico, aquele que permite que a vida renasça sempre¹⁷². Na narrativa dos campos gerais em sua porção mais sul, fica claramente enunciada a maravilha mais profunda de todas, o encontro que, em sua intermitente duração, povoa de organismos a ecúmena. Contudo, nessa terra colonizada, marcado pela violência e pelo extermínio, a ‘saída da caverna’, como possibilidade de frutificação desse encontro é problemática. A transparência da furna para Blau, quando ele consegue ver o encontro, só ocorre quando ‘quebrado o encantamento que suspendia fora da vida das outras aquelas criaturas vindas do tempo antigo e de lugar distante’. Mesmo depois disso, com o cerro “como de vidro transparente”, Blau Nunes continua pobre, como antes — para ele, não respinga nada dessa fortuna toda. Igualmente a Pedro, que aparentemente escapa da morte à traição. Os dois retornam para a sua casinha pobre, e tem de consolo a lindeza da paisagem. Pê-boi, ao menos, em caso de novo perigo, pode voltar à gruta quando quiser. Para Blau Nunes, um gaúcho da campanha, nem isso é mais possível — situação que não parece ser muito diversa do que aquela que depreendi nessas viagens serranas. Sendo que, para piorar, a lindeza da paisagem está sendo destruída.

¹⁷² Augustin Berque (2014b, p. 235; 237) enuncia, a partir do poema VI de Laozi, “O espírito do vale nunca morre/ É chamado de a Mulher Escura/A porta da Mulher escura/ Chama-se a raiz do céu e da terra/Como um fio ela dura/ Seu uso não se esgota”. Explica que a “Mulher escura”, não é outra coisa do que o que Courbet representou em seu quadro *A Origem do mundo*, o mito da caverna que Berque prefere relacionar ao vale, e seus ritmos naturais de existência, ao longo das estações, sempre renovando a vida — “assim de si mesma”, a natureza estará sempre a nascer: *natura natura semper...*”.

6.6 A LUTA CIDADE-SERTÃO

Nesse contexto de eventos emancipatórios que essa tese evidencia existirem nesse campo empírico situado nos Campos de Cima da Serra, defendo adequado considerar as influências de enviesamento mítico aportado pelos caminhos de João Maria na região, em relação com o debate e ampliação de conhecimentos a respeito da situação de conflito do Contestado. Contudo, de antemão delimitando tal intenção: por alguma continuidade que se estabelece por essa consideração, a ideia é de sondar as possíveis interligações dos entornos causais do que estuda, com esse outro que foi, indubitavelmente, um evento de intenção emancipatória. Contudo, nesse caso do Contestado, de consequências trágicas, terminando como luta de morte *stricto sensu*.

Identifico dois principais pontos de interesse no pensar a partir desse conflito que é, não raro, alinhado a outras sublevações da mesma época. Um deles coloca como causa forte o fato de essa população ter sido expulsa das terras onde moravam, em desapropriação e outras mudanças na região realizadas pelo governo federal, em favor de interesses empresariais. De outra parte, deixando de lado discussões centradas em suposta motivação de influência messiânica nesse conflito, encontro reflexões dedicadas ao desvelamento de suas contingências históricas motivadoras, as quais apontam para lutas emancipatórias de contingentes humanos deixados propositadamente de lado nas opções modernizantes da nação, em iniciativas pelo direito de continuarem a viver no lugar onde estavam.¹⁷³

A partir disso, advogo que a existência de memória coletiva associada a São João Maria, com interligações aos festejos do Divino Espírito Santo, possa configurar uma possibilidade de expressão de espírito de temporalidade pela duração da habitação em um dado lugar. É remarcável, no meu ponto de vista, a existência de uma profunda inserção do mito de cuidado com a terra que se habita no lugar, com ressonâncias encontradas na região vizinha do Planalto catarinense e paranaense, associadas nesse último caso às iniciativas de luta social, principalmente na direção do direito de viver em alguma terra, nessa Terra¹⁷⁴. Como um reprocessar de tudo isso,

¹⁷³ Mesmo partindo da vasta produção de Maria Isaura Pereira de Queiroz a respeito da existência de crenças sebastianistas no Brasil, dentre muitos outros eventos de acentos messiânicos em contexto internacional e nacional, Silva (2005, p. 140) agrupa o Contestado com o Juazeiro e com Canudos. Ao fazer isso, iluminando similaridades históricas compartilhadas pelo acontecimento desses três movimentos, em situações de importantes mudanças econômicas, políticas e sociais: “[...] abolição da escravatura e transição para o trabalho livre, implantação e consolidação do regime republicano, crise das estruturas locais de poder, romanização da Igreja Católica e turbulências decorrentes do processo de modernização então em curso no país.” Na mesma direção Darcy Ribeiro (1995, p. 25) alinha o Contestado, a Canudos, Cabanos e os Muckers — como fazendo parte das “raras instâncias em que o povo-massa de uma região se organiza na luta por um projeto próprio e alternativo de estruturação social”.

¹⁷⁴ Conforme descrito por Morais (2015), na Romaria da Terra realizada em Santa Catarina, relembra-se a imagem do monge João Maria.

é que entendo os entrelaçamentos poéticos literários entre a obra de Simões Lopes Neto e Guimarães Rosa como uma reelaboração mimética e alegórica de fatos históricos reais e vivência empírica dos autores na ruralidade dos campos gerais brasileiros, em captações reelaboradas nesse mítico sertão ficcional, a partir do qual eles falam metaforicamente — sobre a formação desses territórios, que aparecem na forma de paisagem. Mas também dá a palavra a um mundo de visão distinto do urbano, mas não isolado ou dele inconsciente — as pessoas desse interior, em todas as épocas, sabem muito bem de sua situação, em comparação com outros mundos que sabem existir além do seu.

Cotejo o que leio e vejo nos trabalhos sobre os conflitos do Contestado, com a trajeção de paisagem que essa tese mostra — em nuances que variam ao sabor das intenções particulares de cada proprietário colonial que vai demarcando os territórios nessas paisagens, a população excluída não é por certo branca. Uma demarcação que os textos acadêmicos sobre o Contestado se prestam a fazer de forma mais do que clara, com a repetição *ad nauseum* de adjetivações racializantes: caboclo, cafuzo, mestiço, às vezes um condescente sertanejo para descrever os revoltosos. Mais raro é encontrar alguma investigação mais robustamente explorada na direção da hipótese de serem ex-escravos — ex-‘mestiços administrados’¹⁷⁵, agregados, de alguma forma desprendidos de seus ex-patrões (esses talvez não tão “buenachos” como foi um dos patrões lembrados por Luiz no filme), para explicar a sua condição de atraso.

Atraso sim, é a palavra, a qual precisa ser melhor referida: é um atraso que essas pessoas carregaram de possuírem condições de sobrevivência, em comparação com as possessões patrimoniais acumuladas pelos seus recém ex-proprietários — esses seres revoltados, “possuídos”, estavam em praticamente absoluta ‘não posse de praticamente nada’ a não ser o próprio corpo. Como diz a palavra, contestado vem de reclamar, de rebelar-se: “irrupção subversiva”, com feições de “surto de messianismo”, de idênticas características às demais revoltas as quais aproxima essa revolta - monarquista, pois se contrapunha ao jugo latifundiário que era republicano. E nesse ponto, a irrupção só poderia ser messiânica, pois o sagrado passa a ser o único terreno de reorganização de uma sociedade baseada na grande propriedade como base — “o messianismo surge, aqui, como expressão cultural de uma reordenação social em curso, através da invasão de terras”.¹⁷⁶

Encontro a consciência da dor mítica que emana dessa luta trágica, em palavras proferidas pelo último líder dos revoltosos do Contestado aprisionado com vida. Em parte da extensa trova

¹⁷⁵ Machado (2001, p. 40 e 41; 51).

¹⁷⁶ Conforme Darcy Ribeiro (1995, p. 431).

com a qual replica o recebimento de sua sentença de 30 anos de prisão, Adeodato Ramos resume esse sentimento que a sua vivência na terra experimentou: “[...] Para tirar o mal do mundo/ Tinha feito uma jura, Ajudei nosso governo / A quem amo por ternura / Acabei com dez mil pobres / Que livreli da escravatura / Liquidei todos os famintos / E os doentes sem mais cura / [...] Quem é pobre neste mundo / Só merece sepultura [...]”¹⁷⁷. Na fala de Adeodato está constelada o que penso ser a mítica ideia de progresso enraizada por aqui, na voz de São João Maria, em toda a sua diversidade de enunciações étnicas — pretende a eliminação do mal no sentido do que impede a melhoria da condição de vida, sendo uma negação à escravidão, à pobreza e à fome, ‘em surpreendente dito que diz que quer colaborar com o governo’. Algo que não seria de se esperar de parte de revoltados em processo de sujeição por tropas governamentais. Contudo, a enunciação sabe da assimetria da luta, antecipando o destino mortal nesse mundo (destino humano, como o de todos mundos), contudo inglório, associado à pobreza — não há, como em todos os escritos sobre esses revoltosos, menção à cor de nenhuma pessoa.

A contínua troca dos apelidos gringo e pelo-duro é o sinal demonstrativo da violência colonial ainda presente na relação dos campos com a cidade. Em um jogo aceito — uma troca agonística¹⁷⁸, como explica Wisnick (2004): “uma elaboração da violência, que vigora enquanto você aceita o jogo e suas regras”, atitude justificada para evitar a degeneração do encontro em” mortal briga de torcidas”. Se entendo bem, o autor vê a mestiçagem como ligada a essa violência, contudo, em ligação com uma ambivalência que diz fazer parte dessa relação. A saber, segundo ele, tal duplo sentimento consistiria em ao mesmo tempo sentir a posse do ser escravizado como “objeto de produção” — a violência da escravidão no seu pleno existir, mas igualmente “como objeto do desejo”. Essa última parte, segundo ainda Wisnik, contendo “uma espécie de relação sensual e amorosa”, a qual faria com que a cultura brasileira tivesse “uma espécie de permeabilidade à mestiçagem”. Dito de outro modo pelo autor, o entendimento desse sentimento deve passar, necessariamente, pelo “mergulho no coração de um inconsciente escravo”. Sinto tal discurso por demais delicado e altamente questionável, só trazendo-o aqui pela evidência empírica que descubro — demonstrativa da masculina estratégia colonizadora, reafirmando a necessidade de tirar tal tema de sua turva obscuridade costumeira. Um mergulho faz-se necessário, a meu ver, porém com um foco diferenciado — ao invés do inconsciente do “escravo”, é na natureza desse

¹⁷⁷ Quinta, sexta e oitava estrofes de Ramos (1917), dispostas em Felipe (1995, p. 199), a partir de citação de Machado (2001, p. 324, 325).

¹⁷⁸ Segundo Sabourin (2011, p. 30 e 31) o caso agonístico da dádiva, baseia-se na internalização de uma dialética do prestígio — a dádiva agonística pode “destruir e submeter o outro pelo prestígio”. Distinto da reciprocidade, que considera um terceiro elemento além dos que trocam dádiva e contra-dádiva — é o valor intrínseco da relação, “irredutível à troca de bens, que libera do laço social ou da dívida”.

(des)encontro que reside a obscuridade a desvelar, no choque entre o outro e o mesmo. Sobre essa pretensa “permeabilidade à mestiçagem”, só posso dizer da absoluta falta de sensualidade na imagem criança da mãe de Luiz, dormindo no borrar do fogão no inverno dos Campos de Cima da Serra, menos ainda presente no aprisionamento da vó de Raul Fonseca nos matos eivados de amoreiras. Nessas escravidões de todos os tipos, contidas na contingência histórica dessa paisagem, só há violência.

Concordo, no entanto, com o que explica Wisnik (2004), a respeito da dupla implicação conflitiva e mortal cidade-sertão. O autor aponta um aspecto aportando complexificação à nossa realidade, na qual não temos “um mundo citadino, urbano, civilizado, com lei e as instituições, que encontra um sertão anterior a tudo isso [...] na verdade temos o sertão e a cidade, o arcaico e o moderno profundamente integrados”, sem coincidências estritas entre geografias urbanas e rurais.

Dessa forma, nessa luta que envolve as tarefas feitas na terra e os humanos, ao que demonstra a pesquisa os ‘jagunços’¹⁷⁹ ambientais’ e seus coronéis hoje também moram nas cidades de vários tamanhos. Nesse mundo misturado cidade-sertão são essas espécies de jagunços os que falquejam a cruz de São João Maria e passam a deixá-la “do lado de fora”. Mais tarde cravam as placas de proibição ambiental como cruces nos lugares, do dia para a noite, sem discussão ou, ao menos, aviso prévio. São esses tipos de jagunços que colocam Eliseu sob mira de arma, quebram a sua cadeira e confiscam o produto de sua pequena pescaria de lazer. Igualmente são essas pessoas que vêm inquirir-me rudemente quando estou, da estrada, lendo a placa da licença ambiental — *sine die* — do Aterro Sanitário do Rincão das Flores: como se eu estivesse fazendo algo proibido. Por fim, encontro necessário dizer que há mesmo algumas dessas pessoas da esfera pública técnico-política que evitam encontros que podem trazer perguntas a partir de um mundo de visão distinto do seu. Procedimento que só posso sublinhar como impróprio, vindo de pessoas designadas para a condução de tarefas de gestão da ‘coisa pública’.

¹⁷⁹ De acordo a Wisnick (2004), a partir de *Vários Escritos*, de Antonio Candido, o jagunço atua “como extensão do braço mandão brasileiro — alia-se ou contrapõe-se aos proprietários, de acordo às conjunturas de interesses”. Como se o Estado, explica ele, fosse “uma coisa particular”.

Escuto a voz que me diz de supetão, ao mesmo tempo em vejo o olhar que fixa minhas mãos (e seus adornos), quando realizo uma de minhas inúmeras perguntas feitas ao longo do trabalho de campo dessa tese: tu és de outro tipo. À guisa de aviso entendo essa verdade que me é dita: nossos mundos são diferentes. Não sei tirar leite, nem de início saberia distinguir uma vaca da outra, ou mesmo de seus bezerros crescidos. Não vi sentido e não tive vontade de realizar uma observação participante com essa intenção de aprendizado. De outra parte, procurei registrar com fidelidade o que me foi mostrado, em resposta generosa ao que perguntei, em aconteceres de situações que permitimos mutuamente acontecer conosco. Em outro lado da relação, devo dizer que enfrentei muitas vezes duras inquisições sobre mim própria durante os trabalhos que tornam possível essa tese. Um registro que me incomodou e que aqui declaro, uma vez que entendo que esse incômodo me fez sensível ao que esses encontros me trouxeram. Sobre isso matutei, sem saber, no meu orgânico trabalho de fazer emergir essas imagens da pedra litográfica, em outro esforço na direção de que esses textos sejam passíveis de compreensão por diversos públicos: um pouco um modo de enfrentar o

Gravura 7 — *JUNTOS COM A BANDEIRA*



Fonte: litogravura e aquarela de Claudia Ribeiro (2016), série *O Divino Espírito da paisagem do lugar* — impressões em Vila Seca e Criúva, 150 x 100 mm, impressão Rogério Lopes da Rosa.

desafio maior que experienciei até agora. Porque é a verdade da sensação de incompreensão de diversos mundos de conhecimento que se encontram que vivencio na minha vida profissional pregressa. O mesmo português fala línguas diferentes, traduzindo assimetrias de poder patrocinadas por supostas assunções de superioridade científica. É difícil viver em conjunto. Mas quando acontece bem, é um milagre. Uma coisa boa que é preciso saber fazer acontecer e que resulta em uma história boa de contar, quando a gente entende o que dizer. Às vezes, os sujeitos não dizem tudo o que pensam ou sentem, ou dizem de uma maneira difícil para os outros sujeitos entenderem. E, para isso, busco a linguagem simples, a imagem e as várias explicações. Tento, na medida do que consigo outras formas de dizer, incluindo o que senti no que aprendi com outras pessoas.

7 OS TÉCNICOS DAQUI SOMOS NÓS

Aguardo Luiz na porteira da Fazenda do Contrato, em ensolarada e fria manhã de um dos primeiros dias de agosto. Mal tenho tempo de ficar pensando em desencontro e já chega ele, trajado a passeio para o programa desse dia. “Sou devoto”, explica-me, quando elogio a camisa branca com a imagem de Nossa Senhora Aparecida bordada nas costas, que ele veste com lenço vermelho, boina, bombacha e botas pretas — conjunto todo arrematado com o pala de lã em tons castanho-acinzentados, portado no ombro, cuidadosamente dobrado. Contudo, complementando logo depois, sobre seu procedimento para definir suas preferências, também devocionais: “sou curioso, antes olhei de tudo um pouco”.

É sábado, por isso de qualquer maneira Raul o levaria até a parada de ônibus, uns poucos quilômetros adiante do ponto onde estamos. Nesse dia, porém, o encontro com a família fica para bem mais tarde, uma vez que aceitei a proposta por ele feita no dia em que nos conhecemos. Luiz quer muito me mostrar um dos lugares onde viveu e trabalhou quando mais jovem, próximo ao local de seu nascimento, nas redondezas da confluência do arroio da Água Branca com o rio dos Touros.

Dessa maneira é que acontece a última de várias viagens nessa história, cujo elaborar acaba em grande parte constituindo o último episódio do filme *Desejos em Paisagens Serranas — Nosso Verdadeiro Pasto*. Vamos até o interior do município de Bom Jesus, quase no limite com o vizinho São José dos Ausentes, em caminho feito quase todo por estrada de chão, muito pedregosa e esburacada, situação que faz com que a velocidade de avanço da jornada seja lenta. Também isso ocorre por conta das várias paradas, como a que acontece junto à cascata Princesa dos Campos, quando cruzamos o município de Jaquirana. Há quatro décadas, era esse o trajeto seguidamente feito por Luiz, guiando tropas do patrão na direção de São Joaquim e Lages, em Santa Catarina.

No mirador, ele aprecia a paisagem, com o som da imponente queda d’água vista ao longe preenchendo nosso entorno. Num assombro paulatino, vejo que o que ele me mostra é a paisagem pura do lugar. Nessa cascata ele apenas constata nunca ter tido oportunidade de parar o trabalho para olhar para essa cena de beleza, uma vez que “passava de vereda”. Anteriormente, não havia tempo para essa fruição: por certo, a tropa não parava para ficar contemplando a vista. A qual, diga-se ‘de passagem’, é um panorama espetacular, mesmo da estrada avistado. O espaço construído para admiração agora acentua e convida a este encontro espaço-tempo, permitindo o deleite da contemplação pura e simples. Desprendida de

desprendida de qualquer utilidade: esse momento não serve (não deve obrigação) a nada e a ninguém.¹⁸⁰

Falando nisso — em paisagem —, continuamos a descortinar cenas similares àquelas que vimos na tropeada para os campos de fundo, com a pequena tropa da Fazenda do Contrato. Só que estamos agora na época de manejar os campos com o fogo. Logo pudemos observar vários exemplos dessa prática acontecendo, ao longo da manhã: campos solitários, com a vegetação seca mansamente em combustão. A paisagem vai mudando de cor e de cheiro: junto com os vários campos já enegrecidos pela queimada, fica no ar o característico odor da vegetação transformada em carvão e cinza. Enquanto isso, Luiz não cessa de rememorar os nomes de lugares — e pessoas e situações a eles associados ao longo do trajeto — em paralelo ao relatar mais detalhado do transcorrer de sua própria vida. Desde que havia saído de Bom Jesus, logo depois de seu casamento, nunca mais havia retornado à “casa de pedra”, o lugar motivador da jornada de hoje.

À medida da sucessão dos acontecimentos do dia, é como se fôssemos permeando essas camadas temporais enquanto realizamos esse recorrido espacial. Rememoramos o passado desse lugar, porém estamos nele intensamente vivendo o presente, para em seguida chegarmos, no mesmo local, em um novo presente que logo antes era um futuro. Juntos vivenciamos, nessa viagem, profundamente esse ir e vir objetivo e subjetivo que constitui a tração da paisagem — na sua temporalidade em íntima relação com o seu contingenciamento histórico. Pois esse evento — o dessa viagem que vai acontecendo — escancara o que a tropeada apenas descortinou, conseguindo profundamente resgatar a historicidade dessa paisagem relativamente à época das sesmarias e em seus posteriores desdobramentos.

Após pela estrada acompanharmos longa extensão de taipas de pedra cercando esses campos desabitados (mesmo de gado), finalmente chegamos à sede da fazenda. A proprietária reconhece prontamente Luiz, apesar dessa visita surpresa, a primeira desde a sua partida, 40 anos atrás. Seguindo a minha apresentação e explicação do que estamos a fazer, ela coloca-nos à vontade para visitarmos a casa e realizarmos alguns registros em vídeo. A casa aparece como uma imponente construção, em meio ao aglomerado de instalações da antiga estância dos Campos de Cima da Serra, tudo se destacando da planície a perder de vista do entorno. Pela aparência e pelo isolamento dessa sede, imagino o esforço para essas edificações no lugar, intuição em seguida confirmada pelos detalhes dados por Luiz — foram feitas pelo

¹⁸⁰ Ver nota 87.

“negro velho tio Marcelo”, com a ajuda dos muitos filhos que teve e criou nesse local, onde faleceu com mais de cem anos, segundo sua lembrança. Todos vivendo ali, ao longo de dois ou três anos foram amealhando e transformando a pedra bruta encontrada nas proximidades nas edificações tais quais estamos vendo. Na conversa junto ao ele qualifica ser uma “imensa” mangueira de pedra, tenho praticamente a certeza de que realmente essa fazenda origina-se de uma sesmária típica — até o tamanho que Luiz rememora está de acordo com essa intuição.¹⁸¹

Terminado nosso recorrido em volta, e também no campo, Luiz insiste muito para que eu entre no sobrado. Aceito o convite, passamos ao lado da cozinha e ele me conduz direto à sala. Entendo o que Luiz queria me mostrar, quando olho a pintura mural disposta na parede, praticamente reproduzindo o que vejo (e todos vemos) pela vista dada pela janela da peça. De outro mundo que o da teoria da paisagem disposta em “peles de papel”, ele entendeu por outra via sobre o que esse trabalho estuda¹⁸². Até agora, quando revejo essa cena, não acredito quase. No enquadramento feito sem notarmos, ele próprio poderia ser o companheiro do tropeiro que está na cena da parede, emoldurada em efeito *trompe-l'œil*, ao lado do carro de bois parado nas araucárias. Uma vez mais encontro uma evidência da existência da noção de paisagem nesses campos. Logo após passamos aos segundo andar, onde encontramos nas paredes um mapa que havia visto só em livro, aqui com outro significado. O mapa das sesmarias serranas¹⁸³, onde achamos o local do qual ele sempre fala sempre — pertinho dali, ele nasceu, no encontro da “Água Branca com o rio dos Touros”. Ou seja, essa região era mesmo, atapetada de sesmarias, de onde se originam as ainda grandes fazendas hoje existentes.

No demorado retorno até sua casa em Caxias do Sul, escuto atentamente as observações de Luiz, em sua elaboração sutilmente metafórica¹⁸⁴ à impressão causada pela paisagem abarcada nesse trajeto. Diferentemente de outros tempos, ele comenta de sua estranheza de ver os campos “rapados” — não só de pasto, mas de tudo o que anteriormente

¹⁸¹ Segundo Kohlepp (2014, p. 52), as sesmarias no Planalto Meridional poderiam ter tamanhos que variavam de 4000 a 8000 alqueires, ou seja, de 9680 a 19360 hectares.

¹⁸² Wisnick (1998, p. 162), citando Padro Júnior, B. (1985, p. 195-226), chama a atenção, para o que Guimarães Rosa (2007 [1956]) evidencia ironicamente em *O Recado do Morro*: “[...] ali, no sertão-mundo, quem melhor lê é o iletrado, que, estando fora da superfície da letra, não sabe ler senão em profundidade [...]”.

¹⁸³ Mapa encontrado em Oliveira. S. F. (1996).

¹⁸⁴ Reconheço a designação de Luiz “os campos estão rapados”, em constituição oral oscilando entre denominação e predicação. Ele vê o campo, mas mais do que isso — sente-o, em seguida enunciando-o como nesse momento apreendido. Se não me equivoco, em uma utilização como metáfora-enunciado: “[...] uma enunciação completa em tensão de sentido [...] a metáfora é o resultado de um debate entre predicação e denominação; seu lugar na linguagem é entre as palavras e as frases [...]”. (RICŒUR, 2000, p. 207)

ele conhecia. Não há o alto capim batendo na bota do cavaleiro montado, e muito menos encontra a ‘perder de vista’ os bois “crioulinhos” espalhados a pastar — “os campos estão vazios”, diz Luiz, reflexivo, falando do que diagnosticou com um olhar apenas, depois de todos esses anos. A sua análise diz que a riqueza do passado se foi. Essas grandes terras cercadas e trabalhadas à custa da mão de obra escrava são um imenso vazio hoje. Comparando com a realidade conhecida por ele em sua juventude, ele avalia que os antigos fazendeiros estão empobrecidos, pois, não contam mais com esses braços para o trabalho: o “negro velho tio Marcelo” faleceu há anos e seus muitos filhos não mais estão por aqui. Como ele, foram buscar trabalho nas cidades.

Nesse final dos textos, reflito como Luiz, no retorno dessa jornada. Pelo caminho, vou pensando nas muitas coisas conjuntamente vividas nesses tempos e espaços percorridos nessa paisagem, eu sendo guiada por todas essas pessoas às quais fui sendo apresentada. Em maneira similar ao que tento empreender no ato dessa escrita, desvelando pouco a pouco o que o filme vai mostrando, porém, em outra forma, transparecendo outras sutilezas. O conjunto desses dois textos, o escrito e o fílmico, é antes de tudo o resultado desse particular processo etnográfico — um dinâmico encontro de afinidades, no qual a confiança mútua vai deixando acontecer a coalescência de sentidos. Ao longo dessa longa ação de conhecimento, posso dizer que sentimentos semelhantes foram se aglomerando, em um dado contexto de encontro: a imagem que coloco a esse respeito é aquela gota de óleo que vai se constituindo no meio da água, ou, caso invertido, uma pequena porção de água que resta no meio do óleo.

Mundos de visão distintos em cada ser, em cada família, em cada pequena comunidade. Em cada um dos seres reconhecidos uma singularidade, da qual recebo uma história particular, portanto, que confronto com o meu entendimento, para então resultar nessa narrativa que agora apresento.¹⁸⁵ Nessa distinção incluída as imagens que os moradores constituem imagens sobre seus os animais, orgânicos seres para eles, sem dúvida. Há de tudo nesse imaginar: vacas gordas tranquilas no pasto, aquelas outras esqueléticas e viajantes, outras poucas prisioneiras. O ciclo vital é naturalmente exposto nessa constelação imagética: touros e vacas copulando livremente, bezerros fugitivos, vacas ditas ‘queridinhas’, bois que choram, cavalos que tem sepultura, bichos que têm fotos e documentos guardados. O lugar que tudo isso sustenta são esses campos, sejam eles ditos rapados, ou pastos queimados, ou

¹⁸⁵ Entendo esse encadeamento a partir da constituição de si-mesmo em relação à “vida da identidade narrativa”, processo compreendido por Ricœur (1991), citado por Rocha e Eckert (2013, p. 40): “a identidade-ipseidade singulariza o sujeito ético, em direção a ‘si-mesmo’, um movimento que é, sobretudo, em relação ao ‘outro’, ‘como um outro’.”

apresentando-se como planície de pasto verde ou alto capim dourado. Só posso enfim dizer que nesses campos, geralmente as pessoas ‘dão nome aos bois’. Em outro sentido além do afetivo, quero com isso dizer da atitude percebida como um todo: os seres humanos também falam abertamente ‘do que importa’. É assim que fico sabendo dessa dinâmica socioambiental atual, pelo qual, nesse caso da queimada, com o patrocínio da normatização ambiental, permite-se uma espécie de gentrificação rural¹⁸⁶. O campo desvalorizado — aquele que não pode ser queimado — talvez com seu proprietário endividado por multas ambientais ou dívidas de outra espécie, é transformado sem maiores empecilhos, ao que observei, em lavouras de ‘salada’, em plantações de pinus, de maçã, de cáqui e outras frutas. E, a partir disso, passa para o mundo da cidade “a valer muito mais”. Os moradores da região, no entanto, lamentam o ‘campo estragado’ — não é ‘bom’ e muito menos ‘bonito’.

Contudo, nesse desejo de conservar o campo, é necessário enxergar o que Luiz me mostrou — esse vazio que da paisagem faz parte e a historicidade que o justifica. Uma herança contida nessa paisagem, ainda conservada, também no que diz respeito a esse aspecto, no ‘jeito de criação’ dos moradores dos Campos de Cima da Serra — onde pessoas e animais constituem em conjunto o seu meio. Vazio que, paradoxalmente, vem sendo apropriado por esses urbanos empreendedores que trazem outras culturas, em algumas vezes de modo não muito diverso das apropriações do passado. A região faz parte do mapa de trabalho escravo do Brasil — Bom Jesus lidera a lista de ocorrências de notificações, Cambará do Sul e Vacaria, também na região dos Campos de Cima da Serra, nessa relação igualmente marcam posição tristemente importante (EM 13 ANOS..., 2017).

7.1 HABITANTES SABEM DE SUA PAISAGEM E DE SUAS SUBSTÂNCIAS

Encontro então esta específica relação de seres humanos com o seu meio, em sua densa narrativa de trajeção. Uma dada habitação, que estudo por intermédio da noção de paisagem — uma particular mediância, usando o termo criado por Augustin Berque em

¹⁸⁶ A gentrificação é um fenômeno inicialmente estudado no meio urbano, como explica Galhardo (2014, p. 515) a partir da conceituação pioneira da socióloga Ruth Glass (1964): o fenômeno consiste da substituição, em dado espaço, “pelas populações mais favorecidas, dos grupos sociais mais desfavorecidos”. Explica que posteriormente Neil Smith (1979) generaliza tal teoria como um efeito socioespacial, acontecendo por intermédio de “mecanismos essencialmente ligados aos jogos do mercado imobiliário [...] a ilustração de um processo de produção de desigualdades socioespaciais segundo um modelo centro/periferia.” No meio rural, as discussões são mais recentes e tem particularidades dependentes também da posição norte ou sul, como discutido por López-Morales (2018).

paralelo muito próximo à poética do habitar local segundo Tim Ingold.¹⁸⁷ Nessa postura identifico uma manifestação ético-estética. Incidente a essa particular habitação que constitui o seu meio e compreendendo a visão do manejo de substâncias no lugar, com ressonâncias possíveis de serem traçadas junto à elaboração nacional cosmopolítica de consequências ecumenais poderosas.

Cotejo tal percepção ao pensar filosófico indígena, autóctone e igualmente trajetivo que encontro em *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert. Segundo bem pontuam as textuais palavras de Eduardo Viveiros de Castro que prefaciam esta obra em sua versão em português, nela encontra-se um *corpus* filosófico brasileiro de ressonância universal: “explica a origem mítica e a dinâmica invisível do mundo, além de descrever as características monstruosas da civilização ocidental como um todo e de prever um futuro funesto para o planeta”. A partir de uma das existências de mais longa duração na floresta que cobre um terço do continente americano e por intermédio do “*pacto etnográfico*” feito entre o xamã yanomami e o antropólogo francês é exposta a “estrutura lógico-metafísica” desse existir convivial, no âmbito de uma “teoria global do lugar” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 12;16;21;31, *itálico do autor*).

O pensamento do xamã yanomami quer contornar o que ele descreve como outro modo de pensar — aquele dos brancos, que sempre “preocupados demais com as coisas do momento, não pensam muito adiante no futuro”, e cuja “memória é engenhosa, mas está enredada em palavras esfumaçadas e obscuras. O caminho de sua mente costuma ser tortuoso e espinhoso”. Segundo ele, os Yanomami quanto a isso têm características muito distintas — sua memória é longa e forte, e suas palavras são de verdade e “retas e claras”, almejando defender o direito de o povo nativo poder viver na floresta amazônica (o seu lugar) como deseja, com seu pensamento seguindo “caminhos outros que o da mercadoria”. Uma maneira de atuar que não cogita em deixar para os filhos o que hoje vê a seu redor: “terra nua e queimada, impregnada de fumaças de epidemia e cortada por rios de água suja”. Alternativamente, sua atuação visa o resgate da visão do tempo antigo, com ênfase para a apreensão estética de seu lugar de vida — “os Yanomami amavam de verdade a beleza e o frescor da floresta”. Ação que também traz imagens do tempo antigo dos brancos. Uma vez que, além dos belos espíritos xapiri que ensinam o que ele sabe a respeito da vida na floresta, Davi consegue ver os espíritos *napënapëri*, os xapiri que viviam nas terras dos brancos

¹⁸⁷ Berque (2014a, p. 32 e 33) e Ingold (2000; p. 11; 26; 102; 110), conforme detalhado no capítulo 2.

européus. Esses “querem também preservar a beleza de sua terra-espelho e protegê-la das fumaças de epidemia” (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 64;65;75;401).

Encontro a sabedoria Yanomami enraizada em um tempo mítico, com ressonâncias no meu entender muito significativas com relação aos achados miméticos correlatos nessa pesquisa acessados, os quais cito a seguir: i) mais ou menos simultâneos são as aparições de São João Maria e seu contato com o mundo remanescente das etnias autóctones sulinas e a população mestiça dessa época e *A Salamanca do Jarau*, conto de Simões Lopes, ambos casos reconstruções narrativas constituídas ao final do século XIX e primeira metade do século XX; ii) a posterior produção textual de Guimarães Rosa sobre o sertão brasileiro, principalmente *O Recado do Morro*, realizada por seu autor com aproximações empíricas a essa realidade, seja na forma de sua vivência pessoal, como em pesquisas por ele efetuada na produção de Simões Lopes Neto, em especial, no que tange a esse supracitado conto;¹⁸⁸ iii) a ancestralidade espiritual Yanomami mora em topos de montanha, com os espíritos xapiri¹⁸⁹ pronunciando-se sobre a qualidade dos alimentos de forma muito similar ao externado pelos *Kujà Kaingang*, em sua estreita conexão com o legado mítico associado a São João Maria — da necessidade de comermos “alimentos de verdade, livres de qualquer sujeira”¹⁹⁰.

Kopenawa sente a poluição no mundo como um todo, e por isso decidiu falar para proteger não apenas o seu lugar, mas toda a floresta que o aloja, bem como mesmo a distante terra dos brancos. Do que vê perto de si e em suas viagens, Kopenawa descreve: “Onde os brancos vivem, o céu é baixo e eles não param de cozer grandes quantidades de minério e de petróleo.” E as doenças são trazidas pelas emanações que jorram desse fenômeno do mundo branco — “ao extrair e manipular essas coisas ruins”, o que Kopenawa finalmente reconhece em similaridade ao que os brancos chamam de poluição (KOPENAWA e ALBERT, 2016; p. 365; 432). O âmbito de reconhecimento da poluição é dado pelas particularidades sensoriais locais, que são extensamente registradas. Nisso, uma substância é emblematicamente

¹⁸⁸ Conforme evidenciado no Capítulo 6

¹⁸⁹ Os xapiri, em sua incontabilidade — eles são multidões de espíritos — têm suas moradas no topo de morros e montanhas. Foi Omama, o demiurgo yanomami que criou essas montanhas para serem “casas de ancestrais”, e, além disso, esses picos rochosos servem para dar firmeza a terra. Graças a esses habitantes das montanhas xapiri, é que a floresta fica fresca e úmida — vindos esses atributos do vento e da chuva que descem das alturas (KOPENAWA; ALBERT, 2016) (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 118 e 119).

¹⁹⁰ Eles, os xapiri, são outros que animais e humanos: belíssimos, só gostam de coisas doces. Comem “alimentos de verdade, ao mesmo tempo saborosos e livres de qualquer sujeira”, advindos segundo Kopenawa, “das imagens da riqueza da floresta” (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 128).

reconhecida: o metal. E é essa substância que é dita perigosa aos corpos locais, em reconhecimento sensitivo — de um nariz não branco — dado principalmente por seu odor intenso, assustador e nauseante. Presente não somente em facões, machados e tesouras, mas igualmente em fumaças de máquinas e motores, e mesmo em tecidos que com ele tiveram contato, é um cheiro perigoso para os habitantes locais — a fumaça dos metais (KOPENAWA e ALBERT, 2016; p. 362).

Postulo que a existência substancial está ligada a raiz desse ato de reconhecimento fenomenológico. O metal parece ser nesse caso principalmente uma *coisa* da realidade yanomami, cuja origem Davi Kopenawa conhece em seus estudos xamânicos. A bem ressaltar, uma *muito importante coisa filosófica* — mas também uma coisa no sentido químico do termo. Nesse sentido, alinho os vários achados *substanciais* desse conhecer do lugar em paralelo às características desse tipo dadas por Robinson (2014, p. 2; 4; 5) o contexto genérico da tradição filosófica ocidental. A substância metálica é vista pelos yanomami como “um tipo particular de entidade básica”, mas também identificada como “objetos individuais ou tipos de objetos individuais” com suas associadas “propriedades localizados em espaços e tempos”. Além disso, encontro em seu discurso um caráter ontológico básico e metafisicamente suportado; verifico sua independência, bem como o seu sentido de durabilidade e permanência; seu caráter é paradigma de predicação e portador de propriedades; é um sujeito que aporta mudanças e encontro-a tipificado na forma de objetos, coisas ou materiais. Ainda sua enunciação a esse respeito apresenta a kantiana configuração de substância — a de o metal significar, para essa elaboração filosófica, um particular contínuo que confere unidade ao enquadramento espaciotemporal considerado, permitindo sucessivas localizações nesse lugar. E finalmente, ainda segundo Robinson (2014, p.5), encontro evidenciada uma noção similar aos pressupostos aristotélicos, de conexão “crucial” entre a substância em questão e relações teleológicas — existe algo de onde a substância origina-se, e há coisas que dela surgem.

Os yanomami descobrem nesse sentido a origem do metal no tempo do sonho, em formas minerais, como descrito por Kopenawa e Albert (2016, p. 357) — “lascas do céu, da lua, do sol e das estrelas que caíram no primeiro tempo”. Há sua parte “muito pesada e ardente, a mais temível” que foi oculta no solo por ação do demiurgo yanomami Omama. Se esse metal constitui o esqueleto da terra yanomami, e o solo firme dele depende, há uma *precaução demiúrgica com relação ao nocivo* — “De modo que deu a nossos ancestrais o metal menos nocivo, mas também o menos resistente”. Essa parte “mais dura e mais nociva” que fica guardada por Omama é objeto de cobiça dos brancos — exatamente por isso que seus

ancestrais “por isso eles acabaram por atravessar as águas para vir à sua procura na terra do Brasil” (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 358).

Enfim, vejo que as dramáticas particularidades do reconhecimento fenomenológico no lugar envolvem justamente a interação desse entorno com os particulares seres do lugar. E essa sensibilidade é claramente enunciada: além da beleza do tempo antigo e da feiura da devastação presente, Kopenawa diz: “Nós somos outros. [...] Somos de outro sangue”. (KOPENAWA; ALBERT, 2016, p. 310). Embora Albert pondere em suas extensas notas uma provável relação dessa percepção nociva com os surtos de doenças contagiosas que se sucederam aos primeiros contatos com os seres humanos distintos dos yanomami, chamo atenção — para o que Kopenawa está relatando — há uma fumaça de cheiro estranho que é reconhecida pelos corpos do lugar (não brancos), proveniente de substâncias metálicas perigosas, causa de doenças mortais não somente para eles, mas para outras pessoas e seres vivos.

A consideração filosófica do xamã yanomami sobre o ético manejo de perigosas substâncias coloca a interrogação sobre o pensamento do manejo das substâncias em múltiplos mundos, constituídos por suas distintas mediâncias — suas distintas constituições de meios. Esse modo profundo de reconhecimento de substâncias é ancestralmente anterior às múltiplas modernas enunciações de ética ambiental — essa forjada no âmbito científico e em reação a questionamentos que vem sendo problemática e tragicamente trazidos à tona pela modernidade. Em seu modo enunciativo direto e muito claro a respeito do manejo das substâncias o autor declina uma das características fundantes do humano, no sentido da compreensão explicada por Berque (1996). A de ter sentido do Bem e do Mal — “uma justificação racional do Bem e uma reprovação racional do Mal” — e de poder determinar por si mesmo sua conduta em função dessa distinção, isso quer dizer, com a consciência de um dever que compete a um determinado exercício de existência. Em propriedade que reconhece como humana, o autor diz de uma ética das terras habitadas, ou ecumenal — no caso, uma ética dos seres humanos que habitam esse planeta. Pois se, como diz ainda Berque, os humanos, como todos os outros seres vivos reconhecem seu ambiente, mas só a humanidade reconhece a ecúmena — “a relação da humanidade com a extensão terrestre” (BERQUE, 1996, p. 66; 78).

Minha percepção é de que a resposta verificada a esse questionar tem sido a dita normatização ambiental, pragmática e fundamentalmente fundada no exercício analítico da química e da biologia, em procedimentos científicos e vindos de fora do lugar. Analisam-se substâncias em um dado ambiente, e os resultados de tal proceder são relacionados a achados

de alguma espécie de dano específico. A partir disso *grosso modo*, surgem os padrões de emissão e de qualidade ambiental.

Proponho pensar esse proceder em relação aos questionamentos de que são dispostos por distintas éticas ecumenais, com estreita ligação às suas respectivas apreensões estéticas. Tanto no que diz respeito à posição reflexiva colocada por Kopenawa e Albert (2016), como aquela que emerge da existência da paisagem do lugar que pesquiso — pois ambas as elaborações surgem de achados de incoerência no que habitantes do lugar assistem acontecer a partir de seus cotidianos vividos.

7.2 RECADOS DOS CAMPOS SERRANOS BRASILEIROS

Aproximo o pleito aportado por Kopenawa e Albert (2016) — por um pensamento reto, livre do esfumaçamento e da confusão ideológica — do que advoga Morin, a partir de Pascal: de que seja necessário garantir a existência de um “trabalho para bem pensar”. Tal trabalho, o princípio da moral, segundo esse autor, deve ser capaz de reconhecer uma era planetária, e nesse ato então inscrever essa ética, admitindo a complexidade humana e não dissociando as instâncias indivíduo/sociedade/espécie — “presentes umas nas outras, cada uma fim e meio das outras, e ao mesmo tempo potencialmente antagonistas” (MORIN, 2008, p. 86-89). De outro ponto de vista, Ricœur (2004, p. 689) situa a ética no plano da reflexão sobre os valores fundantes da vida social — para ele existe uma ética fundamental, que é precursora às normas — “os princípios do permitido e do proibido”. O fato que aqui ressalto é que esse “trabalho de bem pensar”, é operacionalizado por essas normas — eventos que emanam do fazer humano, devendo estar por isso permanentemente sendo vistas como imprecisas e mutantes. Logo, como adicionalmente esclarece Plaisance (2010), é necessário realizar que as normas e suas formas e práticas de operação — supostamente instâncias objetivas de traduzir essa ética — contêm necessariamente dimensões subjetivas. No mínimo, como diz ainda esse autor, deve-se reconhecer a dimensão subjetiva do sentimento da obrigação moral, ou aquela subjetividade contida nas maneiras pelas quais as pessoas relacionam-se com os valores invocados por essas normas.

A partir disso, parece-me razoável que, à luz da justa proposição de pensar filosoficamente as substâncias (também químicas, mas não somente estas), propor resguardar uma prerrogativa de conhecimento, anteriormente ao estabelecimento de éticas específicas de substâncias — quais sejam estas, uma vez que existem outras além das químicas. Esse particular conhecimento, externado por Kopenawa, em seu trabalho com Albert — vem a ser

o achado sobre a inconsequência da relação da espécie humana com sua ecúmena. É um conhecimento que é localizado cosmologicamente: ou seja, é um conhecimento que advém de um sentimento existente em relação ao mundo do qual faz parte, mundo este que é reconhecido ser de dimensões muito maiores do que o que os lugares por onde seu corpo já passou.

7.2.1 Lixo resulta em água feia

É aproximando-me da poética desse habitar, conforme Tim Ingold, em sentido similar à *Poiêsis* da habitação ecumenal descrita por Augustin Berque, que eu consigo aprender mais a respeito das campesinas práticas de criação de gado de corte e conduzidas nesta região dos Campos de Cima da Serra, em vizinhanças à cidade brasileira de Caxias do Sul e São Francisco de Paula — principalmente nos distritos de Vila Seca, Criúva, Cazuza Ferreira e Juá (BERQUE, 2014b, p. 204; INGOLD, 2000, p. 110).

Nesse caminho, de muito significado é esse evento cuja memória essa pesquisa reconstitui em profundidade: em 1993, agricultores habitantes do lugar lutam contra a localização de um aterro controlado para o depósito de lixo da cidade de Caxias do Sul, pois a área almejada pelo poder público da época situava-se na bacia hidrográfica do curso de água principal da região. Eliseu Stumpf, presidente da Comissão Ambiental de Vila Seca, auxilia-me a contar como que, em vigorosa reação organizada, conseguem articular-se a nível municipal e estadual e sustar esta intenção em definitivo nesta específica área. Mas não na região. Apesar de novos protestos, em 2010 a prefeitura de Caxias do Sul, com a devida licença do órgão ambiental estadual, instala o aterro sanitário em área mais interna à ruralidade da região (em companhia de outro aterro, menor, esse para resíduos industriais perigosos). Mais do que duvidosos da eficiência do paliativo tratamento e disposição final de efluentes desse aterro — efetuado por um aparato tecnológico licenciado ambientalmente, os moradores continuam protestando a respeito de “uma água feia” que é disposta sobre o solo das proximidades do aterro sanitário.¹⁹¹ Uma absoluta inadequação, eles argumentam, pois o aterro e suas instalações passam a poluir dois ricos mananciais, aqueles que leis (normas) municipais dizem proteger. Os habitantes dessa paisagem não aceitam que o lugar do melhor campo — o reservado aos melhores animais, aonde se podia aprear do cavalo e beber água na

¹⁹¹ Conforme mais detalhes dispostos no Capítulo 3 e 6. Apesar de um anunciado tratamento sofisticado de efluentes, são verificadas inúmeras denúncias de seu mau funcionamento.

concha da mão, hoje esteja submetido ao impacto das substâncias nocivas que emanam de um imenso aterro sanitário. E que a água “de beber” de antes — um líquido transparente e sem cheiro a não ser o do meio que a acolhia, passe a ser turva, e muitas vezes espumante e malcheirosa.

Em 2012 é inaugurado o complexo Marrecas, novo reservatório que é dito garantir água potável para a crescente população urbana, evitando por algumas décadas sofrimento de racionamentos como ocorridos na década dos 1970s. Supremo paradoxo, situado na região originalmente pretendida para o aterro sanitário — aquela defendida pelo evento de 1993. A partir desse reservatório construído e de outras similares intervenções planejadas com relação a outros dois cursos d’água nessas circunvizinhanças rurais, o poder público passa a policialmente relacionar-se com agricultores da região. Atos que sempre fizeram parte de seu cotidiano passam a ser considerados crimes: interditos passam a ser a pesca e o banho nos arroios e suas represas e o manejo dos excrementos dos animais (esterco proveniente do gado extensamente criado e de alguns aviários ali existentes) nessas microbacias hidrográficas passa a ser intensamente problematizado. Além da ação de protesto que recém descrevi, essas pessoas alcançam de outra forma um juízo ético a respeito da relação com seu entorno, pelo intermédio sensitivo de organismos e subsequente apreciação crítica a respeito das substâncias com as quais têm contato. Não somente por intermédio de seus próprios corpos humanos, mas igualmente pelo dos animais que com eles compartilham a existência e viabilizam sua subsistência — neste lugar os animais, em especial os bovinos, têm nome e documento, e como os seres humanos, deixam memórias.

Essa prática de vida nessa paisagem nela distingue venenos — substâncias nocivas. Além da água feia — o chorume do aterro supostamente tratado, que intuem ser ainda um caldo químico poluente, fruto da decomposição de substâncias geradas por uma infinidade de anônimos geradores — os habitantes apontam também como substâncias venenosas os insumos utilizados na nova agricultura que chega nessa paisagem nas últimas décadas. Produtores de outros lugares, atraídos pelo clima ameno e disponibilidade agrária em proximidade a esse aglomerado populacional ¹⁹², arrasam a vegetação autóctone e implementam os pacotes tecnológicos de produção de hortifrutigranjeiros. Reconhecem a nocividade dessas substâncias que conhecem pelos seus efeitos, em relação às funções gerais que são ditas desempenhar: entre outras, as de serem herbicidas, fungicidas, desfolhantes,

¹⁹² Caxias do Sul abriga a segunda maior população municipal do Estado do Rio Grande do Sul, em torno do meio milhão de habitantes (IBGE, 2010c).

fertilizantes, antibióticos, hormônios, carrapaticidas e inseticidas. Pois seus nomes e aparências são tão cambiantes quanto os representantes comerciais que irrompem motorizados em seu lugar, batendo de porta em porta a ofertar esses produtos originados da síntese química moderna.

Finalmente, protestam contra outra trágica atrocidade ecumenal que é em nome dessa tecnologia cometida: a remoção física da pastagem e o posterior tratamento do solo com fertilizantes químicos e agrotóxicos, além da exposição da terra praticamente nua ao rigor climático. Denunciam a destruição da vegetação campestre autóctone, um precioso e temporal valor da paisagem local, que sabem muito difícil de ser recomposto em suas qualidades substantivas.

O contrassenso apontado pela ética local é que a normatividade gerada no urbano ignora esses aspectos, e mesmo, permite a sua existência na paisagem, permitindo grave contaminação à substância que diz proteger. Mais fácil parece ser legislar proibindo o banho de corpos humanos, alegando a nocividade dos excrementos dos animais que são criados esparsamente nesse serrano mosaico de campos e florestas e o pretense perigo do procedimento tradicional de queimadas bianuais das pastagens ressecadas pelo frio.

Enfim, ressalto que essa longeva ética ecumenal que reconheço interroga sobre a justiça da normatividade que a ela incide, questionando as intenções reais desse urbano agir com relação ao seu mundo. Uma vez que para os habitantes campesinos do lugar, esterco é adubo, preciosa substância, e tal qual o uso do fogo no cultivo “do nosso pasto” é a garantia de duração da paisagem e da água substantivamente nela contida. Pois, a indução desse último, em distúrbio controlado, previne grandes incêndios acidentais destrutivos e mantém o alimento para o gado, sem a necessidade de utilização massiva de agrotóxicos e fertilizantes de origem sintética — como é feito amiúde no caso do cultivo de gramíneas exóticas e de outras culturas hortifrutigranjeiras e cerealíferas que vêm substituindo a pastagem autóctone.

7.2.2 Queijo serrano, para ser bom, deve ser bonito

O mecanismo da construção normativa a partir de identificação científica de limites de substâncias nocivas e subsequente supressão de práticas de alguns grupos humanos é estendida à seara de confecção de um alimento tradicional e emblemático característico desta

paisagem: o queijo serrano, tradicional não somente neste específico lugar, mas em toda a região dos Campos de Cima da Serra.¹⁹³

Sua origem está aqui associada às primevas práticas de pecuária, nas sesmarias que foram concedidas aos colonizadores açorianos — com registros históricos e geográficos que localizam a temporalidade dessa tradicional prática de confecção de um queijo de altitude, a partir do leite cru de vacas rústicas, criadas predominantemente com o pasto autóctone deste lugar montanhoso e de invernos frios. Grande parte da segunda fase do meu trabalho etnográfico esse respeito desenvolve-se no acompanhamento convival de práticas de vida e de trabalho: i) da família do casal Breno Telles Ramos e Anéris da Silva Ramos, que faz esse queijo há três gerações em sua propriedade e ii) do esforço coletivo que faz possível o enorme queijo comunitário que é feito desde início dos anos 1990s em Criúva, por ocasião do ciclo festivo anual em honra do Divino Espírito Santo. Em ambas as situações as pessoas enfrentam o temor constante da apreensão e destruição do produto precioso. Em nome de normas locais, estaduais e federais, neste caso, sanitárias, em incursões violentas e invasivas de técnicos locais à intimidade das casas desses habitantes.

Reconheço nessa ciência local de elaboração do queijo serrano um profundo senso estético, fundamental para a aferição de sua qualidade final, para as suas propriedades enquanto ‘substância queijo’, atingidas mediante a série de procedimentos empregados durante a sua confecção e subsequente maturação. Tanto Brenno como Anéris evidenciaram-me o uso dos sentidos nessa aferição. Eles, enquanto viram e limpam as formas de queijo ao longo da maturação aferem permanentemente a peça de queijo, em ‘inspeções visuais’ que observam a cor e o brilho da sua casca. Por fim, estando a peça pronta em sucessivos estágios de envelhecimento, o paladar de Anéris prova o gosto do alimento, enquanto que Brenno — que não gosta de comer queijo — aprecia a beleza da massa interna, com seus gostos de cor, regularidade e textura. Para ele, em definitivo, queijo bom é bonito. À medida que fui convivendo com o casal, fui compreendendo a profunda interligação dos anos de vivência nessa tarefa com mínimos sinais que aprenderam a ver nessa avaliação constante do produto que daí emerge. E disto faz parte a relação com a lida dos animais: o modo de tratá-los, como e com o quê alimentá-los, o sentido que têm com relação à sua saúde e bem-estar, enfim. Por isso o receio de Brenno em trocar de fornecedor de ração, ou o medo que sente quando um remédio ou vacina muda de aparência, ou de marca — desconfia do que lhe dizem, pois já viu

¹⁹³ Conforme o que esmiúça o Capítulo 5. Sobre a discussão de limites físico-químicos e biológicos para o queijo serrano, ver Cruz e Menasche (2014) e Vitrolles (2011).

animais morrerem ou ficarem doentes por causa disso. Brenno não gosta de comer queijo, só de sua elaboração. Leite, porém, ele adora. Mesmo agora, quando não mais fazem queijo, ele continua levantando no horário de sempre, para ir ao estábulo ordenhar a vaca preferida. Assim garante o ‘Camargo’, seu primeiro alimento ‘desde que ele se conhece por gente’.

Entendo, depois de um tempo, que o desjejum de Brenno, com essa bebida “que tem substância”, constitui o procedimento analítico *sensitivo* do leite que é ordenhado todos os dias para fazer esse queijo. Brenno, em sua experimentação corporal própria sabe, em aprendizado cotidianamente apurado dia após dia, ano após ano, a respeito do aspecto e do gosto do leite ordenhado, posteriormente observado comparativamente com as características do queijo serrano artesanalmente elaborado. Não há ato de confiança maior na sanidade de sua própria produção do que esse — ele próprio, bem como toda a sua família, ingerem esse líquido como seu primeiro alimento todas as manhãs. Compreendo, portanto, a sua recusa em alimentar o gado com substâncias “que não fazem bem aos animais” — o caso do farelo de soja ou arroz, ou mesmo da silagem verde. Brenno não gosta do sabor do leite que prova, e do aspecto final do queijo. Que ele não prova, pois o seu particular ser não gosta de queijo, simples assim. No entanto, responsável até o final pela qualidade de seu afamado queijo serrano — repete a situação encontrada quando de sua avaliação da má qualidade de um queijo como ruim — se o gado come esses alimentos, “o queijo fica feio”.

Como revelamos no episódio final do filme, Brenno constitui esse caso *sui generis*: nunca comeu queijo. Na verdade, apaixonado pelo que faz, ele “come-o com os olhos”, pois seu olfato ademais não é acionado na avaliação final dos queijos que observa. Para saber da excelência desse produto da paisagem do lugar ele observa a sua cor — amarela dourado, sua textura — firme, mas não rígida ou borrachuda, e a aparência da massa — sua untuosidade e a distribuição regular de pequenos orifícios redondos. Compreendo, não somente com ele, que queijos moles e brancos aqui não interessam ninguém, tão pouco queijos de leite cozido: são todos muito feios.

Esse procedimento cotidiano inteira uma série de outras relações trajetivas que essas pessoas correntemente realizam, na intimidade de sua relação com o entorno. Por isso, desconfiam do mundo das substâncias sintéticas de uso cada vez maior emprego no trato com os animais e também na agricultura tecnificada. E entendo que desse tipo de relações faz parte, do mesmo modo que a ciência de Kopenawa com relação à floresta, o que Brenno sabe com relação aos campos. Nesse caso quando enumera as vantagens do uso do fogo para a conservação da paisagem. Uma vez que muito mato seco pode pegar fogo espontaneamente

— e nesse caso, não é só o campo que queima — os capões — os matos — bem podem ser destruídos.

7.3 ENTRELAÇAMENTOS DE SUBSTÂNCIAS NAS GOVERNABILIDADES NORMATIVAS MODERNAS

Principalmente no século XX, o uso de fertilizantes e pesticidas de origem sintética acompanham o advento das práticas agrícolas intensivas e monotípicas, com progressivas e correlatas modificações nos organismos vegetais cultivados. É a Revolução Verde, vista por Dayan, Cantrel e Duke (2009, p. 4023) como uma possível extensão histórica da revolução agrícola europeia do século XIX. Segundo esses autores, seria uma atualização moderna de procedimentos de ancestralidade muito superior, localizadas junto aos primeiros processos de sedentarização de populações nômades, onde por milhares de anos os seres humanos controlaram as pestes em suas práticas agrícolas observando as relações entre outros organismos que vivem em seu entorno. A rotação de culturas ou os plantios mistos induziam os processos naturais de controle de pragas — tais como a predação, parasitismo e competição. E é no âmbito desses procedimentos ancestrais que se mantém contemporaneamente o uso de substâncias de origem natural no combate às pestes, juntamente com a utilização de coberturas mortas e o uso do fogo, bem como com a reatualização da utilização de controles biológicos.

Tal interligação corrente de trânsito de substâncias com a agricultura global é situada em período anterior por Melillo (2012, p. 1030). Segundo o trabalho desse autor, entre os 1840s e os 1930s ocorre “a primeira revolução verde” — onde acontecem grandes mudanças dos meios de vida na ecúmena, devidas ao transporte de fertilizantes naturalmente disponíveis no Peru e no Chile para a América do Norte e para a Europa. Em relação ao transporte massivo de pessoas: o autor mostra que se altera não somente o ciclo de nitrogênio em vários locais no mundo, mas igualmente, a partir das abolições de regimes escravocratas, os regimes de trabalho mundiais.

Outro aspecto da ligação da agricultura aos trânsitos de substâncias e de população em escala ecumenal, pode ser estabelecido com o surgimento da atividade química industrial moderna — e o seu necessário aparato científico-tecnológico. Se tal empreendimento tem origem ao final do século XIX na Europa, consolida-se em definitivo com as guerras mundiais (VAN ANTWERPEN, 1980, p. 10). Como explica Brand (1945, p. 104 e 105), desde 1913, com a larga utilização industrial do processo *Harber-Bosh* na Alemanha, “compostos

nitrogenados e ácido sulfúrico destacam-se como os químicos que foram suscitados pelo interesse agrônomo maior durante a Primeira Grande Guerra”. Assim cita a atenção dada pelo Conselho de Defesa Nacional aos “problemas químicos, sob a ótica comum de produção de munições e produção de alimentos, rações e fibras para o uso dos Estados Unidos e das nações Aliadas”.

Patel (2013) estuda extensamente o fenômeno da Revolução Verde, constituindo uma visão que aporta elementos para a situação da complexidade contemporânea de produção de substâncias, explicando-o como sendo constituído por um conjunto de processos: “de reconfiguração do estado, de acumulação capitalista, de concentração de poder, expropriação, de investimento em agricultura e de inovação”. O ponto de vista do autor sobre esse fenômeno é ecumenal, com seu declarado interesse pela “importância do conhecimento para a transformação capitalista em maneiras que importam para o futuro da alimentação não somente na Índia, mas em todo o planeta”. E também trajetivo, na medida em que busca, nesta sua análise de visão geográfica a história de longa duração de uma “trajetória de acumulação, legitimação e desenvolvimento da primeira Revolução Verde ao presente”. Faz essa reconstrução fenomênica em porosidades que encontra na periodização histórica usual (entre os primeiros anos da década dos 1940s à década de 1970). A revolução verde iniciaria então no século XX, mas segue fortemente vigente no século XXI. Reconhecer essa outra etapa, segundo Raj Patel, pressupõe a necessidade de vencer a primeira fase como concluída e bem sucedida. E para essa levar a cabo esse reconhecimento na complexidade contemporânea, esse autor aponta grade de leitura do mundo a partir da ideia foucaultiana de biopolítica associada a contextos liberais, subsidiando argumentos em contestação ao discurso consequencialista da revolução verde: a propalada resolução de problemas nutricionais para uma população crescente não aconteceu. Como o autor faz questão de esclarecer esses contextos são os das apresentações capitalistas existentes, caracterizadas “principalmente pela existência de mercado, personalidade legal e propriedade privada”, independentemente da orientação política circunstancial existente e desta forma, existente tanto nos estados-nações do norte ou do sul da ecúmena (PATEL, 2013, p. 2-4).

A esse respeito, adoto aqui o que Castro-Gomez postula (2010), da substituição da inicial conceituação da biopolítica, pelo que Foucault posteriormente escrutina como a governabilidade. Prática governamental liberal, cuja arte consiste na destituição do Estado como único instrumento de defesa da sociedade. Ao invés disso, criam-se os domínios da população, da sociedade civil e do mercado, que, paradoxalmente, devem defender-se do

Estado, por meio de “intervenções que possibilitam a não-intervenção”. Dito de outro modo, essas esferas são defendidas por intermédio de regulações.

Dessa forma, se as fases iniciais da primeira revolução verde aparecem como solução geopolítica normalizante para o problema da fome, a nova revolução passa pela aliança disseminando o que Patel (2013, p. 28; 42; destaque do autor) chama de miopia ambiental: associações de grandes empresas químicas visando o “mundo dos alimentos mais inteligente”¹⁹⁴ — estabelecendo alianças com a indústria química e ONGs. De certo modo, observa-se a neoliberalização da política ambiental, com regimes de verdade e imperativos biopolíticos estabelecendo cenários confusos. Problemas ecumenais de fome, pobreza, injustiça e destruição ecológica são entendidos pelo olhar capitalista, em luta de caráter “nutricionista” que disputa os corpos pobres, ou que propõe, em outro extremo favorecido, a “gestão dos corpos individuais” (PATEL, 2013, p. 28;29;42;48;50;51).

A complexa luta contemporânea em torno dessa miopia ambiental tem novos esclarecimentos recentes de suas intrincadas construções no mundo científico. Pela divulgação do escândalo “*Monsanto Papers*”, fica-se sabendo que o desconfiar permanente a respeito das substâncias oferecidas como “seguras” em seu uso na produção de alimentação mundial deve mesmo fazer mesmo parte de nosso pensamento. No dossiê constituído pelo *Le Monde*, vê-se como a Monsanto conseguiu, via suborno, o aval de cientistas renomados para falsear informações a respeito do potencial cancerígeno de uso do glifosato, o “pesticida mais usado do mundo”, em batalha que opõe, desde 2015, de um lado o Centro Internacional de Pesquisa do Câncer, de outro a Agência de Proteção Ambiental Americana, a Autoridade Europeia de Segurança dos Alimentos e a Agência Europeia de Produtos Químicos — esses, advogando pela segurança do produto (CORPORATE_EUROPE, 2018; “MONSANTO PAPERS”..., 2017).

A trajetividade de suas paisagens, historicamente marcada pelas opções agrárias e desenvolvimentistas que foram sendo feitas ao longo do tempo e do espaço, deságuam nas atuais tramas de governabilidade agrícola e ambiental do território rural brasileiro. Em umbilical relação com suas cidades e com a constituição da indústria química no país.

¹⁹⁴ Patel (2013) cita nesse sentido matéria que anuncia uma aliança desse tipo entre a Cargill com a General Mills, duas empresas gigantes, multinacionais do ramo da alimentação com sede nos Estados Unidos, assim como iniciativa no sentido de a Cargill auxiliar “sojicultores brasileiros a cumprir o Código Florestal Brasileiro” (TERCEK, 2012). Adicionalmente encontro a expressão destacada “mundo da alimentação mais inteligente” também no continente europeu, em prospecto do Rabobank, definida na web como “líder global em serviços de financiamento para alimentação, agro financiamento e sustentabilidade orientada” (RABOBANK, 2015).

Na década dos 1950s, o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek alavanca o primeiro complexo petroquímico do país: dos gases residuais da maior refinaria de petróleo do país na época viabiliza-se uma fábrica de fertilizantes nitrogenados. Repetindo uma receita vinda das guerras mundiais — as substâncias produzidas tanto atenderiam os interesses econômicos nacionais, como eventualmente poderiam servir à “indústria de guerra”. Ao mesmo tempo, fez parte da ação industrializadora e desenvolvimentista brasileira na época da ditadura a atração e instalação de “indústrias internacionais poluentes”, em tônica expressa pela polêmica declaração do Ministro do Planejamento da época: “Nós ainda temos muita área para poluir”¹⁹⁵. Assim nasce o polo petroquímico de Cubatão, que traz em sua gênese ligação indelével e trágica com a poluição. Os efeitos deletérios aos seres vivos e ao entorno aparecem já na década de sua instalação. Se as reações adversas e coletivas da população local ocorrem mesmo antes da Conferência de Estocolmo em 1972 (com a morte de funcionários de empresa multinacional por intoxicação aguda de pentaclorafenato de sódio — “o pó da China”) só no início da década de 1980, quando a cidade passa a ser nacionalmente conhecida como sediando o Vale da Morte e mundialmente divulgada como a mais poluída do mundo, é que o governo admite a relação com o desenvolvimento e a poluição, e passa a atuar normativamente nas indústrias instaladas¹⁹⁶ (COUTO, 2003, p. 2;3;90;169;174; FERREIRA FILHO, 2015).

Um pouco mais tarde, inserida no conjunto das políticas de ciência e tecnologia governamentais registra-se a vontade da época, em 1976, em plena época ditatorial militar: “a efetivação da vocação do Brasil como supridor de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados”. Para a realização disso, antevia-se a modernização da agricultura fazia parte, ato que antevia o “significativo aporte de conhecimentos científicos à atividade pecuária, para que se obtivesse “o incremento de produtividade através da modernização das práticas agrícolas e pecuárias e da mais ampla utilização de insumos modernos” (SALLES-FILHO, 2003, p. 196).

Somente a partir de 1994, com a institucionalização governamental da categoria da agricultura familiar, que se dá um importante passo para o reconhecimento da importância de um tipo de agricultura que é grosso modo dicotomizada ao resultado dessa agricultura

¹⁹⁵ Declaração de João Paulo dos Reis Velloso (O RETRATO...(1972), fato de repercussão mundial, conforme historicizado por Duarte (2015).

¹⁹⁶ Mesmo assim, não a tempo de evitar as tragédias: antes da tragédia de Bophal, em 1984 também acontece o terrível incêndio na Vila Socó. Depois disso, outros graves acidentes ocorrem, e descobrem-se graves passivos ambientais, muitos deles resultantes de atos clandestinos de multinacionais ali instaladas (COUTO, 2003).

empresarial ou patronal que acaba constituindo-se no país — extremos de um panorama rural nacional que a bem dizer contém uma multitude de apresentações produtivas agrícolas e mesmos outras funcionalidades rurais para além dessa suposta contraposição de modelos produtivista apresentados de forma simplista. Outro marco importante foi trazido pelo Censo Agropecuário de 2006, com inclusão da categoria de agricultor familiar pela primeira vez no país, trazendo informações que evidenciaram que a segurança alimentar do país está em muito significativa medida baseada nas ruralidades agronômicas familiares, de usos bem menos intensivos das substâncias químicas e biológicas prescritas pela dinâmica e sempre cambiante Revolução Verde (FAVARETO; WANDERLEY, 2013; SILVA, S. P., 2015, p. 11). Efeitos de entrelaçamentos governamentais consolidam esse cenário, em base ética de fortes traços consequentialistas¹⁹⁷, justificando os eventuais problemas dessas novas maneiras produtivas em nome do fim: as necessidades de aumento de produção agronômica para uma população crescente. Em contexto geográfico ecumenal corrente, verificam-se mesmo já suas extensões no quadro de cooperação sul-sul, como demonstram atuações brasileiras e chinesas no continente africano (CABRAL, L. *et al.*, 2016; SCOONES *et al.*, 2016).

A externalização social dos custos da Revolução Verde (intoxicação dos organismos vivos e destruição do solo) verifica-se de fato no país, na “miopia ambiental”, característica que Patel (2013, p. 29) associa à historicidade da Revolução Verde como um todo. Dasgupta *et al.* (2001, p. 463; 468; 476) precocemente já demonstravam a correlação dessa questão, “devido à criação do Programa Nacional de Pesticidas (PNDA — Programa Nacional de Defensivos Agrícolas), in 1975”, e posteriores decisões da política liberalista que se instaura no país na década dos 1990s. Com relação aos pesticidas, o autor detalha como exatamente o Brasil facilita a instalação e o negócio de empresas agroquímicas, em ligação a interesses multinacionais: “grandemente simplificaram seu regime de comércio, eliminando a maioria das restrições de quotas, reduzindo e removendo taxas de exportação e quotas e reduzindo taxas de importação em insumos agrícolas”.

O Brasil é o maior mercado consumidor de pesticidas desde 2008, sendo responsável por 20 % do consumo mundial dessas substâncias, em correlação positiva ao incremento dos cultivos de organismos geneticamente modificados, com indícios de sérios danos aos seres vivos humanos e não humanos e às águas superficiais do país (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016;

¹⁹⁷ A ver o que dizem Llored e Sarrade (2016, p. 144) a respeito dessa assunção de caráter ético. Como sendo baseada em uma pressuposição mereológica — “a sociedade é a soma de seus indivíduos”. Segundo os autores, um pressuposto que impede quem assim pensa de acessar situações onde efeitos retroativos são necessários serem reconhecidos para que se reconheçam os relacionamentos entre o todo, suas partes e o seus entornos — o caso dos corpos químicos.

ALMEIDA, V. E. S. *et al.*, 2017; PIGNATI *et al.*, 2017; RIGOTTO; VASCONCELOS; ROCHA, 2014).

Todavia, em governamentalidade geograficamente seletiva (NAYLOR *et al.*, 2005; VAN BOECKEL *et al.*, 2015). Um dos detalhes dessa situação é bem ilustrativo, como é trazido por Bokma *et al.* (2014, p. 3), ao afirmarem que a carne brasileira “padrão exportação” é suficientemente segura para o consumo na União Europeia — ou seja, livre de antibióticos utilizados para acelerar o crescimento. Situação completamente diversa do que o antevista para a carne do “mercado doméstico” — essa continuará utilizando esses químicos farmacêuticos: “devido às vantagens esperadas”, e também, devido “a elevada pressão das companhias farmacêuticas, a qual segundo os entrevistados dificultaria a redução do uso e a reestruturação dos sistemas de produção animal”.

A respeito desses emaranhados mecanismos de controle das governabilidades ambientais e sanitárias, em versões várias espalhadas em muitas partes da ecúmena, Nash (2008, p. 652 e 653) argutamente apresenta uma visão (não) mesológica da origem da normatização associada à “saúde, doenças e poluição ambiental”, na medida em que identifica que “debates sobre químicos e suas regulações são, na raiz, debates sobre o relacionamento entre corpos e seus entornos”. Mas para em seguida dizer que as históricas perspectivas americanas que fundam tanto as normas ambientais ou como as saúde ocupacional mostram o oposto — o mecanismo conceitual nos dois casos é o mesmo, onde as substâncias químicas eram aproximadas como agentes de doença ao corpo, da mesma forma do que os micróbios, sem muita importância a relação desse corpo com o seu entorno. Tais mecanismos — de governabilidade do uso das substâncias — poderiam ter como um de seus princípios éticos profundos o que expressa o princípio da precaução, o qual Llored (2017) explica ter sido recentemente adotado na nova política europeia de regulação química. Aprofundando as raízes filosóficas ocidentais desse entendimento concordam com essa teórica prerrogativa nesse ponto Llored e Sarrade (2016) com Saunders (2010), que, no entanto fala das muitas variantes de entendimento pragmático normativo desse princípio. Esse último autor questiona, a partir de casos ocorridos, as não tão sutis opções de sua não aplicabilidade, em múltiplos mundos existentes na ecúmena, calcados por interesses vários. Contudo, é preciso, para pensar a ética desse proceder, reconhecer que isso é levado a termo nos regimes capitalistas contemporâneos. E nisso reconhecer que o Brasil foi, e sempre será, um mercado interessante para o “mundo da mercadoria”.

Inevitavelmente, o Brasil está imerso na criticidade de sobrevivência dos organismos no planeta, que Kopenawa e Albert (2016) descrevem como a ameaça de queda do céu. Uma

possível trágica imagem — para dizer do desrespeito que a população “dos brancos” tem empreendido com relação à Terra. Convenientemente aproximada por Viveiros de Castro (2016) aos achados da viagem de conhecimento do cientista dinamarquês em companhia de Pedro Orósio e outros personagens emblemáticos do sertão brasileiro. Habitantes do lugar e personagens de Guimarães Rosa em *O Recado do Morro*, em viagem ficcional, a qual Wisnick (1998) estuda, como uma metafórica incursão de conhecimento ao coração do país. Coração que reencontrei nas andanças dos habitantes das circunjabências de Caxias do Sul, nos Campos de Cima da Serra, onde a sabedoria é definitivamente alcançada em viés ecumenal e sensitivo: todos esses habitantes, de certa forma — a partir de seu mundo de visão¹⁹⁸, transmitem essa advertência aos habitantes do planeta: uma acientífica, belíssima e sábia antecipação do que a ciência vêm tentando conformar como o antropoceno¹⁹⁹.

7.4 ACIENTIFICIDADES TEMPORAIS PARA UMA ÉTICA ECUMENAL

Como possibilidade utópica de melhor cohabitação da ecúmena, postulo os achados do conhecimento de um local mundo de visão (e não de uma visão de mundo), onde por intermédio dos corpos dos organismos é possível atingir um conhecimento correto e justo — uma verdade simples, cujo modo de percepção igualmente abarca importante compreensão estética. Um procedimento ético que poderia ser coerente com a moral imanente que emerge das experiências êmicas dos habitantes do lugar — e não aquela moral que é exclusivamente baseada em pensamentos científicos modernos.

O modo de pensar evidenciado por Kopenawa e Albert, como o proceder cotidiano dos habitantes do lugar que conheço em minha pesquisa ao sul do Brasil, colocam em relevo éticas de profunda raiz local, contudo de abrangência ecumenal — uma vez que as manifestações deliberadas de defesa de seus lugares antes de tudo transmitem um pensamento ético pelo Bem dos mundos aos quais fazem parte, sem deixar de lado o Planeta que sabem conter todos os mundos. Vindo de seu reconhecimento trajetivo de uma paisagem, através de

¹⁹⁸ Ver detalhes na nota 14 (VIVEIROS DE CASTRO; GOLDMAN, 2012, p. 428).

¹⁹⁹ A definição do Antropoceno em termo proposto pelo Nobel de Química Paul Cruzten (como terceira época do período quaternário, em etapa que inicia na Revolução Industrial) acumula outra científica recomendação, desta vez do Congresso Geológico Internacional. O mundo passa a ser reconhecido como fabricado, em grande alteração de seu ciclo de carbono, principalmente pelo consumo de combustíveis fósseis, mas também do ciclo de nitrogênio, pelo uso de fertilizantes de síntese química. Em atos concretos, a intervenção humana se dá por grandes obras de engenharia, edificações urbanas, extrações minerais e cultivos agrícolas em escala planetária e uniformizada (FERNÁNDEZ-GALIANO, 2016, p. 19).

suas respectivas práticas de habitação, encontro inequívoca preocupação — e precaução — com o manejo de substâncias que trazem risco à vida dos organismos. Porém, em manifestações de particularidades de acordo à vida que se desenrola em cada um dos meios que se constituem, a partir da relação dos seres e de seu entorno.

A similaridade encontrada em ambos os casos reside na comum atuação pela duração da paisagem, em reação às substâncias estranhas ao lugar, de uma forma contendo o seu reconhecimento estético — passando pelos sentidos de seus organismos e compreendendo também o reconhecimento realizado das reações de seus animais. Se o metal é substância chave de entendimento para Kopenawa à ação destrutiva dos brancos na Amazônia, a água e o queijo para os habitantes de Vila Seca e Criúva são entidades substanciais — elas fazem parte da vida dessas pessoas, por um saber profundamente arraigado à trajetividade dessa paisagem. Em um caso e outro, esse conhecimento substancial não provém de propriedades físicas, químicas ou biológicas, emergentes da ciência que modernamente diz poder escrutinar analiticamente esse solvente universal, mas de acientíficos sentimentos vividos ao longo de um habitar temporal em um dado lugar.

Se o gado na Amazônia está fora do lugar e é mal visto, nos Campos de Cima da Serra ele faz parte da paisagem, e hoje seus corpos animais sofrem com as contaminações nos trânsitos no lugar. Pois nas novas culturas que vêm substituindo a pecuária em campo nativo, os agrotóxicos — endossados pelo atuar normativo local — contaminam as águas e o solo de maneira drástica. O resultado do tratamento supostamente adequado do aterro sanitário gera uma água feia, que a ética do lugar aponta sem constrangimento como sendo uma má prática, ainda mais colocada na nascente da água que a cidade precisa.

Enfim, digo que, se estudos contemporâneos trazem-me em sofisticados dados analíticos a situação de contaminação das águas do Brasil, em paralelo ao triste título que o país detém — de maior consumidor de pesticidas do mundo — não entendo bem por que a ação punitiva da norma ambiental recaia sobre a matéria orgânica gerada pela pecuária extensiva em campos nativos. Ou dos reais motivos da violenta criminalização sanitária do queijo serrano, ao mesmo tempo em que alimentos criados com um coquetel de substâncias químicas e biológicas de origens diversas, desde a semente até a sua venda ao produtor final — são naturalizados como seguros. Intuo talvez um mecanismo de governabilidade, uma torquês normativa ambiental e sanitária que seja conveniente ao mundo da mercadoria — mundo que extrapola bastante as fronteiras brasileiras.

Finalmente, digo que não se pode esquecer que o estudo da química é um campo empírico de conhecimento. Depende de uma situação de experimentação: de um pensar

êmico. Só a partir desse reconhecimento pode então esta operação conformar o mundo do conhecimento ético. Posteriormente, a continuidade de existência da operação em análise pode então ser avaliada, em reconhecimento de sua condição como um bom ou mau procedimento: a ética da química. Proponho, a partir do que aqui coloquei, pensarmos sobre qual mundo ético estamos fundando a ética da química. Ou, em outro exercício, pensarmos em que situações do mundo da mercadoria o mundo científico ético considera ou desconsidera o êmico local como conhecimento.

Que possamos encontrar maneiras de que os mundos do conhecimento sejam mais efetivas e menos comprometidas com os interesses do mundo da mercadoria — neles compreendidos os interesses de retroalimentação disciplinar científica. Defendendo um pensamento menos enfumaçado para solução dos grandes problemas colocados pela modernidade — neste caso, específico caso o da ‘verdadeira’ existência de substâncias tóxicas aos organismos em meios variados — atrevo-me a dizer que os procedimentos acientíficos têm muito a contribuir para encontrarmos o que fazer para o céu não cair de novo.

Conheço a história desse lugar que tem paisagem, pelos atos de seus habitantes que têm desejo de contar a sua própria história. Coisas que vejo em muitos encontros me dizem isso. Um desfile. Fotos de outros desfiles. Um rótulo de queijo. Uma multa. Recortes de jornal. Fotos, muitas outras fotos, em paredes, porta-retratos e malas de guardados, mas também em meios eletrônicos. Em vídeos e áudios, poemas e músicas. Em pano bordado e madeira, uma bandeira de outro tempo, mas restaurada e viva, em uso. Em toda a sua deliciosa materialidade, maravilhosos e aguerridos queijos. Suas receitas vêm de outro tempo e lugar, mas aqui cada um tem a sua — mas, por alguma mágica, aparece sempre ele, durando, teimoso — o queijo serrano. A partir de muitas pistas, sinais que encontro de coisas que não entendo bem, mas sinto que são importantes, tento explicar o que sinto que existe: a poética de uma paisagem que não habito, e o seu dinâmico fazer pessoal e comunitário. Tento fazer com que um mundo fale para outros mundos. Encontro múltiplos sentidos. E metáforas para dizer coisas difíceis de dizer. Mas que ajudam a dar vazão à história, abrindo caminhos

Gravura 8 — PELO CAMINHO



Fonte: litogravura e aquarela de Claudia Ribeiro (2016), série *O Divino Espírito da paisagem do lugar* — impressões em Vila Seca e Criúva, 150 x 100 mm, impressão Rogério Lopes da Rosa.

desconhecidos. Não sei bem quem fala disso, se o sujeito, o objeto, ou a coisa, em muitos mundos possíveis. Misturados. Preciso mesmo é contar essa história, uma etnografia. De um jeito especial — o meu, mas junto com quem me conta essa história. E nela, intuo que há um saber lidar com as substâncias: com as partes, para entender um todo que é completamente interligado. Como um de variados percursos, que iniciamos sem bem saber aonde ir, mas que intuimos aonde vai terminar. Um processo entendido como uma recusa à cisão do racional e do sensível, e da aceitação disso no processo de conhecimento, reconhecendo e deixando atuar a serendipidade: o bom acaso guiado pelo sentimento. Como lembrança constante disso tudo, guardo sempre o que escutei em Vila Seca, na primeira das muitas louvações do Divino Espírito Santo que presenciei, dito com muita espontaneidade e alegria: o Divino nos enviou uma engenheira química. Que Ele colabore conosco também, pois, a dar conta do recado...

8 CONCLUSÃO

Tendo em vista o conteúdo apresentado na forma dos textos fílmicos e escritos dessa tese, respondo à indagação sobre as possibilidades emancipatórias da paisagem desse lugar particular ao sul do Brasil, as vizinhanças rurais da cidade de Caxias do Sul, compreendidas na região dos Campos de Cima da Serra. Faço isso havendo entendido em profundidade com esses agricultores criadores de animais bovinos a constituição de seu meio nesse mosaico de campos e florestas autóctones, em conflito com os anseios urbanos de apropriação desse mesmo espaço, nisso compreendidos os mecanismos normativos gestados nesse entorno citadino.

Com relação ao proposto pelo primeiro objetivo específico, afirmo da nítida e inequívoca ‘a existência de memória coletiva da contingência histórica dessa trajeção de paisagem’, conforme pode ser evidenciado a partir das várias aquisições empíricas e narrativas reconstruídas no filme.

Ainda no que diz respeito ao almejado por esse primeiro objetivo específico, vejo que tal historicidade trajetiva da paisagem compreende a consciência da época anterior às habitações humanas no Planalto das Araucárias, a partir das referências justamente da gênese dessa vegetação. Posteriormente, refere-se à primeira habitação humana que se tem registrada na região — embora não tão específica em suas especificidades étnicas, a ponto de discernir o povo Kaingang em associação a esse lugar, ou mesmo do reconhecimento pleno dessa temporalidade — reconhecem-se apenas os “índios que moravam aqui”. Em percepção, portanto, recente a respeito dessa ocupação exclusiva, em tempo que é estimado ir do final do século VI até o século XIV, sucedida por coexistência que se dá a partir da chegada do colonizador português no sul do Brasil. Justamente a memória existente aloja-se na lembrança de acontecimentos familiares ocorrido no período conflituoso acompanha os primórdios dos empreendimentos de colonização europeia de outras nacionalidades. Nisso compreendendo, já no princípio do século XX, a ocorrência de particularidades importantes desse funcionamento colonial nesse específico lugar serrano. Como a concessão de sesmarias em meados do século XVIII, que historicamente demarca o início da ocupação dessas terras por açorianos, igualmente mencionando a criação de rebanhos de equinos e bovinos com a presença de mão de obra escrava. De origem não somente africana, mas também resultantes de aprisionamentos do povo indígena do lugar — outra característica fundante do modo de ocupação português aqui verificado. Tal fase é a final do século XIX secundada por nova modalidade de colonização europeia, desta feita em processo subsidiado pelo governo

brasileiro, cuja consecução completa e subsequente inteira a complexidade histórica de relacionamento interétnico que faz parte do viver contemporâneo dessas pessoas. Esta última fase em permanente contato com os centros urbanos de sua proximidade — principalmente, pela ordem de recorrência, Caxias do Sul, São Marcos e São Francisco de Paula.

No que tange ao segundo objetivo específico, para além das histórias das práticas agronômicas desses habitantes ao longo do tempo, consigo entender as razões de escolha de suas tarefas prediletas e de seu modo de conduzi-las, a saber, a predominante criação de gado em campos autóctones e a confecção do queijo serrano. Tarefas contemplando constantes deslocamentos nos locais, fundamental fator na instituição da dinâmica relação de constituição do meio, por possibilitarem profundo conhecimento do território usado nessa habitação do lugar. A fruição, dimensão estética associada a essas tarefas, está presente e robustamente enraizada na vivência desses moradores, em estreita ligação com a sua ética ecumenal, sendo esses dois valores chaves do entendimento de sua poética de habitação. Tal poética, a partir disso, justifica as importantes atitudes emancipatórias coletivas empreendidas na defesa dessa paisagem — o movimento contra os aterros de resíduos sólidos, a realização do queijo serrano coletivo e o desfile da festa do pinhão. A partir disso, portanto, emerge ‘o mosaico de memórias coligido a partir dos relatos dessas vivências, contextualizado pelo aprofundamento de seus significados antropológicos na etnografia apresentada é significativamente representativo dessa convivência respeitosa com o entorno, e da duração dessa paisagem’.

Por fim, em relação ao terceiro objetivo específico, a observação da plêiade de normatizações técnicas e legais em aplicação incidente ao território usado correspondente a essa paisagem colocou em relevo principalmente o que a ética ecumenal de seus moradores aponta como um contrassenso de foco e intenção. Tal conjunto vem incidindo predominantemente à agricultura tradicional do lugar, contudo, permitindo a presença de substâncias nocivas em ambiente que está sendo dito como devendo ser protegido. Assim atuam as diretrizes advindas das legislações federais, estaduais e municipais de proteção das águas; as normatizações que dizem respeito ao manejo das pastagens autóctones e as múltiplas exigências legais e normativas de ordem sanitária à produção de alimentos nessa região dos Campos de Cima da Serra. Nessa paisagem que contém mananciais importantíssimos para Caxias do Sul, longevamente conservada pelas práticas tradicionais de criação semiextensiva de gado, o elenco desses atos normativos têm resultado em paulatino estrangulamento da vida desses habitantes do lugar. Contudo, em paralelo à viabilização práticas destrutivas da paisagem — mormente culturas agronômicas seguindo recomendações

tecnificadas ao modo ‘revolução verde’ e o impingimento de estruturas funcionais necessárias à existência urbana do município, ambos os procedimentos de impacto poluidor elevado. A ruralidade ensejada por esse conjunto normativo gestado na cidade parece apontar para o desejo de posse exclusiva do território, preferencialmente liberado de seus habitantes.

A partir da consecução desses três resultados específicos, concluo finalmente pelo desvelar da existência de eventos emancipatórios empreendidos pelos habitantes, caracterizando os anseios de continuidade temporal da paisagem do lugar, contudo, em sua diversidade e delicados aspectos de alteridade. Um mundo de visão trajetivo que em sua duração manifesta uma ética ecumenal. Muito distinto do temporâneo mundo de visão associado aos quadros normativos urbanos, que em suas especificidades ambientais e sanitárias mostram comprometimento prioritário com o imediatismo das necessidades funcionais do viver citadino e com os mecanismos cambiantes de sustentação de suas alianças de negócio.

Em suma, o transcorrer completo dessa pesquisa endossa, complementando, a assertiva de sua fase preliminar. Em sua intermitência temporal — em sua duração rítmica particular — nesse lugar a paisagem é um bem comum, no sentido de Hess e Ostrom (2007) e Leite (2012): ela é um recurso (cultural e mutável), como tal compartilhado por pessoas e, portanto, sujeito a dilemas sociais (Ribeiro *et al.*, 2015a e b). No que diz respeito a esses dilemas, encontro que tal situação pode ser genericamente resumida no choque que existe entre essa identificada temporalidade da paisagem para os seus habitantes, com o achado de temporâneos procedimentos advindos das necessidades urbanas nela projetadas. É ‘o olho grande do progresso’, guiando um movimento que progride sem olhar para trás, ou patrocinador de sucessivos presentes descompromissados dos futuros resultantes de suas práticas correntes, e muito menos cioso das cicatrizes que vai deixando nas sucessivas localizações por esse movimento engolfadas.

Concluindo, afirmo sobre a existência da possibilidade emancipatória plena dessa paisagem, dada pelo zelo com que é tratada a memória coletiva sediada nesses distritos rurais, englobando inclusive os eventos indubitavelmente emancipatórios já verificados no lugar e em defesa dele. Nesse espaço de memória é que a cidade emerge. Não somente desse seu espaço, entendido segundo a existente noção de paisagem, mas de interações que acontecem entre os seus habitantes anteriores e os que são posteriormente aportados pelas ações das incursões coloniais de todo o tipo. Os relatos igualmente privilegiam um ‘antes’ de tudo isso, dentre esses, aquele que consta do filme *Desejos em Paisagens Serranas*, no seu episódio *Paisagem aqui tem memória*. A história fala dos índios que moravam por aqui, ao mesmo

tempo, igualmente contendo referências aos precursores elementos não humanos e a sua atual existência — o pinhão e as gralhas-azuis, em menção direta às araucárias da paisagem. Contrasto essa narrativa com a que encontro nas urbanas menções a respeito do histórico espacial da cidade, essas oscilando entre o reportar de um ‘nada devoluto’, espaço desprovido de qualquer espécie de habitação anterior, ou com o de uma história que começa com a colonização europeia, mormente italiana, nessa região.

Uma vez agora o leitor espectador já praticamente ao fim do percurso pelos textos etnográficos, posso agora enriquecer a minha apreciação sobre o método para isso empregado. O ‘fazer o filme’, como principal tarefa na qual me engajo como observadora participante, proporcionou-me maneiras muito diferenciadas de conduzir isso que persigo, esse ‘processo de saber algo junto com’. No meu entendimento, por que conseguiu proporcionar ‘um sentir junto com’ a respeito do que eu estava fazendo, oferecido a cada vez que eu mostrava e discutia essa elaboração imagética com outrem nela envolvida. Embora eu não tenha como esmiuçar detalhes do que foi feito ao longo do ir e vir entre sucessivas versões, reporto do máximo compartilhamento possível ter sido atingido na medida das limitações do meu esforço, do tempo e dos recursos financeiros disponíveis, bem como em função da concordância e disponibilidade dos envolvidos.

Sobre as questões éticas da condução da pesquisa, o desenrolar de seu método oportunizou vários momentos a esse respeito, nos quais recebi uma série de questionamentos relativamente, entre outros aspectos, às minhas próprias decisões de prospecção do campo empírico. Não devo ter ficado incólume a essas perguntas, como penso em alguma medida ter mostrado ao longo dos textos, como, aliás, era a minha declarada intenção de consulta.

Fundamental nesse caminho foi o aprofundamento da experiência desses anos todos a partir da família de Brenno e Anéris, por sua decisão de que “alguém tem que enfrentar um pouco as coisas”. Trajetória essa com especial enraizamento em paulatinos entendimentos, por intermédio do compartilhamento das sucessivas imagens que fui construindo — primeiro as fotos, depois os registros em vídeo e as gravuras, e finalmente mesmo o texto escrito, em seu capítulo mais específico lido por essa família. Atos de colaboração que foram constituindo essa mútua confiança. Priscila decide se aproximar quando olha uma das primeiras versões do vídeo pela primeira vez, momento no qual entendo pela primeira vez a potência da narrativa visual, na compreensão sobre o que estou a fazer alcançada a partir da composição filmográfica. Como esse, aconteceram outros momentos mágicos, sobre os quais eu poderia ficar falando e escrevendo muito tempo, motivo quiçá de futuras reflexões: o descortinar do desfile da Festa do Pinhão; a primeira vez que escutei Anéris; o campo em suas

cambiantes formas e cores; o convite de Luiz, abrindo, nesse seu ato, uma janela do tamanho de outro mundo para mim e para a narrativa; as fotos e documentos das malas de guardados de Anéris; Brenno paradoxalmente dizendo que nunca comeu queijo; Eliseu teatralizando a truculência da abordagem armada da polícia ambiental, em autoexame de sua própria postura; Joaquim comentando as vacas que aparecem no desenho da mãe; a transformação do leite em queijo; Raul reverenciando a memória da avó Moreira; e Adelir e suas explicações com o crachá, entre tantos outros instantes vividos em torno desse fazer fílmico.

Inicialmente os relatos que me foram indicados foram todos masculinos, mas na medida em que o círculo das histórias alargou-se, novos personagens foram incluídos. Anéris se pronuncia, e logo depois Priscila, e o que elas trouxeram não foram ‘conversas de canto’, e sim enunciados dialogando simetricamente com todos os outros, da mesma forma acontecendo com o aporte trazido por Luiz e Raul. Mais afastados de Vila Seca e Criúva, eles trouxeram outro ponto de vista ao que já havia sido construído.

Acontecem cruzamentos de opiniões, os relatos são enriquecidos. Assisto a eles próprios refletindo sobre suas decisões no passado, ou sobre o que pretendem fazer. É um capturar de algo que está acontecendo, mas que, ao mesmo tempo, faz parte dos acontecimentos futuros. De tudo, importa o fortalecimento da segurança a respeito dessa narrativa que se está construindo, para mim e para eles. Os vizinhos de região também comentam, o que ‘os personagens’ dizem é revirado, e vou encontrando formas de mostrar os relatos que se aproximem do ponto de vista deles, mas que, por outro lado, possam dialogar com outras coisas que já foram ditas a respeito desse mundo. Algumas vezes aconteceram questionamentos a respeito de certos interlocutores, como possuindo ou não legitimidade para dizerem coisas ‘verdadeiras’. Segui, por conta disso, alguns fios narrativos complicados, entremeados a julgamentos morais a respeito de como as pessoas decidem levar as suas vidas privadas. Não saberia dizer da adequação de meu procedimento, que no caso foi explicar sempre qual seria o meu foco de estudo na pesquisa, distanciado desse gênero de julgamento.

Nesse ínterim existiram certamente as conversas de construções de permissões e acordos, aqui não explicitadas literalmente, contudo, importantíssimas na obtenção da paulatina veracidade coletiva dessa narrativa. Como caso exemplar, cito o diálogo entre Raul Reis e Mendes, no episódio *Andorinha só não faz verão*. Ao longo das várias exibições do filme foi objeto de vários comentários, finalmente havendo sido reconhecido como uma síntese do que os moradores do lugar sentem relativamente a essa relação entre o campo e a cidade.

O preliminar arranjo teórico realizado na primeira fase dessa pesquisa — o da trajeção berquiana da paisagem nos sistemas agrários desse lugar, consegue plenamente acomodar o elaborado mosaico de memórias amalhado ao longo do trabalho de campo. Na forma da narrativa já efetuada, forneceu-me um primeiro contexto para essa etnografia, como uma base da historicidade dessa paisagem, a qual foi sendo aprofundada em direções dadas pelos achados empíricos que foram se apresentando. Em certa forma, a manutenção de um ‘vazio do não saber’, como preconizado por Eugênio e Fiadeiro esteve várias vezes presente nesse caminho, permitindo o surgimento de novas perguntas e a abertura de antes insuspeitas perspectivas de investigação, que posteriormente conduziram-me a novas reflexões.

Contudo, não é um andar a esmo. Busquei sempre, na medida do factível do meu trabalho em função do que vou sabendo existir, o evidenciar o evento como perspectiva emancipatória, enraizado consciente e política atitude de desacordo, conforme já explicado na perspectiva teórica colocada por Rancière. Nessa direção, destaca-se o contraponto aportado pelo histórico encontrado junto a Mansueto, a respeito das dificuldades a resolver na viabilização da vida urbana. Enquanto a partir de Eliseu é possível saber do que acontece no encontro desses dois mundos em análise — o correspondente a esse específico rural e o correspondente a esse específico urbano, tanto em tempo passado, como na época recente, e o trabalho com Luiz e Raul Fonseca aporta alcance anteriormente inexistente. Assim, por essas minhas impressões, entendo melhor a respeito desses vários mundos existentes. Na acepção dada por Viveiros e Goldman, a respeito das várias maneiras de sentir e falar de um mesmo planeta, mas também por Berque, dos diversos modos de um dado sujeito predicar a respeito de algo — alguma coisa é algo de tal jeito para dada pessoa.

Sobre a compreensão da convivência do trabalho e do lazer nas tarefas desses moradores encontro mesmo junto às reflexões teóricas de Ingold, mas também de Berque, os pensamentos do sentido de se ter consciência poética com relação ao local de habitação — do eterno ritmo de construção do mundo, na constituição desse meio específico. Em um lugar onde muitos trajetos de permanentes deslocamentos se cruzam, como é o empírico no qual trabalhei, e a partir do ‘não saber’ sobre São João Maria e a sua relação com o Divino Espírito Santo, por conseguinte busquei apoio teórico em algum estudo que realizei junto às narrativas brasileiras. Principalmente motivada pela sinalização dada por Viveiros de Castro à obra de Kopenawa e Albert e à reflexão de Wisnik sobre a obra de Guimarães Rosa, acessei essa inspiradora narrativa sulina junto a Simões Lopes Neto. Complementando esse ato com o acesso a alguns trabalhos acadêmicos sobre São João Maria, penso que consegui estabelecer algumas considerações de interesse sobre o ancoramento mítico do entendimento desse

encontro rural-urbano brasileiro. Encadeamento que, no meu entender, é coerente como ancestralidade ao que percebi como uma ética ecumenal emergente dessa ruralidade pesquisada, em associação a seus desejos de duração de paisagem. A isso contrastei, mediante alguma contextualização realizada no Brasil contemporâneo, algumas considerações a respeito da governamentalidade normativa entendida a partir da parametrização de substâncias e do que apreendi pela vivência nessa paisagem. Fruto desse trabalho, ao longo da convivência com os moradores que dessa pesquisa fizeram parte e a partir desse reconhecimento de seu ‘pensar ético ecumenal’, surgem para mim algumas coalescências, as quais decido enunciar. Na forma de recomendações pragmáticas propostas pela duração dessa paisagem, figuram disponíveis no Apêndice Único dessa tese.

Finalizo a narrativa sobre a paisagem de um lugar, que em sua temporalidade mostra um jeito de viver — o qual, a cada tanto apresenta suas singularidades, como o cotidiano mostrando primeiramente por Brenno e Anéris, depois por Priscila e Rodrigo. O casal mais experiente resume o que um balanço nesse ponto da vida lhe diz. Para a idade, estão mais desgastados do que achariam razoável, e almejam para a filha uma vida melhor. De outra parte, vêem que o que antes faziam naturalmente parte da habitação do lugar — suas poucas viagens de lazer, ou o mero usufruto descansado dessa paisagem — hoje é muito difícil de ser realizado com a aposentadoria de que dispõem. Eles resumem o que pensam criticamente de sua vida no lugar: para viver é muito bom, mas para sobreviver é muito duro — “é sacrificoso viver aqui”.

Destaco algo que por esse trabalho passo a saber melhor: ao início do século XX a habitação na região dos majoritariamente brancos que passam a ser proprietários de terras (por posse ou aquisição), comporta ainda o regime de trabalho baseado na escravidão negra. Dessa situação pondero que se origine o arranjo em que as pessoas passam a trabalhar sob acertos informais, sem a necessidade de remuneração monetária. Pelas definições êmicas, esse é o acerto de ‘ser agregado’, pelo qual a pessoa acolhida em uma propriedade recebe como paga de seus trabalhos o atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência, de acordo com interpretações particulares de cada proprietário de terra — um misto de senhor e patrão. Isso pode ser enunciado, no entanto, de outra forma. Por esse regime de trabalho, as pessoas acolhidas recebem casa, comida e roupa, e alguma ‘doação’ de vez em quando: uma rês a cada tanto, uma fração do que foi colhido; muito eventualmente e depois de muito tempo nessa situação, um pedaço próprio de terra. Como retribuição a esse acolhimento, esses agregados trabalham de acordo às necessidades postas pela família que as recebe. Essa ocorrência não é exclusiva aos descendentes de escravos, como o que externa o relato dos

primeiros 30 anos de vida de Luiz Antônio, nem somente ao ambiente rural no qual ele trabalhou toda a sua vida. Como pode ser visto a partir do próprio trabalho de Anéris como funcionária doméstica em Porto Alegre, que ocorreu mais tarde sob esse mesmo arranjo: ela jamais teve salário, recebendo em paga igualmente apenas casa, roupa e comida. Disso fica como resultante dessa pesquisa ao menos o apontamento dessa certa naturalização de gratuidade ou de menos valor do trabalho realizado no mundo rural, ou por pessoas vindas dos mundos rurais.

A violência da luta assimétrica entre os campos e a cidade fica, no meu entender, evidenciada, com emblemática aparição nessa espécie de coronelismo institucionalizado com tintas ambientais, seja pela violência de fato, pelas ações dessa polícia ambiental, ou de direito, pelas multas distribuídas aos mais fracos dessa região. Também tal embate aparece na compra de terras produtivas por órgãos da administração pública, que paradoxalmente, ao passarem a ser públicas, passam a ter cadeados nas porteiras, não mais podendo ser acessadas por ninguém. Ou na implantação dos aterros de resíduos, acomodados pela ação pública forçando o caminho para a compra de terras menos dispendiosas, como já apregoava a discussão na Câmara de Vereadores em 1993. Ambientalismo atrasado, esse, que não concebe discussão de alternativas outras mais adequadas para o lixo — gerado por todos nós: a começar pela sua redução, antes de tudo; a bem factível compostagem da parte orgânica, a reciclagem efetiva de substâncias que a isso se prestam; a recuperação energética ou reprocessamento como matéria-prima dos resíduos, com competente e tecnológico tratamento de gases residuais. Ao invés disso, continua-se forrando a terra de plástico, para colocar o lixo de todas as substâncias por cima, gerando um suco fétido que se trata precariamente, e que alguma suposta sapiência diplomada ambiental julga ‘tecnicamente’ adequado ‘dispor’ bem longe da cidade, em umas terras mais baratas. Se para os moradores locais era o melhor campo que existia nessa região, contendo as nascentes mais puras, isso é um valor que parece não ter importância para essa douta ignorância dos acumuladores desmedidos de mercadorias. Como diria Kopenawa, um pensamento enfumaçado, temos aqui. Ou, conforme escutei nesses campos, “uma possessão causada pelo olho grande do progresso”.

A conversa entre Raul e Mendes no galpão enfatizou, pelo que dizem, do desconhecimento de quem mora nos domínios urbanos do que realmente significa a existência da ruralidade como a que as suas atividades ainda conseguem manter. No mundo asséptico dos apartamentos e calçadas, o morador urbano não tem como conhecer de onde provêm as substâncias de seu sustento. Em um mercado de bairro, a situação atenua-se um pouco, como evidenciam os diálogos da etapa final de troca econômica de um queijo serrano Divino

nascido em meio de reciprocidade. Atividades que têm ciência em seus procedimentos — não é qualquer procedimento (também de cultivo agrícola) que é admitido como sendo adequado, em uma consciência do lugar que não nega a sua necessidade de conservação. A notar, que a existência das águas, dos campos e matos em boas condições é reafirmada como verdadeiramente necessária e sumamente importante para na temporalidade desse modo de habitar. Uma personagem a destacar nesse problemático encontro de dois mundos. Vinda da cidade, muitas vezes foi bem recebida, e aprendeu o que sabe das tarefas do lugar com hospitalidade e gentileza: portas abertas, sorriso, aperto de mão e abraço, às vezes até beijo, casa, comida e bebida. Sumiu por muito tempo. De vez em quando, aparentando ser velha conhecida, retorna, e mal-educada e brutalmente irrompe nas casas, traindo a confiança que uma vez recebeu das pessoas do lugar. Em atitude diversa do que propala dizer que faz em seu trabalho de cidadãos chefes, ela não raro falta com a verdade. É necessário demarcar a posição sobre esse personagem que quer ser importante na região nos dias que correm: como concluímos chamá-la, a tal de dona Norma. Pessoas desse tipo não merecem respeito na vivência do lugar.

Anéris relata o povo do campo não consegue trabalhar na cidade, por falta de formação escolar. O recado que Luiz me transmitiu está complexamente ligado à escola. Todavia não àquela que não o deixaram frequentar — por ele não saber o I de igreja. Sabe acontecer que, 'vira e mexe', acontecimentos metafóricamente revelem as crueldades da sociedade que os contém, revelando uma sapiência que acaba sendo cega. A douta ignorância urbana, que não conseguiu ver a ciência que perdeu por não ter Luiz como aluno, ou a sabedoria existente no trabalho de Anéris. Eu só tenho a agradecer, por essa oportunidade magnífica de contato com o que o Brasil tem de melhor, como diria Guimarães Rosa — o escol brasileiro — o saber-sentir que ainda mora nas nossas paisagens. Saúde, povo serrano!

Ao final dessa viagem, no entanto, não posso de modo algum dizer que os habitantes que conheci desloquem inteiramente para a instância transcendente a solução de suas dificuldades enfrentadas na poesia cotidiana. Eles continuam cheios de vontades, de aspirações, de planos — são organismos desejantes vivendo nesses campos 'gerais'. Brenno, além disso, saber ser complexamente metafórico. Para começar, ele fala de uma trama de posições envolvendo um marinheiro e a lua. Depois, me diz que jamais gostou de queijo. De tudo, entendi muito pouco. Senti melhor, acho eu, que ele quer dizer da totalidade do jeito de viver. Quando o tempo está ruim, a pessoa descansa. Quando faz sol, a pessoa trabalha. E 'entrego os meus pontos', pois vejo que, por mais que eu pergunte e ele me explique, há coisas que são mistérios. Serve essa nebulosidade para me mostrar, penso eu, que quando a

racionalidade não alcança o que só o sentimento pode saber, é para isso que ela serve, a metáfora. E nesse ponto, cada pessoa alcança a sua verdade. Aliás, esse ponto da metáfora constitui ‘pano para muita manga’, então fica essa história para mais tarde, talvez.

Ainda mais uma coisa. No encontro quando por fim vimos o filme praticamente pronto, Brenno chama atenção para outro aspecto, jocoso como sabe ser, quando comenta a pretensa existência de uma vacina contra a morte súbita. Como o alerta da queda do céu trazido por Kopenawa, ele me lembra, do seu jeito, que no drama que se passa nos Campos de Cima da Serra tem lugar garantido o tema transcendental do fim da vida. Seja o extermínio de seres em-si, por outros seres (como na morte à traição de Pedro Orósio), seja o tema da morte em massa. Podemos falar do fim-do-mundo, anunciado para logo em muitos tempos, como pude aprender, pelas ‘cavernosas’ vozes do santão do cerro, de São João Maria, dos Kujà Kaingang, de Gorgulho, de Nomidôme: vozes de ‘doidos’, que falam das profundezas da humanidade, de um fim que a humanidade não consegue ver. Ele sempre vem, o fim — é o que Brenno me diz, mas com um entendimento que logo ele se apressa em esclarecer: “enquanto a morte não chega, a gente vive, não é?”

Por tudo isso que já expliquei, *Desejos em Paisagens Serranas* termina com uma música, como começou. Uma música que é seguidamente cantada nesse lugar de encontro e cruzamento de histórias, a visita anual da louvação. Seguindo a benção do Divino e a farta oferta de quitutes, chega o momento da música alegre, acentuando o momento de deleite, que os donos da casa, com os músicos do grupo de louvação de Criúva oferecem a todos que ali estão — em outro espontâneo momento de dádiva, João, o músico que os acompanha no bumbo, sabedor do que eu estava fazendo, ofertou-me esse vídeo — pois, eu nunca os havia assistido como músicos.

Arranja-se dessa forma esse término, com o entremeio de algumas apreciações críticas realizadas sobre o que fizemos, como tenho dito — de certa forma, em certa medida — juntos. Música onde a voz de Anéris destaca-se, segundo João me explica, afinadamente acompanhando Brenno, pela qual ambos deixam seu recado, como narradores desse encontro de mundos. Um pouco como explica Wisnick sobre a canção de *O Recado do Morro*, nesse contexto narrativo entendo-a como uma poesia cantada, em uma potência de atitude acientífica nessa disposição fílmica. Escutei assim o que eles cantam em sol: originalmente, uma história sobre um amor de Brenno por outra mulher — em um tempo “antes de Anéris”. Coloquei-me a imaginar assim o que ela, hoje, e em outras épocas, possa ter sentido e pensado a cada vez que cantou essa música, transfigurada a cada nova oportunidade. Escutei, e,

portanto vi, como me recomendou que fizesse várias vezes Luiz, um recado, no que é melodicamente dito nessa música, e a partir disso escolhi-a para esse final.

Como uma poesia que dissesse metaforicamente desse encontro que não acontece mais após a separação entre os campos e a cidade. Que pena, diz a música. Mas o azar é de você, cidade. A dívida que você pensa que tenho que pagar (talvez aquela que Caxias pensa que contraiu quando aceitou Criúva e Vila Seca, a mesma que talvez pense assumir se talvez aceitar a anexação de Cazuzu Ferreira e do Juá), não aceito — pois, não tenho dessa espécie de substância para dar em troca. Você quer tristeza. Apesar de tudo — “de sua recusa em nos receber”, como Anéris bem disse aqui nesse filme, “eu aqui estou vivendo feliz, quem está sofrendo é você”. Reconheço a duração na música — “é a história do nosso passado, que essa valsa deixou por lembrança”. Tornando-se essa valsa a história desse (des)encontro, pode ser que sirva, em um desses tempos míticos, para deixar a cidade mais feliz, e diminuir o “sacrificoso” dos campos. Há trabalho, como diz Raul Fonseca, admitindo também que a narrativa histórica continua: “a gente não chegou lá ainda”, referindo-se a questão dos relatos da escravidão. Contudo, “os governantes têm que pensar”. Há outras coisas a narrar, mesmo, porque, Mendes não disse tudo ainda. E afinal, parece que Luiz sentiu o tempo fletir.

Porém, isso tudo sou eu que sinto, ou penso, ou ouço, ou vejo, ou ainda, provo — como é o caso do sabor dos maravilhosos queijos serranos: a experiência da vida, aquela que coisa nenhuma tem como restituir. Você, lendo esse texto, assistindo ao filme, pode bem sentir-pensar-ver-ouvir outra coisa, e contar outra história, e talvez tenha vontade de também provar esse especial queijo. Essa é uma cadeia sem fim, a do sentimento do recado. Na qual se insere essa história, que agora termina, afirmando da duração dessa paisagem dos Campos de Cima da Serra.

Fica evidenciada a percepção trajetiva da paisagem pela qual os moradores de Vila Seca e Criúva se conectam ao meio em que vivem, como agricultores cuidando ao longo do tempo do ambiente que espacialmente os acolhe — pois é a dinâmica constituição desse meio que permite realizar as tarefas de suas vidas. Pela narração de cartografias (também visuais) de territorialidades campesinas, reconstituídas a partir desses específicos percursos culturais etnograficamente reconstituídos. Contudo, necessária sintonização desta situação é visualizada no cotejamento com um distinto outro mapa, de origem eminentemente urbana — o das territorialidades do progresso, de coerência duvidosa com suas ditas necessárias normas ambientais.

A questão da relação das cidades com suas áreas rurais, em um contexto de integração nacional e mundial é um desafio. Cujas soluções reside, pelo que depreendi do estudo desse

campo empírico sulino brasileiro, em uma por ora utópica melhor forma. Muito além do que a seara ambiental pode hoje circunstancial e parcialmente dispor, talvez em outro tempo seja possível efetivar o território como real expressão do convívio de alteridades, em desvio de atitudes estigmatizantes e resguardando o segredo da duração da convivência pela paisagem. Em vias políticas de civilidade inscritas no campo da dialética entre cultura e natureza quiçá possam existir reconheceres de caminhos trajetivos, nos quais a paisagem de um lugar possa ser dinâmica e duravelmente fruto da convivialidade dos diversos modos de habitar nele existentes.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, L. Writing Against Culture. In: FOX, R. G. (Org.). **Recapturing Anthropology: Working in the Present**. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 1991. p. 137--162.
- _____. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 451–470, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a06.pdf> >. Acesso em: 26 abr. 2018.
- ADORNO, T. W. **Über Benjamin**. Francfort-sur-le-Main: Suhrkamp Verlag, 1990.
- ADRIÃO, V. M. **O Império Popular do Divino Espírito Santo**. [S.l.], 2018. Disponível em: < <https://lusophia.wordpress.com/2018/05/11/o-imperio-popular-do-divino-espírito-santo-por-vitor-manuel-adriao/> >. Acesso em: 25 maio 2018.
- AGEFLOR. **A Indústria de Base Florestal no RS**. Dados e Fatos. Ano Base 2014. Porto Alegre, 2014
- _____. **A Indústria de Base Florestal no Rio Grande do Sul em 2017**. Ano Base 2016. Porto Alegre, 2017
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. **A compensação financeira e o seu município**. Brasília, 2007
- ALBUQUERQUE, A. F. *et al.* Pesticides in Brazilian freshwaters: a critical review. **Environmental Science Processes & Impacts**, [S.l.], 2016. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27367607> >. Acesso em: 03 jul. 2018.
- ALMEIDA, E. F. **Elementos para a História do Município de Lisboa**. 1ª Parte. Publicação mandada fazer a expensas da Camara Municipal de Lisboa, para commemorar o centenario do Marquez de Pombal em 8 de Maio de 1882. Lisboa: Typographia Universal, 1882–1911, 1891.
- ALMEIDA, V. E. S. *et al.* Use of genetically modified crops and pesticides in Brazil: growing hazards. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3333–3339, 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003333 >. Acesso em: 03 jul. 2018.
- ALVES, L. A. **Criúva: um povoado brasileiro**. Caxias do Sul: Evangraf, 2010a.
- _____. Três sesmarias do século XVIII em Caxias do Sul. In: GIRON, L. S.; NASCIMENTO, R. R. F. (Org.). **Caxias Centenária**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010b. p.228–273.
- AMBROSINI, L. B. **Sistema agroalimentar do queijo serrano: estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra — RS**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. S. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

ANDRÉ, S. N. **A Trajetória da Mãe do Ouro na Literatura Gaúcha**. 2006. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2006.

ASSUNÇÃO, F. O. **Historia del Gaucho**. Buenos Aires: Claridad, 2007.

ASSUNTO, R. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **Filosofia da Paisagem**. Uma Antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 339–376.

AVELAR, I. José Miguel Wisnik: Entrevista Exclusiva. **O Biscoito Fino e a Massa**, [S.l.], 2006. Disponível em: < <http://idelberavelar.com/index.php/2006/05/02/jose-miguel-wisnik-entrevista-exclusiva/> >. Acesso em: 02 maio 2006.

BACHELAR, G. **A dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1988.

BARBASH, I.; CASTAING-TAYLOR, L. **Sweet Grass**. USA, 2014. (101 min.).

BARRETO, P.; PEREIRA, R.; ARIMA, E. **A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era das mudanças climáticas**. Belém: IMAZON. Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia, 2008.

BEBER, M. V. **O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé**. 2004. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

BEHLING, H. *et al.* Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR, V. D. P.; MÜLLER, S. C., *et al.* (Org.). **Campos Sulinos**. Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 13–25.

BENJAMIN, W. **images de pensée**. Lonrai: Christian Bourgois, 2011.

BERQUE, A. Paysage-empreinte, paysage-matrice. Éléments de problématique pour une géographie culturelle. **L'Espace géographique**, Paris, p. 33–34, 1984. Disponível em: < https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1984_num_13_1_3890 >. Acesso em: 06 maio 2018.

_____. **Êtres Humains sur la Terre**. Principes d'Éthique de l'Écoumène. Paris: Gallimard, 1996.

_____. Cosmophanie ou Paysage. In: GILLAUD, D.; SEYSSET, M., *et al.* (Org.). **À Joël Bonnemaïson, le Voyage inachevé**. Paris: ORSTOM/PRODIG, 1998. p.741–744.

_____. The choretic work of history. **Semiotica**, Berlin, v. 175, p. 163-176, 2009a.

_____. **Écoumène**. Introduction á l'étude des milieux humains. Paris: Belin, 2009b.

_____. **El pensamiento paisajero**. Madrid: Biblioteca NOVA, 2009c.

BERQUE, A. L'homme, entre libre arbitre et déterminisme. **Et l'homme dans tout ça ?** La place de l'homme dans l'entreprise et les territoires. Lille, p. 1-5, 2010. Disponível em : <http://www.cci.fr/c/document_library/get_file?uuid=b2e9fdef-bb0e-4d0f-9a5e-2d222c08d604&groupId=95395xxxx> . Acesso em: 16 maio 2015.

_____. A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. Para uma problemática do mundo ambiente. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **Filosofia da Paisagem. Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011a. p. 187–199.

_____. O Pensamento Paisageiro. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **A Filosofia da Paisagem**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011b. p. 200–212.

_____. **La mésologie, pourquoi et pour quoi faire?** Nanterre: Presses Universitaires de Paris Ouest, 2014a.

_____. **Poétique de la Terre**. Histoire naturelle et histoire humaine, essai de mésologie. Paris: Belin, 2014b.

_____. **Formes empreintes, formes matrices, Asie orientale**. Le Havre: Franciscopolis, 2015.

BIANCHI, B. Dois Conceitos de Emancipação. **Ao Largo**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1–13, 2017. Disponível em: <<http://www.prosaber.org.br/publicacoes-revista-perfil.asp?Id=5>> . Acesso em: 01 maio 2018.

BOKMA, M. *et al.* **Antibiotic use in Brazilian broiler and pig production: an indication and forecast of trends**. Lelystad: Wageningen UR, 2014. (Report, 174). Disponível em: <<http://library.wur.nl/WebQuery/wurpubs/fulltext/297414>> . Acesso em: 03 jul. 2018.

BOLDO, L. E. *et al.* Áreas de Interesse Ambiental no Município de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 5, p. 318–320, 2007. Disponível em: <http://www.gardenbrasilsul.com.br/images/downloads/14044206042010publicacao_revista_brasileira_de_biociencias.pdf> . Acesso em: 29 jun. 2018.

BOLDRINI, I. I. O. **Biodiversidade dos Campos do Planalto das Araucárias**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

BONESIO, L. Elogio da Conservação. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **Filosofia da Paisagem. Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011a. p. 443–464.

_____. Interpretar os lugares. In: SERRÃO, A. V. (Org.). **Filosofia da Paisagem. Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011b. p. 465–473.

BONNIOL, J.-L. Anamorphoses du Bernica. Lieu et paysage à l'île de la Réunion. In: VOISENAT, C. A.-P. e NOTTEGHEM, P. (Org.). **Paysage au Pluriel**. Pour une approche ethnologique des paysages. Cahier 9. Paris: Édition de la Maison des sciences de l'homme, 1995. p. 49–63.

BORBA, T. **Actualidade Indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BRAND, C. J. Some Fertilizer History Connected with World War I. **Agricultural History**, Washington, v. 19, n. 2, p. 104–113, 20 Feb. 1945. Disponível em: <<http://www.aghistorysociety.org/pdf/articles/ag000430.pdf>> . Acesso em: 03 jul. 2018.

BRANDÃO, C. R. **O Divino, o Santo e a Senhora**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, 1978.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado n. 194, de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133017> >. Acesso em: 30 maio 2018.

BRUYNOOGHE, J.; MACDONALD, R. **Managing Saskatchewan Rangeland**. Saskatchewan, Canada: Agriculture and Agri-Food Canada's. Greencover Canada Program, 2008.

CABRAL, L. *et al.* Brazil's Agricultural Politics in Africa: More Food International and the Disputed Meanings of "Family Farming". **World Development**, Oxford, v. 81, p. 47–60, 2016. Disponível em: < https://ac.els-cdn.com/S0305750X15301492/1-s2.0-S0305750X15301492-main.pdf?_tid=c48738f2-93ca-4e28-b809-89985b489932&acdnat=1530670895_571d092b37cc1e14c4a756001de23a25 >. Acesso em: 03 jul. 2018.

CABRAL, O. R. **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CALDEIRA, J. **História do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.

CARVALHO, J. J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107–147, 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100005 >. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. LA MIRADA ETNOGRÁFICA y la voz subalterna. **Revista Colombiana de Antropología** [en línea], Bogotá, v. 38, p. 287–328, 2002. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105015289012> >. Acesso em: 4 jan. 2018.

_____. Los Estudios Culturales en América Latina: Interculturalidad, Acciones Afirmativas y Encuentro de Saberes. **Tabula Rasa** [en línea], Bogotá, v. 12, n. p. 229–251, enero/junio 2010. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39617422013> >. Acesso em: 27 dez. 2017.

CARVALHO, M. M. X.; NODARI, E. S. A Lumber, o Contestado e a história do desmatamento da floresta de araucária (1911–1950). In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 4, Brasília, 2008. [**Anais do IV Encontro da ANPPAS**]. Disponível em: < <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT5-338-95-20080504171038.pdf> >. Acesso em: 02 jul. 2018.

CARVALHO, P. C. F.; BATELLO, C. Access to land, livestock production and ecosystem conservation in the Brazilian Campos biome: The natural grasslands dilemma. **Livestock Science**, [S.l.], v. 120, p. 158–162, 2009. Disponível em: < <https://www-sciencedirect-com.ez45.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S1871141308001285?via%3Dihub> >. Acesso em: 02 jul. 2018.

CASTRO-GÓMEZ, S. **Historia de la gubernamentalidad. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Pontificia Universidad Javeriana-Instituto Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010.

CAUQUELIN, A. **L'invention du paysage**. Paris: Presses Universitaires de France. Quadrige, 2013.

CAVALEIROS fazem rota do lixo. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 20 jul. 1993. p. 2.

CAVALGADA repudia central de resíduos. **Folha de Hoje**, Caxias do Sul, 20 jul 1993. p. 5.

CAXIAS DO SUL. Câmara Municipal de Vereadores. **Ata da 54ª Sessão Ordinária**. XI Legislatura. 30 jun. 1993. Caxias do Sul 1993.

_____. Câmara Municipal de Vereadores. **Lei Complementar n. 246, de 06 de dezembro de 2005**. Caxias do Sul, 2005. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br:81/Controldoc.nsf/0/a50a2299e472a1df032570ea006e00f3!OpenDocument&Click=>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

_____. **SAMAE apresenta Plano Ambiental para o Sistema Marrecas**. Caxias do Sul, 2009. Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/2009/04/samae-apresenta-plano-ambiental-para-o-sistema-marrecas>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. **Declaração n. 026/2016 da Secretaria do Meio Ambiente de Caxias do Sul**. Caxias do Sul, 2016a. Arquivo pessoal de produtor.

_____. Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE). Assessoria de Comunicação. **Fiscalização: SAMAE cede camionete à Guarda Municipal**. Caxias do Sul, 2016b. Disponível em: <<http://www.samaecaxias.com.br/Noticia/Exibir/2937>>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. **SAMAE 50 anos: 1966–2016**. Caxias do Sul, 2016c.

_____. Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul(CODECA). **Nossa História**. Caxias do Sul, 2018. Disponível em: <http://www.codeca.com.br/institucional_historico.php>. Acesso em: 04 maio 2018.

_____. Smapa avalia laboratórios para análises oficiais de água e alimentos. Caxias do Sul, 2018a. Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/2018/03/smapa-avalia-laboratorios-para-analises-oficiais-de-agua-e-alimentos>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CERVA, A. C. **Construção, Reconstrução e Disputa Pela Memória Coletiva e Identidade Étnica nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul**: Distrito Caxiense de Vila Seca. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

CESARINO, L. Antropologia Multissituada e a Questão da Escala: Reflexões com Base no Estudo da Cooperação Sul-Sul Brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 19–50, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000100002>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CEZAR, L. S. Filme Etnográfico por David MacDougall. **cadernos de campo**, São Paulo, v. 16, p. 179–188, 2007. Disponível em: <www.journals.usp.br/cadernosdecampo/article/download/49996/54128>. Acesso em: 26 jun. 2018.

HAZEL, F. Merton et la Serendipity : à propos d'une publication récente. **Revue d'Histoire des Sciences Humaines**, Paris, v. 14, p. 209–217, 2006. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-histoire-des-sciences-humaines-2006-1-page-209.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

CLIFFORD, J. Introduction: Partial Truths. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. (Org.). **Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1986.

COMISSÃO/Collares. **Folha de Hoje**, Caxias do Sul, 13 set. 1993. p. 3.

CORPORATE_EUROPE. What the Monsanto Papers tell us about corporate science. **Corporate Europe Observatory**, Brussels, 2018. Disponível em: <<https://corporateeurope.org/food-and-agriculture/2018/03/what-monsanto-papers-tell-us-about-corporate-science>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CORTELETTI, R. **Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul**. Porto Alegre: 2008.

_____. Um estudo de caso sobre a relação entre a conservação dos sítios arqueológicos e o processo colonizatório. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 99–122, 2012. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/39/19>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

COUTO, J. M. **Entre estatais e transnacionais: o pólo industrial de Cubatão**. 2003. Tese (Doutorado em Economia) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2003.

CRUZ, F. T.; MENASCHE, R. Tradition and diversity jeopardised by food safety regulations? The Serrano Cheese case, Campos de Cima da Serra region, Brazil. **Food Policy**, Guildford, v. 45, p. 116–124, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306919213000663>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

D'ANGELIS, W. R. **Mabilde e seus "apontamentos" sobre os coroados selvagens: tentando separar informação de mistificação e preconceitos**. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 25, 2006, Goiânia. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Wilmar.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

DAMASCENO, I. A. **Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): conceitos, normas e a PCH Malagone**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2015.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DARÓS, V. Inteiro Teor. Necessidade de abastecimento de água x supressão de Mata Atlântica: Tribunal Regional Federal (TRF) determina conclusão da Barragem Marrecas. **Boletim Jurídico da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (EMAGIS TRF4)**, Porto Alegre, n. 120, p. 13-20, 2012. Disponível em: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/rom_Bol120.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2013.

DASGUPTA, S.; MAMINGI, N.; MEISNER, C. Pesticide use in Brazil in the era of agroindustrialization and globalization. **Environment and Development Economics**, Cambridge, v. 6, p. 459-482, 2001. Disponível em: < https://www-cambridge.ez45.periodicos.capes.gov.br/core/services/aop-cambridge-core/content/view/C3A6F9C8F1A6F793B29896A66055D887/S1355770X01000262a.pdf/pesticide_use_in_brazil_in_the_era_of_agroindustrialization_and_globalization.pdf >. Acesso em: 03 jul. 2018.

DAVID, M. L. Sobre os conceitos de risco em Luhmann e Giddens. **Em Tese**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 30–45, 2011. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/20569> >. Acesso em: 02 jun. 2018.

DAYAN, F. E.; CANTRELL, C. L.; DUKE, S. O. Natural products in crop protection. **Bioorganic & Medicinal Chemistry**, Oxford, v. 17, p. 4022–4034, 2009. Disponível em: < <https://www-sciencedirect-com.ez45.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0968089609000923?via%3Dihub> >. Acesso em: 03 jul. 2018.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST Edições, 2011 [1979].

DEFFONTAINES, J.-P. L'Agriculteur-Artisan, Producteur de Formes. In: BENOÎT, M.; BLANC-PAMARD, C., *et al.* (Org.). **Les Sentiers d'un Géoagronome**. Paris: Éditions ARGUMENTS, 1998. p.328-339.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **A thousand plateaus**. London: Continuum, 2004.

_____. **O que é a Filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

DEMANGEOT, J. **Le continent brésilien**. Préface de Pierre Monbeig. Paris: SEDQES, 1972.

DESCOLA, P. **L'écologie des autres**. L'anthropologie et la question de la nature. Versailles: Éditions Quæ, 2011.

DEWES, M. **4. Festa do Pinhão**. Caxias do Sul: Caminhos da Serra 2011.

DIEGUES, A. C. S. *et al.* **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: USP. Ministério do Meio Ambiente, CNPq, 2000.

DINIZ, C. F. C. **João Simões Lopes Neto: uma biografia**. Porto Alegre: UCPEL. Age Editora, 2003.

DONADIEU, P. As paisagens agro-urbanas: uma utopia realista? In: SERRÃO, A. V. (Org.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem**. Um Manual. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012. p. 281–290.

DORNELLES, S. S. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245–278, 2011. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/24028> >. Acesso em: 29 jun. 2018.

DOUGLAS, M. **Natural Symbols**. London: The Cressel Press, 1970.

DUARTE, M. A conquista da terra e a inicialização pastorícia no Planalto e nos fundos da Baqueria de Los Pinares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 96, p. 191–204, 1944.

DUARTE, R. H. “Turn to pollute”: poluição atmosférica e modelo de desenvolvimento no “milagre” brasileiro (1967–1973). **Revista Tempo** [online], Niterói, v. 21, n. 37, p. 64–87, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v21n37/1413-7704-tem-21-37-00064.pdf> >. Acesso em: 24 jun. 2018.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Presença, 1980.

ELIADE, M. **Mito e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

EMBRAPA. **Módulos Fiscais**. Brasília, 2018. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal> >. Acesso em: 14 abr. 2018.

EM 13 ANOS, 321 trabalhadores em condições semelhantes à escravidão foram resgatados no RS. **G1 RS**. Porto Alegre, 2017. Disponível em :< <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/em-13-anos-321-trabalhadores-em-condicoes-semelhantes-a-escravidao-foram-resgatados-no-rs.ghtml>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. p. 133–138.

ESPÍRITO SANTO, D. Plasticidade e Pessoaalidade no Espiritismo Crioulo Cubano. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 63–93, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132014000100003&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 02 jul. 2018.

EUGENIO, F.; FIADEIRO, J. Jogo das perguntas: o Modo Operativo "AND" e o viver juntos sem ideias. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 221–246, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922013000200002&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 26 jun. 2018.

EUSTAGE, J.; BARIOL, J.-M. **Le Cochon**. France, 1970. (50 min.). p. 1970.

FACCHIN, P. R. *et al.* **Projeto de Preservação das Áreas de Produção de Água**. Distritos de Vila Seca e Criúva. Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Caxias do Sul. 2007

FAVARETO, A. S.; WANDERLEY, M. D. N. B. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C. E. S., H. (Org.). **Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, 2013. p. 413–472.

FELIPPE, E. J. **O último jagunço: folclore na história da guerra do Contestado**. Curitiba: UnC, 1995.

FEPAM visitará Vila Seca. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 14 set. 1993, p. 3.

FERNÁNDEZ-GALIANO, L. Arquitectura y vida. Anthropocene, Fifteen Theses. **Arquitectura Viva**, Madrid, n. 189, p. 17–47, 2016.

FERREIRA FILHO, C. B. **A (toxi)cidade de Cubatão: história ambiental, desastres tecnológicos e a construção do imaginário ambiental da cidade tóxica na década de 1980**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), Irati, 2015.

FISCHER, L. A. Simões Lopes Neto e Guimarães Rosa: a literatura e o luto no sertão. **Teresa revista de Literatura Brasileira**, São Paulo, v. 14, p. 175–190, 2014. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/download/99463/97949> >. Acesso em: 05 mar. 2018.

FOUGEA, F. **Le Cochon de Gaston**. France, 1995. (26 minutos)

FRANCISCO, A. R. **Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Jê no sul do Brasil (1808-1875)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2006.

_____. **Kaingáng: Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional**. 2013. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2013.

FREITAS, D. O Capitalismo Pastoril. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 438–465, 1993. Disponível em: < <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1621/1989> >. Acesso em: 01 jul. 2018.

FRIZZO, E. E.; EKMAN, M. D. C. S. E.; ZAGO, M. A. Nova proposta de uso e ocupação do solo para as áreas de Bacias de Captação utilizadas para o abastecimento público de água no município de Caxias do Sul — RS. **34ª Assembléia Nacional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE)**. Caxias do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/assem/rrhh/abagcaixds.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1962.

GALHARDO, J. As desigualdades fontes de dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 513–536, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0513.pdf> >. Acesso em: 22 jun. 2018.

GIMENEZ, J. C. **A Rainha Isabel nas Estratégias Políticas da Península Ibérica: 1280-1336**. 2005. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2005.

GINJA, C. J. **Influência das raças bovinas Ibéricas na estrutura genética das populações de bovinos Crioulos da América Latina**. 2009. Tese (Doutorado em Engenharia Zootécnica) — Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

GIRON, L. S. **Caxias do Sul: Evolução Histórica**. Caxias do Sul: EST;UCS;Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

GLASS, R. O. Introduction. In: (Org.). **London: Aspects of Change**. London: Centre of Urban Studies and MacGibbon & Kee, 1964. p. 12–41.

GOMES, A. M. **Fundação e Evolução das Estâncias Serranas**. Cruz Alta: Livraria Liderança, 1966.

GONÇALVES, J. R. S.; CONTINS, M. Entre o Divino e os Homens: a Arte nas Festas do Divino Espírito Santo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 6–94, 2008. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832008000100004> >. Acesso em: 03 jul. 2018.

GONZALEZ, S. **Diario de Viaje a las Vaquerías del Mar (1705)**. Montevideo: Artes Gráficas Covadonga, 1966.

GRANADA, D. **Reseña Histórico-Descriptiva de Antiguas y Modernas Supersticiones del Rio de La Plata**. Montevideo: A. Barreiro y Ramos, 1896.

GRAS, E. **Bovines — ou la vraie vie des vaches**. France, 2011. (62 min.).

GUTWIRTH, J. A etnologia, ciência ou literatura? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 223–239, 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200012 >. Acesso em: 26 jun. 2018.

HAGEN, R.-M.; HAGEN, R. **Pieter Bruegel l'Ancien vers 1526/31–1569**. Paysans, fous et démons. Köln: Taschen, 2015.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HAMESTEIR, M. D. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os Homens, suas Redes de Relações e suas Mercadorias Semoventes (C.1727–C.1763)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2002.

HANNON, M. **Vers un retour des paysans**. France, 2000. (52 min.)

HARRÉ, R. **The singular self: an introduction to the psychology of personhood**. London: Sage, 1998.

HEIDEGGER, M. **Poetry, language, thought**. New York: Harper & Row, 1971.

HESS, C.; OSTROM, E. Introduction: An Overview of the Knowledge Commons. In: HESS, C. e OSTROM, E. (Org.). **Understanding Knowledge as a Commons**. From Theory to Practice. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press, 2007. p. 3–26.

IBGE. **Levantamento dos Recursos Naturais: folha SH.22 Porto Alegre e parte das folhas SH.21 Uruguaiana e SI.22 Lagoa Mirim**. Levantamento de Recursos Naturais 33. Rio de Janeiro, 1986.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1301&z=t&o=4&i=P> >. Acesso em: 14 maio 2014.

IBGE. **Censo Demográfico**. Tabela 1301: Área e Densidade demográfica da unidade territorial. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1301&z=t&o=4&i=P> >. Acesso em: 21 jun. 2012.

_____. **Censo Demográfico**. Tabela 1378. População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio. Rio de Janeiro, 2010c. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1378&z=cd&o=7&i=P> >. Acesso em: 21 jun. 2012.

_____. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Sistema fitogeográfico. Inventário das formações florestais e campestres. Técnicas e manejos de coleções botânicas. Procedimentos para mapeamentos. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Histórico de São Francisco de Paula**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/saofranciscocodepaula.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2013.

IGREJA Matriz — Nossa Senhora do Carmo. Caxias do Sul, 2018. Disponível em: < <https://www.guiadecaxiasdosul.com/turismo/categorias/criuva/igreja-matriz-paroquia-nossa-senhora-do-carmo-128> >. Acesso em: 28 maio 2018.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 152–174, 1993. Disponível em: < <http://web.b-ebsohost-com.ez45.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=f02201cb-f48a-49e2-a862-0f047dc9069b%40sessionmgr103> >. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. **The Perception of the Environment**. Essays on livelihood, dwelling and skill. London and New York: Taylor & Francis e-Library, 2000.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25–44, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000100002 >. Acesso em: 27 jun. 2018.

IORIS, A. Desenvolvimento nacional e gestão de recursos hídricos no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 85, p. 23–41, 2009. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/rccs/329> >. Acesso em: 29 jun. 2018.

JAEGER, L. G. **As Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul (1635 –1641)**. Porto Alegre: Typographia do Centro S.A., 1940.

JESKE-PIERUSCHKA, V. *et al.* Araucaria forest dynamics in relation to fire frequency in southern Brazil based on fossil and modern pollen data. **Review of Palaeobotany and Palynology**, [S.l.], n. 160, p. 53–65, 2010. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0034666710000205> >. Acesso em: 27 jun. 2018.

JOVENS caminham 42 quilômetros para chegar na escola em São Chico. 2015. **Jornal NH**. Novo Hamburgo, 2015. Disponível em: < https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2015/04/noticias/regiao/153407-jovens-caminham-42-quilometros-para-chegar-ate-a-escola-em-sao-francisco-de-paula.html >. Acesso em: 14 maio 2018.

JUNG, C. G. **Man and his symbols**. New York: Dell Publishing, 1968.

_____. **Synchronicity: an acausal principle**. Vol. 8 Bollingen Series XX. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2010 [1960].

KARSBURG, A. O. A trajetória de um eremita peregrino na América Católica do Século XX. **Debates do NER**. Monge João Maria, Devoção e Pessoa, Porto Alegre, v. 25, p. 17–71, 2014. Disponível em: < file:///C:/Users/hp/Downloads/49735-201938-1-SM.pdf >. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. Em Busca dos Monges Históricos: Fontes e Historiografia. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 12, n. 18, p. 105–120, 2016. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/25487/18786> >. Acesso em: 09 jun. 2018.

KLEE, P. **Notebooks, volume 1: the thinking eye**. London: Lund Humphries, 1961.

_____. **Notebooks, volume 2: the nature of nature**. London: 1970.

KOCH, M. M.; HENKES, J. A. A interferência das plantações de *Pinus* spp nos ecossistemas dos Campos de Cima da Serra, RS. **Revista de Gestão Sustentável Ambiental**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 64–91, 2013. Disponível em: < http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/1445 >. Acesso em: 01 jul. 2018.

KOHLEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná : processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Maringá: Eduem, 2014.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do Céu**. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KOPP, M. G. L. **A Chave do Céu e a Porta do Inferno: os Monges Barbudos de Soledade e Sobradinho**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2014.

KRAUSMAN, P. R. *et al.* Livestock Grazing, Wildlife Habitat, and Rangeland Values. **Rangelands**, [S.l.], v. 31, n. 5, p. 15–19, 2009. Disponível em: < <https://journals.uair.arizona.edu/index.php/rangelands/article/view/18928> >. Acesso em: 01 jun. 2018.

LAZAROTO, D. *et al.* Pesquisas Arqueológicas no Planalto. In: (Org.). **O Homem Antigo na América**. São Paulo: Instituto de Pré-História da USP, 1971. p.79–89.

LE TACON, J.-L. **Cochon qui s'en dédit**. France, 1979. (37 min.).

LEI que permitirá plebiscito para anexar Cazuzza Ferreira e Juá a Caxias entra em fase final de tramitação no Congresso. GAUCHAZH, Porto Alegre, 2018. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/03/lei-que-permitira-plebiscito-para-anexar-cazuza-ferreira-e-ju-a-caxias-entra-em-fase-final-de-tramitacao-no-congresso-cjfcn5gud02lh01ph9sjhyui9.html> >. Acesso em: 07 maio 2018.

LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou Desconstrução?** Questões da paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: Editora Hucitec, 2006a.

_____. Uso do Território e Investimento Público. **GeoTextos**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 13–30, 2006b. Disponível em: < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3037/2144> >. Acesso em: 23 abr. 2015

_____. O espaço dividido nas cidades do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 26, n. 51, p. 75–88, 2011. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2011v26n51p75> >. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. **A Contribuição da Arquitetura Paisagística para a Discussão da Paisagem Cultural**. Comunicação Pessoal (mensagem eletrônica): 2. Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte, 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1978.

_____. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

LIMA, A. M. **Além do Carnaval: o Negro nas Imagens da Revista do Globo**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso, (Licenciatura em História) — Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

LINDMAN, C. A. M. **A vegetação no Rio Grande do Sul (Brasil austral)**. Porto Alegre: Echenique Irmãos & Cia, 1906.

LIPPARD, L. R. **The Lure of the Local**. Senses of Place in a Multicentered Society. New York: The New Press, 1997.

LLORED, J.-P. Ethics and Chemical Regulation: The Case of Reach. **Hyle-International Journal for Philosophy of Chemistry**, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 81–104, 2017. Disponível em: < <http://www.hyle.org/journal/issues/23-1/llored.pdf> >. Acesso em: 03 jul. 2018.

LLORED, J.-P.; SARRADE, S. Connecting the philosophy of chemistry, green chemistry, and moral philosophy. **Foundations of Chemistry**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 125–152, 2016. Disponível em: < <https://link.springer-com.ez45.periodicos.capes.gov.br/content/pdf/10.1007%2Fs10698-015-9242-z.pdf> >. Acesso em: 03 jul. 2018.

LOPES NETO, J. S. A salamanda do Jarau. In: BETANCUR, P. (Org.). **Obra Completa**. Simões Lopes Neto. Porto Alegre: Editora Sulina. Já Editores, 2003 [1913]. p. 415–445.

LÓPEZ-MORALES, E. A rural gentrification theory debate for the Global South? **Dialogues in Human Geography**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 47–50, 2018. Disponível em: < <https://doi-org.ez45.periodicos.capes.gov.br/10.1177/2043820617752005> >. Acesso em: 22 jun. 2018.

LUHMANN, N. **Sociologia del riesgo**. Guadalajara: Walter de Gruyter Co, 1992.

MABILDE, P. F. A. B. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul — 1836–1866**. LAGUE, M. M. (Coord.); GRANT, E. M. (Rev.). São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL / Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MACDOUGALL, D. **Tempus de Baristas**. London: The Royal Anthropological Institute, 1993(100 min.).

_____. De quem é essa história? **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 93–106, 1997.

_____. **Transcultural Cinema**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

MACHADO, P. P. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912–1916**. 2001. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001.

MAFFESOLI, M. **O Conhecimento Comum**. Compêndio de Sociologia Compreensiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MAGNAGHI, A. **Le projet local**. Sprimont: Mardaga, 2000.

_____. **La Biorégion Urbaine**. Petit Traité sur le Territoire Bien Commun. Paris: 2014.

MANTOVANI, M. **Caracterização de Populações Naturais de Xaxim (*Dicksonia sellowiana* (Presl.) Hooker), em Diferentes Condições Edafo-Climáticas no Estado de Santa Catarina**. 2004. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) — Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

MANSUETO Serafini Filho lança obra sobre eleições em Caxias. **Correio Riograndense**, Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <
<http://www.correioriograndense.com.br/noticias/municipios/23-09-2016/mansueto-serafini-filho-lanca-obra-sobre-eleicoes-em-caxias> >.

MARCHIORI, J. N. C. **Fitogeografia do Rio Grande do Sul**. Campos Sulinos. Porto Alegre: EST, 2004.

MARIANI, S. **Pequenos produtores de leite, modernização produtiva e cooperação: Projeto Associações Comunitárias de Resfriamento de Leite da Cooperativa Agropecuária Petrópolis — PIÁ**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2006.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. Estudos Sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p.177–185.

MELILLO, E. E. The First Green Revolution: Debt Peonage and the Making of the Nitrogen Fertilizer Trade, 1840–1930. **American Historical Review**, Bloomington, v. 117, n. 4, p. 1028–1060, 2012. Disponível em: < <https://academic.oup.com/ahr/article/117/4/1028/29465> >. Acesso em: 03 jul. 2018.

MENEZES, C. V. B. Rituais de devoção: os herdeiros do milenarismo do Contestado. **Revista USP**, São Paulo, v. 82, p. 88–103, 2009. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13752> >. Acesso em: 02 jul. 2018.

MEYER, A. **Prosa dos Pagos**. São Paulo: Martins, 1943.

MIGNOLO, W. D. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo** Madrid: Ediciones Akal, 2003.

MIRANDA, P. S. **A Natureza nas narrativas dos Moradores de Morro da Garça em Minas Gerais: Encantamento, desencantamento e os causos da “Luz”**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia) — Programa de Pós-Graduação EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), Rio de Janeiro, 2015.

« MONSANTO PAPERS » : des dérives inadmissibles. 2017. Disponível em: < https://www.lemonde.fr/idees/article/2017/10/05/monsanto-papers-des-derives-inadmissibles_5196563_3232.html >. Acesso em: 03 jul. 2018.

MONTEZ, M. S. The Imperio in the Azores. The Five Senses in Rituals to the Holy Spirit. **Traditiones**, Ljubljana, v. 36, n. 1, p. 169–176, 2007. Disponível em: < <https://ojs.zrc-sazu.si/traditiones/article/view/1136/907> >. Acesso em: 02 jul. 2018.

MORAIS, L. U. P. **Caminhando sobre uma cova comum: memória da mensagem do monge João Maria na romaria da terra em Santa Catarina (2015)**. 2015. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) — Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2015.

MORENO, J. A. **Clima do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura. Seção de Geografia, 1961.

MORIN, E. **La Méthode 6**. Ethique. Paris: Éditions du Seuil, 2008.

MP apura responsabilidade por estragos em pinheiros derrubados na construção da represa Marrecas, em Caxias. Caxias do Sul, 2014. Disponível em: < <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2014/12/mp-apura-responsabilidade-por-estragos-em-pinheiros-derrubados-na-construcao-da-represa-marrecas-em-caxias-4660431.html> >.

MÜZELL, E. **Planta da Fazenda das Palmeiras nos Ilhêos**. Integrante de Auto de Medição n. 1534-Serafim José Gonçalves, de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. Lei de 1850. Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Registro fotográfico em alta definição realizado para esta pesquisa por Jane Gonçalves e Cylene Dalegrave em 2013. Escala 1:60.000. Dimensões: 72 cm por 68 cm. 1871.

NASCIMENTO, R. R. F. **A formação urbana de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

NASH, L. Purity and Danger: Historical Reflections on the Regulation of Environmental Pollutants. **Environmental History**, Oxford, v. 13, p. 65–658, Oct. 2008. Disponível em: < <https://academic.oup.com/envhis/article-abstract/13/4/629/472105> >. Acesso em: 27 nov. 2017.

NAYLOR, R. *et al.* Losing the Links Between Livestock and Land. **Science**, Washington, v. 310, n. 5754, p. 1621–1622, 2005. Disponível em: < <http://science.sciencemag.org.ez45.periodicos.capes.gov.br/content/sci/310/5754/1621.full.pdf> >. Acesso em: 04 jul. 2018.

NOGUERÓL, L. P. F. *et al.* Elementos da Escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o “seguro” contra a fuga na fronteira com o Uruguai. In: Encontro Nacional de Economia, 35, Recife, 2007. [**Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia**]. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A025.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

NOVAES, S. C. Imagem, Magia e Imaginação: Desafios ao Texto Antropológico. **MANA**, v. 14, Rio de Janeiro, p. 455–475, 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200007 >. Acesso em: 29 jun. 2018.

NUNES, L. Polêmica? Aparece o autor de Tordilho Negro. **Programa Alma Gaúcha com Antônio Pereira dos Santos**, [S.l.], 2014. Disponível em: < <http://allmagaucha.blogspot.com.br/2014/11/polemica-aparece-o-autor-de-tordilho.html> >. Acesso em: 19 maio 2018.

O RETRATO do Brasil por Reis Velloso. **Veja**, São Paulo, 176, 19 jan., p. 56–57, 1972.

OLIVEIRA, M. C. **Os Curadores Kaingáng e a Recriação de suas Práticas**: Estudo de Casona Aldeia Xapecó (oeste S.C.). 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis. 1996.

OLIVEIRA, R. C. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro; Brasília: Tempo Brasileiro/ CNPq, 1988.

_____. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15 e São Paulo: UNESP: 2006.

OLIVEIRA, S. F. **Aurorecer das Sesmarias Serranas**. História e Genealogia. Porto Alegre: 1996.

OLIVEN, R. G. National and regional identities in Brazil: Rio Grande do Sul and its peculiarities. **Nations and Nationalism**, Oxford, v. 12, n. 2, p. 303–320, 2006. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1111/j.1469-8129.2006.00242.x> >. Acesso em: 26 jun. 2018.

OLIVEIRA, N.; MARTINS, C. H. B. Estado e meio ambiente: a formação da estrutura institucional para política e gestão ambientais no RS. **A evolução social**. Três décadas de economia gaúcha, Porto Alegre, v. 3, p. 241-260, 2010. Disponível em: < <https://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume3/9/naia-oliveira.pdf> >. Acesso em: 05 abr. 2018.

OLWIG, K. R. Epilogue to landscape as mediator. The non-modern commons landscape and modernism's enclosed landscape of property. In: CASTIGLIONE, B. *et al.* (Org.). **Landscape as Mediator**. Landscape as Commons. International perspective on landscape research. Padova: Coop. Libreria Editrice Università di Padova, 2015. p.197–214.

OSÓRIO, H. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII. In: Encontro "Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional", 2, Porto Alegre, 2005. [**Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**]. Disponível em: < http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=63 >. Acesso em: 03 fev. 2018.

_____. Pastores e Lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. In: WAQUIL, P. D.;MATTE, A., *et al.* (Org.). **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul**. História, Diversidade Social e Dinâmicas de Desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 15–41.

OVERBECK, G. E. *et al.* Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, V. D. P.;MÜLLER, S. C., *et al.* (Org.). **Campos Sulinos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009, p. 26-41.

PAIXÃO CORTES, J. C. Á. **Folk Festo e Tradições Gaúchas**. Porto Alegre: Edições IGTF, 1983.

_____. Gaúchos de faca na bota. **Campeiros e Cavalos**, Santa Maria, 2011. Disponível em: < <http://campeirosecavalos.blogspot.com.br/2011/07/> >. Acesso em: 15 maio 2018.

PATEL, R. The Long Green Revolution. **The Journal of Peasant Studies** [online], London and Abingdon, v. 40, n. 1, p. 1–63, 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.719224> >. Acesso em: 04 fev. 2018.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377–391, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015 >. Acesso em: 27 jun. 2018.

PEIXE, R. I. P. **Imagens que (re) constroem história**. Alegoria e narratividade visual da Guerra Sertaneja do Contestado. 2012. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

PERDOMO, J. E. La tropeada mas grande de la historia. **Revista Historica Rochense**, Rocha, n. 1, 2012. Disponível em: < <http://www.revistahistoricarochense.com.uy/rhr-no-1/la-tropeada-mas-grande-de-la-historia/> >. Acesso em: 19 abr. 2018.

PEREIRA, D. **Festa do Divino**. Cruz de São João Maria de Jesus. 45F.78/81. Criúva, RS: Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. 15 cm por 10 cm, 1981.

PEREIRA, F. M.; LEMOS, M. B. Cidades Médias Brasileiras: Características e Dinâmicas Urbano-Industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 127–165, 2003. Disponível em: < <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/88/63> >. Acesso em: 26 jun. 2018.

PEREIRA, M. E. **Um Protetor da Natureza: Trajetória e Memória de Henrique Luiz Roessler**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

PEREIRA, R.; BARRETO, P. Quando os pecuaristas terão orgulho de mostrar as suas fazendas na Amazônia? **Blog do Planeta**, [S.l.], 2017. Disponível em: < <https://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/09/quando-pecuaristas-terao-orgulho-de-mostrar-suas-fazendas-na-amazonia.html> >. Acesso em: 02 jun. 2018.

PIGNATI, W. A. *et al.* Spatial distribution of pesticide use in Brazil: a strategy for Health Surveillance. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3281–3293, 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003281 >. Acesso em: 04 jul. 2018.

PILLAR, V. P.; LANGE, O. **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos — UFRGS, 2015.

PLAISANCE, E. Ética e Inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, p. 13-43, 2010. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000100002> >. Acesso em: 07 fev. 2018.

PORQUE Criúva quer anexar-se à Caxias. **O Pioneiro**, Caxias do Sul. 28 nov. 1953. Capa e p. 13.

PORTO, A. **História das Missões Orientais do Uruguai, Parte I**. Porto Alegre: Editora Selbach, 1954.

PORTUGAL. **Chancelaria de D. João IV**. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1640-1656.

PRADO JÚNIOR, B. **O destino decifrado: linguagem e existência em Guimarães Rosa: alguns ensaios**. São Paulo: Max Limonade, 1985.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

PREFEITURA de Caxias do Sul credencia laboratório da UCS para atender demandas da Secretaria da Agricultura. Caxias do Sul, 2018. Disponível em: < <https://www.ucs.br/site/noticias/18628/> >. Acesso em: 29 maio 2018.

PRELORÁN, J. **Hermógenes Cayo** (Imaginero). Argentina, 1969. (52 min.).

_____. Conceptos eticos y esteticos en cine etnografico. In: ROSSI, J. J. (Org.). **El filme documental etnobiográfico de Jorge Prelorán**. Buenos Aires: Ediciones Busqueda, 1987.

PRIMO, A. T. El Ganado Bovino en las Americas: 500 anos después. **Archivos de Zootecnia**, Cordoba, Espanha, v. 41 (extra), p. 421-432, 1992. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=278746> >. Acesso em: 01 jul. 2018.

PRODUTORES dos Campos de Cima da Serra se unem e traçam ações pelo futuro do campo. Caxias do Sul, 2017. Disponível em: < <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2017/08/produtores-dos-campos-de-cima-da-serra-se-unem-e-tracam-aco-es-pelo-futuro-do-campo-9878020.html> >. Acesso em: 30 maio 2018.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

RABOBANK. **Building a smarter food system**. More productive, connected and sustainable. [S.l.], 2015. Disponível em: < https://www.rabobank.nl/images/rabobank_building_smarter_food_systems_report_29803737.pdf >. Acesso em: 04 jul. 2018.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach 1956.

RAMOS, B. T.; BARROSO, V. L. M. A professora Zequinha e lembranças do passado de Criúva. In: POSSAMAI, O. J.; BERTELLI, Á., *et al.* (Org.). **Raízes de São Marcos e Criúva**. XII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Edições EST, 2005. p. 562-565.

RANCIÈRE, J. **La mésentente**. Politique et philosophie. Paris: Éditions Galilée, 1995.

_____. **Le maître ignorant**. Cinq leçons sur l'émancipation intellectuelle. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2013.

REAL, M. Padre Antônio Vieira a arquitectónica do Quinto Império na carta Esperanças de Portugal (1659). **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, Lisboa, v. VII, n. 13/14, p. 107-140, 2008. Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reflexao/article/view/3044> >. Acesso em: 02 jul. 2018.

RIBEIRO, C. **A paisagem e a ruralidade nos distritos de Vila Seca e Criúva**: Caxias do Sul, RS, Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) — Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Porto Alegre, 2014.

_____. A agricultura na paisagem de Vila Seca: entendendo seus sistemas agrários. In: MONTEIRO, K. M. N.; MACHADO, M. B. P. (Org.). **Vozes de Vila Seca**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015. p.46-58.

_____. Delineando posicionamentos epistêmicos em torno de um estudo etnográfico de paisagem. In: FIDALGO, P. (Org.). [Anais do Colóquio Ibérico de Paisagem. O estudo e a construção da Paisagem como problema metodológico]. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, 2017. p. 291-307.

RIBEIRO, C.; ANJOS, J. C. G. D.; RADOMSKY, G. F. W. A paisagem em Criúva e Vila Seca, Caxias do Sul, Brasil: uma narrativa etnográfica. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 40, n. 26, p. 1-40, 2015. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/61253/36173> >. Acesso em: 26 jun. 2018.

RIBEIRO, C.; DAL FORNO, M. A. R.; MIGUEL, L. A. A paisagem na ruralidade brasileira: considerações teórico-metodológicas para uma pesquisa multidisciplinar aplicada. **Confins** [online], São Paulo, v. 23, p. 1-18, 2015. Disponível em: < <http://confins.revues.org/10200> >. Acesso em: 20 mar. 2015.

RIBEIRO, C. M. P. J. **Anotações de Literatura e de Cultura Regional**. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. A Formação e o Sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICŒUR, P. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.

_____. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Papirus, 1994a.

_____. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. São Paulo: Papirus., 1994b.

_____. **A Metáfora Viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. Éthique. In: CANTO-SPERBER, M. E. (Org.). **Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale**. Paris: PUF, 2004. p. 689-694.

RIES, J. E.; MESSIAS, L. G. P. **Campos de Cima da Serra**. Caracterização da Região de Pecuária Familiar. Porto Alegre: EMATER, 2003. CD-Rom.

RIGOTTO, R. M.; VASCONCELOS, D. P.; ROCHA, M. M. Pesticide use in Brazil and problems for public health. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 7, p. 1360-1362, 2014. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014000701360 >.
Acesso em: 04 jul. 2018.

ROBINSON, H. Substance. The Stanford Encyclopedia of Philosophy. In: ZALTA, E. N. **Stanford**: The Metaphysics Research Lab. Center for the Study of Language and Information. Stanford: Stanford University, 2014. p. 1-66.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2000. Disponível em: <
<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/8928> >. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. **Etnografia da Duração**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

RODERO, A.; DELGADO, J. V.; RODERO, E. Primitive Andalusian Livestock and their Implications in the Discovery of America. **Archivos de Zootecnia**, Córdoba, Espanha, v. 41(extra), n. 154, p. 383-400, 1992. Disponível em: <
<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/278740.pdf> >. Acesso em: 12 maio 2018.

ROGGE, J. H.; SCHMITZ, P. I. Pesquisas Arqueológicas em São Marcos, RS. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 67, p. 23-132, 2009. Disponível em: <
http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/antropologia67/Antropologia_67.pdf >. Acesso em: 15 jan. 2014.

ROSA, J. G. **O recado do morro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007 [1956].

ROSA, R. R. G. O Território Xamânico Kaingang Vinculado às Bacias Hidrográficas e à Floresta de Araucária. **Cadernos do LEPAARQ** — Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, Pelotas, v. II, n. 4, p. 99-115, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei Complementar n. 21/2013**. Cria a Região Metropolitana de Caxias do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <
http://proweb.procergs.com.br/consulta_proposicao.asp?SiglaTipo=PLC&NroProposicao=21&AnoProposicao=2013 >. Acesso em: 20 out. 2013.

RIO GRANDE DO SUL __. **Justiça Federal do Rio Grande do Sul (JFRS):** vara ambiental recebe homenagem do Comando Ambiental da Brigada Militar. Batalhão Ambiental. Porto Alegre, 2014. Disponível em: < <https://www2.jfrs.jus.br/jfrs-vara-ambiental-de-recebe-homenagem-do-comando-ambiental-da-brigada-militar/> >. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. **Nota Técnica.** Avaliação Ambiental Regional na Bacia Hidrográfica do Rio TaquariAntas para fins de Licenciamento de Empreendimentos Hidrelétricos, p. 1-7, Porto Alegre, 2015. Disponível em: < http://www.fepam.rs.gov.br/central/diretrizes/Diretriz_Tecnica_e_mapa_Taquari_Antas.pdf >. Acesso em: 15 maio 2018

_____. **Projeto de Lei n. 63 /2016** . Dispõe sobre a produção e a comercialização do queijo artesanal serrano, no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em: < http://proweb.procergs.com.br/temp/PL_63_2016_13042018204614_int.pdf?13/04/2018%2020:46:15 >. Acesso em: 13 abr. 2018.

RUCKERT, F. Q. Urbanização e saneamento em Caxias do Sul, RS (1875-1930). **Antíteses**, Londrina, v. 100, n. 19, p. 425-452, 2017. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/24574> >. Acesso em: 29 jun. 2018.

RUIVO, O. V. 100 mil motivos para que a barragem não saia. **ORBIS**. Instituto de Proteção e Conservação da Natureza, Caxias do Sul, 2012. Disponível em: < <http://institutoorbis-db.blogspot.com/2012/01/100-mil-motivos-para-que-barragem-nao.html?spref=fb> >. Acesso em: 12 jan. 2013.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011. Disponível em: < <file:///C:/Users/hp/Downloads/22435-82542-1-SM.pdf> >. Acesso em: 13 jun. 2018.

SAGRILO, L. P. Z. **Origem e Evolução da Pecuária de Corte no Rio Grande do Sul**. 2015. Trabalho de Conclusão, (Graduação em Medicina Veterinária) — Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

SALLES-FILHO, S. Política de Ciência e Tecnologia no II PBCDT (1976). **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, 2, n. 1, p. 179-211, 2003. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648872> >. Acesso em: 04 jul. 2018.

SANTOS, E. B.; MIRAGEM, B.; CABRAL, P. W. C. **Distritos de Cazuza Ferreira e Juá**. Desmembramento de São Francisco de Paula. Anexação a Caxias do Sul. Estudo de Viabilidade, Porto Alegre, p. 1-36, 2013. Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/ANEXOS/ANEXO_RDI_0136_2014_1.PDF>. Acesso em: 12 maio 2018.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Lei n. 2392**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Integrado (PDDAI) do Município de São Francisco de Paula, estabelecendo as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento territorial, e dá outras providências. São Francisco de Paula, 2006. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=plano+diretor+de+s%C3%A3o+francisco+de+paula&oq=plano+diretor+de+s%C3%A3o+francisco+de+paula&aqs=chrome..69i57.9757j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SÃO FRANCISCO DE PAULA passa a arrecadar ICMS destinado à Caxias durante cinco anos. **GAUCHAZH**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/06/sao-francisco-de-paula-passa-a-arrecadar-icms-destinado-a-caxias-durante-cinco-anos-cj5wpyl11zzexbj0zxfugzv4.html>>. Acesso em: 12 maio 2018.

SAUNDERS, P. **The Precautionary Principle**. Policy Responses to Societal Concerns in Food and Agriculture. In: Proceedings of an Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) Workshop, Paris, 2010. [Proceedings of the OECD Workshop], p. 47-58. Disponível em: <<https://www.oecd.org/tad/agricultural-policies/46838007.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

SCALANTE, S. As Cavalhadas de Pretos em Cazuza Ferreira. **Revista do Globo**, Porto Alegre, v. 638, p. 56-58, 1955.

SCHIPANSKI, C. E. **Cavalhadas em Guarapuava: História e Morfologia de uma Festa Campeira (1899-1999)**. 2009. Tese, (Licenciatura em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.

SCHLICK, F. E. **Alternativas de Manejo Para os Campos de Cima da Serra**. 2004. Tese (Doutorado em Zootecnia) — Programa de Pós-Graduação em Zootecnia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.

SCHMITZ, P. I. **Pré-história do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

SCOOONES, I. *et al.* A New Politics of Development Cooperation? Chinese and Brazilian Engagements in African Agriculture. **World Development**, [S.l.], v. 81, p. 1-12, 2016. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S0305750X15303247/1-s2.0-S0305750X15303247-main.pdf?_tid=dd3de220-a102-4cef-a8d1-f1888c4e34bb&acdnat=1530674512_bbe1dad1b6eb5ddfc4097970ad86bcdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.

SERENI, E. **Storia del paesaggio agrario italiano**. Bari: Laterza, 1972.

SILVA, A. F. **Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/ RS**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2006.

SILVA, G. D. S. *et al.* Panorama da bovinocultura no Rio Grande do Sul. **Acta Scientiae Veterinariae**, Porto Alegre, v. 42, p. 1-7, 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/actavet/42/PUB%201215.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

SILVA, R. Q. Mobilizações socioreligiosas no Brasil: os surtos messiânico-milenaristas. **Revista USP**, São Paulo, v. 67, p. 132-149, 2005. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/revusp/article/download/13460/15278>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SILVA, S. P. **A Agricultura Familiar e suas Múltiplas Interações com o Território: uma Análise de suas Características Multifuncionais e Pluriativas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. Texto para Discussão 2076.

SIMMEL, G. **Sociologie et Epistémologie**. Paris: PUF, 1981.

SMITH, N. New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy. **Antipode**, Hoboken, v. 34, n. 3, p. 427-450, 2002. Disponível em: < <https://doi.org/10.1111/1467-8330.00249> >. Acesso em: 22 jun. 2018.

SOLUÇÃO satisfatória. O Pioneiro, **Caxias do Sul**, 15 set. 1993, p. 6.

SOMMER, J. A. P. **As mudanças na paisagem dos Campos de Cima da Serra, RS: estratégias de diversificação econômica em São José dos Ausentes**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

SOROKIN, P. A.; MERTON, R. K. Social time: a methodological and functional analysis. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. XLII, n. 5, p. 615-629, 1937. Disponível em: < <https://www-jstor-org.ez45.periodicos.capes.gov.br/stable/pdf/2767758.pdf?refreqid=excelsior%3A689c58b2d7a8556a710083072aa86d21> >. Acesso em: 27 jun. 2018.

SPIVAK, G. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, P. e CHRISMAN, L. (Org.). **Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader**. Hemel Hemsptead: Harvester Wheatsheaf, 1993.

STRATHERN, M. **Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia (seguidas de comentários e resposta)**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

STUMPF, J. E. Preservar é preciso, é vital! **Pioneiro**, Caxias do Sul, 1993.

TAMBIAH, S. Múltiplos ordenamentos de realidade: o debate iniciado por Lévy-Bruhl. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 22, p. 193-220, 2013. Disponível em: < <file:///C:/Users/hp/Downloads/52613-112669-1-PB.pdf> >. Acesso em: 16 jun. 2018.

TEIXEIRA, L. **Muito mais que senhores e escravos**. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2008.

TERCEK, M. **Feeding the world through smarter agriculture**. Blog. [S.l.], 2012. Disponível em: < https://www.huffingtonpost.com/mark-tercek/world-hunger_b_1459961.html >. Acesso em: 24 jun. 2018.

TESCHAUER, C. **História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

TOMAZONI, M. A. **Álbuns da Cidade de Caxias (1935-1947): as reformas urbanas fotografadas**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2011.

VAN ANTWERPEN, F. J. The Origins of Chemical Engineering. **Advances in Chemistry**, [S.l.], p. 1–14, 1980. Disponível em: <<https://pubs.acs.org/doi/abs/10.1021/ba-1980-0190.ch001>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

VAN BOECKEL, T. *et al.* Global trends in antimicrobial use in food animals. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, [S.l.], v. 112, n. 18, p. 5649-5654, 2015.

VENTURI, L. A. B. Recurso Natural: a Construção de um Conceito. **GEOUSP — Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 20, p. 9–17, 2006. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp20/Artigo_Luis.pdf >. Acesso em: 19 jun. 2018.

VERDUM, R.; MEDEIROS, R.-M. V. **Rima**. Relatório de Impacto Ambiental. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

VIEIRA-DA-SILVA, C. A **(in)visibilidade de uma atividade praticada por muitos: o extrativismo e os canais de comercialização de pinhão em São Francisco de Paula, RS**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

VIEIRA-DA-SILVA, C.; MIGUEL, L. A. Os Canais de Comercialização dos Pinhão e seus Agentes, em São Francisco de Paula, RS. **Floresta**, Curitiba, v. 47, p. 489–500, 2017.

VIEIRA-DA-SILVA, C.; MIGUEL, L. A.; REIS, M. S. A comercialização do pinhão de *Araucaria angustifolia* no Distrito de Taquara Verde, município de Caçador-SC. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 84–844, 2009. Disponível em: < <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/8033> >. Acesso em: 26 jun. 2018.

VIEIRA, A.; PRINTES, R. C.; BEROLDT, L. Alternativas ao Uso do Fogo no Manejo de Campos Nativos para a Atividade Agropastoril em São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, Brasil. In: PRINTES, R. C. (Org.). **Gestão ambiental e negociação de conflitos em unidades de conservação do nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2012.

VILA SECA/AUDIÊNCIA. **Folha de Hoje**, Caxias do Sul, 23 nov. 1993, p. 6.

VILA Seca faz cavalgada contra central de resíduos. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 17 e 18 jul. 1993, p. 3.

VILA SECA organiza cavalgada. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 6 jul. 1993, p.3.

VITROLLES, D. **La promotion de l'origine au Brésil**. 2011. Thèse (Doctorat de Géographie, Aménagement et Urbanisme) — École Doctorale Sciences Sociales, Université Lumière Lyon 2, Lyon, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 113–148, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005 >. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. O Recado da Mata. In: KOPENAWA, D; ALBERT, B. (Org.). **A queda do céu**. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os Involuntários da Pátria. Reprodução de Aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro 20/04/2016. **Aracê Direitos Humanos em Revista**, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 187-193, 2017. Disponível em: < <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/140/75> >. Acesso em: 27 jun. 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; GOLDMAN, M. Introduction to Post-Social Anthropology. Networks, multiplicities, and symmetrizations. **HAU: Journal of Ethnographic Theory** 2, London, v. 1, p. 421–433, 2012. Disponível em: < <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau2.1.018> >. Acesso em: 27 jun. 2018.

VOISEUX, M. **Les héritiers**. France, 2016. (60 min.).

WALSH, C. Introdução. (Re) pensamento crítico y (de) colonialidad. In: WALSH, C. (Org.). **Pensamiento crítico e matriz (de)colonial**. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simon Bolívar. Ediciones AbyaYala, 2005.

_____. *¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales*. **NÓMADAS** (Col) [en línea], Bogotá, n. 26, p. 102–113, 2007. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105115241011> >. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. "Other" Knowledges, "Other" Critiques: Reflections on the Politics and Practices of Philosophy and Decoloniality in the "Other" America. **TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, Merced, v. 1, n. 3, p. 11–27, 2012. Disponível em: < <https://escholarship.org/uc/item/6qd721cp> >. Acesso em: 04 jan. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001. p. 31–44.

WELTER, T. "**O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo**". Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

WENCESLAU, J. F. C.; STRAUSS, A. O tabu do incesto e a bioantropologia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 21, p. 13–30, 2012. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/53904/57848> >. Acesso em: 27 jun. 2018.

WHITEHEAD, A. N. **Le Concept de Nature**. Deuxième édition augmentée. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2006.

WILHELM, R. **I Ching**. O livro das mutações. São Paulo: Editora Pensamento, 1995.

WISNIK, J. M. Recado da Viagem. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 160–170, 1998. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10231> >. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. **O Sertão Transcendental de Guimarães Rosa**. Videoaula. São Paulo, 2004.

WITTMANN, L. T. **O vapor e o botoque**. Imigrantes alemães e índios xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850–1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

WOORTMANN, K. «Com parente não se neguceia». O Campesinato Como Ordem Moral. **Anuário Antropológico/87**, Brasília, p. 11–73, 1990. Disponível em: < http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1987/anuario87_woortmann.pdf >. Acesso em: 26 jun. 2018.

ZALUAR, A. **Os Homens de Deus**. Um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

ZILBERMAN, R. A Salamanca do Jarau, ou "tudo que volteia no ar tem seu dia de aquietar-se no chão". **Organon**, Porto Alegre, n. 6, p. 100–104, 1992.

APÊNDICE A — RECOMENDAÇÕES

1. Pelos encontrados relatos de desrespeito e truculência no seu trato com os moradores dos distritos serranos de Caxias do Sul, entendo como necessária a urgente revisão da atuação da fiscalização e policiamento de caráter ambiental e sanitário na região. Pelo diálogo e aproximação efetiva com os moradores, sugiro que tais procedimentos possam caminhar para o diálogo e integração dessa própria comunidade em tais atividades, reduzidas ao que seja acordado como realmente necessário.
2. Recomendo que a definição de áreas protegidas com a prescrição da presença humana seja revista nas zonas de proteção ambiental dessa região. Contudo, em prática discutida e acordada com os produtores experientes do lugar. Vejo como providencial a discussão efetiva com os moradores dos condicionantes ambientais de cuidado do entorno das barragens existentes e futuras, revisando-os, de forma a efetivamente nelas permitir os usos múltiplo das águas nesses reservatórios, incluindo a irrigação e as atividades recreativas.
3. Antes de tudo, as orientações e normatizações agronômicas, ambientais, sanitárias e mesmo fiscais são vistas como necessárias pela população rural contatada por essa pesquisa. Todavia, em exercício fruto de paulatinos acordos, em prática cordata e eficiente, com o objetivo de portarem contínuas melhorias à vida dos cidadãos moradores — ao invés de trazerem ônus adicionais, ou inviabilizar tarefas que longevamente constituem o sustento das famílias locais, como têm sido a prática verificada de forma contumaz. Recomendo a vigência das normas vistas finalmente vistas como necessárias aos interesses do município como um todo em condicionamento à extensão aos habitantes rurais dos serviços públicos disponíveis aos habitantes urbanos.
4. Percebo como necessária a concatenação da atuação da extensão agronômica estadual com o nível municipal, e mesmo da coesão do atuar municipal em suas várias instâncias, com o aval e participação efetiva e significativa dos produtores experientes da região, no que tange, dentre outros itens: à reativação das agroindústrias inviabilizadas por essa atuação, ao definitivo acordo com relação ao manejo dos campos com fogo, ao manejo da floresta para a extração de pinhão e madeira, ao uso de agrotóxicos, de fertilizantes químicos e orgânicos e com relação às culturas permitidas nos territórios usados dessa região, tanto em sua forma mais abrangente — dos Campos de Cima da Serra (como uma biorregião), quanto no específico caso das áreas hoje delimitadas em função da captação de água para usos urbanos.
5. Com relação aos aterros de resíduos sólidos instalados no lugar, em consonância a idênticas situações existentes no Rio Grande do Sul e no país, entendo como necessária a revisão da

‘solução tecnológica’ adotada, tendo em vista a existência de alternativas com bem menor dano ambiental. Não é de nenhuma maneira concebível a emissão de uma licença ambiental ‘*sine die*’ para um aterro sanitário localizado em área de nascentes, muito menos admissível a permissão para nesse lugar existir um aterro de resíduos industriais perigosos, em proximidade à emissão de efluentes sanitários resultantes da aglomeração de seres no interior do presídio regional — tais deliberações devem ser seriamente revistas, e os danos ambientais já efetuados saneados em definitivo. É chegada a hora do Estado do Rio Grande do Sul enfrentar uma discussão madura a esse respeito, buscando soluções efetivamente respeitosas à ecúmena da qual fazemos parte.

6. Defendo como significativamente incentivadora à agricultura familiar nesses distritos a revisão do valor do Módulo Rural na região de campos de Caxias do Sul, aumentando a área hoje existente, de forma a contemplar a realidade local das práticas da pecuária campesina.

7. Preconizo como muito razoável, em face dos resultados já obtidos pelo projeto piloto realizado pelo poder público, a adoção permanente de significativo incentivo à pecuária semiextensiva em associação com o melhoramento do campo nativo, como prática municipal permanente e instituída, com predominância de concessão nas áreas abrangidas pela legislação de proteção das águas. A criação de gado em campos nativos, em sua modalidade semiextensiva, não poderia ser criminalizada nesse lugar. Ao contrário, essa prática deve ser incentivada, de maneira que efetivamente seu exercício traga melhorias à vida das pessoas, valorizadas nessa sua especificidade de conhecimento. Pois essa sua ciência da constante construção de sua habitação é a que permite a particular construção desse meio a partir do ambiente da vida dessas pessoas. Esses agricultores — por seu profundo conhecimento sobre o solo, a insolação, o regime de ventos e chuvas, as temperaturas, as plantas, os animais e todas as outras coisas que dizem respeito aos campos e aos matos — é que conservam a água e todas as outras coisas dessa paisagem. Sabem os limites de sua intervenção para que a paisagem continue dinamicamente acolhendo suas vidas ao longo do tempo. É preciso escutar o que diz Valtemar, “nós somos os técnicos daqui de fora”.

8. Recomendo que sejam publicamente reconhecidas e apoiadas as decisões coletivas pelo fazer comunitário na região, sobretudo aquele que é espontâneo e desconectado de obrigações predominantemente religiosas. Nesse caso encontram-se a realização do desfile da Festa do Pinhão e o fazer do queijo do Divino de Criúva, como experiências individuais e coletivas geradoras de memória.

9. Com relação ao queijo serrano feito localmente, inserida essa tarefa em abrangência regional, em experimentação pessoal ou imersa em um coletivo, quer seja na intimidade de

suas casas ou na esfera pública da festa, a ciência de seu aprendizado faz parte do habitar na paisagem. Com isso portando inigualável autoridade no que existe a ser dito e feito com relação ao melhor modo de regular a boa condução dessa tarefa. Advogo no sentido de que essas pessoas, os técnicos do lugar, passem a ter papel relevante não somente na construção das específicas normas ligadas à regulamentação do queijo serrano, como em sua efetivação pragmática, privilegiando nesse caso a predominância de estratégias comunitárias e participativas de autocontrole e fiscalização. Que a reorientação desse caso possa ser exemplar com relação aos outros acordos normativos sem dúvida necessários ao andamento das atividades agrícolas nessa região.